



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA**

CAMILA LINHARES TEIXEIRA

**VIOLÊNCIA URBANA & ADOLESCENTES EM CONFLITO
COM A LEI EM LONDRINA:
UM OLHAR SOBRE O CASO**

Londrina
2007

CAMILA LINHARES TEIXEIRA

**VIOLÊNCIA URBANA & ADOLESCENTES EM CONFLITO
COM A LEI EM LONDRINA:
UM OLHAR SOBRE O CASO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Omar Neto Fernandes Barros

Londrina
2007

CAMILA LINHARES TEIXEIRA

**VIOLÊNCIA URBANA & ADOLESCENTES EM CONFLITO
COM A LEI EM LONDRINA:
UM OLHAR SOBRE O CASO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Omar Neto Fernandes Barros.
Universidade Estadual de Londrina

Profa. Dra. Márcia Siqueira Carvalho.
Universidade Estadual de Londrina

Prof. Dra. Vera Lúcia Tieko Suguihiro –
Universidade Estadual de Londrina

Londrina, 03 de maio de 2007.

Aos adolescentes e a todos
aqueles que vislumbram no caos a
oportunidade de transformação dos
sistemas.

AGRADECIMENTOS

À Probabilidade do Acaso que me permitiu neste arranjo de matéria a confluência dos meus caminhos nesta jornada geográfica que culminou neste trabalho.

A minha mãe Regina pelo carinho, cuidado e paciência. Por todas as caronas, amizade e discussões a respeito do tema, ao meu irmão Helder. À vó Elza (por todo amor, carinho e apoio), à Lúcia e Bruna pela colaboração de todas as horas.

Aos amigos do mestrado sempre presentes neste percurso, que acompanharam todas as jornadas: Ana (pela cumplicidade e companheirismo), Alex (pelas tantas), Paulo Rogério, Ricardo, Viviane, Valquiria e Victor Hugo.

A todos os amigos com os quais compartilhei, discuti e cresci neste caminho, pela paciência e contribuição principalmente ao Fabiano (o orelhão de todas as horas, sempre disposto no fala que eu te escuto), a Marina (pela revisão, compreensão e incentivo) e ao Claudinei, Marlom, Gisa, Geisa, Márcio, Camila, José Aurélio, Fernanda, Daniel Lobão, Vânia, Marcilena, Venegas, Rosa e ao Roberto, pelo acolhimento, conversas, distrações e apontamentos.

Aos amigos responsáveis pela saúde física e mental tão crucial neste processo de reabilitação que passei: à Júnia, Eung Ho Park e ao Dr. Vladimir Garcia, sem os quais este trabalho não teria se efetivado!

Ao meu orientador Omar pelos ensinamentos . À banca examinadora. À professora Márcia Siqueira pelo constante apoio e oportunidades.

À professora e amiga Mari Nilza pelas conversas, comidinhas e apoio bibliográfico que juntamente com a professora Vera Suguihiro e Viviane disponibilizaram os dados da pesquisa.

A todos os entrevistados e órgãos consultados, especialmente à Fatima Bidel psicóloga do CIAAD pela seriedade e disposição e ao educador Alex Sandro da Silva pela compreensão e atenção. Ao delegado da Delegacia do Adolescente, João

Aquino de Almeida.

Ao perito do Instituto de Criminalística Luciano Boucharles pelas consultas, esclarecimentos, disponibilização de fontes bibliográficas e tempo.

Às secretárias do Departamento de Pós Graduação Joelma e Regina, pelos inúmeros apoios.

À Patrícia Zanardi jornalista da rádio Universidade Fm.

Ao jovem Adão Wesley pela coragem e empenho em construir o programa desenvolvido e seu demonstrativo e pela disponibilização de sua força e energia na possibilidade de continuidade.

Ao movimento Hip Hop pelas trocas de conhecimento. Ao Cláudio Ethos “o grafiteiro” pelo impacto que transmite em suas obras nos transeuntes sabendo utilizar o seu demônio criador.

SOBRE-SALTO
(Camila Linhares)

A Força esta aliada
Há por entre as ruas um rumor
Uma palavra de ordem
Criada com objetivo primeiro
De não nos fazer perder
a esperança(?)

Você tem que ser forte
Eu tenho que ser forte
Eles são fortes
Fortes não se apegam a nada
Fortes não têm medo
Os fortes amam, mas têm controlar

Para ser forte nesta pútrefa selva de pedra armada
A sociedade precisa desarmar-se
Mas há para fora dos centros
Um movimento lento, ainda não sabido por eles

Movimento armado até os dentes
Porém apontam para os alvos errados;
Alvos indefesos
Daí, essa guerra injusta

No topo estão os donos do mundo
Os donos das fábricas
Senhores dos engenhos modernos

Que triste
Só agora me apercebi
As pirâmides ainda resistem
E também resistirão às marcas do tempo
Para lembrar aos homens de que
O processo é tão lento que chega
a consumir

Nós não temos tempo
É preciso agir;
Precioso, necessário
Porque a ordem é o imperativo
Faça-se assim como deve ser

A grande massa está abaixo
Só é grande porque quer ser a pequena
Por querer chegar ao topo
Esforça-se utilizando as armas
Mas não sabem usá-las

Imunizam-se sem antes contaminar
E nós que só temos a força das palavras
Estamos fadados a perder a cabeça
Lembrem-se de Ghandi
Lembrem-se de Hitler, Stalin, Che e Fidel
Sem armas, não seriam ALMAS (Almoust Famous)

TEIXEIRA, Camila Linhares. **Violência Urbana & Adolescentes em conflito com a Lei em Londrina**: um olhar sobre o caso. 2007. 209f. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

RESUMO

Este trabalho se propôs a traçar um panorama da crítica situação vivida nas cidades com o aumento da Violência Urbana e do crescente envolvimento de adolescentes com as atividades ilícitas. Ao trabalharmos com o sítio urbano de Londrina e com a unidade de ressocialização do CIAADI (Centro Integrado de Ajuda ao Adolescente Infrator) estabelecemos o recorte temporal entre os anos de 2000 a 2004, na tentativa de compreendermos os motivos destes adolescentes se inserirem na criminalidade juvenil. Devido à complexidade do tema, nos pautamos no diálogo interdisciplinar entre a Geografia com as áreas de Psicologia, Economia, Direito, Ciências Sociais e da Informação, Serviço Social e Movimentos Sociais, Artísticos Culturais. Mais especificamente trabalhamos com a formação do espaço urbano de suas multiplicidades, bem como suas manifestações territoriais concretas e simbólicas que demarcam o espaço citadino enquanto palco das ações humanas, entendendo todas estas manifestações nas tramas das redes que vem a ser uma lógica do global para o local, elegendo lugares e excluindo outros. Encontramos neste cenário as atuações dos adolescentes em conflito com a lei e compreendemos que estes formam os elos mais frágeis das Redes da Ilegalidade que agem em acordo com a lógica mercadológica do lucro a qualquer preço, baseados somente nos valores do Ter em detrimento do Ser da atual sociedade de consumo pós moderna. Assim, para podermos integrar o eixo teórico e os nossos conhecimentos sobre o tema realizamos um levantamento histórico, econômico, ambiental de formação dos bairros de Londrina e de suas similaridades e discrepâncias, além de analisarmos estes no contexto da exclusão espacial e social. Desta maneira, nossa contribuição ao tema vem a ser uma proposta de Política Pública para estes adolescentes que estão à margem dos processos integralizadores de sua formação identitária enquanto humanos. Chamou-nos a atenção o descaso do Estado quanto à discriminação, vitimização e marginalização destes manifestadas na falta de políticas públicas de educação, cultura e sociabilização. Constatamos ainda, a falta de cuidado na manipulação dos dados referente ao cadastramento destes adolescentes na unidade de ressocialização estadual e na preparação dos obituários pelo Instituto Médico Legal, e de como a realidade dos dados referentes à criminalidade vem sendo negligenciada no Brasil. A partir desta constatação, imbricamos todos nossos esforços na construção de um software para cadastramento destes adolescentes, apresentado na forma de interface no trabalho e que pretende vir a tornar-se um Sistema de Informações Geográficas da Criminalidade Juvenil.

Palavras-chave: Geografia urbana. Criminalidade urbana. Espaço urbano – Londrina. Violência urbana – Londrina.

TEIXEIRA, Camila Linhares. **Violência Urbana & Adolescentes em conflito com a Lei em Londrina**: um olhar sobre o caso. 2007. 209f. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

ABSTRACT

This work intended to trace a panorama of the critic situation lived in the cities with the increase of the Urban Violence and of the crescent involvement of adolescents with the illicit activities. To the we work with the urban ranch of Londrina and with the unit of ressocialização of CIAADI (Integrated Center of Help to the Adolescents Infrator) we established the temporary cutting among the years from 2000 to 2004, in the attempt of we understand these adolescents' reasons if they insert in the juvenile criminality. Due to complexity of the theme we ruled ourselves in the dialogue interdisciplinary among the Geography with the areas of Psychology, Economy, Right, social sciences and of the Information, Social Service and Movements Social, Artistic Cultural. More specifically we worked with the formation of the urban space of your multiplicities; as well as your concrete and symbolic territorial manifestations that demarcate the civic space while stage of the human actions, understanding all these manifestations in the plots of the nets that it comes to be a logic of the global to the place; choosing places and excluding others. We found in this scenery the adolescents' performances in conflict with the law and we understood that these form the most fragile links of the Nets of the Illegality that act in agreement with the logic marketing of the profit the any price, only based on the values of Having in detriment of being of the current society of consumption powders modern. Like this for us to integrate the theoretical axis and our knowledge on the theme we accomplished a rising historical, economical, environmental of formation of the neighborhoods of Londrina and of your similarities and discrepancies besides we analyze these in the context of the space and social exclusion. Of this it sorts out our contribution to the theme it comes to be a proposal of Public Politics for these adolescents that are to the margin of the processes integralizadores of your formation identity while humans. He/she called us the attention the negligence of the State with relationship to the discrimination, victimized and marginalized of these manifested in the lack of public politics of education, culture and sociabilization. We still verified, the care lack in the manipulation of the referring data to these adolescents' cadastre in the unit of state ressocialização and in the preparation of the obituaries for the Legal Medical Institute, and of as the reality of the referring data to the criminality has been neglected in Brazil. Starting from this verification, all our efforts in the construction of a software for these adolescents' cadastre, presented in the interface form in the work and that intends to come to become a System of Geographical Information of the Juvenile Criminality.

Keywords: Urban Geography. Urban crime. Urban Space - Londrina. Urban violence- Londrina.

LISTAS DE MAPAS

Mapa 1 – Regiões de Planejamento e Administração – RDPA.....	119
Mapa 2 – Bairros Planejamento e Administração – RDPA	119
Mapa 3 – Bairros de Londrina IMAP&P	177
Mapa 4 – Presença de Escolas nos Bairros de Moradia dos Adolescentes em Conflito com a Lei em Londrina (2000- 2004)	179
Mapa 5 – Localidade de Atos Infracionais Praticados por Adolescentes em Conflito com a Lei em Londrina (2000 – 2004)	181
Mapa 6 – Bairros de Moradia dos Adolescentes em conflito com a Lei em Londrina	182
Mapa 7 – Localidade de atos Infracionais Praticados por Adolescentes a cada 1.000 Habitantes (2000 – 2004)	184

LISTAS DE GRÁFICOS

Gráfico 1	– Localidade dos Atos Infracionais	158
Gráfico 2	– Idades dos Adolescentes quando Cometem Infrações.....	159
Gráfico 3	– Relação de Gêneros entre os Adolescentes em Conflito com a Lei.....	161
Gráfico 4	– Consumo de Substância Psico-Ativa	162
Gráfico 5	– Ato Infracional.....	164
Gráfico 6	– Passagem(s) pela Delegacia do Adolescente e pelo Internamento Provisório.....	166
Gráfico 7	– Quantidade de Passagens pelo Internamento Provisório	167
Gráfico 8	– Adolescentes em Conflito com a Lei que Morreram entre o ano 2000 e 2003.....	170
Gráfico 9	– Identificadores dos Locais de Óbitos dos Adolescentes Julho/2000 à Fevereiro/2003	171
Gráfico 10	– Renda Familiar (R\$).....	173
Gráfico 11	– Situação Familiar	174
Gráfico 12	– Escolaridade	175

LISTAS DE TABELAS

Tabela 3.1 – Atividades ilícitas e seus desmembramentos	74
Tabela 5.1 – Região central pelo agrupamento do IPPUL.....	120
Tabela 5.2 – Região Norte: o "Cincão"	125
Tabela 5.3 – Região Sul: as margens do Lago Igapó e as Pirambeiras	130
Tabela 5.4 – Região Leste: o marco zero	140
Tabela 5.5 – Região Oeste: da Uel ao Pantanal.....	144

LISTAS DE ABREVIATURAS

- BID** – Banco Interamericano de Desenvolvimento;
- BNH** – Banco Nacional da Habitação
- CIAAD** – Centro Integrado de Ajuda ao Adolescente Infrator;
- CIAM** – Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna;
- COHAB-Lond** – Companhia Metropolitana de Habitação de Londrina;
- CONSEG** – Comitê de Segurança da Zona Leste de Londrina;
- DPF** – Departamento de Polícia Federal;
- EAAJ** – Escritório de Aplicação de Assuntos Jurídicos;
- ECA** – Estatuto da Criança e do Adolescente;
- FAT** – Fundo de Amparo do Trabalhador;
- FGTS** – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
- IASP** – Instituto de Ação Social do Paraná;
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano;
- IMA&P** – Grupo de Pesquisas Imagens Paisagens Personagens da UEL;
- IML** – Instituto Médico Legal;
- IPPUL** – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina;
- ONU** – Organização das Nações Unidas;
- PEL** – Penitenciária Estadual de Londrina; PIB - Produto Interno Bruto;
- SANEPAR** – Companhia de Saneamento do Paraná;
- SIG** – Sistema de Informações Geográficas;
- UEL** – Universidade Estadual de Londrina;

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	15
2 ESPACIALIDADES E URBANIDADES DO ESPAÇO GEOGRÁFICO	28
2.1 FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: URBANIZAÇÃO E HABITAÇÃO	36
3 REDES NO TERRITÓRIO	54
3.1 O FUNCIONAMENTO DAS REDES CRIMINOSAS	62
3.2 COMÉRCIO ILÍCITO.....	72
3.3 FLUXOS E AFLUXOS: POSSIBILIDADES NO ESPAÇO.....	79
3.3.1 Políticas Públicas no Estado Anômalo	81
4 VIOLÊNCIA: INDIVÍDUO E VIOLAÇÃO NA CIDADE	90
4.1 VIOLÊNCIA E MEDO NA CIDADE.....	94
4.2 ADOLESCENTES EM CONFLITO: O CORPO, O MUNDO, AS LEIS.....	105
5 CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE LONDRINA: ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS-AMBIENTAIS	113
5.1 CENTRO	120
5.2 REGIÃO NORTE: O “CINCÃO”	125
5.3 REGIÃO SUL: AS MARGENS DO LAGO IGAPÓ E AS PIRAMBEIRAS.....	130
5.4 REGIÃO LESTE: O MARCO ZERO	140
5.5 REGIÃO OESTE: DA UEL AO PANTANAL	144
5.6 ADOLESCÊNCIA E VIOLÊNCIA URBANA EM ANÁLISE	153
5.7 CARACTERIZAÇÃO DO ADOLESCENTE INFRATOR EM LONDRINA.....	157
5.7.1 Localidade Municipal dos Atos Infracionais.....	157
5.7.2 Idade	159
5.7.3 Gênero	160
5.7.4 Substâncias psico ativas	161
5.7.5 Ato Infracional	163
5.7.6 Número de passagens e reincidência	165
5.7.7 <i>Causa mortis</i>	168
5.7.8 Renda, situação familiar e escolaridade.....	172

6 CONCLUSÃO190

REFERÊNCIAS.....197

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Antes de mais nada, é mister reconhecer que antimetodologia é metodologia (DEMO, 1995, p.66).

A violência, em suas diversas manifestações, apresenta-se sob formas tanto simbólicas como físicas. O tema em questão, bem como a contribuição geográfica para o mesmo, somente é possível pelo processo dialógico transdisciplinar com as demais áreas do conhecimento científico, político e artístico-cultural. Ao lançarmos o olhar sobre o tema e suas complexidades, encontramos um processo que extrapola a visão científica do mesmo.

Por se tratar de um tema multifocal, nossos esforços teóricos se traduziram em práticas ligadas à representação espacial do nosso objeto de estudo, na tentativa de unir os diferentes diálogos das ciências humanas às exatas, até às expressões artísticas e culturais que compõem a *pólis*.

O interesse em estudar o tema vem da vivência cotidiana desde a formação identitária infantil com a violência nos bairros de periferia onde cresci. A proximidade com a realidade social da maioria da população brasileira – que residem à margem da produção espacial urbana ordenada – fomentou, em mim, o desejo de contribuir para uma formação social mais igualitária.

A formação como geógrafa e educadora oportunizou-me a experiência em trabalhar com adolescentes pobres do sexo masculino na Guarda Mirim de Londrina, no ano de 2004, onde surgiu a intenção desta pesquisa - fruto de noites mal dormidas, angústias e preocupações com estes “meninos” -, pois devido à proximidade destes com as redes criminosas muitos se enveredavam pela “vida bandida”. Essa forma de viver fez com que tentássemos responder algumas questões: o que levam/levavam estes adolescentes à práticas violentas? Por que muitos deles se recusam/recusavam a participar da facilidade de seguirem o fluxo do grupo? Como o Estado e a sociedade civil vêem os adolescentes infratores e quais são as medidas sócio-educativas aplicadas?

Convivendo com a violência que sofriam e praticavam, pude apreender e identificar-me com estes em seus conflitos, medos, inseguranças,

esperanças e projetos, além das revoltas pela condição que estão/estavam expostos e que se mostra/mostrava irreversível. O que distinguiram uns dos outros em relação à exteriorização de sua natureza?

O desejo de compreender melhor o universo no qual estavam inseridos e o constante aumento no número de detenção destes em unidades ressocializantes e/ou óbitos impulsionou-me a debruçar sobre este tema que foi escrito com a mente e corpo.

A “demonização” destes adolescentes como sendo os responsáveis pela crescente onda de crimes violentos praticados nas cidades brasileiras, fez-me buscar o que era oferecido para estes pela sociedade que os criticavam com tanta veemência. Suas mortes são vistas com profundo descaso pelas autoridades e a sociedade civil, de certa forma, ainda buscam a retribuição do “mal” que estes infligem aos demais.

Percebemos, assim, que os adolescentes em conflito com a lei são as amarras mais frágeis de uma rede perversa de interesses particulares que age em nome da acumulação do capital em benefício próprio.

A violação da liberdade do indivíduo, por meio da violência social, política, do *mass media* e a supressão de direitos básicos de grande parcela das populações urbanas são fatores determinantes para a crescente criminalidade contemporânea.

A questão da violência urbana reconfigura os territórios citadinos, ao atribuir-lhes usos restritos criando os chamados “territórios do medo”. E vem sendo crescente os atos ilícitos, praticados por adolescentes, o que nos chama a atenção, apontando para a fragilidade de nossos sistemas sociais, educacionais e familiares.

Estudar, mapear e pontuar tais territórios na cidade, por meio de um banco de dados georeferenciados, gerando e disponibilizando mapas e análises podem contribuir para conter a proliferação de ações violentas. Uma vez que, a interferência de ações sociais e das políticas públicas podem ser redimensionadas para os lugares que mais necessitem desta intervenção.

Coletando dados nos diversos órgãos estaduais e federais responsáveis pelos cuidados e encaminhamentos dos adolescentes em conflito com a lei, pudemos identificar lugares de maiores incidências de atos violentos e também lugares abandonados pelo poder público, o que nos possibilitou constatar que este modelo repete-se nos níveis macro e micro do nosso país.

A cidade, em suas diversidades espaciais, não é composta tão somente por relações concretas físicas, mas se constitui em uma rede de símbolos de abstrações, imaginações que delimitam os espaços físicos conferindo-lhes um valor subjetivo. Os lugares vão adquirindo valores por meio dos símbolos que lhes são auferidos.

Assim, iniciou-se este que pretende servir de um despertar na necessidade da sistematização de informações que interessem à sociedade civil e os departamentos públicos educacionais, policiais e de assistência social na cidade de Londrina. Ao pensarmos em propostas e apontamentos para a gerência de territórios da ilegalidade, da desigualdade social e na ausência de políticas públicas e das subtrações dos direitos, que criam um quadro caótico das representações humanas na cidade.

O trabalho em questão busca contribuir para uma análise social e espacial referente à violência urbana, ao focar nos atos ilícitos praticados por adolescentes no município de Londrina. Torna-se necessária a criação de estratégias e mecanismos para compreender além do por quê, onde e como se desenvolvem as ações de violência e como se formam seus lugares de evidência. Trabalhamos com dados quantitativos e qualitativos, buscando a transformação destes em informações e conhecimentos, na tentativa de elucidarmos de forma coerente e representativa os resultados obtidos e as aprendizagens deste percurso.

Neste capítulo apresentamos os reais motivos e os procedimentos metodológicos que conduziram a pesquisa, apontando para o panorama geral de trabalharmos com a violência urbana e os adolescentes na cidade de Londrina.

No capítulo 2 – **Espacialidades e Urbanidades do Espaço Geográfico**, apresentamos a concepção de espaço geográfico por nós utilizada e a importância nas formas de representá-lo que contribui para um entendimento integrado/sistêmico ou apenas especulativo de formação da cidade e do espaço urbano brasileiro. Relacionamos ainda características similares e singulares no processo de formação das cidades médias brasileiras bem como as formas de segregação dos espaços da cidade, e de como estes contribuem para a formação da violência simbólica dos lugares, valorizando e estigmatizando espaços segundo a lógica do capital.

No capítulo 3 – **Redes no Território**, discutimos como se dá a formação das redes em suas mais diversas manifestações nos territórios, sejam

estes espaços concretos ou abstratos. Diagnosticamos a ascensão das Redes da Ilegalidade (termo este cunhado por nós) para compreensão da complexa estrutura da violência nas cidades globalizadas. O papel da informação como executora das mais diversas redes e o papel do Estado nesta trama nos permitiu verificar como a lógica econômica do lucro vem a ser a motivação mais poderosa de ação ultrapassando os valores éticos e existenciais na atualidade. Encontramos, no entanto, na ausência de ações do estado neoliberal as brechas para aflorarem as desigualdades sociais, contribuindo assim para o acirramento da crise social e da necessidade de políticas públicas integradas para combater o florescimento desta lógica perversa e predatória e do domínio do tráfico de drogas e seu próspero comércio.

No capítulo **4 – Violência, Indivíduo e Violação na Cidade**, estabelecemos o diálogo entre as concepções de violência, sua manifestação no meio urbano e de como a construção de nossos processos sociais civilizatórios utilizaram-se desta, seja de maneira simbólica ou física, para incutir o medo e de criar assim uma cultura fundamentada nele. Interligamos esta análise com a questão econômica e a relação dos adolescentes, seus conflitos, desejos e da construção de sua identidade, bem como alguns apontamentos sobre os por quês de seus envolvimento com a vida do crime na pós-modernidade.

No capítulo **5 – Construção do Espaço Urbano de Londrina: Aspectos Sócio-Econômicos-Ambientais**, tentamos compreender melhor como funcionam os lugares da violência em Londrina. Construimos um aparato teórico dos bairros da cidade e da situação atual, neste focamos os diferentes aspectos de socialização de seus moradores e as manifestações violentas advindas, sobretudo, com o crescimento das redes de tráfico de drogas e o aliciamento de adolescentes. Embasados nesta, apresentamos o resultado de nossa pesquisa elaborada com dados do CIAAD entre os anos de 2000-2004, no qual geramos gráficos, mapas e uma interface de um programa para cadastramento de adolescentes em conflito com a lei com o intuito de fazermos uma proposta de solução dos problemas encontrados na unidade de ressocialização da cidade.

Objetivos da pesquisa

Geral

Representar a violência associada à questão urbana no município de Londrina por meio de suas manifestações espaciais no território.

Específicos

- Buscar em fontes oficiais dados sobre a violência de adolescentes em conflito com lei no município de Londrina: CIAAD e grupos ligados à universidade que estudem a violência urbana e a relação com os adolescentes;
- Organizar os dados e informações, atendendo à metodologia específica em ambiente de cartografia digital;
- Levantar teoricamente este “novo” campo da ciência geográfica, bem como a importância de seu estudo por esta, para o planejamento de ambientes urbanos mais equânimes e sustentáveis.
- Como toda pesquisa, buscamos responder vários questionamentos e, principalmente, confirmar ou refutar algumas hipóteses de trabalho:
 - a) Há uma relação diretamente proporcional à gravidade dos crimes com a vulnerabilidade social, ou seja, nos locais onde a situação familiar é desestruturada, com baixa renda, falta de políticas públicas, os atos ilícitos como homicídios aumentam com o aumento da desigualdade social;
 - b) Crimes como assaltos, latrocínios, furtos e tráfico de drogas são superiores na região central da cidade, caracterizando uma demarcação de território pelos adolescentes provindos das periferias;
 - c) A maioria dos adolescentes em conflito com a lei é residente da zona periférica de Londrina, principalmente nos bairros marginalizados e estigmatizados pela sociedade;

- d) A maioria dos adolescentes em conflito com a lei está atrasada em vários anos na escola, demonstrando a importância da educação formal na formação do indivíduo;
- e) As *causas mortis* de adolescentes em conflito com a lei devem-se, principalmente, ao envolvimento com o tráfico de drogas, sendo a maioria assassinada, não falecendo de causas naturais.

Para entender tal perspectiva, empreendemos uma discussão teórica sobre alguns aspectos relacionados à violência urbana e juventude, principalmente sobre os adolescentes em conflito com a lei. A formação da estrutura urbana, com a constituição do centro e das periferias nas cidades de médio e grande porte, discutidas por Spósito (1989) e por Castro; Gomes; Corrêa (2003) e Corrêa (1989) serviram como introdução para refletir e buscar compreender a criação de “grupos excluídos” nas cidades.

Complementando a análise, investigamos também o crescente investimento imobiliário nos condomínios verticais e horizontais na cidade de Londrina, estes com maiores evidências no início do século XXI. Como salienta O’neill (1989), a “sensação de insegurança” e a prática de atos ilícitos, em vários locais urbanos, faz com que as pessoas para se sentirem seguras, precisem estar sitiadas por cercas elétricas, câmeras, vigias e outros aparatos. A segregação espacial já foi estabelecida, porém, há a auto-imposição de uma outra segregação, aquela que acaba separando ainda mais os grupos – onde moram, trabalham e se divertem.

A discussão conceitual-teórica serviu de base para a construção de um SIG (Sistema de Informações Geográficas), utilizando-se dos suportes da Tecnologia da Informação para melhorar o trabalho de investigação das infrações, óbitos e das/nas unidades de ‘ressocialização’ dos adolescentes em conflito com a lei. Neste trabalho, foram construídos um banco de dados e uma interface enquanto protótipo de um programa computacional para transformar estes dados em informações sobre atos de violência praticados por adolescentes em Londrina e para direcionar a aplicabilidade legítima de políticas públicas eficazes, entre outras variáveis.

Utilizamos como referência dados de janeiro de 2000 a dezembro de 2004 do CIAADI sobre crimes de assaltos, furtos, violência doméstica, tráfico de drogas, latrocínios, vias de fato, homicídios, entre outros praticados por adolescentes e relatórios psicossociais do órgão referido. Pontuamos que mesmo

com as dificuldades no manuseamento e agrupamento dos dados o produto final conseguiu atingir o objetivo geral do projeto de pesquisa.

A partir do diálogo de pensamentos nas áreas da sociologia e da antropologia de Alba Zaluar (1994, 2004), Arendt (1985,1985,1991) e Foucault (1987) procuramos conceituar e discutir a violência urbana no território da cidade de Londrina, bem como as relações de poder existentes em nossa sociedade, pontuando indícios da crescente prática de ações ilícitas pelos adolescentes. Utilizamos para costurar essa trama de investigação, os conceitos de espaço, sentido e imaginário, explicitados por Silva (2001), principalmente para se entender como são criados, recriados, desconstruídos e constituídos os “Espaços do Medo”, conceito derivado de Tuan (1980), o qual trabalha as relações topofóbicas e topofílicas do espaço.

Procurando construir uma interlocução social que resultou no capítulo 5, ao realizarmos exaustiva pesquisa em jornais impressos locais, entre os anos 2000 e 2004, principalmente na *Folha de Londrina*, *Jornal de Londrina* e a *Folha Norte*, no acervo de arquivos da Biblioteca Pública de Londrina, matérias relacionadas às condições sócio-econômicas e estruturais de vários bairros de Londrina, especificamente da Zona Leste e Oeste, por não terem diversidades em pesquisas acadêmicas e históricas como a Zona Central, Norte e Sul.

O IPPUL (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina) também foi procurado com o intuito de levantar a gênese de formação das zonas do município, bem como o Museu Histórico e a COHAB (Companhia de Habitação Popular). Tanto no primeiro e quanto no segundo, não haviam registros históricos de formação de todos os bairros, e na COHAB as outras informações foram negadas, disponibilizados apenas os documentos do sítio virtual.

Outro fato relevante no desenvolvimento da dissertação é que a Prefeitura Municipal de Londrina não disponibiliza em seu sítio virtual o histórico completo da cidade, indicando uma falha na prestação do serviço de informação. Buscou-se, então, o recurso do levantamento de notícias nos jornais impressos na tentativa de retratar a realidade e o histórico de formação londrinense através de várias séries de reportagens como *Nosso Povo*, *Bairros Londrina* e *Ligue-se em Londrina*, complementares às notícias cotidianas.

As matérias abordam o cotidiano vivido pelos moradores, a falta de políticas públicas (saneamento básico, saúde, educação, segurança). Foram

utilizados neste trabalho as falas (em pesquisa de campo e dos jornais) de várias pessoas residentes nestes bairros, assentamentos e vilas para complementar os pensamentos, teorias e conceitos analisados, bem como criar um espaço para expressar a opinião de pessoas comuns que vivenciam a realidade focada na dissertação.

Todas as 70 entrevistas realizadas nesta pesquisa obedeceram aos critérios estabelecidos como:

- a) Residentes dos bairros – condições socioeconômicas, representatividade local, tempo de moradia e faixa etária;
- b) Órgãos públicos: representatividade institucional, diversidade de funções e cargos, bem como a proximidade no trabalho com os adolescentes.

As falas dessas pessoas contribuíram para que reconstruíssemos vários aspectos desse trabalho, bem como complementasse seus pensamentos e dizeres, tornando-se um processo coletivo, pois o tema merece reflexões de todos os setores da sociedade londrinense. A liberdade gera expressividade; a expressividade gera a liberdade.

Apoiamos a pesquisa nos métodos qualitativo e holístico que trabalham com as técnicas de entrevista aberta semi-estruturada, na qual não se tem um questionário fechado, mas um roteiro temático. Este foi escolhido devido à mobilidade e interdisciplinaridade do tema e do interesse em coletar dados e informações coincidentes com a realidade estudada, interligando as entrevistas na lógica das redes. Optamos pela entrevista despadronizada ou semi-estruturada que segundo Marconi e Lakatos (1982, p.71) possibilita ao entrevistado:

Liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. Em geral, as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informal.

Tal técnica foi utilizada por proporcionar ao entrevistado maior expressividade nos fatos e argumentos que ele considerar mais relevantes ao tema proposto, bem como ter um sentimento de conduzir a entrevista, direcionando-a de forma que o entrevistador colete maiores informações e consiga realizar uma análise

que relacione todos os dizeres do entrevistado. Quanto mais o entrevistado tiver chance de falar sobre o assunto proposto, mais serão as conexões que poderão ser interpretadas pelo pesquisador, contribuindo no resultado final do projeto.

As perguntas comum a todos os entrevistados, seguiu o seguinte roteiro:

- a) O que é violência?;
- b) Como você considera a Violência e a questão do corpo?;
- c) Quais são os lugares do medo para você em Londrina?;
- d) O que é medo?;
- e) O que você considera como ilegal?;
- f) Como você vê o caso da violência urbana?;
- g) Quais seus conhecimentos sobre o ECA? E qual sua opinião sobre este? ;
- h) A cidade, como você a sente?;
- i) Quais seriam as alternativas para conter a violência nesta?;
- j) Em relação às políticas públicas, o que você pode considerar? Qual sua proposta?;

Elencamos os diversos órgãos que poderiam repassar dados quantitativos e qualitativos acerca dos crimes praticados por adolescentes em Londrina, o CIAAD (Centro Integrado de Ajuda ao Adolescente Infrator), o Educandário, a Polícia Federal, Delegacia de Entorpecentes e Delegacia do Adolescente. Em todos esses órgãos utilizamos a técnica de entrevistas semi-estruturadas, indicando temas referentes à questão da violência e da adolescência, sendo as pessoas escolhidas por indicação dos próprios entrevistados.

No Departamento de Polícia Federal (DPF) e na Delegacia de Entorpecentes foram coletados dados referentes aos crimes de tráfico de drogas e todas as informações qualitativas sobre a relação com os adolescentes envolvidos nas apreensões. Realizamos entrevistas com Peritos Oficiais do Estado (Receita

Federal e Criminalística) da DPF, com o Delegado e policiais da Delegacia de Entorpecentes. Além disso, realizamos entrevista com o Delegado da Delegacia de Adolescentes de Londrina. Todas as perguntas eram relacionadas à questão do aumento da criminalidade praticada por adolescentes, como eles analisavam o envolvimento dessa faixa etária nos atos ilícitos, considerações sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e se visualizavam alguma solução ou

alternativa para a questão.

Outra ação realizada foram as entrevistas com membros do Movimento Hip-Hop de Londrina. Eles foram selecionados porque além de ser o maior movimento social do Brasil, seus produtos culturais disseminam e buscam denunciar e conscientizar as causas das desigualdades sociais existentes em nosso país, o racismo em relação aos negros, bem como a falta de oportunidades e políticas públicas para as pessoas que residem nas periferias. E ainda conseguem apontar alternativas que vão de encontro com a realidade destes adolescentes ao mostrar e evidenciar que a periferia produz arte, vivenciam a oportunidade de livre-expressão por meio dela, “sem” repressão.

No CIAAD, entrevistamos a diretoria, alguns técnicos (psicólogos e assistentes sociais), educadores e internos da semi-liberdade, explicando o trabalho e justificando sua relevância enquanto contribuição às políticas públicas sociais e a necessidade de dinamizar os serviços de atendimento à segurança pública. Qualitativamente obtivemos informações de extrema necessidade sobre a temática, principalmente para cruzar os pensamentos dos vários grupos que compõem o sistema implementado nesse órgão estadual.

No entanto, os dados quantitativos não foram coletados a partir do ano de 2004 a 2006, pois os responsáveis pela coleta, análise e avaliação não os tinham disponíveis. Não foram realizadas contraposições sobre os dados do Educandário de Londrina e o CIAAD, devido aquela unidade ter entrado em funcionamento somente a partir de 2004, contudo realizamos entrevistas com educadores, por conviverem com a realidade de adolescentes em conflito com a lei.

No desenvolvimento do processo, obtivemos conhecimento de um grupo de pesquisa da Universidade Estadual de Londrina (UEL), “Produção de Conhecimentos sobre a questão da criança e do adolescente”, com o projeto *Ação Interdisciplinar no Combate à Violência praticada contra Crianças e Adolescentes*, integrando, em suas ações, o ensino, a pesquisa e a extensão.

Diversas áreas integram o grupo, sendo elas: Serviço Social, Psicologia Social, Direito, Jornalismo e Relações Públicas, garantindo o princípio da interdisciplinaridade. O projeto conta com participação de oito professores e 40 estudantes, com apoio do Escritório de Aplicação de Assuntos Jurídicos – EAAJ da UEL, e as ações se realizam em parceria com o Conselho Tutelar do Município de Londrina.

O grupo foca seus estudos e publicações na questão da violência urbana em uma abordagem interdisciplinar, envolvendo principalmente a Psicologia Social e a Assistência Social dos casos de violência envolvendo crianças, adolescentes e mulheres no município de Londrina. Começamos a participar do grupo, com a apresentação do projeto de dissertação e o envolvimento propiciou acesso aos dados de que necessitávamos. Conseguimos, portanto, utilizar os dados referentes aos adolescentes em conflito com a lei, no período de 2000 a 2004, bem como os adolescentes que vieram a óbito, sobre os quais o grupo já havia feito a triagem entre a relação dos adolescentes que vieram a óbito no período de 2000 a 2003 e que passaram pelo CIAAD.

Ressaltamos que os dados do grupo foram repassados pelo próprio CIAAD, portanto as informações obtidas no trabalho são oficiais do Estado do Paraná no atendimento aos adolescentes em conflito com a lei no município de Londrina. E que o envolvimento com o grupo alavancou e amadureceu o tema a ser estudado ao obtermos apoio e consideração no mesmo. Após o conhecimento do grupo ***Produção de Conhecimentos sobre a questão da criança e do adolescente***, percebemos que o projeto de pesquisa poderia ter seu fim destinado a este, uma vez que atua diretamente com o adolescente e não apenas na produção teórica, vindo a calhar com o objetivo per si do pesquisador.

Para possibilitar um cruzamento de dados e conseguir fazer uma análise sobre a violência, utilizamos os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), principalmente o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH e a população absoluta de Londrina, referenciando e inter-relacionando renda, escolaridade, idade, sexo, residenciais e regionais dos adolescentes em conflito com a lei.

Foi utilizada a malha urbana de Londrina vetorial, confeccionada em Auto CAD pelo IPPUL, da qual obtivemos os dados referentes aos bairros, assentamentos, favelas e ocupações. Para melhorar a divisão territorial do município, equiparamos e agrupamos os locais que constavam nas fichas criminais dos adolescentes, dentro da proposta feita pelo IMA&P, com vários tipos de cotas e zoneamentos diferentes (nome oficial, popular, assentamentos e ruas que não “existem” oficialmente) – mapa em que constam 58 bairros em Londrina. Essas referências serviram de base cartográfica para a execução dos mapas digitais sobre os dados da violência.

O início deste trabalho se originou no Grupo IMA&P (Imagens, Paisagens & Personagens), grupo de pesquisa que elaborou e realizou o projeto Atlas Digital Urbano Ambiental de Londrina. O projeto envolveu várias instituições de ensino superior, sendo a Universidade Estadual de Londrina a realizadora. Conta com docentes e discentes integrados ao Grupo IMA&P, alunos de pós-graduação e docentes de outras instituições de ensino.

Tivemos como objetivo, com o desenvolvimento da pesquisa, promover a integração dos dados referentes à violência em Londrina, que se encontram dispersos, dificultando o acesso aos produtos cartográficos existentes, ou a facilidade em gerá-los. O projeto vem envolvendo fases de sistematização das informações espaciais sobre Londrina para a democratização das informações sobre a questão da violência na cidade como subsídio ao planejamento, pesquisa e educação ambiental, além de possibilitar a formação de alunos de ensino fundamental, médio e superior, qualificando-os para o desenvolvimento de estudos urbanos com base em produções cartográficas.

No tocante à aplicação dos produtos cartográficos e estatísticos, esta se dará em escalas diversas podendo abranger tanto os órgãos públicos municipais e estaduais, como escola, comércio, indústria, pesquisadores e profissionais interessados na temática das violências e nas dinâmicas espaciais de representações cartográficas.

Com a planilha de dados do conjunto total de ocorrências relativas aos anos de 2000 a 2004, os dados foram trabalhados de duas maneiras. Na primeira utilizamos da estatística clássica perimétrica onde os dados referentes aos aspectos quantitativos foram tratados, e as variáveis de gênero, escolaridade, tipo do ato infracional foram incluídas. À exceção das variáveis como local da infração e residência, que foram espacializadas utilizando o programa Philcarto que associa outros dois softwares Microsoft Excel® e o Adobe Illustrator®.

Utilizamos a base de bairros de Londrina, produzida pelo IMA&P, cruzando os códigos dos bairros com o local da infração e bairro de residência. Posteriormente, conforme o refinamento no tratamento dos dados e a atualização dos mesmos, novos mapas podem ser confeccionados.

Em seguida, à sistematização de informações, foi elaborada uma interface de dados desenvolvida por Adão Wesley Souza dos Santos, agrupando as seguintes variáveis:

1. Planilha total;
2. Planilha de dados do adolescente
 - a. Código da Pessoa;
 - b. Iniciais do Nome;
 - c. Gênero;
 - d. Número de Passagens pela Delegacia do Adolescente;
 - e. Número de Passagens pelo Internamento Provisório;
3. Planilha de infrações
 - a.1. Código da Pessoa;
 - a.2. Entrada;
 - b. Saída;
 - c. Tempo de Permanência;
 - d. Ato Infracional;
 - e. Tipo de Arma;
 - f. Escolaridade;
 - g. Local da Infração;
 - h. IMAP&P - bairro infração;
 - i. Consumo de Substância Psico-ativa;
 - j. Bairro de moradia;
 - k. IMAP&P - Bairro de moradia;
 - l. Situação Familiar no momento do ato da infração;
 - m. Renda Familiar no momento do ato da infração;
 - n. Idade;
 - o. Escolaridade;

As variáveis agrupadas na interface geraram um layout para consultas no sistema, facilitando o trabalho de visualização das etapas de programação. Para melhorar a compreensão e análise dos dados agrupamos as tabelas de gênero, idade, ato infracional, reincidência e homicídios por ano, gerando gráficos no aplicativo Excell, que demonstrassem as correlações, diferenças e concentração das variáveis e o tema estudado.

Desta forma a relação entre a teoria e a práxis ocorreu desde a concepção inicial desta pesquisa acadêmica até as pretensões de contribuir com a sociedade londrinense por meio da aplicabilidade desta interface/programa no CIAAD.

2 ESPACIALIDADES E URBANIDADES DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

Árdua tarefa a de explicar o conceito de espaço, primeiramente porque explicitar a significância de espaço geográfico torna-se adjacente às diferentes correntes epistemológicas do pensamento, sendo estas originárias da conceituação de suas reflexões. Em segundo, porque assim como as demais Ciências adotaram um objeto de estudo, a Geografia elencou o Espaço como seu objeto, debruçando-se sobre a questão espacial tanto de discussão teórica como de espacialização da realidade, o que lhe confere autonomia no bojo das Ciências Sociais Aplicadas.

No entanto, as definições de espaço podem se tornar demasiadamente amplas, dificultando a compreensão do mesmo. Na *Geografia Tradicional* – período circunscrito de 1870 a 1950, tendo início com a institucionalização da Geografia nas universidades européias – duas visões se formam e o termo espaço nem é concebido por esta corrente como conceito chave, privilegiados nas discussões os conceitos de paisagem e região. Ratzel (1882) e Hartschorne (1939) são os principais teóricos desta corrente positivista. Para estes, o espaço é visto como base indispensável à vida humana, condições naturais ou socialmente criadas. O domínio do espaço subentende-se o domínio das produções, das construções humanas sob este e, portanto, é fundamental para a história do homem. Neste bojo de raízes ideológicas desenvolve-se o conceito de *Território* (porção de espaço determinada por um grupo) e *Espaço Vital* (necessidades territoriais de uma sociedade em função do desenvolvimento tecnológico, do total de população e dos recursos naturais).

A partir de 1950 surge a *Geografia Teorético Quantitativa*, privilegiando o raciocínio hipotético dedutivo. O conceito de espaço nesta corrente ganha importância primária e confere-se unicidade epistemológica à Geografia, porém uma unicidade calcada nas Ciências da Natureza e da Física. O espaço é considerado sobre dois aspectos: 1ª – noção de planície isotrópica (construção teórica que resume a concepção de espaço a um paradoxo racionalista e hipotético dedutivo a homogeneidade é o ponto de partida e a diferenciação espacial de chegada); 2ª - representação matricial (espaço relativo e distância).

Trata-se de uma visão limitada de espaço, pois, de um lado,

privilegia-se em excesso a distância, vista como variável independente. Nesta concepção, de outro lado, as tradições, os agentes sociais, o tempo e as transformações são inexistentes ou relegadas a um plano secundário. Privilegia-se um presente eterno e, subjacente, encontramos a noção paradigmática de equilíbrio (espacial), cara ao pensamento burguês.

As representações matricial e topológicas devem, no nosso entender, se constituir em meios operacionais que nos permitam extrair um conhecimento sobre localizações e fluxos, hierarquias e especializações funcionais, sendo, nesse sentido, uma importante contribuição que, liberada de alguns de seus pressupostos como a planície isotrópica, a racionalidade econômica, a competição perfeita e a a-historicidade dos fenômenos sociais, pode ajudar na compreensão da organização espacial (CASTRO, 2003, p.23).

Em 1970, descontente com os reducionismos espaciais emerge uma contra corrente denominada de *Geografia Crítica*, fundamentada desde o início na lógica marxista, que buscava contrapor o positivismo. Esta corrente fundamentou-se nas concepções da teoria marxista tendo em Harvey um importante representante para a reconstrução desta teoria geograficamente. Harvey (1975) e Soja (1993) teceram as críticas ao marxismo sobre sua abordagem do espaço, alegando serem esta uma abordagem que se assemelhava às ciências burguesas ao considerar o espaço apenas como espelho ou receptáculo externo da sociedade.

No entanto, apenas a obra marxista não responderia às diversidades do espaço geográfico; sendo necessário extrapolar a matriz ideológica e as considerações do espaço, visto ser este transformado pelas relações aceleradas pós-revoluções industriais.

O *Capital*, por outro lado, é uma obra incompleta. O viés antiespacialista do marxismo é outra razão. Viés que remonta a crítica de Marx à ênfase que Hegel dá ao espaço, reificado e fetichizado na forma do Estado territorial. Marx procura enfatizar o tempo e a temporalidade, que foram elevados à primazia na filosofia e ciências ocidentais. A obra mais recente da SOJA (1993) tem por finalidade última reiterar o papel do espaço e da espacialidade como fundamentais para a constituição e o devir da sociedade. HARVEY (1993), por sua vez, estabelece conexões entre espaço e tempo ao discutir a pós-modernidade (CASTRO, 2003, p.24).

Na lógica marxista o espaço aparece efetivamente, porém, as relações entre espaço e tempo não contemplam a dimensão deste. “O espaço não é o ponto de partida nem o ponto de chegada” (CASTRO, 2003, p.25). O espaço não é instrumento político, mas sim conforme nos ensinou Santos (1979, 2003) “O espaço é o *locus* da reprodução das relações sociais de produção, uma sociedade só se torna concreta através de seu espaço e por outro lado o espaço é inteligível somente através da sociedade”.

Assim, o autor traz à tona a discussão e a relação entre espaço e dominação – “totalidade do Diabo” – considerando o espaço como fator social e não apenas reflexo social. Desta forma, são inseridas no bojo das discussões espaciais outras categorias de análise, sendo estas: Processo (relações dialéticas); Função (atividade, ou papel a ser desempenhado pelo objeto criado) e Forma (aspecto visível, exterior, não considerada em si mesma).

Necessitamos da evolução do pensamento geográfico, sobre o espaço, uma vez que todas as formas do passado solidificam o espaço atual. Não podemos desprezar os conhecimentos construídos ao longo da formação do pensamento geográfico, mas sim dialogar estreitando as formas de intercomunicação e concepção. Inclui-se nesta a *Geografia Humanística*, surgida pós 1970 com Yi Fu Tuan, agregando a Fenomenologia às concepções espaciais e privilegiando novas categorias de análise como Imaginário, Memória e Experiência dos Sentidos, entendendo a formação do Espaço e relação do Lugar (categoria privilegiada nesta corrente).

A questão do espaço e de suas diferentes significações se põe como uma questão central na discussão teórica da Geografia, não há uma unicidade sobre o tema, visto que as diferentes linhas do pensamento Epistemológico Geográfico entendem o espaço focando neste a categoria de análises que julgam mais pertinentes.

O espaço entendido como espaço social, vívido, em estreita correlação com a prática não deve ser visto como espaço absoluto, “vazio e puro, lugar por excelência dos números e das proporções”, nem como um produto da sociedade, “ponto de reunião dos objetos produzidos, o conjunto das coisas que ocupam e de seus subconjuntos, efetuado, objetivado, portanto *funcional*”. O espaço não é nem o ponto de partida (espaço absoluto), nem o ponto de chegada (espaço como produto social) (LEFÉRBVRE apud CASTRO, 2003, p.25).

O espaço é a categoria Geográfica, com a qual primeiramente nos relacionamos, isto sem nos dar conta, pois sendo material-objeto de todas as relações desde o momento do nascimento o Espaço envolve todos os sujeitos e suas construções ao longo de suas existência.

Discussões teóricas realizaram-se no decorrer da história do pensamento geográfico sobre o espaço e é neste espaço-tempo que se constrói nossa história particular e a sucessão de tempos-histórias originam a história do Homem no espaço-planeta-Terra.

Sendo material e objeto, este não é estático e imutável, mas dinâmico e transformado constantemente pela ação da Natureza e pelo homem. O homem não só o transforma material e objetivamente, mas através de relações subjetivas modela este espaço de acordo com seus interesses e sua cultura.

Por meio desta constatação, visualiza-se o espaço objeto-material que permite relações subjetivas realizadas por humanos que além da objetividade, são dotados de sentidos, os quais proporcionam uma rede de relações não visíveis, porém concretas no espaço-tempo.

A partir destas constatações, torna-se evidente toda a complexidade que o Espaço assume. Necessita-se, portanto, não apenas quantificá-lo, mas compreender como estas relações subjetivas constroem materialmente os espaços que se transformam em lugares.

Em uma sociedade de classes a relação de poder delimita os espaços-lugares destinados aos indivíduos, segundo sua posição social ademais de diferenças entre ricos e pobres, há também a diferença entre opressores e oprimidos e estas relações são perpetuadas via Poder.

A utilização do poder se processa de forma diferenciada, ou seja, o discurso condiz com os interesses dos dominadores. Para que as relações sociais desiguais continuem a ocorrer faz-se necessário subjugar o indivíduo em sua potencialidade e criatividade ao poder vigente, este domínio pode ser caracterizado como domínio do Espírito.

O Poder é almejado e encontra-se em todas as instâncias de nossas relações sociais, seja visível ou sutil, faz-se presente. Entender as dinâmicas espaciais requer esforço em debruçar-se sobre a diversidade de categorias de análise que as compõem. Ao perpassar a história do surgimento das cidades até o momento de suas novas estruturas e as rápidas mudanças na forma de apropriação

espacial do homem, necessitamos de uma compreensão global de suas dinâmicas, uma vez que os acontecimentos têm esta abrangência no mundo moderno.

As “novas” categorias - pelo menos de análise científica - que transformam os espaços habitados e inabitados pelo homem remetem a conjunção das ações e reflexões teóricas sobre as diversas apropriações do espaço e da construção histórica deste. A transdisciplinaridade, não é mais uma sugestão, mas sim um imperativo para aqueles que desejam extrapolar os conhecimentos acadêmicos para além da academia e se comprometem com a Ciência não apenas como veículo de promoção pessoal, mas sim como agente de transformação do planeta como um todo.

Seguindo esta lógica, que acreditamos ser compatível à postura do pesquisador ultra-moderno, tecemos uma gama de considerações, levantamentos históricos e teorias a respeito da formação do espaço urbano e de suas problemáticas.

Elencamos como categoria de análise o Imaginário Urbano e sua representação por meio do fantasma urbano, e de como essa relação constrói e a imagem da cidade e das diferentes representações espaciais.

O fantasma urbano é o Imaginário Urbano que produz o seu rebatimento em expressões gestuais ou simbólicas que podem ser produzidas de formas variadas. Nem todas as imagens emergem da nossa mente no momento que se necessita recorrer a elas, muitas imagens ficam registradas em nosso inconsciente e estas pairam em nossos olhos e se remetem a emoções do vivido, mesmo que não sejam desejadas. Tornamo-nos espectadores do que vivemos, vivenciando as sensações relacionadas à cidade, e este insight não nos é exclusivo, é por sinal – o nosso fantasma urbano.

Chamo fantasma urbano àquela presença indecifrável de uma marca simbólica na cidade, vivida como experiência coletiva, por todos os seus habitantes ou uma parte significativa deles, através da qual nasce ou se vive uma referência de caráter mais imaginário do que de comprovação empírica (SILVA, 2001, p.55).

Muitas vezes no Imaginário coletivo, o fantasma urbano que paira sobre nós, não é percebido. Ficamos esperando que algo aconteça, alguma coisa que salte aos olhos e explique de onde surgiu tal imagem, de onde vem todo o

simbolismo que se atribui a determinados espaços. Precisamos explicar o ambiente exterior através de nossos sentidos, ou seja, de nosso mundo interior, mas faltam palavras, ações e concretizações deste ambiente e justamente:

[...] essa palavra que falta, que não vejo ou não conheço, mas que me afeta, faz com que nos situemos diante de fantasmas do inconsciente. Se seguirmos com a etimologia vamos ver que o inesperado parente de espectro é espectador: o que olha, vê ou observa (SILVA, 2001, p.53).

A observação constante e contínua de nosso espaço se faz acompanhada de projeções simbólicas, de transições que ocorrem e modificam nosso ser individual e coletivo. Apercebemo-nos da mudança, mas, nos sentimos, contudo, atados, impotentes ante as dimensões do mundo-cidade. Esse fragmento de espaço-tempo que nos estimula e atemoriza, advém de nossa maneira de perceber e agir sobre o ambiente, ao qual estamos expostos.

Dessa maneira, ainda que a nossa capacidade para mudar o meio ambiente exterior seja muito limitada, temos uma capacidade virtualmente sem limites para julgar com a versão interiorizada do meio ambiente, que levamos em nossas cabeças (LEACH apud SILVA, 2001, p.54).

As várias dimensões espaciais e temporais decorrentes dos processos que vivemos, tanto relacionados ao mundo exterior como interior, são partes indissociáveis dos processos físicos e psicológicos, estão dispostos em uma cronologia linear, mas em uma dimensão vivencial que ultrapassa a sua imediata compreensão.

Com relação à vida interior e ao seu ambiente projetivo, o antropólogo Leach apud Silva (2001), fala das segmentações do tempo e do espaço social na vida cultural. Quando introduz a noção de ritual, sustenta que ele marca a transição (rito de puberdade, de funeral, de cura, de aceitação na tribo urbana...); é um “ intervalo de intemporalidade social” (SILVA, 2001, p.54), um limite entre espaço e tempo normais com o anormal, com o sagrado e o intemporal.

Existe aí uma ordem que é empírica e imaginária, estas por sua vez cedem e ou são transformadas uma a outra para coexistirem no mesmo espaço,

ocorrendo assim a coexistência destes espaços em uma zona de intersecção, de mescla e confusão que se denomina área fantasmal. É justamente neste ponto de mescla que vivenciamos a vida fantasmagórica da cidade, sendo o empírico aquilo que é fático e demonstrável e mais assimilado a fantasia e ao imaginário. Mas que confluem para a construção da totalidade e superposição da vida na urbes.

Nesse sentido, entendemos que mesmo as relações imaginárias, denominadas aqui como produção fantasmal, ocorrem em um determinado espaço. Espaço este que não é vazio de significado, mas que está repleto de produções sociais, econômicas que se delineiam, que se inscrevem neste pela cultura do seu povo. O espaço é o agente concretizador das ações empíricas e imaginárias. Nesse sentido se dão as discussões de E. Hall (1971) e P. Levy (1938) ao afirmarem que todas as experiências do homem estão ligadas às experiências de espaço:

Nosso sentimento de espaço resulta da síntese de diferentes espaços, de ordem visual, auditiva, sinestésica, olfativa e térmica. Se bem que, mesmo que cada sentido constitua um sistema complexo, todos estão, igualmente, modelados pela cultura (SILVA, 2001, p.67).

Há várias categorias de Espaço contidas nestas experiências, nestas vivências do/no espaço. Mas, como se formam os sentidos e significações destas categorias? Somente por meio de suas diversas atribuições culturais que estabelecem o uso social destes espaços é que as concretudes destes assumem novas formas, novos valores, novos usos atendendo não só a necessidade funcional dos espaços urbanos, mas e, sobretudo, estabelecendo as relações de identificação, memória, vivências, lembranças: relações estas de lugar. Na qual, segundo SILVA (2001):

A cidade, assim, corresponde a uma organização cultural de um espaço físico e social. Enquanto tal, uma cidade tem a ver com a construção dos seus sentidos. Haveria, conforme disse, vários espaços que pontuo deste modo em uma divisão fundamental: um **espaço histórico**, que se relaciona com a capacidade para entendê-lo em seu desenvolvimento e em cada momento; um **espaço tópico** em que se manifesta fisicamente o espaço e sua transformação; um **espaço tímico** que se relaciona com a percepção do corpo humano, com o corpo da cidade e com outros objetos que o circundam, e outro não menos importante, o **espaço utópico**, onde observamos os seus imaginários, os seus desejos, as suas fantasias, que se realizam com a vida diária (p.77 - grifo nosso).

A cidade confere aos espaços diferentes formas e significados específicos, os espaços urbanos são por excelência os espaços onde os simbolismos assumem suas mais variadas significações. É no espaço urbano que a confluência de singularidades e coletivização ocorrem concomitantemente.

Apenas a categoria não visível e fantasiosa – o Imaginário particular e coletivo pode percorrer as estradas sinuosas do mundo não visível e delinear no visível suas marcas, sua assinatura ao viver o real imaginado como real territorial. É a cidade vivida, sentida, repelida, capaz de aglutinar o efervescer humano que nela se encontra, é somente a cidade, em suas mais diversas possibilidades, incubadora dos diversos imaginários que aí se encontram e desta vivência fantasiosa a viver o imaginado como realidade:

Uma cidade é não só topografia mas também utopia e delírio. Uma cidade é local, aquele lugar despojado de normalidade social por um setor social. Uma cidade é dia, o que fazemos e percorremos, e é noite, o que percorremos, mas dentro de certos cuidados e certas emoções. Uma cidade é limite, até onde chegamos, mas também é abertura, desde onde entramos, uma cidade é imagem abstrata, a que nos faz evocar algumas de suas partes, mas também é iconografia no cartel surrealista ou uma vitrina que nos faz vivê-la a partir de uma imagem sedutora. Uma cidade, pois, é uma soma de opções de espaços, desde o físico, o abstrato e o figurativo até o imaginário (SILVA, 2001, p.78).

É esta categoria que denominamos espacialidade, a junção e conjuntura de tempos e espaços, memórias e identidades é a temporalidade do indivíduo no coletivo criando historicidade à cidade e conferindo-lhe dinamicidade para além dos muros visíveis. São as criações coletivas de significação de alguns há criar uma identidade de grupo, de relação com o lugar na construção desta nova temporalidade espacial.

A superposição de espaços está posta na criação de lugares da materialidade e da subjetividade, lugares estes que assumem suas mais variadas formas e onde coexistem ilegalidades/legalidades, violência, medo, segurança pública e privada, apropriações do espaço pelas diferentes personagens e de usos diferentes em horários distintos, configurando forma e valores á estes.

Por estas inúmeras abordagens, desse múltiplo desenrolar de sentidos, é que pesquisadores e teóricos do urbano deixam de tentar compreender a

cidade como sendo simplesmente matéria palpável. O invisível está posto ante nossos olhos ao falar e vivenciar as inúmeras possibilidades e particularidades da cidade e de suas representações concretas e abstratas.

A idéia brusca e determinista de que na cidade o que importa é o “real”, o “econômico”, o “social” deixou fora outras considerações mais abstratas, mas não menos reais: podemos dizer que o real de uma cidade não são só a sua economia, a sua planificação física ou os seus conflitos sociais, mas também as imagens imaginadas construídas a partir de tais fenômenos, e também as imaginações construídas por fora deles, como exercício fabulatório, em qualidade de representação de seus espaços e de suas escrituras (SILVA, 2001, p.79).

Dessa forma, torna-se inadmissível reduzirmos a cidade ao espaço do concreto, espaço físico e territorial enquanto realidade do organismo urbano. A cidade é território do real, do imaginário, das tramas psicológicas de seus habitantes do seu ambiente físico, humano e natural é, sobretudo, lugar dos contrastes complementares onde se fazem razão e emoção; medo e destemor, amor e ódio, real e imaginário. A cidade comporta todas as singularidades, todas as diferenças, pois têm em seu âmago as relações cosmopolitas das mais diversas personagens.

2.1 FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: URBANIZAÇÃO E HABITAÇÃO

Na busca de Espaço, Identidade e Sociabilidade, o ato de morar está incorporado à história do desenvolvimento humano e este desencadeou o processo de urbanização. Assim sendo, a urbanização é um dos fenômenos mais antigos da humanidade, portanto, para investigar o urbano devemos nos reportar às questões relacionadas com o fato do homem ocupar um lugar no espaço terrestre. Neste contexto, esta espacialidade traduzirá as formas de apropriação da natureza pelo homem.

Associada ao período Paleolítico e à preocupação com a “Morada dos Mortos”, estendendo-se pelo Mesolítico com a “Agricultura e a Domesticação dos Animais”, processos que culminaram na “Revolução Sexual”, acompanhado da

“Divisão Social do Trabalho” e da transformação do caçador em chefe político, a urbanização desenvolveu-se e modificou os estilos de vida, valores e atitudes que caracterizam as cidades.

No Medievo, após a queda do Império Romano e a expansão do Islamismo, houve o esfacelamento da dinâmica urbana e a terra se torna a única fonte de riqueza e subsistência no feudalismo. E somente, com o aparecimento dos mercadores é que as cidades medievais passam a ganhar expressão.

Na segunda metade do século XVIII, com a efervescência da Revolução Industrial, a urbanização dos atuais países desenvolvidos conferiu um novo caráter à cidade privilegiando-a como espaço das relações sociais e do trabalho, atribuindo-lhe funções como: lugar do comércio, da moradia, do trabalho na indústria, da produção de mercadorias, das relações sociais.

No início do século XX, a urbanização ainda era restrita aos países que primeiro se industrializaram. Após a Segunda Guerra Mundial, acelerou-se o processo de urbanização em países subdesenvolvidos, eclodindo na América Latina, considerada pelas Nações Unidas a área mais urbanizada das regiões menos desenvolvidas do mundo, concomitante a Ásia e parte da África.

As cidades da América do Sul são caracterizadas pela ampliação da cidade e urbanização com pouca industrialização, devido à dissolução das estruturas agrárias no processo de industrialização. Processo este que confronta a realidade urbana e a industrial e estabelece a dualidade dos processos de industrialização/urbanização, crescimento/desenvolvimento, produção econômica/vida social. Além da urbanização sem industrialização e com rápida extensão da aglomeração, caracterizada pela especulação (LEFEBVRE, 1991).

A urbanização dicotômica esteve associada a períodos de crescimento vegetativo muito elevado, o que ainda se verifica em regiões mais pobres. Em virtude da escassez de recursos econômicos, o aumento da população urbana aconteceu em maior ritmo do que a capacidade de investimentos em serviços sociais e de infra-estrutura urbana, como: moradia, escolas, hospitais, segurança, lazer, redes de saneamento básico, coleta de lixo, iluminação e transportes coletivos.

Nos países subdesenvolvidos, o processo de urbanização esteve em sua maioria, associado a um modelo econômico excludente, agravado pela concentração de terras e a precariedade das condições de vida no campo, fatores

que levaram grandes parcelas da população rural a migrar para cidades, que cresceram de forma desordenada.

Neste, o termo urbanização é entendido como as transformações do rural/agrário para o urbano/industrial e a diversidade das atividades envolvidas neste contexto, no entanto, a urbanização acontece somente quando as taxas de crescimento urbano são maiores do que as taxas de crescimento rural. Refere-se a muito mais do que um simples crescimento populacional, mas envolve mudanças e transformações nos meios econômicos, sociais, culturais e político (HILBERT; LAWSON, 1997).

Small e Witherick (1992) destacam as principais características da urbanização na complexidade das mudanças que afetam pessoas e lugares, como:

- i - uma concentração progressiva de pessoas e atividades: em vilas e cidades aumentando assim o tamanho geral das povoações;
- ii - alterações na economia de um país ou região passando as atividades não agrícolas a ser dominantes;
- iii - alterações nas características estruturais da população, como o aumento da taxa de natalidade, saldos migratórios positivos;
- iv - difusão do urbanismo para além da extensão urbana das cidades induzindo à diluição rural;
- v - transmissão ou difusão das alterações (econômicas, sociais, tecnológicas) através da hierarquia urbana até as áreas rurais.

O processo de urbanização nem sempre teve a mesma forma ou progrediu em todos os países com a mesma velocidade. Nos países desenvolvidos o estágio atual de urbanização corresponde a uma maior dispersão pela proliferação de cidades, pela descentralização e pela difusão do urbanismo para além dos limites da área edificada.

Nos países subdesenvolvidos ela tende a uma maior concentração em um número limitado de grandes cidades onde convergem os grandes fluxos migratórios de zonas rurais. A taxa de urbanização varia de lugar para lugar: de um modo geral relaciona-se com a velocidade e a escala do desenvolvimento econômico. Assim, do lado dos custos há subprodutos indesejáveis como habitações pobres, congestionamento, poluição ambiental, intromissão em terras agrícolas, etc.

Do lado dos benefícios, estão os progressos materiais, econômicos

e sociais, níveis de vida mais altos e a disponibilidade de vários tipos de serviços (comerciais, culturais e sociais) que contribuem para a qualidade de vida global. A questão habitacional é o principal elemento deste complexo e dialético processo de urbanização – a que molda e estrutura o processo de produção e organização do espaço, acelerado no período da primeira Revolução Industrial e persistindo até os dias atuais.

Lefebvre (1991) afirmou que a problemática urbana passa pelo processo de industrialização, na qual esta é o indutor do processo de urbanização induzindo-a e se relacionando a problemática do urbano. Mas lembra que a cidade preexiste à industrialização, assim expõe os tipos de cidade anteriores ao processo de industrialização, como:

escravocrata;

- a cidade oriental onde predomina o modo de produção asiático;

- a cidade arcaica onde predomina o modo de produção

- a cidade medieval onde predomina o modo de produção feudal e suas relações.

Ressalta ainda que, na cidade oriental e arcaica o caráter é essencialmente político. Na cidade medieval o caráter é comercial, artesanal e bancário.

No contexto da primeira Revolução Industrial a cidade adquire organização corporativa com divisão dos atos e atividades urbanas numa estrutura imóvel como das corporações de ofício (hierarquia rígida). A industrialização rompe o sistema urbano desestruturando as estruturas rígidas estabelecidas para as cidades. Desta forma a indústria cria o seu próprio centro urbano.

As cidades latino-americanas caracterizam-se pela ampliação territorial da cidade, adensamento populacional e urbanização pouco industrializada, por conta da dissolução das estruturas agrárias dissolvidas na intensidade do processo. Os antigos núcleos urbanos passam por um processo de implosão-explosão com a formação da megalópole e seu tecido urbano gigantesco. Onde no centro da cidade se estabelece o comércio e os guetos da massa pobre urbana. Com alguns resquícios de pessoas abastadas que conservam algumas posições no centro.

O tecido urbano ganha conceito de ecossistema, com o modo de vida da sociedade urbana que tem como sistema de valores a água encanada, o gás, a eletricidade, o carro, o lazer, a televisão, os utensílios domésticos, a moda, tendo na juventude contribuição rápida de assimilação deste modo de vida da sociedade urbana. Em meio a esta trama a relação ruralidade/urbanidade intensifica-se, com a resistência dos moradores mais antigos, que cultivam hábitos rurais no meio urbano.

Relações complexas e opostas aparecem nesta cidade moderna onde se constroem os fluxos entre a ruralidade, urbanidade e a centralidade. A crise da cidade é teórica (conceito de cidade em transformação) e prática (o núcleo urbano está se deteriorando, mas não desaparece). Este processo descrito até agora não acontece espontaneamente, contudo, mesclam-se no interior das divergências da luta de classes produzidas na cidade.

Lefebvre (1991) elucida que os conjuntos habitacionais surgem na segunda metade do século XIX, ao redor de Paris, no interior das divergências da luta de classes que se dão na cidade quando a classe burguesa ascende o crescimento econômico e substitui o habitar pelo habitat, ou seja, a obra pelo produto. Este conceito diferencia-se pelo uso e apropriação do ambiente urbano, onde a cidade possui caráter de obra, seus moradores podem desfrutar dos seus recantos, praças, apreciar os monumentos, as esculturas, respirar e viver a cidade em sua complexidade de formas, mas quando passa a produto a moradia passa a ter caráter apenas de abrigo e dormitório, o habitat.

Esta destruição da urbanidade acelerou-se após a Segunda Guerra Mundial, quando os operários começam a se tornar um perigo para os novos ricos com suas moradias precárias e insalubres e seu modo de vida destoante das classes abastadas; ameaçando os privilégios da nova classe dominante – a burguesia, de tal modo que esta elabora uma estratégia para expulsar o proletariado do centro urbano e da cidade.

A estratégia para limpar Paris, personificada pelo Barão Haussmann, pode ser descrita em três atos:

- 1º. A criação dos boulevards e espaços vazios para embelezamento do centro da cidade;
- 2º. A moradia na cidade adquire a concepção de habitat (casa), estabelecendo-se

uma hierarquia entre subúrbio (para os pobres migrantes do êxodo) e o centro para os ricos. A urbanização desurbanizante concentra no centro os escritórios e nos subúrbios as residências de proletários;

3º. O estado toma para si a iniciativa da construção de habitações com a criação dos novos conjuntos, das novas cidades. O estado não pretende resolver o problema da moradia e sim construir moradias rapidamente a custos menores.

Surge neste momento o habitat tipo pavilhão (conjuntos residenciais suburbanos formados por casas isoladas umas das outras, horizontal) e tipo conjuntos (blocos de apartamentos, vertical). Assim, a ordem urbana que se estabelece é de pavilhões e conjuntos.

Corrêa (1989) assinala que o espaço urbano das grandes cidades capitalistas caracteriza-se pelos diferentes usos da terra justapostos entre si e que este complexo conjunto configura a organização espacial da cidade. O espaço urbano destas cidades, no entanto, é simultaneamente fragmentado e articulado, pois cada uma de suas partes mantém relações espaciais com as demais, mesmo que de intensidades variáveis.

A articulação manifesta-se através das relações espaciais da luta de classes tendo como núcleo da articulação o centro da cidade.

A fragmentação desigual do espaço urbano desencadeia os conflitos sociais no interior das complexas estruturas sociais divididas em classes, contrapondo os diversos segmentos (donos dos meios de produção e as diferentes classes que constituem a força de trabalho) conferindo ao espaço cidade (que é complexo, mutável, desigual, articulado e fragmentado) ao mesmo tempo em que impõe a dinâmica da acumulação capitalista como condicionante da sociedade provocando uma reorganização espacial.

Corrêa (1989) esclarece que o espaço urbano capitalista é um produto social, resultado de ações acumuladas através de tempos, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. As ações práticas destes agentes são complexas, derivadas da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção e dos conflitos de classe.

Estas práticas levam a um constante processo de reorganização espacial que acontece pela incorporação de novas áreas ao espaço urbano,

densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infra-estrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social econômico de determinadas áreas da cidade.

Acompanhando as mudanças, advêm às desigualdades sócio-espaciais: o equilíbrio social e da organização espacial não passam de discurso tecnocrático e ideológico. Deste modo, os agentes sociais que fazem e refazem a cidade são:

- 1 - os proprietários dos meios de produção, sobretudo grandes industriais;
- 2 - os proprietários fundiários;
- 3 - os promotores imobiliários;
- 4 - o Estado e;
- 5 - os grupos sociais excluídos.

Contudo, estes agentes sociais agem dentro de um conjunto de ações, destacando-se: as jurídicas, que regulam a atuação deles; as ações comuns entre os interesses das diferentes classes dominantes; a tipologia de natureza analítica, onde conflitos desaparecem; e as estratégias que variam no tempo e espaço, de acordo com os interesses da maximização do lucro.

Historicamente, este processo de estruturação urbana é dinâmico, e no modo capitalista de produção tanto a produção da cidade (crescimento horizontal e vertical) quanto o seu consumo (localização dos diferentes usos de solo) estão subordinados às leis de mercado e determinados pela propriedade privada da terra, que tem caráter de mercadoria e permite a extração da renda da terra (SPOSITO, 1991).

Singer (1979) acrescenta que na estruturação do uso do solo urbano o centro principal (distrito financeiro, comércio, teatros, etc.) possui todos os serviços urbanos e ao seu redor se localizam as zonas residenciais da população mais rica. Os serviços urbanos se irradiam do centro à periferia, tornando-se cada vez mais escassos à medida que a distância do centro aumenta.

Desta forma, à distância do centro aos limites do perímetro urbano determina os gastos de transporte (em dinheiro e tempo) estabelecendo um gradiente de valores do solo urbano, que a partir do máximo, no centro principal, diminuirá até atingir os limites do perímetro urbano da cidade. A cidade cresce na medida em que os centros secundários de serviços vão surgindo em bairros, que

são valorizados, implicando numa reestruturação do uso de áreas já ocupadas. A classe alta que circundava o centro migra e dá lugar para novas áreas residenciais exclusivas, criadas pelos promotores imobiliários. Deste modo, o anel residencial que circundava a cidade se desvaloriza e passa a ser ocupado por serviços inferiores: locais de diversão noturna, de prostituição, hotéis de segunda classe, pensões e cortiços. Este envolvimento do centro principal por uma área em decomposição social cria condições para que a especulação imobiliária ofereça aos serviços centrais da cidade nova, área de expansão. Surge assim um “centro novo” em contraste com o “centro antigo”. Sposito (1991) expõe que até meados da década de 1970, as cidades brasileiras de médio porte tinham praticamente um centro único e monopolizador, com forte concentração de atividades comerciais e de serviços. O crescimento populacional destas levava estas áreas centrais a um processo de expansão heterogênea e não-linear.

Nas cidades maiores, nas metrópoles, este processo de expansão foi acompanhado da emergência de subcentros, face a seu crescimento territorial e a impossibilidade de permanência de um único centro comercial e de serviços, em função do aumento das distâncias ao centro principal e da ineficiência do sistema viário e de transporte coletivo. Os subcentros são caracterizados como áreas onde se alocam as mesmas atividades do centro principal com diversidade comercial e de serviços, mas em escala menor, e com menor incidência de especialidades.

Cordeiro *apud* Sposito (1991) diferencia o desdobramento da área central (localização de atividades terciárias tipicamente centrais ao longo de vias de maior circulação), de expansão dessa área (formação dos subcentros), pelos seguintes pontos:

- 1- não são áreas contínuas ao centro principal ou aos subcentros;
- 2- caracterizam-se pela localização de atividades tipicamente centrais, mas de forma especializada;
- 3- o nível de especialização destes eixos de desdobramento da centralidade é funcional e/ou socioeconômico;
- 4- esta especialização traduz-se na procura dos segmentos de maior poder aquisitivo do mercado.

Outra forma de localização das atividades centrais, que no Brasil emergiu reestruturando os espaços urbanos das metrópoles a partir dos anos 1970 e

se generalizou, inclusive nas cidades de porte médio, na década de 1980, foram os Shopping Centers. Eles representam uma recriação da centralidade e pela sua multiplicidade funcionam como área de lazer para as faixas de menor poder aquisitivo, além de gerarem novos subcentros ao seu redor, principalmente se instalados próximos a áreas residenciais.

Assim, o ir e vir, o ter acesso e – no sentido que Lefebvre deu à expressão – o ter direito a cidade, não dependem de uma legislação que zoneia a cidade a circulação das pessoas conforme seu padrão socioeconômico, ou tampouco da exigência de um ticket ou comprovante de renda para se passear num shopping, mas esta acessibilidade vai estar mediada pelas possibilidades/dificuldades de circulação e transporte, pelo poder/não poder maior ou menor de compra, pela proximidade/distância de suas moradias, pelas maiores ou menores jornadas de trabalho (para não frisar outras determinantes secundárias como status profissionais, níveis de instrução ou mesmo filiação étnica), enfim, em função da capacidade social dos indivíduos, sendo, portanto, socialmente determinada (SPOSITO, 1991).

Corrêa (1989) afirma que os grandes consumidores de espaço, de terrenos amplos e baratos são os grandes proprietários industriais e grandes empresas comerciais, em razão da dimensão de suas atividades. Assim, a terra urbana acaba assumindo um duplo papel: o de suporte físico para a atividade econômica e de requisito locacional, que gera a especulação fundiária. A especulação, por sua vez, onera o custo de expansão e aumenta o preço do imóvel e dos salários dos trabalhadores que refletem na diminuição do lucro das empresas. Esta especulação fundiária interessa somente aos proprietários de terras que entram em conflito direto com os proprietários industriais, assim, os proprietários dos meios de produção pressionam o Estado para desapropriar terras, instalar infra-estrutura necessária a suas atividades e para construir casas baratas em favor da força de trabalho. Nas grandes cidades com atividade fabril intensa, estes grandes proprietários industriais criam amplas áreas fabris próximas às áreas proletárias, modelando as cidades, produzindo seu próprio espaço e interferindo decisivamente na localização de outros usos da terra. E quando estas empresas se vêem envolvidas por usos residenciais de status conseguem ótimo negócio na sua realocação promovida pelo Estado, em áreas amplas, baratas e com infra-estrutura.

Corrêa (1989) explicita que os proprietários de terras atuam no sentido de obterem a maior renda fundiária de suas propriedades, preferencialmente através do seu uso comercial ou residencial de status, o que permite extrair a maior remuneração possível. Estes proprietários pressionam o Estado, especialmente a instância municipal para beneficiar suas terras com serviços de infra-estrutura. A propriedade fundiária da periferia dos grandes centros urbanos é alvo da atenção destes proprietários, já que passa por um processo de desvalorização (etapa de esterilização) antes da sua valorização fundiária (transformação em área urbana).

No entanto, a passagem do agrícola para o urbano envolve a demanda de terras e habitações que dependem, principalmente: das novas camadas sociais; das operações imobiliárias; da política do Estado; da ideologia da casa própria; das estruturas agrárias diferenciadas; dos eixos de comunicação e da instalação de indústrias.

Destarte os diferenciais da forma de ocupação urbana na periferia em relação ao uso residencial são de dois tipos: - a urbanização de status e a urbanização popular. As populações de status ocuparão as terras da periferia de amenidades (sol, área verde, lagoa, etc.), pressionarão o Estado para aprovisionar o crédito bancário e instalar eles próprios a infra-estrutura urbana necessária. Tornando os proprietários fundiários em promotores imobiliários.

Em contrapartida, na periferia sem amenidades, a saída para o proprietário é lotear a propriedade e incitar via pressão popular o Estado a legalizá-los e promover a infra-estrutura necessária para subsistência da população.

Isto gera a valorização fundiária, que beneficia o proprietário que intencionalmente intercala terrenos vazios entre os loteamentos e o centro da cidade.

Corrêa (1989) define como promotores imobiliários um conjunto de agentes que realizam parcial ou totalmente as operações:

- 1 - incorporação, que é a gestão do capital-dinheiro, transforma o dinheiro em mercadoria;
- 2 - financiamento, arrecada dinheiro, compra e constrói;
- 3 - estudo técnico, viabilidade do projeto de acordo com a lei de obras;
- 4 - construção, terceirização do processo produtivo;
- 5 - comercialização, transformação do capital-mercadoria em capital-dinheiro,

corretores e propaganda do negócio.

Estas operações vão originar diferentes agentes, como: o proprietário-construtor; o proprietário fundiário; o comerciante-próspero; os grandes bancos e o Estado. Destacamos o fato de que os promotores imobiliários não têm interesse na construção de habitações populares em função dos baixos níveis dos salários das camadas populares face ao custo da habitação, majorada pela conjugação dos interesses dos proprietários fundiários, dos promotores imobiliários e da indústria de material de construções.

H. Coing *apud* Corrêa (1989) assegura que a habitação popular é rentável, quando: a qualidade da construção é péssima e verifica-se enorme escassez de habitações. Este conceito é reforçado com o exemplo da Inglaterra, século XIX, onde freneticamente construía-se moradias, sem a menor preocupação com a higiene e conforto dos habitantes, com a única preocupação de obter o maior lucro possível, de acordo com o princípio: *por pior que seja um casebre, há sempre um pobre que não pode pagar um melhor* (ENGEL, 1985).

No entanto, nos países subdesenvolvidos, como o capital não tem interesse em construir habitações para os populares, a estratégia dos promotores imobiliários reside em primeiro lugar na produção de residências para classe solvável; em segundo lugar chama o Estado a financiar habitações para a classe não-solvável. A existência de uma demanda solvável saturada e de uma não-solvável insatisfeita explica o interesse do capital imobiliário em obter ajuda do Estado, construindo moradias para as camadas populares através do fornecimento de crédito para os promotores imobiliários e outras facilidades na desapropriação de terras.

Assim, a criação de órgãos como o BNH (Banco Nacional de Habitação) e COHABs (Cooperativas de Habitação) usando os recursos do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e do FAT (Fundo de Amparo do Trabalhador) visam viabilizar a acumulação capitalista via produção de habitações populares, amortecendo as crises cíclicas da economia com o apoio do Estado capitalista e, reforçando a desigualdade e a segregação residencial que caracteriza a cidade capitalista (CORRÊA, 1989).

Corrêa (1989) afirma que o Estado organiza espacialmente a cidade. Sua ação tem sido complexa e variável no tempo e no espaço, refletindo a dinâmica

da sociedade, quando atua como grande industrial, como proprietário fundiário, como promotor imobiliário, como agente de regulação de uso do solo. E também quando utiliza as terras públicas para negociação com agentes sociais.

De acordo com o pensamento de LÊNIN (1918), o Estado é produto e manifestação irreconciliável das contradições de classes. Para Marx (1983) o Estado é o órgão de dominação de classe, de opressão de uma classe pela outra e

é a criação da ordem que legaliza e avaliza esta opressão amortizando o choque de classes. Engels apud Lênin (1918), no entanto, desenvolveu a noção de que a força pública, que dá nome ao Estado, é uma força que brota da sociedade, mas que se situa sobre ela e se divorcia cada vez mais dela à medida que os antagonismos de classe aumentam.

O Estado sob a perspectiva marxista é definido através da relação entre luta de classes e funcionamento do aparelho de Estado, onde a noção de luta de classes envolve o complexo conjunto de relações sociais.

As relações sociais são manifestadas através da: 1- criação das condições gerais de produção (infra-estrutura para reprodução das relações de produção); 2- oposição entre classes sociais de interesses antagônicos (beneficiária dos bens e vítima da segregação); 3- diferenciação política, segundo Gramsci (equilíbrio instável entre classes antagônicas); e 4- constituição da contra-hegemonia, segundo Gramsci (sistema de valores da classe ascendente como modelo cultural nacional e de consenso) (LOJIKINE, 1981, p.57).

SINGER (1978) ratifica que o Estado como responsável pelo provento de boa parte dos serviços urbanos, essenciais tanto às empresas como aos moradores, desempenha papel importante na determinação das demandas pelo uso de cada área, específica do solo urbano e, portanto, do seu preço. Desta forma o preço do solo urbano é dado pela conjunção de alguns fatores, como: o monopólio da propriedade, a oferta elástica e a procura rígida, a especulação fundiária refletida no mercado de construções e quando o preço de revenda é aumentado pelo déficit habitacional. Acentuado após a Segunda Guerra Mundial pela urbanização das metrópoles e por constituir um refúgio contra a intensificação do processo de inflação (DELLE DONNE, 1979).

Derycke *apud* Delle Donne (1979) reforça como componentes do

preço do solo urbano as despesas de urbanização, a água, luz, gás, telefone, rede de esgotos, ruas, etc. e acrescenta que as rendas de raridade (deriva da escassez de terrenos) e de posição (amenidade, acessibilidade ao centro, ao local de trabalho) determinam a alta variação dos preços do solo.

Sansom *apud* Corrêa (1989) explicita que o Estado dispõe de um conjunto de instrumentos que pode empregar em relação ao espaço urbano: via desapropriação, regulamentação do uso do solo, limitação dos preços e da área de terras, aplicação de impostos, produção de espaço e infra-estrutura, na organização do crédito a habitação e controle do mercado de construções.

Neste contexto, esta complexa e variada gama de possibilidades de ação do Estado capitalista não se efetiva ao acaso e é marcada pelo conflito de interesses, tendendo a privilegiar aqueles segmentos da classe dominante que a cada momento estão no poder.

O Estado visa as condições de realização e reprodução da sociedade capitalista ao agir como segregador, e à medida que interfere na distribuição diferenciada dos equipamentos de consumo coletivo. Os diferenciais de imposto territorial e predial e o planejamento de núcleos urbanos, a partir do zero, são exemplos destas formas de segregação.

A segregação residencial tem origem no século XVI e se consolidou como tradição Latino-Americana. Hansen *apud* Corrêa (1989) ilustram com o exemplo da origem e evolução da cidade de Mérida na península do Yucatan, no México e Paviani com o exemplo do plano piloto de Brasília e suas cidades satélites o velho modelo colonial (CORRÊA, 1989).

Todavia, é somente na renovação urbana que o Estado capitalista viabiliza simultaneamente vários interesses. Ao criar condições de circulação mais eficiente do capital, expulsa os pobres residentes dos cortiços no centro da cidade, privilegia o capital imobiliário, promove a drenagem de alagados, constrói aterros e produz novos meios de transporte de uso individual.

Corrêa (1989) teoriza que, constituem os grupos sociais excluídos aqueles que não têm acesso aos bens e serviços produzidos socialmente, *principalmente a habitação*, cujo acesso é seletivo e condicionado a renda, para comprar um imóvel ou pagar aluguel. Como agravantes correlatos à exclusão habitacional estão: a subnutrição, as doenças, o baixo nível de escolaridade, o desemprego ou o subemprego. Assim sendo, estes grupos têm como possibilidades

de moradia: os cortiços (próximos ao centro da cidade), as casas produzidas em sistemas de autoconstrução (loteamentos periféricos), os conjuntos habitacionais (produzidos pelo Estado, na periferia) e a favela.

As três primeiras formas de moradia estão vinculadas a um agente social, seja o proprietário fundiário ou o Estado, no entanto, nesta última forma de moradia, seus agentes – os grupos excluídos -, tornam-se modeladores, produzindo seu próprio espaço. Primeiro, como forma de resistência (nas encostas e alagadiços) e em seguida como estratégia de sobrevivência (próximo ao mercado de trabalho).

Para Castells e Lefebvre apud Sogame (2001) a segregação urbana seria uma tendência a aglutinar no espaço zonas com características sociais homogêneas. Para o primeiro esta distinção seria compreendida não só pela diferença de localidade, mas também pela hierarquia. Para o segundo a segregação é o resultado de uma estratégia de extrema diferenciação social que impede a comunicação entre as diferenças. Sogame (2001) assegura que a diferenciação dos lugares no interior das cidades não tem nada de acidental. Resulta de um processo historicamente determinado, que se revela em sua maior plenitude no moderno sistema econômico, principalmente a partir do advento da indústria moderna. Lefebvre (1991) reafirma este conceito quando coloca que a problemática urbana passa pelo processo de industrialização.

Lamas apud Sogame (2001) ratifica que as idéias gestadas a partir dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM) e da Carta de Atenas (1933) influenciaram as agências e órgãos governamentais de planejamento, ajudando a construir, no último século, uma cidade funcionalista e segregada. De acordo com os postulados da Carta de Atenas obrigariam a isolar, separar e arrumar as principais funções da cidade: o habitar, o trabalhar, o lazer e os deslocamentos. Criando os zoneamentos espaciais (residências, comércio, indústrias).

A segregação sócio-espacial está também relacionada à idéia de periferia, porém as noções de periferia são dinâmicas e se alteram ao longo do espaço-tempo. Hoje se pode dizer que existe tanto uma segregação espacial da população pobre como uma auto-segregação da população rica (SOGAME, 2001). Uma das formas de segregação sócio-espacial mais visíveis, da população pobre na cidade são as favelas. Sua origem remonta a reforma urbana. Entre 1865 e 1881, já existiam indícios da presença de cortiços instalados em morros no Rio de Janeiro,

mas não constituíam aglomeração de vulto (ABREU, 1994). Assim, ela tem sua origem, por volta de 1890, ligada a dois focos de tensão que afetaram o Rio de Janeiro no final do século XIX: a crise habitacional, que se agravou muito com a abolição da escravatura em 1888 e a retirada dos cortiços do centro da cidade, e as crises políticas advindas com a República. As crises políticas advindas com a República tiveram importância capital na origem das favelas, dentre elas destaca-se a Revolta da Armada, ocorrida em 1893-1894, e a campanha militar de Canudos, que se prolongou de 1896 a 1897. Constados nos trechos:

Desde a Revolta armada que o governo vinha enfrentando o problema do alojamento de soldados no Rio de Janeiro. Para resolver essa situação, ordens foram expedidas autorizando a ocupação do convento de Santo Antônio (localizado no morro do mesmo nome) por militares. Não tendo sido as acomodações suficientes, permitiu então o coronel Moreira César a construção, numa das encostas desse mesmo morro, de diversos barracões de madeira. Havia indícios em 1893/1894, que começaram a ser construídos barracões no morro da Providência logo após a destruição do Cabeça de Porco (cortiço), que se situava exatamente no sopé desse morro, um de seus proprietários, dono também de terrenos na encosta autorizou a ocupação da mesma, cobrando dos antigos inquilinos o direito de ali construir casebres. Em fins de 1897 os soldados retornados de Canudos, ocuparam o morro da providência, localizado nas proximidades do quartel general do Exército. [...] e foi realmente a partir do morro da Providência que o termo favela incorporou-se ao cotidiano da cidade (ABREU, 1994).

Mas foi somente a partir da década de 1920, em função da sua enorme difusão pelo espaço urbano, que o termo favela se generalizou. Passou a designar todas as aglomerações de habitações toscas que surgiram na cidade, geralmente nos morros, e que eram construídas em terrenos de terceiros e sem aprovação do poder público. Lugar de criminosos, mas também lugar de trabalhadores; lugar onde se mora mal, mas se mora barato; lugar insalubre, mas que é mais saudável do que as opções que se oferecem aos pobres na cidade legal.

A favela no cenário urbano aparece como fator de estabilidade importante.

Após a reforma urbana, atingida a meta de controle de epidemias, o governo transferiu à força de trabalho grande parte dos custos da sua reprodução, mas foi obrigado a aceitar, ainda que jamais tenha admitido isso explicitamente, a

permanência da favela na cidade. Garantia-se, assim, o mínimo de estabilidade social necessário ao processo de acumulação. Além do fato de que tudo indicava que a permanência das favelas não esbarrava nos interesses do capital, ao contrário, delas podia se beneficiar, já que representavam uma importante reserva de mão-de-obra para a indústria, para as atividades de construção civil e para a prestação de serviço, inclusive doméstico (ABREU, 1994). Somada à reprodução das relações de produção e do próprio capitalismo, a favela no passar dos anos se firma na paisagem carioca e se multiplica no território brasileiro.

Na década de 1920 é reafirmada pela cultura do movimento modernista, da Revolução de 1930 a meados da década de 1960 pelo governo populista de Getúlio Vargas. No golpe militar de 1964 é sacudida pelos interesses imobiliários, nos terrenos mais valorizados, erradicando diversas favelas. É, então, somente a partir de 1940 que a favela se torna de interesse público, oficializada, passando a fazer parte dos planos e preocupações oficiais.

O'NEILL (1986) explicita que outra forma de segregação sócio-espacial menos evidenciada e controlada é a auto-segregação da população rica nos condomínios exclusivos, que começam a surgir nas grandes cidades brasileiras na década de 1970. Entendidos como um conjunto de habitações, quer construídas em prédios altos, multifamiliares, quer de residências unifamiliares, isoladas por muros ou cercas da área imediatamente em torno, possuindo policiamento próprio, equipamentos de lazer, algumas possuindo outros serviços como, por exemplo, cabeleireiro, escola e restaurante. Eles se constituem numa nova forma de produção do espaço urbanos a partir de 1980 e resultam de investimentos de capital de empresas ligadas a grandes grupos financeiros ou, simplesmente, da iniciativa de um grupo limitado de pessoas que têm interesses comuns e adquirem um terreno de razoável dimensão, parcelando-o e ali construindo residências. Comum a todos condomínios está a localização preferencial em áreas nobres e aprazíveis do espaço urbano. Estes condomínios têm como finalidade produzir um espaço residencial segregado e abrigar indivíduos e grupos com a mesma posição social, padrão cultural e hábitos de vida semelhantes. Hábitos que são referência de valores, expectativas, padrões de consumo, conscientização que são fundamentais para garantir a reprodução de determinados grupos sociais e o *status quo*. E na procura constante por estas áreas para se viver nas cidades devido à qualidade de vida, com o êxodo dos apartamentos e a questão da “segurança”.

[...] a organização espacial nas cidades capitalistas e entendido como um produto social, resultado de ações acumuladas de ações através do tempo, e engendrados por agentes que produzem e consomem espaço, estes agem de maneira complexa determinando uma constante reorganização espacial² refletindo o interesse dominante de um dos agentes. Esses agentes podem ser “ os proprietários do meio de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários o estado e os grupos excluídos sociais” (CORREA, 1989. p.12).

A estratégia dominante destes agentes é atender a demanda solvável. Por atuar de modo desigual pelo espaço, acaba criando e reforçando a segregação residencial. Os condomínios exclusivos apresentam peculiaridades que modificam o modo de se viver nas cidades.

Na construção dos condomínios exclusivos nas cidades brasileiras, tem-se evidenciado a forte atuação dos promotores imobiliários, que constituem um conjunto de agentes que realizam a incorporação, financiamento, estudo técnico, construção e comercialização (CORREIA, 1989, p.19-20).

A auto-segregação ocorre também no âmbito dos grupos sociais de assalariados de alto rendimento que têm se deslocado para áreas específicas das cidades, criando nelas condições de auto-segregação. Por fazerem parte da demanda solvável do mercado habitacional atraem a ação dos agentes modeladores. Assim, os moradores destes condomínios, um grupo social homogêneo em diversos aspectos, passa a ter consciência de seu espaço de residência como espaço de reprodução, criando condições que permitem que a sociedade se reproduza, garantindo sua perpetuação e de suas atividades de classes e, portanto, do próprio sistema econômico-social (O'NEILL, 1986).

Historicamente, o espaço das cidades tem sido destinado a cumprir funções específicas, que variam segundo as necessidades das organizações sociais, em que a utilização do solo urbano tem sido submetida apenas aos interesses capitalistas.

Estudos sobre verticalização das cidades brasileiras apresentam características marcantes da modernização do espaço urbano modificando de forma substancial esta paisagem, que a partir desta modernização passa por uma

mudança revolucionária. Estas mudanças se dão baseadas nos progressos técnicos, nos impactos provocados pelas mudanças na distribuição de classes sociais, por ver no poder público (estado) um órgão disciplinador do processo de verticalização por meio da legislação urbana e por obedecer à lógica de acumulação do capitalismo. O processo de verticalização das primeiras cidades brasileiras vem ocorrendo desde a década de 1920, mas os estudos sobre esta temática vão ganhar destaque a partir dos anos de 1980, principalmente na grande metrópole de São Paulo. Nos anos de 1990 este processo já é pensado a partir de outras metrópoles, como Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Belém e também de cidades de porte médio, como Ribeirão Preto, Maringá e Uberlândia (LÖWEN SAHR, 1998). Desta forma podemos dizer que a verticalização como forma de habitação popular se constituiu num instrumento de controle econômico e político da população de baixa renda, auxiliando, em certos momentos, a amenização dos conflitos pela posse do solo urbano.

As novas redes urbanas de socialização da cidade vão configurando os espaços e articulando novas possibilidades econômicas, políticas e sociais de se pensar e construir o viver nas cidades, e estas, por vezes, não são somente redes legais mas, também, surgem como “alternativas” criadas pela parcela dos agentes sociais excluídos que se vêem à margem dos direitos à cidade.

3 REDES NO TERRITÓRIO

Ao falar em redes, nos vêm várias de suas formas à memória. Visualizamos uma rede de pesca, por exemplo, e de seus entrelaçamentos onde um ponto se une ao próximo formando a estrutura da rede, sendo esta uma alternativa para atividades que se realizadas unitariamente, como a pesca, dependeria de mais tempo, energia e não se obteria os mesmos resultados, considerando as relações de espaço-tempo.

Mas, afinal, o que é uma rede? A definição consensual é mínima: uma rede é um sistema de nós conectados por fios. Esses nós podem ser qualquer coisa: pessoas, comunidades, objetos. E a relação que os une pode ser de amizade, negócios, sinais de rádio ou qualquer outra coisa. Algumas redes são “sem vida”; outras, extremamente elaboradas, como o uso do verbo *enredar* indica (NAÍM, 2006, p. 210).

Cada ponto entrelaçado ao outro assim são as redes da informática da linguagem binária, que tem reestruturado as redes não apenas no universo virtual, mas também no plano espacial. Como já imaginado, um universo de/em redes apresenta vazios necessários às interconexões dos diversos pontos e a perfeição dos nós que compõem as redes não são reais. Existem brechas que formam esse emaranhado de nós e interconexões necessárias, inclusive para a superação do próprio modelo da rede. Estas desconexões dos nós serão utilizadas tanto para transformações sociais, como para burlar as estratégias de cooperação entre os pontos mais sólidos das redes, alterando todas as estruturas pré-estabelecidas e forçando o surgimento de novas interconexões, novas comunicações entre os espaços e a emergência de novas configurações, modificando os fluxos.

A dinâmica das redes encontra-se em todas as atividades que realizamos, essa concepção do mundo em redes se estabeleceu pós 1970, alterando os padrões culturais, sociais e de consumo, por todo o globo.

A comunicação estabelece o tripé imprescindível à formação e solidificação das redes, fato este que pode ser comprovado com o refinamento e

acirramento da comunicação global, tanto do ponto de vista da velocidade como da abrangência de lugares. O tripé: **dado – informação – conhecimento** integrou o planeta como um todo, estabelecendo uma cultura global, formando novos pontos de entrelaçamento entre os países. Como diria Santos (1979) é o *meio-técnico-científico-informacional* estendido a todos os lugares do globo, visto não existir mais Lugar intocado.

No século XX, as redes de comunicação evoluíram qualitativamente em inovação, linguagem binária e telecomunicações.

Tamanha obsolescência suceder-se a um período de forte investimento e de rápida incorporação do processo técnico. Entre 1900 e 1920, os investimentos em linhas telefônicas se multiplicam a fim de acompanhar uma demanda social crescente, a cidade, burguesia de negócios urbanos foi cliente (DIAS, 1996, pp. 117-118).

No Brasil, a expansão das primeiras linhas telefônicas se deu nos principais epicentros da economia, concentrando-se no Distrito Federal, Rio Grande do Sul e São Paulo. Nos anos de 1960, o país dispunha de um milhão de telefones para 70 milhões de habitantes.

Nossa hipótese, estagnação das telecomunicações é também referente, prioridade atribuída, desde 1945, ao transporte rodoviário. A questão central, consistia na integração do mercado nacional, circulação de mercadorias, política de unificação de mercados. O ritmo acelerado do processo de industrialização, Juscelino Kubitschek exigia importantes investimentos do Estado em energia e transportes. A industrialização do país foi acompanhada por uma reforma financeira (DIAS, 1996 p. 119).

A modernização do sistema financeiro do país, o governo militar, a concentração bancária, programas de investimentos agrícolas subsidiados pelo governo e a exportação, patrocinou o surgimento das redes dos banqueiros. “Nessa perspectiva, a existência de um sistema nacional e performance de telecomunicação passou a representar uma das condições fundamentais de realização do modelo econômico” (DIAS, 1996 p. 120).

Acompanhando a tendência mundial, a política da autonomia

tecnológica brasileira preocupou-se com a política industrial e na escolha deliberada de assegurar-lhe o investimento em tecnologia de ponta. Devido à crise macroeconômica dos anos de 1980 e tendo o objetivo de acompanhar o desenvolvimento tecnológico mundial, investiu na pesquisa somente em projetos estratégicos. Apesar de essencial na modernização industrial, foi menor o papel do Estado, mas não negligenciou a ação de equipar o território, fator preponderante à realização do modelo brasileiro.

No final dos anos sessenta, grandes porções do território nacional ainda não eram integrados pelas redes de telecomunicação. Em seguida, o equipamento do território por redes de microondas e por satélites permitiu o desenvolvimento da telefonia e a diversificação dos serviços de telecomunicações. [...] [Em] 1985, a rede passou a integrar virtualmente todos os municípios. A evolução dos serviços aponta um quadro de desigualdades, importante distinguir os serviços de telecomunicações e as redes-suporte, que constituem a infra-estrutura (DIAS, 1996,p. 123).

Toda essa infra-estrutura de suporte e redes técnicas encaminhou e direcionou fluxos e os serviços de telecomunicações oferecidos. E a rede da telecomunicação integrou o país, passando esta a ditar as diferentes maneiras de usos dos territórios.

Enquanto meio técnico, a rede-suporte multiplica as possibilidades de circulação da informação, sem a priori definir nenhuma orientação particular. Ao contrário, a organização das redes-serviço reflete uma forma de sociedade, uma estrutura de poder que age seletivamente (DIAS, 1996, p. 124).

É somente em 1985 que ocorre a integração de todos os municípios às redes de suporte, com a introdução do sistema de telecomunicações via satélite. Diversificando, a partir de 1990, o número de estações para recepção de sinais de satélites, integrando por meio da fibra óptica os circuitos dos centros urbanos, permitindo diferentes usos e fornecimento de redes de serviços. Onde as redes de suporte permitiram a extensão da rede telefônica, bem como aumento da velocidade na transmissão dos dados. Essas estruturas foram ampliadas com o objetivo de satisfazer aos interesses de grandes industriais e clientes financeiros.

O lugar que o Brasil passou reserva à teleinformática é revelador de uma sociedade plena de desigualdades. Grande parcela da população excluída do processo de modernização, entre 1985 e 1991, a utilização da rede TRANSDATA aumentou 604%, a telefonia de negócios 86% e a residencial apenas 20%. Com efeito, ao contrário dos países centrais, que introduziram redes de transmissão de dados quando a rede telefônica já havia atingido um alto grau de difusão, o Brasil, como outros países semiperiféricos, implementou uma política ao mesmo tempo de extensão da rede telefônica e de criação de redes telemáticas (DIAS, 1996, pp. 127-128).

Assim, a seletividade econômica acompanha a espacial, a qual os agentes mais importantes integram o território às redes desigualmente, obedecendo à ordem das atividades econômicas - construindo desta maneira “a configuração dos fluxos de informação, a centralização do comando nos raros pontos do território e a dispersão das atividades bancárias, manufatureiras, agrícolas e minerais sobre o conjunto do território” (DIAS, 1996, p. 129).

As redes reconfiguram os espaços e difundem os acessos interligando e oportunizando aos interesses de seus construtores, e estas configuram os territórios, conferindo-lhes valor a partir do ponto de interconexão de seus construtores.

A história da urbanização constitui, em grande parte, a história das redes técnicas. Com efeito, a dispersão das atividades econômicas pelo território e a concentração concomitante das funções de comando e de controle só foram possíveis no momento em que as relações sócio-espaciais adquiriram uma real fluidez. Nós tivemos de início as ferrovias – eixos tangíveis e reais – que irrigavam o país com matérias-primas e mão-de-obra. Hoje em dia se superpõem e se impõem os fluxos de informação – eixos invisíveis e imateriais certos, mas que se tornaram uma condição necessária a todo movimento de elementos materiais entre as cidades que eles articulam (DIAS, 1996, p. 138).

O esfalecimento do mundo bipolar e das novas formas de relações econômicas e políticas globais reconfiguram as redes e as relações destas na formação dos territórios. Com a implosão do bloco socialista, o mundo bipolar dividido entre duas superpotências passou por reestruturações tornando-se multipolar, com o predomínio das múltiplas interconexões globais, o processo

tornou-se multidimensional e mais complexo.

Com o fim da bipolarização e a dissolução dos dois grandes blocos antagônicos, que cautelosamente se entre-olhavam contra um pano de fundo de países ditos não-alinhados, passou-se quase abruptamente a uma nova ordenação, policentrada e multidimensional, dos palcos internacionais. E apesar de num primeiro momento daí ter parecido a muitos analistas resultar um Mundo unipolar, com os Estados Unidos como único hegemom, cedo se verificou esse modelo não ser muito satisfatório, quanto mais não seja pela sua excessiva linearidade. Porque, se é indubitável que em termos técnico-militares resultou na nova ordem uma clara hegemonia norte-americana, a nível económico o Novo Mundo viu-se forçado a partilhar essa posição de preponderância com a velha Europa e o novíssimo Japão. Mais grave ainda para esse hipotético modelo unipolar tão do agrado dos neorealistas: todo um variado universo de entidades transnacionais (de corporações comerciais a instituições financeiras, passando por Mafias e grupos terroristas das mais diversas matizes) constitui um plano suplementar que não olha às fronteiras dos Estados e no qual a hegemonia está ainda mais repartida. Um outro eixo numa ordem compósita. A unipolaridade tem assim de conviver com multipolaridades diversificadas num Mundo cada dia mais complexo (GUEDES, 2006, p.5).

Essa transformação do mundo pós-bipolar descentralizou o poder do Estado, apesar de não podermos fazer prognósticos sobre o futuro das relações entre os Estados-Nações e do desfalecimento iminente deste na política neoliberal.

Vivencia-se o crescente domínio dos interesses coletivos serem subjugados aos interesses de banqueiros e empresários. O modelo capitalista de relações económicas e empresariais aplica-se também às Redes como um todo.

Os modelos de rede se modificam, conforme as novas necessidades do Mercado.

As redes agora assumem carácter de interconectividade **Global, Nacional, Local e Transnacional**. Os valores da *sociedade do ter* superaram a questão do *Ser* e a verdade é que tudo rapidamente se torna vendável. Obedecendo à lógica do mercado, um outro comércio - o paralelo - apropriou-se deste modelo de Redes.

Desafiando regulamentações e tarifas, tratados e leis, virtualmente qualquer coisa de valor encontra-se à venda no mercado global de nossos dias – incluindo drogas ilegais, espécies ameaçadas, seres

humanos como mercadoria destinada à exploração sexual e profissional, cadáveres e órgãos para transplantes, metralhadoras e lançadores de foguetes, centrífugas e substâncias químicas usadas no desenvolvimento de armas nucleares (NAÍM, 2006, p. 8).

A estrutura do mercado trabalha com a lógica da oferta e da procura e o comércio ilícito também se apropriou desta, acompanhando as transformações globais e superando, em muitos casos, as transações “ legais” deste. Entre estas articulações estão as **Redes da Illegalidade**.

Estas são pontos que se aproveitam dos arrombos no tecido das redes para se infiltrarem nas diversas transações comerciais. Atualmente, segundo o que se pode quantificar destas atividades estima-se que seus fluxos de lavagem de dinheiro endossem 10% do PIB mundial.

A lógica das redes apropriada pelo comércio ilícito, "obscuros", ou poder paralelo como são denominadas, por se tratar de um comércio ilegal, infringe as regras, criando suas próprias leis, regulamentações, licenças, tarifas, embargos ao mesmo tempo em que fazem usos dos mesmos procedimentos de que as nações se utilizam para aumentar as receitas, proteger cidadãos e reforçar seu código moral, para organizar seus negócios. Suas ações ganham notoriedade e projeção política e econômica por todo o globo, como nunca antes conhecido ou 'registrado'. "Isso significa que o comércio ilícito não só está em alta, como sua interação com a crise social – conflito, corrupção, exploração – é mais complexa do que tem sido desde a abolição do tráfico negreiro no Atlântico” (NAÍM, 2006, p. 9).

Assim como as agências de inteligência incumbidas de combatê-los, as novas formas de vigilância e punição das nações com o advento da tecnologia. A ascensão do Ilícito acompanha as novas tecnologias e seu imperativo de ordem é a lógica do mercado.

A tecnologia expandiu esse mercado não apenas geograficamente, ao minimizar os custos de transportes, mas também ao tornar possível o comércio de uma vasta gama de produtos que não existiam anteriormente, como softwares piratas ou maconha transgênica. As novas tecnologias também tornaram possível comercializar internacionalmente produtos que, no passado, não podiam ser transportados ou listados em “ inventários” – rins humanos, por exemplo. Os mercados, obviamente, também se

ampliaram quando os governos desregulamentaram as economias anteriormente fechadas ou fortemente controladas e permitiram aos estrangeiros visitar, comercializar e investir mais livremente (NAÍM, 2006, p. 10).

Além disso, ao 'criminalizar' novas atividades, como a troca de arquivos na Internet e o uso de algumas substâncias outrora legais, os governos favoreceram o comércio ilícito, ampliando este comércio e adicionando milhares de pessoas a suas fileiras. Exatamente neste ponto, que Naím (2006) identifica as ilusões acerca deste tipo de atividade, e levanta três principais ilusões sobre as atividades do ilegal, comprovando como estes falsos pressupostos dificultam as ações de contenção destas atividades. Estas reduções no modo de entender o crime organizado e suas ações acabam por auferir-lhes maior maleabilidade e expansão dos negócios, estas redes estão transformando o sistema internacional.

A primeira destas ilusões se dá quando se pensa que essas atividades não são realizadas em redes, ou seja, que sua organização é frágil e que ocorre em pontos isolados do território. Esta postura subestima a inteligência dessas agências e a solidez de suas ações, bem como sua capacidade em acompanhar as tendências do mercado e de fazer uso de suas diversas ferramentas como o é o aparato tecnológico.

A segunda ilusão está firmada na errônea compreensão de que este tipo de atividade está muito distante de nós cidadãos legais, que pagam em dia seus impostos e não praticam nenhuma atividade "criminosa" do ponto de vista jurídico, a não ser a troca de informações de arquivos na Internet como, por exemplo, as músicas em mp3 e o uso de substâncias entorpecentes. É neste ponto também que se faz uma separação clara entre criminosos e cidadãos comuns, contudo, é nesta interconexão que aflora as redes de comércio ilícito ao saírem da clandestinidade e utilizarem do aparato tecnológico para fazer conhecida e difusa suas atividades.

Importante elo para compreender este fenômeno "subterrâneo", é conhecer sua complexidade e aumento de volume. Ignorá-las, como fazem a maioria das instâncias sociais, para apenas patrulhar fronteiras que na prática não se mostram rigidamente estabelecidas, seria simplesmente estabelecer limites morais e econômicos e ainda assim não conter sua crescente ascensão. Por isso, não podemos mais denominar de obscuras suas transações.

Na terceira ilusão percebe-se que o comércio ilícito é tratado como mera questão criminal, estas redes ainda são pensadas principalmente como terroristas, contudo os crimes globais alteram o cenário global, transformando o sistema internacional com regras de reconfiguração do poder político e econômico, mas reduzi-las à questão criminal, comprova a estupidez do sistema jurídico. "No entanto, como as páginas seguintes comprovarão, o lucro é uma motivação tão poderosa quanto Deus" (NAÍM, 2006, p. 11).

O modelo de operação das redes criminais acompanhou as mudanças do mercado global e se constituem na atualidade de forma descentralizadas.

Todas trocaram hierarquias fixas por redes descentralizadas; líderes autoritários por agentes e células múltiplas, tenuamente relacionados e dispersos; linhas rígidas de controle e troca por transações em constante transformação, de acordo com as oportunidades (NAÍM, 2006, p. 13).

A lavagem de dinheiro e a corrida dos governos para deter estas atividades estão ganhando colaboração internacional. A compreensão deste entrelaçamento entre o ajuste das redes e suas conexões ganha notoriedade pós 11 de setembro. Este modificou as relações internacionais e fez notório a todos os segmentos políticos e econômicos dos Estados-Nações que o "mundo subterrâneo" está na ativa, em linguagem própria "a todo vapor".

Mostrou também que suas facetas largaram na frente das ações legais globais e que não existe lugar intocado, onde houver território suas ações estão presentes. A tardia compreensão do poder constituído se mostra mais claramente na atualidade, onde no presente momento de nossa história mundial os esforços estão sendo "inovados" ao criar e disponibilizar a serviço de alguns estados as melhores ferramentas disponíveis para rastrear, apreender e detectar as fontes de dinheiro ilícito que viajam o mundo. Mas há também muitos outros comércios sujos que ganham notoriedade, crescendo sem precedentes na história humana.

Há muitos outros comércios ilícitos globais que cresceram fabulosamente na última década e se guiam pelas mesmas forças. As organizações que transportam produtos de "nicho" mais obscuro – órgãos humanos, espécies ameaçadas, lixo de risco, arte roubada – operam com os mesmos métodos utilizados pelos comércios mais conhecidos (NAÍM, 2006, p. 150).

Sabemos que o dinheiro 'não existe' enquanto materialidade, este é apenas um signo, é como um castelo de cartas que se resgatarmos as notas, visto ser esta quem traz materialidade a esta realidade, desmoronaria as mais sólidas torres. Seu poder de troca está relacionado com a aceitação das sociedades para transformá-la em valor de troca. O seu produto final, o dinheiro em números (transações bancárias), é que interessa. E os mercados ilícitos compreenderam esta lógica antes dos Estados-Nações e aproveitaram-se da facilidade desta abertura do mercado em camuflar as atividades e produtos que geram o montante de dinheiro em números. Compreender-se-á no decorrer do trabalho, como a mais rentosa destas redes - o tráfico de drogas – configura-se e atua na economia global, bem como seu papel central neste cenário de configurações simbólicas e o seu poder de configurar territórios do medo e da violência.

Mesmo que os crimes registrados não estejam diretamente relacionados à droga, isso não quer dizer que esse novo poder não esteja sendo exercido nos países capitalistas. No plano mundial, o crime organizado, que tem estruturas complexas e movimenta grande volume de dinheiro, não pode ser mais ignorado como uma força importante, ao lado de Estados nacionais, igrejas, partidos políticos, empresas multinacionais etc (ZALUAR, 1994, p. 143).

Ignorar o poder seja este de que ordem for, se simbólico, se institucionalizado, paralelo, do discurso é também ignorar toda a Microfísica deste, como bem salientou Foucault (1987), é, antes de mais nada, conferir uma legitimidade falsa porém vigente.

3.1 O FUNCIONAMENTO DAS REDES CRIMINOSAS

É possível comparar as redes estruturais ao se compreender como estas e seus membros se conectam aos diversos nós, suas relações espaciais, modos e funções. Em acordo com NAÍM (2006), os modelos canônicos de redes se dividem em três:

Um é a rede simples: uma cadeia, na qual cada nó se conecta com outro em determinada direção, como um fio com luzes de Natal ou como os participantes da brincadeira do telefone sem fio. O segundo é um centro com ramificações, como os mapas das rotas aéreas. O terceiro é uma rede multidirecional na qual todos os participantes estão ligados uns aos outros. [...] que usam uma conexão desse tipo, exclusiva do grupo e universal para todas que a integram (p. 210).

Estes modelos de redes não implicam em homogeneidade, pois há distinção em seus diversos modelos de ação. E a primeira reside exatamente no *modelo da rede*. Em segundo, diferencia-se pela extensão no seu raio de ações e pela função que exercem, podendo abranger países, estados, bairros ou lugares específicos como ambiente de trabalho, sendo estas formadas por relações formais ou informais.

Os diretores de uma companhia formam uma rede oficial que se reúne regularmente de acordo com um cronograma, mas o time de futebol da empresa ou os empregados que costumam se reunir para um happy-hour podem formar uma rede mais frouxa, mas mais alegre (alguns podem até dizer mais útil) (NAÍM, 2006, p. 210).

A terceira distinção entre as redes dá-se na maneira como está fundamentada a *reunião de seus membros*, que podem construí-las por intermédio de ações, ou estarem atreladas aos seus nós por pertencimento desde o nascimento, reproduzindo os padrões e valores morais de uma dada sociedade (etnia, localidade, etc.). Nesta categoria de redes seus laços e interconectividade podem simplesmente acontecer, como uma reunião de indivíduos que tem e/ou se agrupam por terem atividades em comum como mesma casta, religião, nacionalidade e etnia. Outras ainda se constroem como os modelos de franquias, ou ativistas ligados por uma mesma ONG, ou, até mesmo, indivíduos de uma mesma profissão que se unem para compor um conjunto de consultores, palestrantes, etc., nem sempre se distinguem claramente os limites das redes.

As redes têm diferentes propósitos ou propósito algum. E os laços que unem os membros podem ser tanto intuitivos, como um reconhecimento mútuo, quanto autoconscientes e seletivos, como um objeto político comum ou uma mesma religião (NAÍM, 2006, p. 211).

Cada uma das redes seja simples ou complexas, construídas ou não, funcionais ou latentes, possui suas próprias combinações de atributos. Compreender seu funcionamento é a chave para classificar seu enquadramento na teoria geral das redes e entender como suas relações entre os membros se estreitam ou se rompem, quais articulações sustentam seu funcionamento por determinado tempo e as fraquezas existentes entre os elos que levam a desintegração.

O que tudo isso nos diz a respeito do comércio ilícito? As redes de comércio ilícito são intencionais, porque têm um claro objetivo – o lucro por meio da infração às leis – e, quando essas redes se formam e entram em funcionamento, é porque é útil para a solução de um problema. Para serem bem-sucedidas, as redes de comércio ilícito precisam ser lucrativas e seguras. Mas esses pré-requisitos não ditam por si só a estrutura de uma rede de tráfico de sucesso. Grupos étnicos, por exemplo, sempre se envolveram com o comércio. Mas uma conexão étnica não é necessária nem suficiente para garantir o sucesso de uma operação comercial (NAÍM, 2006, p. 211).

Assim, como o funcionamento das demais redes globais, advindas com o processo de globalização ou mundialização do capital, as redes criminosas têm seu funcionamento e padrões próprios de atuação, sem, contudo, lançar mão de padrões do mercado ou de transações políticas e econômicas bem sucedidas do sistema legal, das quais, as redes mais sofisticadas contratam seus próprios hackers e especialistas em tecnologia e transações de mercado com o intuito de invadir os sistemas das agências de repressão e proteger suas comunicações. Padrões de segurança, como a criptografia, escutas, imagens de satélites, os mesmos utilizados pelas agências políticas e do mercado on line, são as mesmas a auxiliarem diversos traficantes em suas comunicações, transações e identidades, tornando-as ocultas.

Com a queda do muro de Berlim, em 1989, intensificou-se no pós Guerra Fria a reconfiguração de transações políticas e econômicas, e fez prosperar o comércio em forma de redes globais.

Crime organizado, mercado e mundo empresarial soam como realidades distantes, no entanto, estes estão intrincados por valores e regras que se assemelham. Diferenciando-se pela impossibilidade em criar uma legislação legal comum, ou seja, uma linguagem única de ação. A dificuldade das instâncias de

poder institucionalizadas e da sociedade civil em entender esta linguagem, ou na recusa de entender esta, é facilmente superada e compreendida pelos indivíduos envolvidos, sejam estes ligados a esta teia como os que a tecem ou seus mantenedores. Entender o funcionamento das redes globais criminosas torna-se difícil até mesmo para os círculos acadêmicos que se dedicam a estudar a questão, bem como compreender suas implicações e acordos com os órgãos responsáveis por reprimi-los, fato que confunde as análises e ações de combate fortalecendo por todo o globo suas ações.

Foi somente no final da década de 1990, que emergiu a visão de redes globais para o comércio ilícito, e somente pós o atentado de 11 de setembro de 2001, que os esforços das agências de inteligência criminal e as diversas polícias assumiram ser esta rede composta por ações que extrapolam os limites de fronteiras entre os países, disponibilizando uma ação além da local contra estes grupos. Os esforços internacionais de toda ordem se mobilizaram para o combate internacional, contra os criminosos dificultando ainda que minimamente suas ações.

Assim sendo, os efeitos da pobreza e da urbanização acelerada sobre o aumento espetacular da violência nos últimos anos não serão compreendidos se não se analisarem os mecanismos institucionais e sociais do crime organizado. [...] A corrupção e a política institucional, predominantemente baseada em táticas repressivas da população pobre, adicionam mais feitos negativos à já atribulada existência dos pobres. A participação de policiais e outros atores políticos na rede do crime organizado é peça fundamental desse quebra-cabeça da repentina explosão de violência a partir do final da década de 1970 (ZALUAR, 1994, p. 31).

Esta nova forma de agir no combate às redes criminosas, ainda conserva tendências maniqueístas, de atribuição de violência aos pobres (sejam estes nações ou populações), que tendem a desaparecer, pois não se pode ignorar que o crime atravessa classes sociais. E o evidente comprometimento de agências institucionalizadas ou de seus agentes com o crime organizado, sem o qual não seria possível que produtos ilegais, como armas de guerra, drogas, seres humanos entre outras mercadorias adentrassem os países, como é o caso da força armada de facções e comandos criminosos no Brasil.

É imprescindível compreender que as redes do comércio ilegal se

transformaram em redes transnacionais, seguindo a tendência do mercado. Pouco importa os locais, as divisões hierárquicas e leis dos Estados Nações, onde houver uma demanda solvável ali estarão os empresários do crime. Uma relação ambígua que mantém e faz prosperar este comércio, pois se há uma crescente nos seus lucros é porque há uma crescente em sua demanda.

Quanto mais os grupos de crime organizado se parecem com empresas, mais suas hierarquias e rotinas impedem que otimizem suas atividades. O novo ambiente oferece vantagem às organizações capazes de responder e se adaptar rapidamente às novas oportunidades e permite que mudem constantemente de localização, táticas, meios e mecanismos para ganhar o máximo de dinheiro possível. Conseqüentemente, o próprio “crime organizado” está se transformando – tornando-se menos organizado em um sentido tradicional de comando e estruturas de controle e mais descentralizado. Dessa forma, tenta igualar-se às redes de comércio ilícito que estão na vanguarda (NAÍM, 2006, p. 35).

A partir disso se constitui em um olhar obsoleto a desconsideração do fato que: traficantes se especializam em diferentes tipos de mercadorias, assim como as empresas transnacionais ramificam seus produtos para atender a diversos mercados consumidores, estes traficantes diversificam sua mercadoria.

Obviamente, em algum momento determinado, grupos étnicos ou máfias locais podem parecer controlar o mercado de heroína, o trabalho infantil, fuzis kalashnikovs, carros roubados ou cigarros, particularmente em uma única cidade ou região. Mas isso é apenas a parte visível do sistema (NAÍM, 2006, p. 35).

Assim como as modernas linhas de produção onde a confecção completa de um produto não obtém a mesma produtividade e lucros, torna-se desvantajoso controlar a produção do início ao fim, compensando uma produção em série nas esteiras do modelo Fordista de produção. As possibilidades técnicas e econômicas ofertadas pela globalização facilitam mais do que nunca esses comerciantes à combinação ou mudança de suas mercadorias negociáveis, tornando vantajosa essa maneira desmembrada de gerenciar seus negócios.

No cenário da violência no mundo, não se pode excluir o impacto local do crime organizado transnacionalmente, do crime também globalizado, com características econômicas, políticas e culturais sui generis, vale dizer, de um processo de enriquecimento, pelo menos dos que estão em posições estratégicas na extensa rede de conexões transnacionais, com poucos limites institucionais, com regras de acerto de contas não-jurídicas, produzindo e negociando para atender a demanda do que se convencionou chamar de “consumo de estilo” de suas mercadorias ilegais (ZALUAR, 1994, p. 154).

As redes locais, além de estarem conectadas aos elos das redes globais, possuem particularidades, pois se formam nos vazios destes pontos. E têm abrangências de ação em um espaço limitado. Outros nós formam as redes locais, por estarem estas ligadas muito mais aos lugares em que se formam do que aos espaços nações.

Tomem-se agora as redes humanas. Algumas são urdidas por relações que não são particularmente intencionais: uma vizinhança poderia ser considerada uma rede, mas uma associação de bairro reunindo muitos vizinhos sugere um laço muito maior. Os membros dessa associação estão ligados por interesses e objetivos comuns. Esses objetivos desenvolvem ou protegem aqueles interesses. Um grupo de “amigos de amigos” é uma rede, mas um serviço on-line que permite que eles se encontrem e se comuniquem representa um tipo de laço potencialmente muito mais sólido. Não há uma característica universal que estabeleça uma linha clara entre o que é e o que não é uma rede. E se buscarmos o padrão de rede nas organizações sociais, é provável que o encontremos por toda parte (NAÍM, 2006, p. 210).

Atualmente as redes de tráfico são altamente especializadas nas tendências econômicas mundiais e descentralizadas, "atomizadas" mesmo. Este modelo de arranjo estrutural tende a conferir aos participantes das células autonomia e auto-suficiência. A integração dos participantes formam complexas cadeias em suas atividades, sendo estas, ainda que afetivas, longas e extremamente adaptáveis entre as fronteiras.

O comércio ilícito rompeu as fronteiras e invadiu nossas vidas. Nunca mais saberemos com certeza a quem nossa compra beneficia, o que nossos investimentos apóiam, que conexões materiais ou financeiras podem ligar nosso próprio trabalho e consumo a objetivos e práticas que abominamos. Para os traficantes, isso significa triunfo. Um triunfo que toma a forma de lucros incomensuráveis e influência política sem precedentes (NAÍM, 2006, p. 21).

As Redes da Ilegalidade exploram as conveniências da Globalização, que começa a partir de 1990 com uma fenomenal expansão de reformas políticas, ao romper as barreiras ao investimento e ao comércio, bem como as mudanças tecnológicas que imprimiram uma energia acelerada no comércio global. E logo na primeira metade do século XXI, atingiu em termos de território, lucros e uma grande parcela da população mundial. Ao analisar mais profundamente o tema, entende-se a relação direta da globalização ao sucesso do comércio ilícito. Os custos envolvidos nos processos de transações desta complicada cadeia caíram e esta beneficiou o aumento de fornecedores e compradores finais, estendendo a cadeia de abastecimento muito além das antigas fronteiras, facilitando a rota entre os continentes.

Empresas-fantasmas são facilmente criadas, de tal modo que não é muito difícil estabelecer uma dezena ou mais de métodos de apagar vestígios. Conseqüentemente, os intermediários no comércio ilícito internacional de produtos, serviços e seres humanos expandiram suas ações e seus lucros (NAÍM, 2006, p. 205).

E foi assim, que o comércio ilícito deixou de ser especialidade perigosa e impenetrável, para se transformar em uma atividade corriqueira e comum. De facilidades e escamoteamentos surpreendentes, uma vez que, os produtos legais e ilegais podem ser substituídos e/ou combinados, o que tornam seus agentes (financiadores, prestadores de serviços e comerciantes) autônomos e interligados em uma crescente e eficiente ação de mercado. A exceção, apenas, na questão da transparência na informação, traço que não permite que se torne o mercado ideal dos economistas. O mercado para estes itens não é regulado pela oferta e procura global, é desigual e pauta-se nas condições locais.

A principal razão para que os governos estejam perdendo a batalha contra as redes criminosas globais não reside em alguma característica perversa da globalização. Ao contrário, a razão é exatamente porque são governos, e as redes, por sua vez, redes. Longe de ser um jogo de palavras, essa é uma realidade fundamental que define a assimetria entre as duas organizações em conflito. Excetuando recursos e tecnologias, o idealismo e o compromisso heróico de seus agentes, ou mesmo a criatividade e ousadia de suas táticas, o fato é que as agências do governo encarregadas de combater as organizações criminosas internacionais são burocracias. E burocracias públicas tendem, em toda parte, a exibir certos padrões previsíveis (NAÍM, 2006, p. 215).

As Redes da Ilegalidade utilizam-se de laços práticos e básicos, ao unir a necessidade à oportunidade. Empregam redes flexíveis e adaptáveis, para confundir os agentes das leis. Utilizam-se da descentralização de seus negócios e a camuflagem dos dividendos colabora para ações localmente arquitetadas, onde os envolvidos não se expõem. Ao avaliar qualquer comércio ilícito veremos a imbricação de suas atividades com a lavagem de dinheiro, sejam estas ações terroristas, tráfico em geral e outros comércios.

Após o êxito na inserção imperceptível de dinheiro sujo no sistema global, os comerciantes ilícitos começaram a pensar em criar “ramificações” – ciclos de lavagem e centrifugação, nos quais os fundos são recolocados em circulação até que sua origem não possa ser rastreada. O método clássico é o da empresa-fantasma – algum tipo de negócio com alto capital de giro, no qual os fundos lavados possam ser rapidamente inseridos. Essas empresas, porém, cresceram em sofisticação e não são mais as pizzarias do passado ou as firmas de “importação-exportação”, imediatamente suspeitas (NAÍM, 2006, p. 139).

As mudanças políticas em voga nos anos de 1990 incentivaram o declínio das distâncias e fronteiras, por serem obstáculos à circulação monetária internacional, propiciaram em primeiro lugar que muitos países abandonassem o controle cambial, não sendo mais necessária a autorização de governos para converter uma moeda local estrangeira.

A liberdade nas conversões cambiais deu origem, na maioria das nações, a mercados de capital mais livres. Assim, sistemas financeiros fechados tornaram-se a exceção não a norma. Para aqueles que se interessam por lavagem de dinheiro, estas foram excelentes oportunidades para expandir o espaço de ação e aumentar a flexibilidade de suas ações. Rápidas movimentações monetárias são uma das maiores facilidades da globalização: transações com cartão de crédito, dinheiro de imigrantes, comércio eletrônico e outras táticas são também utilizadas pelos ciclos de lavagem e centrifugação de dinheiro. “O problema é que o entrelaçamento de atividades lícitas e ilícitas oferece camuflagem aos lavadores de dinheiro em meio ao sistema financeiro global, do qual todos dependemos” (NAÍM, 2006, p. 128).

NAÍM (2006) faz uma reflexão sobre os pontos e interconexões que formam as redes na forma de pontos de luz, se imaginarmos uma infinidade destes,

serão vistos pontos mais brilhantes e outros menos intensos. Assim, na organização das redes também existem estes pontos, os que brilham mais atraem a atenção de muitos olhares, os que brilham menos são muitas vezes despercebidos. E as intensidades de seu brilho, neste caso, são medidas pela quantidade de lucro que produzem. "As redes de tráfico também controlarão os lucros e deterão os meios coercitivos para defender suas atividades de ameaças (governos) ou predadores (redes rivais)" (NAÍM, 2006, p. 250).

Mas, o que confere este poderio aos buracos negros? A resposta está exatamente na conectividade destes com os pontos de luz.

Uma região remota, primitiva, mal governada – ou sem governo algum – não é um buraco negro geopolítico a menos que possa representar ameaça para localidades distantes. As redes de comércio que operam internacionalmente servem como canais através dos quais essas ameaças circulam de lugares remotos para o resto do mundo (NAÍM, 2006, p. 250).

Esta divisão, entre pontos de luz e buracos negros, é a nova configuração territorial dos lugares e de sua conectividade entre os mais complexos pontos terrestres.

Acirrando ainda mais as desigualdades, ao causar divisões rígidas entre os espaços, ao pré-reconfigurar o mundo futuro, cada vez mais em pontos de luz (fortificados, defendidos e atrativos) e buracos negros (lugares vulneráveis e dominados por traficantes internacionais). O paradoxo desta questão reside justamente na quantidade de luz emitida, pois se esta for maior em um determinado ponto, mais atrativo e lucrativo será para as redes ao adentrarem suas fortificações, ao inserir seus serviços e produtos em seu interior.

Quanto mais brilhante o ponto de luz, mais altos são os preços que os produtos ilícitos podem atingir. Quanto mais escuro o buraco negro, mais ansiosa sua população estará por vender seus produtos, suas mentes, seu trabalho e, até mesmo, seus corpos aos traficantes. Juntas, essas duas tendências criam diferenças de preço cada vez maiores – e, portanto, incentivos cada vez mais irresistíveis para que os buracos negros conectem-se aos pontos de luz (NAÍM, 2006, p. 251).

Segundo Santos e Silveira (2005), no território se sobrepõem os conhecimentos científicos e as técnicas, e este se forma como um novo meio geográfico dependente para sua constituição e uso de volumosas parcelas de informação. Entendendo a informação como um recurso, esta acaba dividindo os territórios em território bem informado e território pouco informado, bem como infinitas situações intermediárias.

É justamente por esta razão que a qualidade da informação se faz preponderante nesta análise, sabendo que são seus produtores e possuidores – empresas, Estado e sociedade – que decidem seus usos.

A especialização dos lugares, que é também uma manifestação da divisão territorial do trabalho, exige a produção e circulação de torrentes de informação, que ao mesmo tempo a retroalimentam. Por isso a informação constitui uma nova forma de trabalho, é um fundamento do trabalho contemporâneo e também um dado relevante da divisão social e territorial do trabalho (SANTOS, SILVEIRA, 2005, p.95).

Assim, nesta perspectiva, as redes da informação assumem papel preponderante na configuração dos territórios, pois o mundo de hoje é o mundo do just in time atendendo aos interesses de produtividade e rentabilidade daqueles que a dominam, passando a ser um novo modo de organização do trabalho, e como novos instrumentos de trabalho estes “colonizam o território de forma seletiva, de tal modo que os pedaços de maior densidade técnica acabam por oferecer mais possibilidades do que os menos dotados desses recursos de conhecimento.” (SANTOS; SILVEIRA, 2005, p.99).

Surge com essa crescente instrumentalização do território o acirramento de disparidades de uso, acessibilidade e conhecimento ampliando as diferenças e a criação de áreas mais bem informadas e áreas menos informadas. Assumindo, estas, maior possibilidades segundo o grau de especialização da informação, uma vez que o lugar ao mesmo tempo em que interliga-se ao global também aparece como resistência ao “Mercado mula sem cabeça”.

Neste ponto também fazemos a intersecção dos pontos de luz e buracos negros de Naím e dos pontos do território bem informado e território pouco informado de Santos e Silveira, pois estes analogamente fazem parte da mesma estrutura de poder do meio-técnico-científico-informacional e acabam por ser

utilizado da maneira que convém aos produtores e consumidores dos espaços e dos detentores da informação.

A informação passou a ser a mercadoria de maior valor em um Mercado tecnificado, e esta pode estar tanto a favor da legislação vigente quanto dos seus burladores. Sabendo que os territórios munidos de técnica e informação se tornam alvos mais atraentes de agentes usurpadores o que representa uma barreira por um lado para as Redes da Ilegalidade, mas que também devido os diferentes graus de concentração de densidade informacional e das necessidades da população do lugar configuram facilidades e acessibilidades.

Ao adentrar novas fronteiras, o modelo operacional dos buracos negros e dos territórios bem informados e pouco informados impõe uma nova forma de relação, estabelecendo vantagens para aqueles que estão no seu comando, funcionando como receptores de energias densas. Para a maioria de sua população significa opressão, medo, insegurança. Infelizmente a visão binária e maniqueísta de mundo ainda predomina entre aqueles que fazem as leis, estabelecem as regras e detêm o poder de transformações em massa. E esta limitada e desgastada visão acaba operando no mesmo sentido da visão excludente capitalista, na qual a realidade é vista como dual, como se fosse necessário existir a pobreza.

Esta visão se constitui no mote da ascensão destes buracos negros e no constante progresso dos pontos de luz. No entanto, a quantidade de desalumiados a serem atraídos para os pontos de luz, tem gerado nestes lugares uma pressão social cada vez mais latente tornando-os duplamente dependentes, formando uma comunidade crescente a fortificar os pontos de retro-alimentação dos buracos negros que podem vir a tragar toda a estrutura criada com o intuito de combatê-los.

3.2 COMÉRCIO ILÍCITO

Elencamos no quadro a seguir, os principais comércios ilícitos em ascensão. No entanto, cada uma destas redes se estudadas separadamente dariam por si só uma pesquisa devido ao nível de detalhamento organizacional e arranjo econômico.

Os pontos estão aí para ser unidos. Mesmo assim insistimos em pensar em tráfico humano, tráfico de drogas, pirataria de softwares e assim por diante, como comportamentos distintos com, no máximo, relações acidentais. Esses antolhos são em parte uma garantia. Não gostamos de pensar em nós mesmos como criminosos, e a ênfase nas conexões entre pequenas fraquezas, como baixar músicas pela Internet, e grandes horrores, como a escravidão infantil e as guerras civis na África, nos deixam pouco confortáveis. Mas isso seria fugir da questão. A maioria de nós não é criminosa. Ainda assim, só temos a ganhar compreendendo quem se beneficia com nossas atividades e quem paga os custos; quais são as leis e incentivos que fazem o mundo assim; e como podemos modificá-lo (NAÍM, 2006, p. 245).

Tabela 3.1 – Atividades ilícitas e seus desmembramentos Pirataria Tráfico Humano Tráfico de Armas

ATIVIDADES	Comércio de Resíduos	Pirataria	Tráfico Humano	Tráfico de Armas
Produto	Todo tipo de resíduos: sólidos e os nucleares, mescla de lixo tóxico e “limpo”	Software, roupas, eletrodomésticos, produtos culturais, livros e tecnologias	Homens, mulheres e crianças para fins variados em grande demanda	Componentes bélicos desde armas leves à armas de destruição em massa
Lógica Mercadológica	Eficiência Econômica – “não no meu quintal” atendendo aos padrões de consumo de nossa época	Atender o intenso apetite dos consumidores, pelas marcas – fetichização das mercadorias	O Homem transformado em mercadoria de troca – cerca de 700 mil a 2 milhões de pessoas por ano	Liberdade, empreendedorismo e flexibilidade no novo mercado global. Desfalescimento do poder do Estado.
Distribuição	Países altamente industrializados, presenteiam os países emergentes	Todo o Mercado global com alto grau de especialização	Redes de prostituição, trabalho doméstico, fábricas	Estados-Párias movimentos rebeldes, conflitos étnicos, sociedade civil, comerciantes e traficantes
Infração	Crime ambiental – apropriação dos bens universais essenciais à existência humana no planeta.	Falsificação – que passaram de cópias toscas e caseiras para cópias idênticas do Mercado das Exclusividades.	Coação, estupro, violação da liberdade, falsificações de documentos e apropriação	Embargos, sanções e interesses privados acima das legislações mundiais e nacionais, contrabandos, assassinatos
Principal Alvo	Países emergentes e de economias fragilizadas, alta corruptibilidade	Produtos de softwares – efeito disco único	Fluxos Mundiais Migratórios – condições de vida precária	Fluxo dos conflitos modernos pós-Guerra Fria – descentralizado
Riscos	Contaminação em escala global e destruição em massa de ecossistemas	Medicamentos, materiais de construção civil, equipamentos de segurança e auto-peças.	A vida de milhões de pessoas, o lucro como motivação da existência	Dizimação em massa, guerras civis (como o caso brasileiro)

Fonte NAÍM, 2006. Org. LINHARES, Camila.

Todos estes comércios estão solidamente alicerçados na atualidade e seus níveis de comunicação e de troca de informação sobre os mais diferentes territórios chega a nos assustar, pois fogem do alcance, inclusive das agências

responsável por combatê-los. Contudo, cabe nesta pesquisa apresentar, com maior detalhamento, o comércio ilícito mais rentoso de todos os tempos o Tráfico de Drogas.

As drogas acompanham a história do homem enquanto formação da civilização. Desde os primórdios, nossos ancestrais fazem usos de substâncias entorpecentes para aliviar ou expandir a consciência, prática que esteve sempre presente nos rituais religiosos. A comercialização, no entanto, em grande escala se dá somente há décadas atrás e com a restrição de substâncias outrora legais.

O comércio das drogas ilícitas se constitui no maior percentual de lucro do mercado ilegal. Cocaína, heroína, haxixe, maconha, e as novas drogas sintéticas ecstasys e ácidos circulam por todo o mundo. Surgem cada vez mais novos traficantes para atender a crescente demanda por estas doses de prazer.

A difusão do negócio das drogas na trama da vida econômica local e global é extremamente difícil de compreender; ainda mais, de combater. Suas implicações políticas são nefastas. Ainda assim, mais que qualquer cartel, chefão ou militares rebeldes, o verdadeiro alvo atual da luta contra as drogas é a penetrante inserção global desse negócio (NAÍM, 2006, p. 67).

Suas estruturas hierárquicas são rígidas e se definem segundo o papel que cada componente realiza no processo de fabricação, distribuição e circulação. Neste tipo de atividade, a quantidade influencia diretamente a posição hierárquica de seu possuidor. Estruturas globais compõem a natureza do comércio, no entanto, o público ainda mantém a atenção voltada para a demanda e as fontes de distribuição de sempre. Europa e Estados Unidos provem a demanda, enquanto Colômbia, Afeganistão e México são os produtores. No entanto, sabemos que o comércio de drogas ilegais, também, acompanhou a descentralização e a mobilidade oferecida pelo mercado, abarcando novos mercados produtores, distribuidores e consumidores.

A explosão global da procura e da oferta desfez a ilusão de invulnerabilidade que havia dentro do governo – ou, a esse respeito, na opinião pública – de muitos países. Agora, nenhum país está suficientemente isolado para supor que não faça parte do comércio mundial das drogas. Os países que há muito alimentavam a ilusão de ser apenas locais de “passagem” despertaram para o fato de que se tornaram grandes produtores, consumidores ou ambos (NAÍM, 2006, p. 71).

Os Estados Unidos é o país que mais investe no combate às drogas, para além de suas fronteiras, empregando forças políticas e militares no combate, como mostrou seriamente o filme “Trafic”, ao trabalhar com as motivações e interesses da política internacional Traffic, criada pelo seu governo. Curiosamente o próprio EUA, ocupam também o ranking de maiores consumidores de drogas ilegais, o que comprova que focar apenas em um ponto desta trama complexa do mercado de drogas, não apresenta resultados. “O que é bom para o usuário é bom para o traficante: os comerciantes de drogas nunca formaram grupo tão diverso.

Eles não precisam vir de um país produtor de drogas” (NAÍM, 2006, p. 72).

Como outro negócio qualquer, as pressões da concorrência levam seus maiores negociantes a investirem em outros produtos e em novas linhas de ação. O número de negociantes aumentou muito no comércio das drogas ilegais e suas atividades se descentralizaram, tornando-os mais experientes e sagazes.

Na atividade altamente rendosa do tráfico no atacado, empresários, fazendeiros, negociantes e banqueiros com vínculos transnacionais comandam o investimento, a produção, a comercialização e a lavagem de dinheiro. No varejo, pequenos traficantes (os únicos presos e identificados publicamente) realizam lucros extraordinários, podendo o “dono da boca” quintuplicar o que pagou pela mercadoria, seguido pelo gerente e o vapor, que também recebem percentuais do “movimento” (ZALUAR, 1994, p. 59).

A mudança oportuna abre portas para o benefício do mercado globalizado e é necessária neste processo para que os antigos traficantes sobrevivam aos seus novos concorrentes, e as pressões das agências de repressão. “Na verdade, temos um processo inverso: em vez de redistribuição de riquezas, acumulação de riquezas nas mãos de poucas pessoas que continuam fazendo fortuna em cima dos riscos que essas atividades impõem aos nelas envolvidos” (ZALUAR, 1994, p. 60).

O que falta? Mais uma vez ações na política e de implementações de políticas públicas. Pensemos nos políticos incumbidos de fazer as mudanças, estes dependem e medem as reformas e inovações com base em seu eleitorado, financiadores de suas campanhas e nas coligações políticas entre partidos. “É fácil

acusar os políticos de covardes ou de seguirem o vento da opinião pública, como expresso em pesquisas e entrevistas. Aprovar as medidas necessárias para combater o atual comércio ilícito envolve, sim, riscos políticos reais” (NAÍM, 2006, p. 243).

Tomemos como exemplo o promissor comércio das drogas: estarão dispostos os políticos a propor inovações no trato à questão? Quem ficaria ao seu lado se estes propusessem essas novas políticas? Estaria a opinião pública realmente interessada e sensível ao tema? Ou estariam ainda fixadas em interesses de medidas em curto prazo? O que nos coloca novamente em um ciclo vicioso na resolução da causa.

Como vimos anteriormente, as questões econômicas sobrepujam às morais, seja na questão do tráfico e comércio de seres humanos ou de qualquer outro produto. Por isso, se analisarmos as questões das Redes da Ilegalidade apenas do ponto de vista moral, corre-se o risco de perder o que é fundamental em sua organização: o cálculo econômico que revela a ambigüidade destes comércios de forma mais apurada que a leitura moral pode oferecer, isoladamente, o norteador da compreensão do fenômeno. “O efeito das contínuas e elevadas margens de lucro do mercado global das drogas em regiões vulneráveis será o de produzir uma força política que se assenta no dinheiro gerado pelas drogas, e vice-versa” (NAÍM, 2006, p. 82).

Aqui se faz necessário a consideração do efeito total das drogas, e do seu rentoso comércio avaliando cada princípio e medida seguindo a lógica da redução de danos. O que deve ser feito neste ponto na prática, seria a transferência de recursos da prevenção e tratamento, para a defesa da descriminalização ou legalização de algumas drogas. E a questão é demonstrada muito mais com argumentos econômicos do que políticos, o que dificulta ainda mais a situação.

Ressaltamos que em muitos países, como o caso do Brasil, esta questão se torna ainda mais delicada enquanto proposta política, pois, o problema das drogas somente recentemente vem sendo tratado como um caso de saúde pública.

Na perspectiva de ações e em um combate mais eficaz, a política de redução de danos é divulgada principalmente por ativistas. As organizações de ativistas privados acabam por resultar em pequenos sucessos de captura e apreensão de traficantes, políticos corruptos e de aprovações de leis contra a

descriminalização de usuários e de algumas substâncias. Mas, militantes não podem mudar os rumos globais dos acontecimentos sozinhos, se o Estado ausentar-se de suas funções (tendência esta da política neoliberal). A fragilidade da sociedade civil organizada no combate ao tráfico e aos demais comércios ilícitos esbarra justamente na burocracia dos governos.

Porém, assim como os governos, também se vêem prejudicadas devido à sua visão especializada e, conseqüentemente, parcial: o intenso foco em um único aspecto da questão, uma parte do elefante, traz o risco de ignorar as conexões sobre as quais os traficantes prosperam. Os grupos ativistas, na realidade, são praticamente forçados a limitar o espectro de atuação para poderem competir por fundos, oriundos do povo, e atenção (NAÍM, 2006, p. 194 - grifo nosso).

A especialização e a visão fragmentada do todo, ainda impedem de compreendermos as conexões não visíveis do tráfico de drogas e de sua concepção e representação simbólica criada no coletivo, apesar de todas as mudanças e sucessos deste comércio, bem como sua ascensão e organização. Infelizmente ainda se mantêm, em nossa mente, visões de uma estrutura hierarquizada rígida – cartelizada, de barões das drogas e de especializações em um único tipo de produto – o que não existe na realidade do comércio atual. Serviços que operam em inúmeras fronteiras, redes de intermediários flexíveis e não mapeáveis, diferentes prestações de serviços e estruturas de redes de funcionamento – algumas interconectadas outras descentralizadas – maleabilidade. Essa é a nova forma de realizar alcance geográfico e de se adaptar ao mercado de acordo com as circunstâncias. “O negócio e a política do comércio ilícito mudaram radicalmente. O que pouco mudou foi a forma como olhamos para esse comércio e a forma como nós e nossos governos nos mobilizamos e organizamos para confrontá-lo” (NAÍM, 2006, p. 204).

Uma profunda transformação de nossos modelos políticos, econômicos e sociais precisa ser compreendida por toda a sociedade para que possamos instituir políticas públicas de acordo com as necessidades reais, levando em consideração as particularidades dos ambientes e das culturas dos lugares, sem, contudo, deixar de compreender as ações globais e interconectadas das redes ilícitas, por onde trafegam as mercadorias.

Nenhuma dessas vantagens seria suficiente para colocar o tráfico tão à frente dos governos quanto atualmente se não fosse pela adaptação organizacional que distingue os traficantes dos dias de hoje – e que os próprios governos, *por motivos intrínsecos, são capazes de adotar. O moderno comércio ilícito é operado por redes* (NAÍM, 2006, pp. 209-210 – grifo nosso).

Essas Redes da Ilegalidade acabam por solidificarem nas cidades – local de maior consumo de suas mercadorias – a Rede da Violência, onde, cada vez mais, assistiu-se o envolvimento de adolescentes com estas, a crescente violência contra a adolescência ser interconectada às redes do ilícito, que fazem destes suas vítimas por se constituírem nos elos mais frágeis.

3.3 FLUXOS E AFLUXOS: POSSIBILIDADES NO ESPAÇO

Os fluxos e afluxos do espaço são pontos onde as interconexões constroem o Espaço Humano (as cidades) e são criadas pelo contrato social. As necessidades dos contratos sociais se concretizam para que os homens possam ultrapassar seu estado de natureza e se tornarem civis.

Os homens regulam seu ambiente e constroem a realidade social aliada as suas vontades, possibilidades e condições culturais. A manutenção do contrato social se faz necessária para se manter a “ordem” (sem aqui discutir em profundidade que ordem? E para quem?), as leis e regulamentações entre nações e entre estes e seus semelhantes, pressupõe que sua manutenção gere um ambiente tranquilo e socialmente harmônico. Daí os infratores das leis serem punidos com sanções que correspondem em severidade, com o grau de desordem gerado.

Os advogados trabalham com a realidade social construída e manipulam os símbolos desta sociedade. A partir desse fato, faz-se necessária a compreensão dos símbolos uma vez que a Legibilidade é o pensamento chave para o controle governamental e controla o mundo simbólico.

O mundo simbólico possui suas leis de funcionamento, assim como em nosso sistema corpóreo algumas leis são básicas ao funcionamento normal de

nossos órgãos. Determinadas leis se tornaram ao longo da história, básicas para a sobrevivência do homem em sociedade. É impossível criar uma lei que satisfaça a todos os indivíduos, pois suas aspirações e concepções da existência são diferentes. No entanto, busca-se um ponto comum no contrato social – a exemplo dos direitos humanos – o direito à vida em toda sua plenitude, à liberdade e o acesso ao desenvolvimento de suas potencialidades, dialogam entre o simbólico e o objetivo, pois o homem também é símbolo construído.

As noções, juízos de valores e moral de certo ou errado variam de indivíduo para indivíduo e de nação para nação, e as leis são criadas para serem obedecidas por todos os indivíduos que estiverem vivendo no território de abrangência do contrato social específico. O descumprimento de uma lei pode ter bases lógicas para sua justificativa e dependendo do caso e situação as sanções são diferentes, as leis também são sujeitas às interpretações de seus juízes e de acordo com as interpretações feitas por este, pode ou não ser favorável ao indivíduo.

O Estado existe para regular o homem e suas leis, prevendo o bem estar do grupo social que estão acima do bem estar do indivíduo. Quando este Estado se ausenta de sua função, mas continua a existir, ocorrem os problemas que afetam toda a sociedade. Em um Estado onde os direitos de determinados grupos sociais (a saber econômico) são exercidos em detrimento dos direitos da maioria, ocorre uma brecha para o não cumprimento das leis.

As políticas sociais de caráter emergencial, sob a égide do Estado neoliberal, além de excluir a maioria da população do acesso aos benefícios, garantida pela Constituição Federal, trata a universalização dos direitos humanos numa perspectiva minimalista, concentrada no direito do indivíduo, ou seja, o direito do pobre, o direito da mulher, o direito do negro, o direito do idoso, o direito da criança. A redução dos direitos do cidadão e a fragmentação da sociedade em diferentes grupos sociais expressam a compaixão, a humilhação, o que institui práticas de ajuda, de assistência social e de benemerência, em detrimento do resgate da autonomia, da dignidade, do respeito à individualidade emancipatória, desconsiderando a dimensão coletiva do direito (SUGUIHIRO; BARROS, 2003, p. 4).

Assim, como o funcionamento das redes e de suas conexões citadas anteriormente, os elos que compõem o Estado são mantidos, no atual modelo por grupos econômicos dominantes interessados em manter o *status quo* ao fazerem

uso do Estado como sendo sua máquina ideológica, coagindo a ação do público, privilegiando o privado. Este tipo de política advinda com a difusão da ideologia burguesa reproduz modelos fechados. “Nossa política era então – e ainda é – altamente esquizofrênica” (NAÍM, 2006, p. 79).

Detectar o problema de nossa organização social não garante a transformação desta, este seria apenas o primeiro passo, e as pesquisas sociais já caminharam quantitativa e qualitativamente nesta trajetória. No entanto, a mudança deste tipo de política só efetivar-se-á quando de fato o Público não for movido por interesses de grupos particulares e inserirmos novos valores e ações no modelo de políticas públicas.

O desafio da realidade social exige uma revolução do pensar e do fazer, considerando esses dois termos como uma unidade, totalidade indivisível e multifacetada. Nesse sentido, é preciso redimensionar as práticas coletivas, valorizando as experiências já vividas. É nesse movimento que os iguais descobrem suas diferenças e os diferentes encontram sua igualdade (SUGUIHIRO, BARROS, 2003, p. 7).

Quando as diferenças não forem utilizadas para justificar as desigualdades, nem as igualdades para implicar em uniformidade e dominação cultural, estaremos a caminho de desenvolver políticas que ajam muito mais nas causas do que nos efeitos de nossa composição social. No entanto enquanto o Estado se ausentar de promover o bem estar público, e em detrimento deste privilegiar interesses privados. Temos uma lacuna a qual denominamos de vazio institucional.

3.3.1 Políticas Públicas no Estado Anômalo

Se o próprio Estado, criado e mantido com a finalidade de suprir e garantir os direitos básicos de sua população se transforma em um buraco negro, os pontos se desmembram permitindo que toda sorte de leis venham a valer. Qualquer poder auto-delegado como tal, passa a assumir o controle e a comandar parcelas da população, criando o risco de vir a se constituir no poder vigente, criando, assim, um

Estado de Direito anômalo, onde não abarca a todos os cidadãos, caso que ocorre não apenas no Brasil. E, se existe um vazio na constituição do Estado, ele tenderá a ser preenchido. Lacunas nos direitos, omissão dos deveres, brechas para a instauração do pseudo-poder que emerge utilizando a Força e a coercibilidade.

No entanto, o Estado deve se pautar em constituir uma sociedade baseando-se além da coerção, reafirmando a segurança e o reconhecimento dos direitos individuais. Para Hobbes, é somente por medo da morte que os indivíduos se organizam e adquirem o contrato social que se legitima com o reconhecimento voluntário. “ As paixões que fazem os homens tender para a paz são o medo da morte, o desejo daquelas coisas que são necessárias para uma vida confortável, e a esperança de consegui-las através do trabalho” (HOBBS, 2001, p.63).

[...] no que se refere às favelas, este contrato não é firmado de forma a dar concretude a uma sociedade paralela, esta população mescla conteúdos normativos de ordem jurisprudencial com conteúdos de ordem prática, agregando a esta amálgama uma tentativa de defesa contra aqueles que querem, em sua visão, destruí-los, sua condição de governados por associações criminosas se faz não pelo reconhecimento do poder destas, mas pelo reconhecimento de sua falta de poder, de sua falta de opções, eles permanecem neste quadrante social apenas pela falta de condições melhores, residem numa dimensão entre o poder inoperante do Estado e o pseudo-poder das associações criminosas, falo de pseudo-poder pelo não reconhecimento voluntário, da população, do poder normativo destas associações, e da inoperância estatal pela falta de concretude de suas ações, as lacunas de que falo são de ordem prática, não resvalando sequer na existência ou não de normas aplicáveis a esta condição de que tratamos, mas sim de uma não aplicação de normas cujo conteúdo reconheça nestas pessoas sua condição de pertencentes à sociedade; por estes aspectos digo que, as favelas encontram-se neste vácuo de poder legitimado, sem, no entanto, enquadrarem-se, de todo, nas características do estado de natureza, sendo mais apropriado a elas uma metáfora, a de uma caixa de Pandora, que guarda, não os males da humanidade como um castigo dos deuses, mas como um reconhecimento de nossos próprios erros, caixa que insistimos em não abrir, em não compreender, em deixar de lado, não reconhecendo que as incoerências que a perfazem são as nossas próprias (SILVA, 2006, p.3 - grifo nosso).

Qual seria então a mudança fundamental que devemos nos propor? Seria esta, ao nosso entender, a potencialização dos sujeitos individuais e a

construção de sujeitos coletivos, onde não se espere do próximo à mudança, mas também onde se reconheça o interesse público acima dos privados, onde a construção da realidade social pressuponha a coexistência de indivíduos e coletivos.

E se compreenda que a realidade social é formada pela objetividade de fatos e subjetividade do observador que a interpreta e que trazem à tona elementos que até então existiam apenas no imaginário deste.

Na “era dos mercados”, os direitos estão em retração. Quando se impôs à sociedade o “mercado” como regulador das relações sociais e econômicas, não foi explicitado que isso se faria às expensas dos direitos e da democracia, já que não há uma correspondência entre recursos orçamentários, direitos e controle social. Vale lembrar que a democracia opera em um contexto nos quais os direitos universais têm condições de se realizar. Não há democracia sem direitos universalmente garantidos (BARROS, TELLES, SUGUIHIRO, 2006, p. 7).

Mas, a institucionalização de um Estado voltado para as regras do mercado, faz-se às expensas da grande parcela de seus constituintes. E ao suprimir as próprias bases sob a qual foram firmadas as leis e regulamentações do contrato social, vê-se a fragilidade do sistema e de sua manutenção, ampliado assim os vazios em seus elos. Mercado e desenvolvimento social não são compatíveis na (re)estruturação do Estado. Uma vez que a própria organização do mercado extrapola as fronteiras e instala a competitividade entre os Estados-Nações.

Quando o Estado brasileiro gasta sistematicamente mais com o pagamento dos juros da sua dívida do que com as políticas de saúde e de educação, está claramente transferindo recursos para um mundo de especulação, fortalecendo o capital financeiro às expensas do poder aquisitivo da população e dos recursos que deveriam ser destinados para políticas sociais (BARROS, TELES, SUGUIHIRO, 2006, p. 147).

O vazio institucional, tido como responsável pelo crescimento exponencial dos crimes violentos, é também denominado de vazio do Estado e refere-se à ausência de escolas, postos de saúde, investimentos em recursos humanos e físicos da educação escolar, saneamento básico, moradia e justiça. Ponto onde apresenta mais sutilmente esta falha, que se transformará em marcas visíveis nas organizações da cidade e nas estatísticas de funcionamento do sistema

de justiça brasileiro ao penalizar, sobretudo, os pobres e ao apresentar altas taxas de impunidade, no tocante aos crimes contra a pessoa, dos quais estes são as maiores vítimas. Homens jovens e pobres são os que mais morrem no país por crimes violentos. Esse padrão também foi constatado em nosso trabalho, no capítulo 5.

O descaso do poder público em investigar tais ações se deve ao fato de constituir esta uma parcela da população que carrega o estigma de ser violenta, infelizmente ainda associa-se à violência e à pobreza (ver capítulo 4). Esta omissão do Estado em suas práticas sociais e penais excludentes, a segregação espacial a que está “condenada” esta população, desemprego, fome, carências do básico, a falta de segurança e de uma educação escolar gratuita e de qualidade propicia a criação de *territórios da ilegalidade*.

As leis, os estatutos e os direitos destes cidadãos não são cumpridos, por isso o surgimento da Rede da Ilegalidade. Pois, onde não há cumprimento da lei advindo primeiramente das instâncias superiores e responsáveis pela criação das mesmas ou/e quando estas são criadas, ou burladas visando beneficiar as particularidades do grupo que as criou. Ocorre a fragilidade das leis, cria-se um rompimento, um descumprimento destas e da dissociação das relações espaciais e temporais, gerando no mundo simbólico um sentimento de não pertencimento ao lugar, ao país, à cidade, o que cria uma ambigüidade entre o que é legal e ilegal.

Este sentimento de pertencimento ou não, muitas vezes inconsciente e levado ao inconsciente coletivo, recria as condições sociais e não há como constituir ou garantir um território ‘legal’ baseado na construção social, política e econômica ilegal. Como construir uma realidade justa, pautada na ausência de direitos da maioria? Esta ausência dos direitos da realidade construída se torna nula, a partir da nulidade de seu funcionamento pelo papel desempenhado por aqueles que a constroem.

Hoje vivemos, então, entre dois perigos: A tendência a pensar os direitos específicos em detrimento dos gerais, ou as identidades locais ignorando as nacionais e até mesmo as supranacionais e internacionais, criou o perigo de acentuar demasiadamente a autonomia das comunidades específicas e das localidades, o que acabaria por esfacelar a nação, com sérios problemas para a integração dos pobres, já que a questão social, no entender dos que a estudaram, é uma questão basicamente nacional. (ZALUAR, 1994, p. 288).

Percebemos que o modelo de políticas públicas voltadas para o modelo de Estado, que prioriza o mercado não se constitui na resolução do problema social no qual se encontram os países emergentes, por defender os privilégios e vantagens de um único grupo - os detentores dos meios econômicos de produção.

Instituir políticas públicas para desenvolver estratégias de desenvolvimento social, voltadas para comunidades excluídas é uma exigência na sociedade contemporânea. Essas políticas, por sua vez, devem priorizar ações em que, diferentes segmentos da sociedade intervenham, compartilhando conhecimento, expectativas e experiências. Da solidariedade e do compromisso político combinado, emerge a força capaz de transformar a realidade social. O assistencialismo não faz parte da agenda social enquanto projeto coletivo (SUGUIHIRO, BARROS, 2003, p. 3).

Identificar focos que ultrapassem as necessidades individuais, requer um olhar crítico da realidade com práticas coletivas intuindo o envolvimento e toda a sociedade. Ao possibilitar a abertura de um espaço dialógico, entendimento e negociação no espaço público, para que enfim as políticas públicas venham a ser realizadas, considerando-se o sujeito coletivo.

A criação de projetos e seus canais de participação necessitam efetivar-se também na garantia da execução dos mesmos, via publicização. O tornar-se público - todas as necessidades sociais, suas negociações e resoluções - pressupõem publicizar seus orçamentos, gerando transparência na administração o dinheiro público. Esta prática dificultaria o uso indevido deste, diminuindo a corrupção no alto escalão das decisões políticas do país.

O problema da corrupção, no caso do Brasil, atingiu todos os níveis a operacionalidade pública, o que contribui para proliferá-la e instaurá-la como prática em todas as esferas de concepção, distribuição e gerenciamento do público.

E neste quesito as políticas contra a violência acabam por privilegiar muito mais rojetos de estruturas do que ações de transformação social de suas causas.

“Daí a importância crucial das reformas no plano organizacional e cultural, especialmente na polícia, para transformar as classes de cidadãos potencialmente vitimizados pela polícia em sujeitos portadores de direitos” (ZALUAR, 1994, p. 270). Uma vez que a legitimação do poder policial na decisão os direitos

das populações envolvidas se fundamenta na corrupção policial, já que seus baixos salários e dificuldades de estruturas para desenvolverem seu trabalho ropiciam acordos com o poder paralelo, que acaba por suprir os vazios do Estado.

No mínimo, é praticamente certo que, onde houver lucros substanciais com as drogas, haverá corrupção e cumplicidade oficial geralmente nos escalões mais altos. O mesmo acontece com os procuradores e os juízes. Todas as evidências sugerem que deveríamos pressupor a corrupção, e não sua ausência. Assim, as estratégias com base na cooperação entre governos têm seu calcanhar-de-aquiles (NAÍM, 2006, pp. 81-82).

O Congresso Brasileiro age de forma corrupta e alicerçada no clientelismo político, ainda legado do período do Brasil Colônia que se postergou até ditadura militar. Essas práticas não foram abolidas com o término da dominação militar, pois diferente de outros países da América Latina, onde o congresso durante período foi fechado no Brasil, este continuou a funcionar, o que facilitou para as elites do crime organizado a lavagem de dinheiro durante a redemocratização. Os movimentos sociais se fundamentaram assim com posturas anticlientelistas e antiestatais.

Temos, então, no cenário político brasileiro e na sociedade em geral ideologia da ética, mas não sua prática. Uma ética da teoria em detrimento da práxis, que vem a ser uma ética perversa por entender o presente como fatalidade.

As lógicas e linguagens das representações sociais constituem um sistema próprio na elaboração da realidade, que configuram materialmente/objetivamente a vida social. Nesse processo reconhecem-se como indivíduos realizantes que rubricam sua marca na realidade social com manifestações próprias de seu cotidiano.

É por meio da reciprocidade que os homens podem estar implicados com a realidade do outro, reconhecendo nela uma totalidade que só pode ser superada pelo intercâmbio de realidades e saberes. É esse movimento a ser instituído pelos cientistas, independentemente da área de conhecimento. A complexidade dos fenômenos sociais exige uma interpretação que leve em consideração as múltiplas dimensões, saberes distintos que se confrontam e se superam (SUGUIHIRO, BARROS, 2003 pp. 8-9).

Neste sentido, o direito à cidadania no caso de nossos modelos de estruturas sociais se torna irrealizável, como argumenta Barros (2001) por estar desvinculado do reconhecimento do homem como sujeito de direitos.

Cidadania exige participação e a participação pressupõe conhecimento das pessoas acerca dos fenômenos sociais que afetam uma dada comunidade. A participação envolve e fortalece os sujeitos sociais no processo de decisão coletiva e no exercício da autonomia, garantindo assim a melhoria da qualidade de vida e a conquista de direitos civis, políticos e sociais, numa perspectiva emancipatória (p. 9).

A Emancipação do indivíduo se constitui na postura deste perante as formas de apreender e de fazer em sociedade. Pressupõe uma mudança na educação do indivíduo com o objetivo que este venha a pensar por si e que esteja inserido nos processos de construção de seu espaço. Recuperar o espaço usurpado pelo outro, um trajeto problemático e a estratégia política é fundamental, pois, traduz-se em cidadania individual e coletiva.

Ninguém pode ser emancipado, o indivíduo é que necessita *mancipar-se* (DEMO, 2002). Para se emancipar o indivíduo, habituado às estruturas de poder opressor que ditam o seu agir e fazer, necessita querer este poder, e se não o aceitar tomar a iniciativa da mudança. E não é uma atitude isolada, uma vez que nada em sociedade é espontâneo, pode ser motivada pela Educação em todos os níveis, mas nunca conduzida. Neste sentido uma inquietação, comum aos estudiosos das representações sociais:

Como refazer a nação? Nesse refazer, a articulação entre os níveis reconhecidos de sociabilidade e solidariedade tem que ser reconstituída. O cosmopolitismo significa não o abandono da sociabilidade interpessoal ou da reciprocidade como princípio dos laços interpessoais, mas uma extensão desses laços para além dos mundos restritos da família, matriz de outros grupos primários (ZALUAR, 1994, p. 289).

Como reportar estes conhecimentos e a realidade da transformação e controle da criminalidade? Zaluar (1994) aponta três paradigmas das políticas de controle da criminalidade:

- a) o que concebe o problema criminal como dependente dos efeitos de macro-políticas sociais;
- b) o que, mais sensível aos custos da vitimização, em curto prazo, sugere democratizar a política de segurança pública e;
- c) o que toma a reciprocidade como fundamento da sociabilidade humana e investiga as possibilidades de se pensar também nesses termos, as relações dos policiais entre si.

Aponta, também, uma solução para a transformação da sociedade por meio de uma política pública que conseguisse, por fim, unir estas questões levantadas, e que seria eficiente se considerados todos os pontos necessários ao seu desenvolvimento.

[...] Mais ainda, as novas formas de reciprocidade embasariam a convivência (“ o querer viver juntos”), constituindo um novo contrato a civilidade que não é mais o contrato civil nem o contrato político com o Estado, mas um contrato de cada um com todos os que fazem parte da comunidade nacional. Separar o Estado seria o catalisador de inúmeros circuitos de reciprocidade e solidariedade modernas, que mobilizam estranhos entre si funcionando em Pequenos grupos, mas necessitando de apoio governamental. Tais circuitos serviriam de base a uma política pública mais barata e mais eficaz para combater alguns processos que fazem parte dos círculos viciosos da violência, tais como a criminalização do uso de drogas, a corrupção policial, a disseminação do ethos guerreiro entre os jovens. Isso não seria um diagnóstico da sociedade, mas uma proposta de política pública (ZALUAR, 1994, p. 269).

Assim, ao romper os movimentos viciosos e repetitivos que só servem para gerar mais violência, esta ação implicaria na disposição de uma mudança completa no atual esgarçamento do tecido social e de nossa crise institucional. Um fato pode ser constatado, que acaba a ser recorrente nos meios intelectuais e que repetiu a idéia da morte da inocência do brasileiro. Aquele mito outrora promulgado pelos artistas, antropólogos e intelectuais do sujeito brasileiro pacífico, não dado à guerra, um ser pacato por natureza não faz mais sentido promulgar aos quatro ventos. A igualdade não inerente ao espírito humano, não se manifesta diferente na índole do brasileiro.

O movimento nessa direção, caso parta de um projeto político almejado, dependeria de um processo de educação permanente para novos modos de viver, de prestar contas, de construir formas democráticas e participativas de controle, de exigir a segurança como um bem coletivo ou público (ZALUAR, 1994, pp. 277-278).

Assim, as mudanças do pensar se constituem na transformação do fazer e do fazer em sociedade. Neste sentido, a construção social civilizatória irá compor um ambiente alicerçado no coletivo, o qual refletirá a estrutura do Estado-Nação como um todo.

4 VIOLÊNCIA: INDIVÍDUO E VIOLAÇÃO NA CIDADE

A violência nada mais é do que a mais flagrante manifestação de poder (ARENDETT, 1985, p. 19).

Versar sobre o tema Violência, se constitui em uma tarefa perigosa se deixarmos esta discussão enveredar-se pelo discurso unilateral. Uma vez, que este pode reduzir as diversas problemáticas e interconectividades do assunto. Compreendendo as lógicas da violência sabemos ser este tema multidirecional, sendo necessário transitar pelas diversas áreas do conhecimento. O que é a violência? Quem são os criminosos? Será esta em algum momento legítima? Esta ação faz parte da condição humana?

Todas estas questões permearam nosso imaginário e são de fato apenas uma das inúmeras, que nos vêm a mente quando aprofundamos o pensamento para analisar o tema. A diversidade da questão *per si* não permite que o julgemos, ou mesmo que se estabeleçam juízos de verdade absoluta analisando o tema apenas sobre os parâmetros morais, sendo este formado por uma complexidade envolvendo o social, o político, o econômico, cultural e o indivíduo.

Bem como suas diversas manifestações em diferentes tempos, culturas e valores e guiando-se por estes serão considerados 'mais' ou 'menos' ofensivo uma determinada atitude, tida por nós como violenta. Os comportamentos e as diversas manifestações de violência estão presentes na constituição da história humana. E ocorrem nas diversas partes do globo, sendo uma manifestação de indivíduos, ou de grupos sociais por toda a aldeia global.

A violência como condição humana, pode soar bizarra ou anti-natural a nossa civilização ocidental; pautada ainda que de forma apenas teórica nos direitos humanos e nos padrões da ética e da moral. Contudo se nos debruçarmos no estudo de outras culturas e sociedades com suas próprias leis, normas e condutas morais, talvez nossas certezas sejam abaladas. Pois nos confrontaremos com práticas violentas condenadas ou valorizadas conforme a cultura em que se inserem os indivíduos.

Ninguém que se dedique à meditação sobre a história e a política consegue se manter ignorante do enorme papel que a violência desempenhou sempre nas atividades humanas, e à primeira vista é bastante surpreendente que a violência tão raramente tenha sido objeto de consideração. Isso mostra até que ponto tomou-se a violência e sua arbitrariedade como fatos corriqueiros e foram portanto negligenciadas; ninguém questiona ou examina aquilo que é óbvio para todos. Aqueles que nada mais viram do que violência nas atividades humanas, convencidos que de que eram “sempre acidentais, nem sérios, nem precisos” (Renan) ou que Deus apoiava sempre os batalhões maiores, não tiveram mais nada a dizer sobre a violência ou a História. Qualquer um que procurasse algum sentido nos registros do passado estava quase que destinado a encarar a violência como um fenômeno marginal (ARENDETT, 1985, p. 6).

Seguindo a lógica de conhecer o passado, para compreender o presente e transformar o futuro nos emaranhamos pela discussão Científica (Antropológica, Fisiológica, Social e Física) e pelas diversas apropriações do discurso destas áreas e de suas aplicações práticas. Temporalidades e espacialidades diferentes, lugares diferentes, atos que se justificam pela própria prática e ação do feito. Matar crianças defeituosas, como forma de perpetuar a boa genética, ofertar um humano em sacrifício ao Supremo, para purificar os erros dos demais, justificam-se em sua gênese e sempre estiveram ligadas a conduta humana.

O ato violento não traz em si uma etiqueta de identificação. O mais óbvio dos atos violentos, a agressão física, o tirar a vida de outrem, não é tão simples, pois pode envolver tantas sutilezas e tantas medições que pode vir a ser descaracterizado como violência. A guerra é um ato violento, o mais violento de todos; talvez, contudo, esse caráter essencial parece passar a ser secundário se o submergimos sob razões que vão desde a defesa de pátria às incompatibilidades ideológicas. Matar em defesa de honra, qualquer que seja essa honra, em muitas sociedades e grupos sociais, deixa de ser um ato de violência para se converter em ato normal – quando não moral – de preservação de valores que são julgados acima do respeito à vida humana (ODALIA, 2004, p. 23).

No âmbito global, manifestações violentas adquiriram proporções mundiais atingindo a todos os territórios direta ou indiretamente. É sob a égide da guerra mundial, declarada ou simbólica, apoiada pelo progresso técnico dos instrumentos de violência que os objetivos políticos e econômicos nesta "nova

forma" de fazer política, que o potencial de destruição atingido não pode ser justificado por razões políticas para se fazer a guerra. Independente da questão, ou "razão" para emprega-los em conflitos internacionais. Lembramos uma frase de Einstein ao receber a notícia sobre a bomba atômica na qual declarou: "faremos sim a terceira guerra, e a Quarta travaremos com paus, pedras, tapas e mordidas...". Certamente travar a Terceira Guerra, não é de interesse do mercado, uma vez que destruirá seus próprios meios.

O desenvolvimento tecnológico tão benéfico ao nosso bem estar, pelo menos de uma parcela da população; tem levado iminentemente ao desastre contra as populações humanas, entre os humanos e destes em sua relação com o planeta. O descartável; (parece-nos que a ascensão do plástico, fez-nos adotar a postura do descartável em todas as áreas de nossas vidas, mais uma vez a indústria abocanhando a cultura e interferindo no nosso destino enquanto Homo Economicus) a vida se torna descartável, o outro, e até mesmo o próprio corpo, antes identidade e singularidade vem a ser industrializado/plastificado e consumido rapidamente.

Nas Ciências levantamos o problema das pseudo-ciências; como bem denominou Arendt (1985); e a tentativa de computadorizar e tornar as hipóteses em fatos que não ocorreram. De toda sorte, sabemos que existe a tentativa de legitimar os trabalhos científicos como se esses fossem respostas, mas em muitos casos as respostas são deficitárias devido a restrição dos métodos científicos que não conseguem explicar a realidade, sendo esta constituída de multiplicidades; assim como a questão da Violência e as explicações, ou até mesmo propostas de soluções pautadas somente na análise científica do problema reduzem a questão do sujeito e das manifestações não científicas que constituem o tecido social.

Outro problema se trava no âmbito do próprio discurso científico, uma vez que estas nas Ciências Sociais e Humanas diferentemente das Ciências Naturais que têm conteúdo aplicado podem levantar pressupostos de verdade, criando assim valores e tendências do discurso apoiando muitas vezes interesses antagônicos e que privilegiam apenas a sociedade vigente. Teorias correm o risco de na prática serem "inutilizadas" por apropriações de interesse particular. Assim como a apropriação de muitos discursos científicos para justificar a ação de tiranos.

A apropriação indevida tanto do poder constituído ou do paralelo rompe o paradigma primário da constituição científica que justifica seu avanço e suas "guerras" em prol da melhoria da Humanidade. Infelizmente se faz verdadeira

esta dissolução dos valores de ciência (até mesmo por cientistas ou pseudo cientistas), e nesta Sociedade do Hoje, como esta configurada nossa estrutura social os fins mais do que nunca justificam os meios, e têm ao seu dispor a legitimação destes pelo discurso científico. E a Força do estado globalizado atua para sua eficácia. "Nossa tecnologia precedeu nossa humanidade" (Einstein).

Mas essas qualidades não constituem causas, e ao se perguntar o que, na verdade, provocou esses acontecimentos totalmente inesperados nas Universidades em todo o mundo, parece absurdo ignorar o fator mais óbvio e talvez mais potente, para o qual, ademais, não existe qualquer analogia ou precedente – o simples fato de que o progresso tecnológico está levando, em muitos casos, diretamente ao desastre; que as ciências, ensinadas e aprendidas por essa geração parecem não apenas incapazes de desfazer as desastrosas conseqüências de sua própria tecnologia mas alcançaram um estágio em seu desenvolvimento onde “não há nada que se possa fazer que não possa se transformar em guerra” (ARENDR, 1985, p. 10).

Causando o esfalecimento das macro-estruturas, das identidades coletivas, das responsabilidades individuais e do compromisso com a Terra. A guerra transferiu-se das instâncias dos países, de nações contra nações para instalar-se no cotidiano. A luta pela sobrevivência que nos fez chegar onde chegamos, do ponto de vista, do aparato tecnológico e das comodidades geradas por este também nos transportou para a realidade iminente da destruição da espécie.

Para melhor compreender a identidade singular, e identidade enquanto processo, é preciso acrescentar a categoria de atividade. O reconhecimento social do “outro” é feito pelas ações que realiza. Nesse sentido, atividade é verbo, e identidade é o fazer do homem no mundo (BARROS, 2001, p. 5).

O verbo do fazer humano na construção de sua memória, identidade e sociedade extrapolam a questão teórica sobre sua atividade e singularidade, e se põe uma questão que é coletiva, pois só se legitima a violência em uma sociedade que a aceite, e a tendência foi sempre considerá-la natural, contudo somos seres que nos gloriamos de nossa diferenciação dos demais animais pelo uso do Razão, assumindo até uma postura de superioridade ante a Natureza devido ao nosso

cérebro e polegar opositor; mas se ainda continuarmos nos isentando com desculpas de nossa responsabilidade individual, não veremos uma transformação de nossas estruturas violentas, pois nesta guerra em particular: Não existe inocente! Somos todos culpados por nossas escolhas, inclusive se as negligenciarmos acreditando que outros poderão realizá-las por nós.

A dificuldade teórica em tomar a concepção de uma sociedade consensual como base para a violência e o crime parece estar na recusa teórica de considerar as responsabilidades individuais, tendo em vista seus vínculos com a teoria liberal, bem como na pressa em supor uma entidade coletiva com responsabilidades coletivas (ZALUAR, 2004, p. 243).

Portanto, responder á pergunta: o que é Violência? De forma explícita seria por si só arbitrário. Visto que o ato violento nem sempre é um fenômeno explícito e organizado. As formas e meios de utilizar-se de violência, são as mais diversas e vão desde a capacidade do homem de dispor sua Razão, racionalidade, palavras, intentos e desejos. Até do descontrole advindo de choques emocionais: prazer, medo, dor; onde imperam as relações invisíveis de sua subjetividade e instintos até a agressão física. A violência contra si próprio e contra o outro, nos faz pensar e emitir um desabafo: O homem é um animal violento!

4.1 VIOLÊNCIA E MEDO NA CIDADE

O conceito de violência vem aqui ser empregado, não pelo seu uso tão desgastado mais sim, como reflexão na tentativa de compreender este ato arbitrário em si e na construção de seus conceitos. A qualificação de uma ação como violenta é entendida pela subtração arbitrária de direitos, no Estado democrático e significará sempre um ato de força. Apoiados em Arendt (1985), Zaluar (2004), Odália (2004), Barros (2001), Barros; Telles; Suguihiro (2006), lançamos nossas questões e considerações sobre o tema.

Arendt (1985) trabalha a questão da terminologia empregada tanto no senso comum e infelizmente em muitos círculos acadêmicos que confunde a distinção das palavras chaves como poder, força, autoridade e violência, que se

referem a fenômenos distintos. Empregar corretamente estas palavras é uma questão para além da lógica gramatical e da linguagem, o que por si somente já seria necessário, mas como afirma Arendt é uma questão de perspectiva histórica. Seus usos recorrentes como sinônimos acabam por camuflar as construções destes conceitos ao longo da história e sua perspectiva política.

Por trás da confusão aparente e cuja luz todas as distinções seriam, na melhor das hipóteses, de pequena importância, a convicção de que a questão política mais crucial é, e sempre foi, a questão de: Quem governa Quem? Poder, força, autoridade, violência – nada mais são do que palavras a indicar os meios pelos quais o homem governa o homem; são elas consideradas sinônimos por terem a mesma função (ARENDR, 1985, p. 23).

Apesar de identificarem a mesma função, ou seja, o uso na instauração da dominação, estas se distinguem pelo modo de aplicação e neste sentido podemos defini-las de diferentes formas.

Poder se constituiria na habilidade humana de agir não apenas individualmente, mas, sobretudo coletivamente. Um indivíduo sozinho nunca está imbuído de poder, pois o poder só existe enquanto este indivíduo estiver pertencendo a um grupo, é este grupo que investe de poder a um determinado indivíduo e o faz com o intuito de este atuar em prol, e por esta coletividade. Daí a relação intrínseca de existência do poder enquanto existência de grupo social, pois este se relaciona ao direito de deliberar, agir e mandar. A estrutura do poder permanece para além de todos os objetivos e este é um fim em si mesmo e não um meio. O poder necessita de legitimidade para agir e esta se dá no processo de reconhecimento do outro como “poderoso”.

Já o termo vigor está associado á energia produzida por algum objeto ou pessoa pertencente á sua estrutura e que pode manifestar-se em sua relação com os demais; no entanto é independente dos outros. A força usada como sinônimo de violência no cotidiano, principalmente quando associada á coerção, deveria segundo Arendt (1985) designar *lê force dês choses*, como as forças da natureza ou a força das circunstâncias.

A palavra autoridade é facilmente confundida com o autoritarismo, mas este tipo de autoridade não é legítima pois se constitui na autoridade delegada e não na autoridade adquirida, onde neste caso se trata de autoridade pessoal. Esta

é reconhecida sem discussões por aqueles que a obedecem e não são necessárias a persuasão nem a coerção, mas, têm-se o respeito pela pessoa ou cargo que esta ocupa. Daí ser comum a expressão a pessoa “está revestida de autoridade”.

A violência, no entanto, diferencia-se por seu caráter instrumental, e busca como os demais meios justificar os fins que busca. Não pode justificar a si mesmo, violência não é fim ou essência de alguma coisa. Ela não depende de número ou de opiniões, mas sim de formas de implementação, e seus usos são questionáveis por nossa estrutura social, pois se esta é utilizada para legítima defesa ninguém a questiona. A violência como meio (instrumento) aumenta a força humana e onde impera a violência destitui-se o poder, pois o poder não pode florescer onde impera a violência.

Quando se exerce o domínio sobre o outro, seja no tratamento individual ou coletivo (Estado tirano) com violência atesta-se a perda do poder, pois esta só vem a tona quando o poder já se perdeu. Daí o engano de se pensar na relação interligada entre violência e poder, pois quando se necessita utilizar a violência para criar ou manter a situação não se trata de poder, mas de coerção dos demais pelo uso da violência. Nesta relação o fim pode ser alcançado uma vez que se substitui o poder pela violência; todavia atesta-se a derrota dos dois lados, pois além do derrotado pelo uso da violência o “vencedor” também perde, pois, destitui-se de poder e atesta assim a impotência ante a situação.

À violência sempre é dado destruir o poder; do cano de uma arma desponha o domínio mais eficaz, que resulta na mais perfeita e imediata obediência. O que jamais poderá florescer da violência é o poder (ARENDETT, 1985, p 29).

Ocorre aqui a inversão dos meios pelos fins. No caso da violência estes meios de destruição acabarão por destruir os fins como conseqüências da destruição de poder. A clara oposição entre poder e violência, ocorre em todos os níveis e politicamente se confundem portanto a manifestação política de violência evidencia que o poder está em perigo esta pode destruir o poder mais ao contrário não pode criá-lo.

A violência é um recurso enormemente tentador quando se enfrenta acontecimentos ou condições ultrajantes, em razão de sua proximidade e rapidez. A questão é que em certas circunstâncias a violência – atuando sem argumentos ou discussões e sem atentar para as conseqüências – é a única maneira de se equilibrar a balança da justiça de maneira certa. É inegável que tais ações em que o homem toma, em nome da justiça, a lei em suas próprias mãos, conflitam com as constituições das comunidades civilizadas, porém, o seu caráter antipolítico, tão manifesto na grande história de Melville, não significa que sejam desumanos ou “meramente” um produto das emoções (ARENDDT, 1985, p. 35 - 36).

Atribuir à violência as emoções, ou conferir-lhe um caráter irracional não explica a questão. Pois a emoção é uma das áreas de nossas razões, daí ser esta visão linguajar comum o fato de atribuirmos todas as justificativas do uso da violência ao ódio, pois este pode ser racional e patológico como todas as demais paixões humanas. Ausências de emoções não garantem a paz ou o estado da não violência, sabemos que muitas formas de violência não são movidas pelo ódio, mas por interesses ligados á razão lógica do Capital; por exemplo.

Zaluar (2004), ao analisar a situação da criminalidade violenta no Brasil, retrata a estrutura da busca dos jovens, em sua maioria homens, pelo pseudo poder ou pela conquista de um lugar de legitimidade no poder paralelo. Bem como a propagação da identidade simbólica do coletivo de uma estrutura social arcaica.

A repetição de certos arranjos e associações simbólicas relacionando o uso da arma de fogo, o dinheiro no bolso, a conquista das mulheres, o enfrentamento da morte e a concepção de um indivíduo completamente autônomo e livre “ gritavam” aos meus olhos de mulher que as práticas do mundo do crime vinculavam-se a um etos da virilidade, por sua vez centrado na idéia de chefe (ZALUAR, 2004, p. 13).

Neste caso as estruturas simbólicas do poder sobrepujam as ações deste, pois se reconhece em um grupo social específico um determinado poder a que chamamos de poder paralelo. Este poder é legitimado por um grupo que reconhece a autoridade do chefe e dispõe-se a entregar suas próprias vidas ao seu domínio. O poder exercido pelo crime é, no entanto, violento com os grupos que não reconhecem suas personalidade como pessoas investidas de poder; e aí reside um

de seus pontos fracos.

Porém dentro do grupo da criminalidade a figura do chefe detém o poder, e nas estruturas sociais complexas como a sociedade em que vivemos esta dicotomia está presente. Assim como para alguns grupos a própria polícia perde sua legitimidade de autoridade por não ser mais reconhecida como poder, e por isso o aumento da violência policial vem sendo empregado rotineiramente. Neste cenário se configuram a presença de distintos grupos que conferem a autoridade para autoridades diferentes ao confiar nestes indivíduos para representá-los.

Se a essência do poder é a efetividade do domínio, não existe então nenhum poder maior do que aquele que provém do cano de uma arma, e seria difícil dizer “de que maneira a ordem dada por um policial é diferente daquela dada por um bandido armado” (ARENDR, 1985, p. 20).

Trava-se, assim, a disputa violenta pelo poder de grupos sociais de interesses conflitantes. Assim a configuração social igualitária e a compreensão do homem como sendo sociável e bom por natureza se transformam em ficção intelectual.

Durante toda a história da humanidade, instituições foram inventadas para controlar a destrutividade, a violência e os conflitos. Diz-se que os homens são os únicos animais que matam seus semelhantes por prazer ou orgulho. Mas os homens são também os únicos animais que domesticam a si mesmos e inventam meios de criar a paz entre si (ZALUAR, 2004, p. 18).

Todo processo que viola a vontade humana subjulgando-a pela coerção de seus princípios, valores e desejos é uma atividade violenta, seja esta efetivada ou simbólica. Se atentarmos para nossa estrutura social e pelas relações formadas pela cultura, estamos inseridos na lógica da dominação. Nesta concepção as culturas dos dominados da população são regidas pelos dominadores ou detentores e sustentadores do poder.

As estruturas da violência física ou simbólica estão inscritas há milênios nas estruturas sociais e na subjetividade mental, seja coagidos a obedecer ou consentido o poder para os dominadores esta relação se caracteriza por relações

de força; impondo-se em nossa sociedade como natural, universal e evidente.

O uso da força por si só não caracteriza um ato como violento; no caso do emprego da força física para legítima defesa até mesmo as constituições legais do processo civilizatório são complacentes. Mas quem formula as leis? Quem decide se um ato é ou não violento? As formas de violência vêm de cima pra baixo; e são os próprios detentores do poder social vigente que definem as transgressões das regras criadas por este poder. No entanto, se entre estas regras criadas estes impuserem regras violentas como salários injustos e demais iniquidades sociais geradas por assaltantes impunes que fazem suas vítimas nos bolsões de pobreza espalhados pelo território brasileiro, esta violência se dá de maneira silenciosa.

Essa força torna-se violência quando ultrapassa um limite ou perturba acordos tácitos e regras que ordenam relações, adquirindo assim carga negativa ou maléfica. Portanto, é a percepção do limite e da perturbação que vai caracterizar um ato como violento, percepção que varia cultural e historicamente. A questão é saber se existiriam valores não contextualizados, direitos fundamentais, valores universais, o que obrigaria a pensar sobre a violência pelo lado dos limites que tais valores e direitos imporiam à liberdade individual ou coletiva (ZALUAR, 2004, p. 228 - 229).

Pinheiro e Almeida (2003) levantam as tipologias da violência e classificam esta em três grandes grupos; violência auto-infligida (caracteriza um comportamento suicida ou auto-abusivo), violência interpessoal (dividida em duas subcategorias 1) violência da família e dos parceiros íntimos e 2) violência comunitária) e violência coletiva (aqui inclui-se a violência social, política e econômica); na tentativa de compreender as causas da violência em nossa pesquisa compreendemos as variadas formas da violência em seus diferentes níveis. No caso da violência juvenil esta se concentra na violência comunitária.

Pois a violência sempre foi empregada, no Brasil e no mundo, para forçar o consenso, defender a ordem social a qualquer custo, manter a unidade ou a totalidade a ferro e fogo. Portanto, a questão parece estar não na ausência do conflito, mas na sua forma de manifestação, que possibilita ou não a negociação pela palavra, envolvendo diferentes personagens e relações (ZALUAR, 2004, p. 236).

Assim, a despeito das diversas formas de violência temos o que a caracteriza de forma comum à violação do outro tanto no nível físico como psicológico do ato que está imbuído de intencionalidade de ferir. As discussões em torno da questão se abrem para dialogar entre as diferentes áreas dos saberes e para compreender o porquê em nossa sociedade esta não é mais a exceção, mas sim se tornou a regra.

São diversos os imaginários do espaço urbano, são eles dotados de simbologias diferenciadas, de significações próprias, produzidos e reproduzidos pelas relações vividas. Assim, o imaginário afeta os modos de simbolizar o que conhecemos como realidade, e essa atividade adere a todas as instâncias da nossa vida social (SILVA, 2001, p.47).

Atingimos com todo nosso aparato técnico-científico a proteção dos medos de fenômenos naturais, aos quais estavam expostos nossos ancestrais. Após descobrirmos o abrigo das cavernas, criamos meios artificiais para nos proteger. Nossas casas da Era Moderna não servem somente para nos abrigar das intempéries climáticas ou das bestas feras do campo. Temos que nos proteger uns dos outros. Contudo, o sentimento que expressa nossa sociedade atual é o Medo.

Não mais como primazia o medo do natural, mas em destaque o medo do outro. Do outro, que é ao mesmo tempo o desconhecido e o nosso igual.

Talvez o leitor possa entender tais afirmações como exageradas, mas experimente reproduzir em sua memória uma cena cotidiana. Por alguns instantes pense em tudo que você faz ao sair de sua casa.

Verificar se as portas e janelas estão trancadas, acionar alarmes, e/ou dar a entender que alguém ficou em casa, se estiver motorizado olhar ao sair se não há alguém a espreita, quando chegar fazer uma pequena ronda para não ser surpreendido. Andar com os vidros e travas trancados. Em determinados horários e locais, não parar no sinal vermelho. Se for a pé, ou de transporte coletivo, observar o tipo de bolsa, e de trajes para não ser facilmente identificado como presa.

Difícilmente na cidade estamos distraídos, relaxados, leves por uma questão de sobrevivência nos mantemos em sinal de alerta todo o tempo. E muito mais quando um estranho se aproxima. Este estado de alerta contínuo nos rouba alguns anos de vida, apresentado sob a forma de stress, palavrinha esta que já incorporou nosso vocábulo.

Mas não é apenas tempo cronológico que perdemos, mas, sobretudo perdemos em qualidade de vida, e mudamos a maneira de nos relacionar com os espaços urbanos.

Para sobreviver, os animais devem ser sensíveis aos sinais de perigo; eles precisam conhecer o medo. Individual e coletivamente, os seres humanos não são exceção. No centro da antiga Esparta havia um templo dedicado ao Medo. Pode ser que outras sociedades não reconheçam tão explicitamente o papel do medo, embora ele esteja presente no meio de todos os grupos humanos. A sociedade como um todo teme a caprichosa vontade dos deuses, calamidades naturais, guerras e o colapso da ordem social; os governantes temem dissensão e rebelião; os governados temem punição e os poderes arbitrários da autoridade. Apesar de todas as sociedades conhecem o medo, sua prevalência varia grandemente de uma para outra: algumas parecem incrivelmente destemidas, outras parecem viver sob sua égide (TUAN, 2005, p. 57).

O medo do diferente, do desconhecido, do oculto; medo de tudo aquilo sobre o qual não existe um conhecimento prévio nossa sociedade foi formada na base deste sentimento, uma vez que este paralisa as ações humanas, vale lembrar o período da Idade Média. Lendas, crendices e teorias enganosas; aceitas como verdades infundiram em nosso conhecimento histórico e social a cultura do medo.

A construção das cidades e suas formas privilegiaram o conhecido e seus membros passaram a não tolerar o que se considerava como arcaico, vulgar ou contra a boa moral e costumes. É no processo de ocidentalização civilizatório que, cada vez mais, se torna evidente o alicerçamento do costume de por de lado o diferente e de adotar a homogeneização dos valores em todos os níveis sociais.

À medida que seus gostos se fizeram mais distintos, eles queriam se afastar disso, ou que fossem suprimidos todos os sinais externos de vida rude e violenta. Seria melhor se o pobre, o doente mental e os infratores da lei não existissem. A segunda melhor opção era segregar os pobres em favelas e guetos, os loucos e os criminosos em asilos e prisões – tão longe quanto possível dos bairros de classe média alta e alta (TUAN, 2005, p. 296).

A tentativa mais ambiciosa do gênero humano para criar a ordem física e humana, neste caos sob o qual estamos emergidos, é a Cidade. Porém, este

processo é confuso, pois a aglomeração humana gera grandes realizações mas também torna-se o ambiente propício para a produção da violência. A fim de prevenir e evitar o caos os governos criaram ao longo dos anos paisagens de castigos com o intuito de punir os responsáveis pelas transgressões, todavia esta paisagem do medo criada com o intuito de não gerar atos violentos só efervesceu as práticas violentas. “A cidade, que em muitos aspectos é o engano supremo da humanidade, também existe como um monumento à cobiça e à culpabilidade humana.” (TUAN, 2005, p. 230)

As leis, as penas, os presídios e casas de detenção são monumentos para nos lembrarmos das punições que estão sujeitos àqueles que quebraram a ilusória ordem social. Desta maneira na cultura do medo trabalha-se no indivíduo o medo que o leva a não cometer determinados atos, mas não sua responsabilidade, compromisso e respeito em relação ao outro e ao ambiente. “Por mais que a cidade tenha mudado com o correr do tempo, o conflito persiste entre desejo por uma ordem socioestética imposta e a realidade das massas vivendo em um mundo dinâmico, mas confuso” (TUAN, 2005, p. 233).

Durante toda a história a cidade tem sido o palco de conflitos violentos entre os quais merecem destaque os conflitos entre os cidadãos poderosos e a paisagem do medo criada, xenofobias, aversão e medo dos pobres, medo da anarquia e da quebra da ordem vigente, o medo da revolução popular e a quebra do status.

Às pessoas cansadas e amedrontadas, o fatalismo oferece a consolação de uma paz letárgica. Por outro lado, a violência impulsionada pelo medo é uma resposta humana comum à escassez de alimentos e às fomes não catastróficas (TUAN, 2005, p. 115).

Atualmente, esta paisagem do medo tem proporcionado a inércia das coletividades na falta de reação ante os medos reais. Os medos imaginários têm assolado as cidades e criado uma força para além das expectativas. O processo de desagregação dos movimentos políticos nos bairros populares e favelas fizeram emergir deste cenário o aumento do Medo.

O medo imaginário vivido por essa população é fruto do real e diferencia-se dos bairros de classe média e alta; nos dois extremos agora as pessoas vivem mais isoladas dentro de suas casas em virtude da atual realidade

social.

O círculo vicioso do medo instaurado nas cidades tem como causa a falta de políticas públicas e da aplicação da justiça, como já dissemos anteriormente, as políticas punitivas não trazem a compreensão e soluções reais para o fenômeno.

Quando a justiça e a lei fracassam, não há limites para as fortunas ilícitas, seja de políticos ou policiais corruptos, seja de violentos traficantes. A distinção entre certo e errado, entre o confiável e o não-confiável, entre o justo e o injusto tornam-se menos e menos nítidas. Em outras palavras, a previsibilidade e a confiança, sem as quais a vida social e a ordem pública não são possíveis, desaparecem. Se as pessoas não encontram nas esferas jurídicas e políticas as soluções para esses problemas, o medo e a sensação de um iminente colapso da ordem e da vida social as fazem procurar na religião e na privacidade o refúgio familiar e restrito para essa ameaçadora bola-de-neve. Nesse processo, podem encontrar uma nova prisão e um novo perigo de conflagração: o diabo identificado no próximo (ZALUAR, 2004, p.56).

Na cultura do medo estão inseridas a educação do medo e o silêncio, esta prática vem contribuindo para que, cada vez mais, sejam disseminados, por entre as populações, o medo de falar, uma vez que o ato de se expressar contrário ao poder vigente seja o institucional ou paralelo se tornou perigoso.

Neste sentido a população esta diante do problema da segurança, pois o medo de falar sobre a violência sofrida vem justamente da represália sofrida.

O descrédito nas instituições vigentes e a linha tênue que separa os bandidos do tráfico, dos bandidos da lei (isso devido à corrupção policial) e a crescente associação destes fazem com que as populações principalmente dos bairros pobres onde o tráfico de drogas tem suas bases sejam freqüentemente discriminada.

Por causa do medo de policiais e traficantes, moradores e líderes comunitários apesar de em alguns momentos queixarem-se de seus bairros devido ao medo não tomam iniciativas de expor abertamente o problema – fato que pudemos perceber nas entrevistas; o medo e as ameaças dificultam até mesmo a coleta de dados.

O sentimento de segurança não pode ser sentido no caso destes nem mesmo dentro de suas próprias casas como no caso dos moradores de bairros

de classe média e alta que

Diante da bruxuleante tela da TV em um quarto na penumbra, com uma cerveja na mão, a pessoa sente-se segura; além das quatro paredes existem exigências e ameaças, lembranças permanentes do isolamento e inadequação (TUAN, 2005, p. 277).

Sabemos que o isolamento não resolve este problema por ser ele uma realidade ilusória em sociedade e que enquanto este problema não for tratado como problema de todos as atitudes a esse respeito será apenas paliativa.

A indústria do medo beneficia-se dessa atmosfera criada, seja a real ou imaginária para vender seus produtos de falsa segurança e contribui para aumentar o preconceito contra aos pobres em geral, e ao demonizar aos usuários de drogas responsabilizando-os pela violência.

Isso, por sua vez, facilitou o isolamento social destes últimos, aumentou a sua dificuldade de conseguir tratamento médico para a dependência da droga ou para os efeitos de seu uso indevido e o deixou nas mãos do traficante e do policial corrupto. As relações entre vizinhos, entre familiares, entre usuários e não usuários de drogas, entre bandidos armados e trabalhadores desarmados, as relações dentro de suas organizações viciais foram profundamente afetadas. (ZALUAR, 1994, p. 34 - 35)

É neste quadro social que estamos imersos, vemos a onda crescente do medo dominar nossas estruturas sociais, acuados, presos e atemorizados pela concepção social que criamos, o medo do outro e a tendência de culpar o outro pela nossa situação não contribuíra para transformarmos nossa sociedade sempre pronta a reagir da forma que melhor convier.

Enquanto animais, o estado do medo gera uma busca contínua para a solução imediata do problema, que resulta em mais violência, e as crianças e jovens criados nesta realidade acabam por reproduzir as estruturas de isolamento e culpabilidade do outro.

4.2 ADOLESCENTES EM CONFLITO: O CORPO, O MUNDO, AS LEIS

É essa a primeira geração a crescer à sombra da bomba atômica. Herdaram eles da geração de seus pais a experiência de uma intromissão maciça da violência criminosa na política: aprenderam no colégio e na Universidade a respeito dos campos de concentração e de extermínio, sobre genocídio e tortura, sobre assassinato indiscriminado de civis na guerra sem o qual as modernas operações militares não são mais possíveis, ainda que restritas às armas “convencionais”. A sua primeira reação foi de repulsa a todas as formas de violência, uma adoção quase que automática de uma política de não-violência. [...] Mas não é segredo que as coisas mudaram desde então, que os adeptos da não-violência estão na ofensiva, e seria frivolidade dizer que apenas os “extremistas” estão se rendendo à glorificação da violência, tendo descoberto – como os camponeses argelinos de Fanon – que “só a violência vale a pena” (ARENDDT, 1985, p. 9).

A consciência da finitude humana sempre lhe foi um problema. Filósofos de várias correntes discutem essa perspectiva na forma de agir com o mundo exterior, a consciência do fim do mundo está inserida na carne e no sangue dos jovens, a realidade das coisas como são e a compreensão através da capacidade humana de destruição em massa e das conseqüências desta sobre a Natureza não é mais algo para amanhã.

As perspectivas de futuro não apenas como indivíduo, mas também como espécie agora parecem impossíveis.

De acordo com as palavras de George Wald, “defrontamo-nos com uma geração que não está de maneira alguma certa de que tem um futuro”. Pois o futuro, como afirma Spender, é como uma bomba-relógio enterrada, porém ressoando o seu tique-taque, no presente”. À presente pergunta: “Quem são eles, essa nova geração?” fica-se tentando a responder “aqueles que escutam o tique-taque”. E à outra pergunta: “Quem são esses que os negam totalmente?” a resposta poderia bem ser “aqueles que não sabem, ou recusam-se a enfrentar, as coisas como realmente são” (ARENDDT, 1985, p. 9 -10).

Esta realidade acaba por formar no indivíduo um sentimento de frustração e impotência. Diante a realidade sua identidade é volátil e solitária. Ideais, sonhos e desejos se pautam no aqui e no agora. E o que a pós-modernidade tem a

ver com tudo isso?

A pós modernidade, simbolicamente, nasceu às 8h15 minutos do dia 6 de agosto de 1945, o boom atômico explodiu sobre essa geração e faz ressoar suas ondas cada vez mais com maior intensidade.

Ao trabalharmos o conceito de pós-modernidade temos que ter em mente a idéia de sua origem que é nascida com o projeto Iluminista no século XVIII à ascensão da Razão e da racionalidade em detrimento de todas as demais constituições do humano.

A Ciência direciona este novo cenário do progresso; contudo, não se tinha a idéia que este mundo racional do progresso tecnológico e científico culminaria em obras de destruição em massa que mudariam profundamente a realidade da matéria.

Desde a Antigüidade, os filósofos olharam, quando olharam, com desconfiança para a Linguagem. Os idealistas explicavam a matéria pelo espírito, os materialistas caíam na explicação inversa, mas quase ninguém foi fundo na questão dos signos. Ora, descobriu-se há alguns anos, com a Lingüística, a Antropofagia, a Psicanálise, que, para o homem, não há pensamento, nem mundo (nem mesmo homem), sem linguagem, sem algum tipo de Representação. Mais: a linguagem dos meios de comunicação dá forma tanto ao nosso mundo (referente, objeto), quanto ao nosso pensamento (referência, sujeito). Para serem alguma coisa, sujeito e objeto passam ambos pelo signo. A pós-modernidade é também uma Semiurgia, um mundo super-recriado pelos signos (SANTOS, 2000, pp. 14– 15).

Em cena emerge o indivíduo atabalhado num excesso de signos, e este manipula cada vez mais signos ao invés de coisas; criando um mundo onde o hiper real por meio destes signos nos seduz, comove e, às vezes, move-nos, inseridos neste espetáculo da imagem não reagimos fora dele. A mídia compreende este poder e esta estrutura do homem que é Linguagem.

A massa pós-moderna é consumista, é flexível nas idéias e nos costumes, vive o conformismo, não participa ativamente de pequenas causas, não se envolve no cotidiano com associações de bairros, causas ecológicas, defesa do consumidor, luta pela igualdade racial e sexual. Vive seduzida pelo mass media querendo apenas ser seduzidas pelo espetáculo ao buscar bens e serviços ao invés do poder.

Estes indivíduos estão preocupados apenas com o prazer no agora, criando e dando forma à sociedade hedonista. Os investimentos são individuais e propõe-se a revolução individual, contudo, a revolução individual nestes moldes vêm sendo moldadas pela programação da propaganda e da realização pessoal por meio dos bens de consumo.

Por outro lado, em vez de crer a atuar na História, os indivíduos estão se concentrando em si mesmos, hiperprivatizando suas vidas. Eles investem em saúde, informação, lazer, aprimoramento pessoal. A massa moderna queria a História quente, combativa; a pós-moderna quer esfriar a História, congelá-la numa sucessão de instantes isolados e sem rumo. Veja, não houve uma só guerra entre países capitalistas avançados de 1945 para cá (SANTOS, 2000, p. 91).

Segundo SANTOS (2000), a massa pós-moderna passa por cinco categorias de deserção, e são elas:

- Deserção da História: a marcha moderna acreditava que a história marchava pelo progresso e pela revolução, a pós-moderna não é tão otimista pois perdeu o senso de continuidade histórica, só o presente conta.
- Deserção do político e ideológico: a massa agora é pragmática e não ideológica. Nada de lutas prolongadas, as subculturas lhe caem melhor. As performances valem mais do que idéias.
- Deserção do trabalho: a massa pós-moderna sabe que trabalha para o sistema seja ele qual for (capitalista, socialista, paralelo). Daí a concepção moral de trabalho não fazer mais sentido e sem ilusões sobre a melhoria de vida por meio do trabalho ocorre o absenteísmo. E todos querem mais tempo livre e direito ao ócio.
- Deserção da família: a família desintegrou-se, não é ela a grande guardiã moral. Ela é apenas uma parte, já não tão significativa na construção da identidade individual. A escola e o mass media assumiram essas funções, o lar afunda. O amor é permissivo, as relações não estão mais pautadas em laços eternos mesmo porque o que era eterno relativizou-se, volatizou-se até sua consubstanciação.

- Deserção da religião: Já se disse que o pós-modernismo é o túmulo da fé e as antigas religiões abrem espaço para a criação de pequenas seitas, os indivíduos procuram credos menos coletivos e mais personalizados.

Os indivíduos são atomizados cada um em sua esfera e política, para quê? Polícia para quem precisa de polícia; o controle e os bombardeios vêm por outro aspecto; pela manipulação ou pela intencionalidade de fazer com que os homens exercitem-se pelo hiper real e sejam absorvidos por ele.

Como não há controle rígido aparente do que se vê, ouve e pensa, recebe ou troca-se com este universo dos signos. É nesta troca que se dá a informação que os indivíduos podem se reuni e fortalecerem “ idéias” sem que sejam exterminados, uma vez que é impossível encontrar o núcleo por ser este desfragmentado. Vive-se entre simulacros em constante espetáculo para seduzir o desejo.

E aí está a brecha para a mudança, a possibilidade da rápida disseminação de informações e mensagens, só não podemos receber tudo pacificamente senão seremos sugados pelo *mass media*, mas temos que sair do casulo.

O homo clausus é o que não cria laços, não confia e, portanto, não tem memória a ser construída coletivamente, nem previsibilidade para decidir suas ações. É reativo e tende a ser violento. A falta de uma identidade estável, bem como da confiança básica e da memória que a acompanham, é uma das facetas da violência na sociedade de alta modernidade. A fábula moderna sobre o vazio, a individuação e a eterna suspeita passa a existir num contexto ideacional e sentimental de racionalidade instrumental utilitária (ou do mercado) aliada à vingança como pretexto para matar. O imaginário guerreiro da virada do século constrói o discurso pós-moderno da licença para matar do homem atormentado pela ânsia de encontrar marcas de referência, de orgulho e de identidade, movido apenas pela compulsão de agir antes que o outro o faça. Não defende nem protege nada além de si mesmo: um poço de dúvidas (ZALUAR, 2004, p. 407).

Homens isolados sem o apoio de outros não têm poder suficiente para fazer uso da violência (vide redes), nem para conter esta. E a violência funciona como recurso último do poder de indivíduos rebeldes isolados que recusam-se ser dominados pela maioria. “A forma extrema do poder resume-se em Todos contra

Um, e a extrema forma de violência é "Um contra Todos" (ARENDR, 1985, p. 22).

È nesse cenário que estão inseridos os adolescentes de nossa época atual. A adolescência é a fase de transição da infância para a fase jovem, seguida pela fase adulta. Estamos fartos de ouvir que é uma época de transformações corporais intensas e que surgem as novas maneiras de se relacionar com o mundo.

O mundo novo e o novo corpo, as mudanças psíquicas a que estão sujeitos um indivíduo humano nessa fase gera, nele, um estado de confusão e insegurança e a base de sua estrutura psíquica, intelectual e social que recebeu na infância servem de sustentação para seus Medos e Esperanças.

De forma equivocada as pessoas associam a violência com a ausência da educação familiar. É como se a família fosse a única responsável pelo contexto histórico no qual a criança e o adolescente estão inseridos. No entanto, a sociedade é um produto humano e a realidade só pode ser compreendida a partir da dinâmica das relações humanas. O homem concreto se constitui inserido em sua realidade social e histórica, sendo esta anterior e exterior à história singular e condição para o desenvolvimento da subjetividade. O sujeito é, portanto, produto e produtor da sociedade (BARROS, 2001, p. 2).

A violência no âmbito do ambiente familiar gera traumas muitas vezes irreversíveis no adolescente e é contrária às práticas de educação. Porém, é ela apenas mais um modelo de socialização na sociedade contemporânea e não a única. Faz-se necessário enxergar os novos modelos das relações familiares e seu processo de inserção na sociedade atual.

A família, um ambiente que deveria ser marcado pela segurança, proteção e afeto, esconde no seu interior uma violência muitas vezes consentida pela convivência de seus integrantes ou mesmo por parte daqueles que vivem diariamente as práticas de coerção. Nesse sentido, a família torna-se um lugar em que as contradições se explicitam: no seu interior pode se encontrar carinho, atenção, segurança, mas também pode se encontrar medo, humilhação, desamparo, sofrimento, desesperança, ou seja, as práticas mais diversas da violência (BARROS, 2001, p. 8).

Culpar as famílias pobres pela ausência ou má educação de seus filhos é uma prática cômoda para aqueles que estão distantes desta realidade, mas

ao conviver com mães que choram desesperadas ao contarem como armas de fogo e drogas vão parar nas mãos de seus filhos, trazidos por carrões nestes bairros e colocadas nas mãos destes adolescentes tal atitude não é mais possível.

Como diria Mv Bill na música Só Deus Pode me julgar:

O mundo se organiza, cada um a sua maneira. Continuam ironizando, vendo como brincadeira, besteira, coisa de moleque revoltado, ninguém quer ser boneco. Ninguém mais quer ser controlado, vigiado, programado, calado, ameaçado. Se for filho de bacana o caso é abafado. Agente é que é caçado, tratados como Réu. As armas que eu uso é o microfone, caneta e papel. A socialite assiste a tudo calada. Salve! Salve! Salve! Oh! Pátria amada, mão gentil. Poderosos do Brasil. Que distribuem para as crianças cocaína e fuzil. Me calar, me censurar porque não pode fala nada. É como se fosse o rabo sujo falando da bunda mal lavada. Sem investimento, no esquecimento, explode o pensamento. Mais um homem violento. Que pega no canhão e age inseqüente. [...] Faz confusão na cabeça de um moleque que não gosta de escola e admira uma intra-tek. Ódio, progresso e perdão, na terra onde quem rouba muito não tem punição.

Em plena fase de desenvolvimento destes adolescentes, e de sua identidade masculina este aprendem o jogo mortal para afirmá-la. E são seduzidos por dinheiro fácil, drogas, mulheres, armas e carros. Daí compreendermos que a análise deste assunto não poderia ficar restrita a ação destes adolescentes, pois estes não conseguem estas “coisas” sozinhos.

E a necessidade de ampliar nossa análise para as redes criminosas globais, como foi visto no capítulo 3, surgiu justamente por entendermos que ignorar esta ação seria ignorar a história. Compreendemos assim que estes fazem parte do elo mais fraco destas redes e são por delas e para elas o pelotão de frente da batalha.

A afirmação identitária deste indivíduo está pautada no grupo no caso da adolescência, e se faz necessário para participar destes de um ritual de iniciação. No caso dos atos violentos, o indivíduo deve cometer algo que lhe dê “conceito” diante o grupo e que não o identifique como delator deste. A curiosidade, bem como a valorização do risco e do proibido são características da adolescência as drogas aparecem aqui com forte atração para estes; que só pode ser superada pelo diálogo e informação franca.

Dizer simplesmente que as drogas matam como fazem as

propagandas televisivas ocultam outras realidades das drogas que estes irão a busca para desvendar. E que poderão encontrar a formação de sua identidade nesta, o traficante tem como propaganda o que oferece o prazer rápido e garantido.

O adolescente vê nesta a oportunidade de descobrir novos horizontes e a chance de romper com o sistema vigente, através de suas “viagens”. Nenhum traficante apresenta para ele um dependente químico em estágio terminal, mas a figura de alguém com poder material e simbólico.

O medo da morte em adolescente em situação de risco social não se faz presente, quem assistiu ao documentário do Mensageiro da Verdade (MV Bil) intitulado “Falcão os Meninos do Tráfico” pode constatar isto em suas falas. Durante nosso trabalho, com esses adolescentes, também percebemos que a morte não é um temor, mas talvez a única alternativa.

No entanto, é a criminalização de um ato privado que atinge apenas a pessoa do usuário, o fio da meada que desfaz o enigma do aumento da criminalidade violenta, esta sim perpetra contra outrem. Pois é ela que equipa os policiais mal-intencionados com uma grande capacidade de aterrorizar e pressionar esses jovens a lhes pagarem quantias altas que eles só obtêm por meio de atividades criminosas que fazem de outras pessoas o seu objeto. É ela também que faz do jovem usuário um virtual prisioneiro do traficante, seja nas dívidas contraídas na compra de drogas, que podem se acumular na proporção da intensidade do vício para o qual não recebe nenhum tratamento médico, seja pela constatação de que só pode se livrar do policial, da Justiça, da dívida com o traficante, dos inimigos reais e imaginários, aprofundando seus laços com a quadrilha e afundando cada vez mais na carreira criminosa (ZALUAR, 2004, p. 33).

Necessitamos ressaltar a questão do preconceito contra os jovens pobres, negros e favelados nos órgãos públicos de Justiça Penal no Brasil, em seus julgamentos eles não são iguais perante a lei. E a responsabilização destes pelo crescente aumento da violência. Acaba por justificar práticas policiais abusivas e a estigmatização daqueles que estão na mesma condição social e que não apresentam conflitos com a lei.

Rotulá-los como delinqüentes não resolve a questão, além de ser uma atitude que foca esta prática em adolescentes pobres e que isenta pelo menos no que tange ao discurso as políticas governamentais e as instituições sociais. Engano perigoso este argumento que como nem sempre a carreira criminosa é uma

opção individual não há diferença dos pobres nestas carreiras. É preciso fazer a distinção entre os jovens pobres de classe média que se enveredam pelo crime – que seriam identificados como os playboys – que roubam, ou adentram no tráfico para conseguirem dinheiro. E os jovens pobres e favelados, mesmo que não envolvidos com o tráfico que entram para matar ou morrer e que pegam em uma arma para poder sobreviver.

Necessitamos compreender como os diferentes processos, interações e seus efeitos causam rupturas dos jovens não com a lei, mas nas diversas formas de sociabilidade que excluem a violência.

Trata-se de tornar mais complexa a análise dos contextos sociais amplos e locais para entender por que cada vez um número maior de jovens (de todos os extratos sociais) incorpora práticas sociais que os tornam predadores do próximo (ZALUAR, 2004, p. 258).

Estes não são as personificações do mal, são apenas jovens vivendo conflitos próprios de sua idade e se suas ações têm sido violentas devemos repensar a questão indagando-nos onde será que nossas instituições deixaram de agir? Bem como compreender as interações que compõe o extrato social em seus diversos níveis o social, o político, o econômico e familiar.

Políticas de emprego para estes são necessárias e muitos dos quais conversamos dizem que seu sonho era arrumar um trabalho onde pudessem melhorar as condições de vida de suas famílias. Mas, sobretudo, é necessário restaurar as redes sociais nos quais se inserem e o diálogo entre estes e os demais membros da sociedade em seus diferentes extratos sociais. Além de privilegiar a formação de suas identidades pautadas não apenas na indústria cultural de massa pós-moderna. “Construir o novo etos da civilidade e interiorizá-lo nos jovens é o grande desafio e o grande passo a ser dado no Brasil, em todos os seus estados, em todos os seus pequenos, médios e grandes municípios” (ZALUAR, 2004, p. 412).

5 CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE LONDRINA: ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS-AMBIENTAIS

As inúmeras singularidades da Cidade Média Londrina, não poderão ser todas expostas neste capítulo. No entanto, pensamos ser necessário elucidar aqui algumas das particularidades da cidade, que corroboram para que esta possa ser o que se tornou na atualidade.

A identidade urbana de Londrina está em construção, visto a cidade ser jovem do ponto de vista do seu surgimento e da proporção que esta assumiu na rede paranaense e nacional: principalmente no eixo Sul-Sudeste.

Acompanhando o crescimento populacional e econômico, os problemas sócio-ambientais também se acentuam. Apesar da modernidade de suas formas urbanas, alguns problemas tão velhos quanto nosso Brasil Colônia, se revelam na formação da sociedade londrinense. A segregação espacial, manifestada em diferentes usos e abusos do espaço urbano, é hoje traduzida nas estatísticas e lugares da cidade transformados pelas ações violentas, aonde já vem sendo incorporada pela população à convivência com infrações da lei. Juntamente com o surgimento da “Nova Lei”, imposta pelo tráfico de drogas que está reconfigurando os diversos territórios da cidade.

Existe um consenso da população sobre esta ser violenta e um dissenso sobre as ações violentas, visto que estas ainda se apresentam pontualmente no território. Sendo os crimes contra a pessoa cometidos em sua maioria nas periferias pobres. O fato de não ser visível, torna a situação ainda mais alarmante, pois as autoridades ainda conseguem “esconder a sujeira para debaixo do tapete”. Uma vez que, enquanto a população que está sendo diretamente atingida não é a dominante, estabelece-se uma relação cômoda entre as partes. E os ares da Província permanecem “puros”.

A própria topografia do sítio urbano de Londrina privilegia essa atitude. Diferentemente de cidades como o Rio de Janeiro, onde os nichos da urbanização excludente são visíveis; aqui aqueles que não querem não se confrontam com ela, e podem conviver confortavelmente com sua “consciência” tranqüila, adotando rotas e lugares “livres” desse mal. Costumamos dizer que “No Rio de Janeiro a pobreza está no alto dos Morros, aqui em Londrina ela está no

Fundo dos Vales”.

Na tentativa de compreender melhor o espaço urbano londrinense, um pouco de história de formação, ocupação e apropriação dos espaços vem neste ser tratada de forma simplificada, focando nos paralelos importantes entre o crescimento urbano da cidade e da Violência Urbana. Fenômeno este corriqueiro e “normalizado” nas cidades brasileiras de grande e médio porte.

Londrina situa-se no norte do estado do Paraná, entre as latitudes 23°08'47” e 23°55'46”S e longitudes entre 50°52'26” e 51°19'11”O. A área do município é de 1.715,897 Km², a altitude média é 576m. A população segundo o último censo publicado pelo IBGE (2000) é de 488.287 habitantes, com apenas 4% na área rural.

O clima é caracterizado por subtropical, com chuvas em todas as estações, a pluviosidade média é 1.592mm com a temperatura média de 22°C; o tipo característico de solo é o latossolo, popularmente conhecido como terra roxa. No sentido Norte-Sul, são 20 km de extensão.

A urbanização londrinense se deu no final da década de 1920 e início da década de 1930, sendo colonizada por ingleses, com a chegada do Lord Simon Lovat, que ao se deparar com um solo tão fértil ficou encantado e comprou lotes para a plantação de algodão, porém o projeto não obteve êxito.

Com o insucesso da empreitada e a baixa resposta de ocupação da área a Brazil Plantations Syndicate Limited por meio da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), concebeu um dos maiores projetos imobiliários, pois dividiu as terras em pequenos lotes facilitando assim a aquisição de terras por parte dos pequenos investidores.

Em homenagem aos londrinos a cidade recebeu o nome de Londrina, que significa Pequena Londres.

A gênese urbana de Londrina não partiu de uma ação organizada dos homens, mas de um planejamento feito pela Companhia que escolhe a área mais privilegiada topograficamente para construir a cidade, desta maneira ela estabelece todos os lugares da cidade, agindo assim de forma intentada. Esta área do planejamento inicial é o atual centro da cidade.

A princípio, a cidade foi concebida para abrigar apenas 30.000 habitantes e contava com cerca de 250 quadras, em aproximadamente 10 mil m², o desenho urbano foi adaptado à topografia local, e a definição de elementos que

delinearam sua configuração territorial, deu-se pelas vias de circulação, ferrovias e rodovias.

Seguindo o estilo de urbanização da CTNP (Companhia de Terras do Norte do Paraná), o modelo urbanístico foi o de cidades-jardim, definindo-se uma área periférica em relação ao núcleo urbano central, composta por chácaras de 1 a 5 alqueires, e depois os sítios que variavam de 5 a 10 alqueires, sendo depois desses a definição da área rural.

Na prática, o projeto urbanístico de Londrina também definia certa especialização das áreas, manifestando-se concomitantemente à sua criação, as primeiras evidências de segregação urbana. Ao ser implantado o plano e colocado à venda, foi estabelecido também uma distinção de valores, conseqüentemente, gerando uma distinção de usos e padrões. Esta forma de seleção de usos quanto ao valor dos lotes, pode delinear, na prática, a feição de um primeiro zoneamento da cidade (LINARDI, 1995, p.129).

Todavia, como qualquer planejamento urbano a crescente expansão urbana foi inevitável, o aumento demográfico e a insustentabilidade do projeto inicial, principalmente após a expulsão do homem do campo, marcante na construção do território brasileiro foi intensificada a partir de 1970.

Com a dificuldade de manter a agricultura familiar, devido ao encarecimento da produção agrícola, que passa de agricultura de subsistência para uma agricultura de mercado (em larga escala), onde o pequeno produtor não pode competir com grandes capitais, ocorre o chamado êxodo rural e a explosão demográfica das cidades, sobretudo aquelas que possuem os setores secundários e terciários bem desenvolvidos ou que já apresentam início de industrialização.

As modificações espaciais da natureza primária para o processo intensificado de urbanização, e, por conseguinte, fortes transformações espaciais; o surgimento de instrumentos fixos cada vez maiores pode ser vista em uma cidade de médio porte como Londrina, a qual apresenta problemas urbanos, onde a concentração populacional e as desigualdades não apenas criaram sérios problemas sociais como danos ambientais irreversíveis.

Este processo intensificou-se a partir da década de 1950 quando Londrina é considerada como uma das cidades mais importantes do interior do Brasil. Esta é uma fase de emersão no quadro econômico paranaense. É nesta

época que surgem loteamentos de alto padrão em Londrina, os Jardins Shangri-lá, Canadá e Londrilar.

Na década de 1960 continuam as ocupações nas vias consideradas principais e a execução de loteamentos populares tendo ao Sul o Jardim Igapó, o Ouro Branco, o Piza, os Jardins Cláudia, Arco-Íris e Santa Rosa. Ao Norte surgem os Jardins Paulista, Fortaleza, Paraíso e Parque Ouro Verde. Nesse período a população urbana atinge 57% da população e ocorrem maiores investimentos em equipamentos públicos para educação, saúde e saneamento básico, seguindo sempre a lógica do Estado, o que significa dizer que tais medidas são tomadas quando a situação da população economicamente desfavorecida já se encontra desastrosa e os problemas não se solucionam, porém são amenizados, eclodindo mais tarde em tensões sociais, onde se repete a cadeia alimentar capitalista, e “... quem pode mais chora menos” (dito popular). Inicia-se ainda nesta década, a implantação de conjuntos habitacionais financiados pelo BNH (Banco Nacional de Habitação).

Londrina se consolida em nível nacional, como cidade de porte médio na década de 1970. Ocorre grande concentração populacional, por meio da demanda de população rural, ocasionado pelo desestímulo agrícola que se acentuou com a erradicação dos cafeeiros que presenciaram a queda do Ouro Verde, símbolo atribuído ao café e a sua gloriosa dinastia. Em meio a este período, ocorre a efetivação da Universidade Estadual de Londrina.

Fim da década de 1970 e início de 1980: o grande *boom* da economia da cidade. Surgem conjuntos habitacionais principalmente na Região Norte e os seguintes conjuntos: Ruy Virmond Carnacialli, Milton Gavetti, Parigot de Souza, Vivi Xavier, Aquiles Sthenguel, Luíz de Sá e João Paz. Na região Sul surge o Aníbal Siqueira Cabral (Cafezal).

O crescimento urbano é intensificado na década de 1990. Nos dias atuais, a cidade de Londrina representa o elo de um dos pólos regionais mais fortes do estado do Paraná, tendo sua economia pautada na prestação de serviços. As instituições de ensino superior movimentam a economia local, e deste ponto de vista podemos considerar o município como uma cidade fantasmagórica (SILVA, 2001), ou de passagem.

Uma dificuldade ainda está nos limites de divisão da cidade. Há uma falta de consenso entre os nomes usuais dos bairros e os oficiais, o que dificulta o

trabalho de localização e identificação de serviços e das populações. A conurbação em alguns pontos à Oeste com o município de Cambé, também gera desconforto e dificuldades para as populações destas áreas. As questões de divisões vão além da territorial e se dão também pela identificação cultural dos moradores com a região.

Casos como a Vila Nova, Casone, Shangri-lá, que segundo o IPPUL, foram acoplados ao Centro.

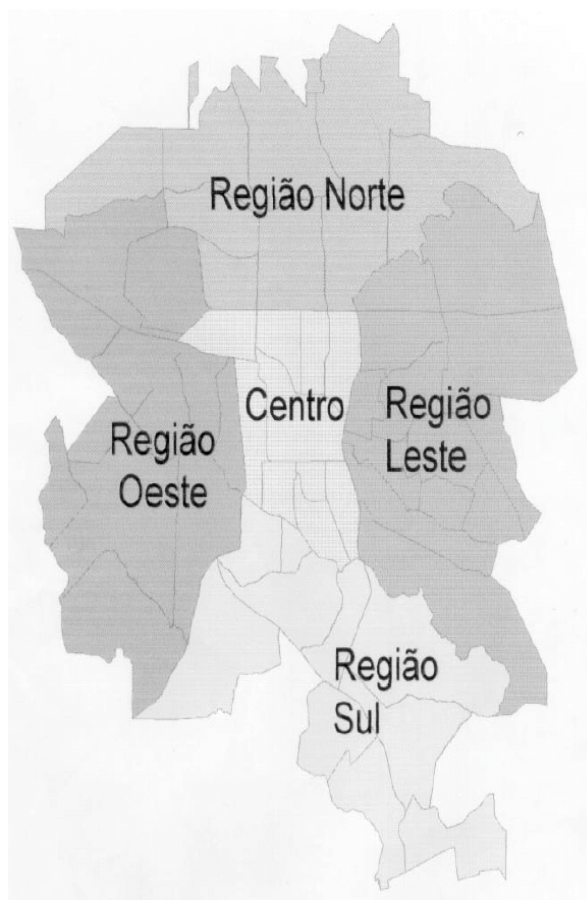
Os moradores de diversas regiões e dos quase 800 nomes de bairros, lotes e vilas reclamam da cidade por não haver mapas que mostrem onde o bairro se localiza. A expansão urbana criou uma colcha de retalhos na malha urbana do município, e uma constante confusão na entrega das correspondências, bem como nas contas de água, luz e telefone que chega a trazer cada uma o nome de bairros diferentes, referindo-se a mesma localidade. Diversos moradores dizem: “temos que nos guiar, pelo CEP, mas às vezes nem nós sabemos onde moramos e isso não é bom”. Afinal, todos querem ter o sentimento de pertencimento ao lugar assegurado.

Desde o ano de 1999, havia um projeto de lei de zoneamento da cidade, proposta pelo IPPUL (Instituto de Planejamento e Pesquisas Urbanas de Londrina) em Zonas Norte, Sul, Leste, Oeste e Centro, e em janeiro de 2000 foi baixado um decreto, para facilitar o planejamento e agregar estes 800 lotes, que na época eram 400 - em 55 bairros. Este foi revogado em agosto por dois deputados (Célio Guergoletto e Adalberto Pereira), alegando que tal medida deveria ser amparada por leis e não decreto.

Essa simplificação segue os critérios técnicos de informações de cartórios, do IBGE, da Secretaria da Fazenda e a identidade sociocultural dos moradores. O agrupamento aglutina pequenos bairros que possuem características semelhantes e comércio em comum. Este reagrupamento é necessário para a implantação de políticas públicas, pois facilita as ações, projeções e destino dos recursos e a contagem exata da população, já que o padrão do IBGE se concentra em setores censitários, 409 ao todo; abrangendo 800 residências e não apresenta o número exato de habitantes por regiões.

Abaixo os mapas 1 e 2 do IPPUL, exemplificam a distribuição espacial, segundo os critérios da Secretaria de Planejamento, no qual o Município de Londrina está dividido em cinco Regiões e oito Distritos de Planejamento e Administração – RDPA, e a subdivisão das regiões totaliza os 55 bairros.

Totalizando segundo os dados do IPPUL de 2000; 312. 623 habitantes na zona urbana e 22.003 habitantes na área rural.



Mapa 1 – Regiões de planejamento e administração – RDPA

Fonte: IPPUL



Mapa 2 – Bairros planejamento e administração – RDPA

Fonte: IPPUL

A aprovação da proposta de aglutinação dos bairros e a mudança nominal não garantem a adoção pelos moradores. Este fato extrapola o âmbito do planejamento e está ligado ao processo de reconhecimento do lugar pelo morador, destacando o processo cultural de identidade topofílica ou topofóbica do mesmo. Os padrões mentais de referência, linhas de ônibus, e a identificação de territórios demandam tempo para serem alterados ou desassociados das antigas imagens projetadas e criadas ao longo de trajetórias individuais e coletivas.

5.1 CENTRO

Tabela 5.1 – Região central pelo agrupamento do IPPUL

RELAÇÃO DOS BAIRROS E DISTRITOS DO MUNICÍPIO

REGIÃO CENTRAL				
Ordem Numérica Regional	Bairros	Pop. Total (*)	Área Ha	Dens. Hab./Ha
1	Centro	28.501	324,93	87,71
2	Vila Casone	9.810	156,92	62,51
3	Vila Recreio	7.108	117,92	60,28
4	Vila Nova	7.685	134,91	56,96
5	Jardim Shangri-lá	8.347	158,64	52,61
6	Vila Ipiranga	4.207	53,32	78,90
7	Vila Brasil	7.842	122,09	64,23
8	Jardim Petrópolis	3.605	131,36	27,44
9	Jardim Higienópolis	4.069	97,74	41,63
10	Jardim Quebec	7.230	180,69	40,01
TOTAL/MÉDIA		88.404	1.478,52	59,79

Fonte: IPPUL; Ano: 2001.

O centro de Londrina se constitui no desenho original da cidade, o famoso quadrado ou tabuleiro de xadrez. Apresenta-se atualmente como nos mostra a tabela, subdividido em Centro Histórico, e região Central, divididos em 10 regiões segundo a divisão adotada pelo IPPUL que demonstra a população total de cada bairro, a densidade por habitante e a extensão do mesmo, servindo de subsídio para a análise e comparação com as demais regiões da cidade e para dar uma idéia ao leitor de como é formado o desenho urbano a partir destas variáveis.

A medida do desenvolvimento londrinense era estabelecida pela linha de trem, marco divisor de classes sociais “acima da linha” e “abaixo”. As principais referências do planejamento inicial na área central são: O “Bosque”, a Catedral e a Praça da Bandeira.

O Bosque Marechal Cândido Rondon possui duas quadras e esta presente desde o surgimento da cidade em 1932 como área de preservação, onde árvores que não tinham valor comercial foram “preservadas” pela Companhia, que já possuía experiência em loteamentos e destinou uma área verde para a cidade. Nas

décadas seguintes a idéia nacional vigente era de que a mata era “mato” que atravancava o progresso e precisava ser derrubado. O espaço foi inserido em 1950 nas disputas políticas, sendo incorporado ao cotidiano londrinense e torna-se Central de ônibus em meados de 1970. Os usos do lugar se distinguem pela luminosidade, de dia seus usuários são os da central de ônibus e ambulantes autônomos. À noite se torna território para prostituição e mendigos pernoitarem. A central de ônibus é extinta com o surgimento do Terminal Urbano e em 1996 o Bosque passa por revitalização no mandato do prefeito Cheida, sendo cercado para evitar que os mendigos ali dormissem.

Os diferentes territórios se chocam no lugar, pois a famosa “pedra”, lugar de jogatina e venda de objetos de procedência duvidosa de dia, só findou recentemente com a ocupação efetiva do módulo local, e O Bosque se transformou em atalho de passagem para os caminhantes do centro e prostituição no banheiro do bosque permanecendo como ponto de prostituição homossexual.

Nos arrabaldes ficavam os primeiros centros do poder; em uníssono e próximo um do outro o judiciário, legislativo, executivo e religioso.

A construção da Catedral de Londrina passou por três fases distintas: a primeira com a igreja de madeira, onde os fiéis de vários bairros se encontravam para a missa, tornando-se um importante ponto de integração social; a segunda em estilo gótico, ostentava o poder da torre, mas não comportou os fiéis, restando de sua arquitetura inicial apenas a capela ao fundo, e a atual acompanhando os ares modernos da cidade.

Outra referência é a Praça da Bandeira, marco inglês originário da planta da cidade concebida para o lazer da população, após a missa as pessoas se confraternizavam na praça onde conversavam ou flertavam.

Neste intenso processo da urbanização, uma peculiaridade é concedida ao centro da cidade, que apresenta grande população. E ainda diferentemente de outros processos urbanos brasileiros, pessoas de alta renda salarial, ainda residem no centro. Fato que tem sido recentemente alterado, devido à migração para condomínios exclusivos. Áreas nobres se mesclam com áreas degradadas, dependendo da localização e data de surgimento dos núcleos. As áreas de circunvizinhança central constituem-se nos primeiros bairros de Londrina, e contribuíram para tirar a cidade do tabuleiro de xadrez, redesenhando a arquitetura e os projetos urbanísticos de Londrina.

A Vila Casoni, o primeiro bairro de Londrina, surgiu de uma gleba rural de propriedade da família Casoni constituída por imigrantes italianos. O prefeito da época, Willie Davids, e o engenheiro da Companhia, Alexandre Rasgulaeff, sugeriram que a propriedade não fosse utilizada para fins rurais. Seguindo o conselho, o Sr. Casoni vendeu suas terras em pequenos lotes, dando início em 1930 à construção da Vila Casoni. Seu desenvolvimento deu-se com a vinda dos migrantes nacionais de origem européia e oriental, os quais eram pequenos proprietários ou assalariados e colonos do café, vindos principalmente do sudeste do país.

Ainda hoje, podemos ver os traços de cidade interiorana no bairro, ruas estreitas, aglomerados familiares, relações de vizinhança e a conservação da arquitetura originária, com a presença de muitas casas de madeira sendo atualmente transformadas em casa de alvenaria. No comércio ainda podemos encontrar botecos, pequenas mercearias, quitandas e as sempre noticiadas pelos moradores: tradição e união.

A Vila Nova, segundo bairro a ser fundado em Londrina, surgiu de um quadrado de três alqueires cobertos de mata virgem. Nasceu em meio ao loteamento de diversas chácaras em 1938, com o nome de Vila Nalim, referência à família proprietária da área, adquirida pela prefeitura e atualmente tem 19 vezes o seu tamanho original. Mantém muito de suas características originárias. Combina efervescência comercial com os hábitos tranqüilos dos moradores, sendo um dos bairros mais tradicionais da cidade. As quatro principais ruas são: Araguaia (primeira rua a ser aberta no bairro), Tiete, Guaporé e Mamoré. Ainda existem muitos pioneiros vivos vindos da década de 1940 e residentes no local, o que confere o ar bucólico da Vila.

A principal rua comercial desde seu surgimento é a Araguaia, onde podia ser encontrado o clube social AROL (Associação Recreativa Operária de Londrina); o Cine Espacial nos anos de 1960, o Albergue Noturno, Alfaiatarias e os bares famosos por ocuparem toda a extensão da rua, importante ambiente recreativo e de socialização dos moradores. Por serem muito numerosos gerava competição entre os moradores, em relação aos que conseguiriam beber em todos os estabelecimentos da rua. Um dos proprietários de um dos bares afirma que: “apenas um conseguiu chegar ao penúltimo estabelecimento, mas não agüentou ir adiante (risos)”. Atualmente, em sua estrutura de serviços conta com uma

universidade, o Batalhão de Bombeiros, a sede da Polícia Federal e três das principais entidades assistenciais de Londrina.

A taxa de homicídio é baixa – permaneceu por longos anos sem registros desse crime no bairro - e está entre os locais com menor índice de ocorrência policial. Os moradores garantem, “existe fraternidade entre nós”. Esse sentimento de pertencimento ao lugar, despertou o interesse de estudiosos, ex-moradores e interessados. Transformou a história do bairro em temas de livros entre eles “Os Meninos de Kichute”, de Marcio Américo e vários estudos acadêmicos.

Outro bairro importante o Shangri-lá, nome recebido fazendo-se alusão há um lugar do Tibet onde nunca se morre. Foi planejado para os fazendeiros de café, pelo mineiro Bertoldo Durães com o intuito de ser um bairro classe “A”. Os anúncios do projeto do novo empreendimento ocupavam páginas da revista do Café em 1950: “Hoje fazenda Quati, amanhã Jardim Shangri-lá”. A fazenda pertencia a Afonso Alves de Camargo, governador do estado, que a revendeu em parcelas e foi comprada por Boralli e Held proprietários da Imobiliária Ypiranga. Criou um grande investimento e empreendimento, pois os lotes eram os mais caros da cidade.

Foi o primeiro bairro de Londrina a obedecer à nova lei de zoneamento (133/51); posto à venda em 1952-1953, abriga também o mercado mais famoso de Londrina, o Mercado Shangri-lá, que desde seu surgimento utilizou-se de arquitetura de aproveitamento de espaço, iluminação e ventilação natural. Há consumidores que só compram no Shangri-lá pela alta qualidade e variedade; o que diferencia os produtos dos outros mercados. Contudo, há quem considere os produtos muito caros. A presença da comunidade nipônica é predominante no bairro.

A Vila Ipiranga e a Vila Brasil surgiram em dez alqueires ocupados por cafezais, loteados por Francisco Feijó e Albino Feijó. Foi rapidamente ocupada a partir de 1952 e hoje vive sua segunda grande transformação: a paisagem de “madeira” horizontal vai cedendo lugar aos condomínios verticais em alvenaria.

Atualmente, as Vilas e suas adjacências absorveram a descentralização, possuindo infra-estrutura completa: rede bancária, hospitais, clínicas, estabelecimentos de ensino e comércio. Especializando-se na área da Saúde, com a Avenida Bandeirantes e a Rua Governador Souza Naves abrigando as especificações do setor.

O Zerão, como é conhecida a área de lazer Luigi Borghesi, assim chamado devido seu formato parecer um grande zero, oferece pista de cooper de

1.050 metros, circundando a área, de fundo de vale, possui posto telefônico, um parque para as crianças, canchas esportivas e um anfiteatro com capacidade para 1.500 pessoas, que já foi palco de shows abertos à população, inclusive com grandes nomes da música popular brasileira e que hoje está condenado pois sua estrutura está desabando por puro desleixo do poder público.

Durante o dia se constitui em uma importante área para atividades físicas, mas no período noturno onde até poucos anos, muitos casais namoravam e pessoas caminhavam se transformou em um deserto e até mesmo um restaurante que havia teve suas portas fechadas devido ao aumento da periculosidade, assaltos à mão armada e diversos casos de estupro. Até as escadarias do Zerão, conhecido ponto de encontro para jovens fumarem baseado e se reunirem para beber, deixou de ser freqüentada, devido ao aumento da violência. Hoje não se caminha tranqüilo nem mesmo de dia e os vendedores de água de coco informam que nos horários desertos não é bom ficar “marcando toca”. O local não passa por reformas desde 1996.

Atualmente as áreas centrais, Higienópolis, Ipiranga, Petrópolis e Quebec têm sido alvos de constantes furtos e assaltos, praticados por adolescentes em bando que praticam as infrações motorizados com motocicletas e munidos por armas de fogo e/ou armas brancas.

5.2 REGIÃO NORTE: o "CINCÃO"

Tabela 5.2 – Região norte pelo agrupamento do IPPUL

REGIÃO NORTE				
Ordem Numérica Regional	Bairros	Pop. Total (*)	Área Ha	Dens. Hab./Ha
11	Cinco Conjuntos	36.386	682,33	53,33
12	Cidade Industrial 1	542	534,22	1,01
13	Jardim Pacaembú	9.006	336,65	26,75
14	Jardim dos Alpes	9.307	373,01	24,95
15	Jardim Coliseu	6.266	174,80	35,85
16	Parque Ouro Verde	5.461	241,67	22,60
17	Perobinha	619	368,80	1,68
18	Conjunto Habitacional Parigot de Souza	11.811	372,84	31,68
19	Conjunto Habitacional Vivi Xavier	10.839	522,12	20,76
20	Heimtal	595	27,47	21,66
TOTAL/MÉDIA		90.832	3.633,91	25,00

Fonte: IPPUL; Ano: 2001.

A região Norte é a mais populosa de Londrina como nos indica a tabela, sendo que possui a segunda maior extensão de área, mas a densidade populacional é menor que a área central. É popularmente conhecida como os Cinco Conjuntos, porém somente a partir da tabela e da divisão organizada do IPPUL já temos 10 conjuntos oficialmente denominados. Topograficamente esta é uma região privilegiada, praticamente na mesma cota topográfica do centro de Londrina que atinge nos locais mais altos 535 m de altitude.

Esta região não pode ser pensada como uma área pobre, pois esta falsa ideologia permeou o pensamento dos londrinenses durante os anos de 1930 até os anos de 1960, isto devido à localização topográfica abaixo da ferrovia e conseqüentemente ao norte geográfico, onde residiam os trabalhadores de baixa renda, daí surgiu o estereótipo de que esta região seria pobre.

Com a expulsão do homem do campo, iniciam-se os problemas habitacionais de Londrina que não estava preparada para receber este contingente humano. Porém os trabalhadores rurais não paravam de chegar e onde colocá-los?

Concomitantemente estava surgindo no país uma política de habitação através do Banco Nacional de Habitação (BNH), o governo federal começa a liberar grandes quantidades de verbas para a construção de casas para a população de baixa renda expulsa do campo.

No período em que o prefeito Antônio Casemiro Belinatti tomou posse, os recursos do BNH passaram a ser controlados pelo município. Desta maneira o Estado em nível local, controla os recursos e inicia o processo de construção dos conjuntos habitacionais, encontrando os lugares “mais privilegiados” para destiná-los às famílias do excedente populacional.

Ao norte do atual Conjunto Lindóia, era uma área agrícola, a prefeitura adquiriu uma porção para a construção dos conjuntos habitacionais, alocando nesta porção a população, porém o acesso até o centro era difícil tendo os moradores que atravessar áreas agrícolas a pé e os produtos de consumo eram transportados com dificuldade.

Entre 1975 e 1980, a implantação dos conjuntos habitacionais ainda era destinada a uma população carente, esta característica é evidente nos padrões das casas, aonde os primeiros conjuntos têm lotes e casas maiores, porém com o passar do tempo e o constante aumento populacional, os lotes e casas vão diminuindo chegando a ter casas de 17 metros². Verdadeiras “Caixas de Fósforo”, como foram apelidadas, construídas com materiais baratos e sem área de lazer.

Esse padrão de moradia não atende às expectativas individuais do comprador, em muitos casos, a família é numerosa e tem que viver mal alocada, contudo atende as reais condições econômicas com pequenas prestações. Pois o imóvel é financiado em até 25 anos.

Nesse momento de expansão do setor imobiliário, outro órgão se responsabiliza pelas construções dos conjuntos - a COHAB de Londrina - que tem os agentes da prefeitura como responsáveis pelas construções. As famílias que compram estas casas são famílias de dois ou três salários mínimos.

O quadro inicial definia-se por famílias de baixa renda residindo à zona Norte, contudo muitos processos recentes ocorreram transformando a área.

No entanto, já há alguns anos a zona norte passou a fazer parte do

ideário da classe média. E atualmente há o projeto de um shopping no Jardim São Paulo e houve um projeto de revitalização de fundo de vale, em 2004, que criou o Lago Norte.

A população não está mais isolada do Centro, uma vez que muitas lojas abriram suas filiais na Avenida Saul Elkind, privilegiado e cobiçado ponto de atividades comerciais. Até 1980 esta avenida não era asfaltada, a partir dos anos 1990, a população já não sofre com problemas de terem que fazer suas compras, até mesmo de consumo alimentício, pois já não há a falta de opções de estabelecimentos e variedades, como anteriormente no qual existiam somente pequenas mercearias ou pequenos mercados.

A economia da região foi transformada onde podemos perceber a rápida expansão urbana, traduzindo-se para os moradores em mais opções de compra e comodidade. Em 2001, foi inaugurado o hiper-mercado Super Muffato com grandes variedades de marcas e de preços, e algumas mercearias e “mercadinhos” locais têm sua freguesia perdida, gerando a quebra financeira de alguns estabelecimentos por não poderem concorrer com os preços de grandes atacadistas.

A valorização desta região se incide quando do ponto de vista da localização, enxerga-se nos Cinco Conjuntos uma região boa para se viver e para a implantação de indústrias. É nesse período (1980) que a mudança no padrão social dos residentes ocorre, pois as famílias de primeiros moradores vêm nesta hora o momento oportuno para lucrarem com o terreno, devido à valorização imobiliária, O IPTU sobe de maneira que os primeiros proprietários, que ganham dois ou três salários mínimos, já não podem mais pagá-lo e passam a habitar lugares mais afastados do centro.

Os novos proprietários são famílias, em sua maioria, constituídas de funcionários da prefeitura e da universidade, classificando-se como “classe média”.

Os conjuntos habitacionais passam também a ser da iniciativa privada e os padrões das casas são diferenciados, onde podemos observar as diferenças sociais, no próprio bairro. Ao sul do autódromo as casas são de padrões diferenciados, os lotes do Jardim Santa Mônica são maiores, a área e tipo das construções residenciais são maiores e materiais melhores.

No Conjunto Maria Cecília, os lotes foram divididos em tamanhos variados e o terreno de 316m², tem preços variando de 15.000 a 20.000 reais, esta

área ainda esta em ocupação, os lotes são financiados tanto pela iniciativa privada quanto pelo Estado.

Recentemente a expansão urbana na zona Norte, que é a mais intensa do adensamento populacional de Londrina, apresenta aumento no número de favelas e concentração de ocupações e invasões de moradias precárias. No entanto, o número de equipamentos urbanos públicos e privados tornou a região atrativa tanto do ponto de vista da especulação imobiliária, como de reconhecimento por parte da população londrinense por ser um bom lugar para viver. Muitos projetos sociais importantes para a cidade de Londrina se concentram no Cincão, que já deixou a muito de possuir apenas cinco conjuntos, recebendo até um apelido irônico de cinco mil conjuntos.

Nos fundos de vale da Zona Norte há doze invasões, estas representam do ponto de vista ambiental e social lugares impróprios para viver. Revelam assim o descaso do poder público sobre estas áreas, sendo que poucas são de propriedade privada.

O residencial Novo Horizonte foi construído pela COHAB Ld, com o chamado Projeto Renascer, que objetivava produzir novas áreas de habitação. No extremo norte temos o Assentamento São Jorge, originado da ocupação irregular de 761 famílias, as casas são rudimentares, muitas construídas com material alternativo e outras iniciando processos de construções ou inacabadas. Em 1999 passou a ser reconhecido oficialmente pela COHAB, e hoje o perfil do bairro mudou. Houve expressiva diminuição da criminalidade segundo o delegado Jurandir Gonçalves e o maior envolvimento da comunidade em projetos sociais que geram benefícios e contribui para o entrosamento da população. As situações de moradia são 45,38% ruim; 49 % boa e 4% ótima (segundo os dados da Folha Norte/2003).

A população, apesar das dificuldades da falta de recursos econômicos e de eletrodomésticos, já que a renda média das famílias é de R\$ 241,00, se diz satisfeita por possuir hoje sua “casinha”. Outra dificuldade são as escolas de ensino fundamental e médio que obriga os alunos a andarem mais de uma hora embaixo do sol, ou de noite.

Em 7 de setembro de 2001, outro terreno que fica ao lado do São Jorge, foi ocupado por 300 famílias, conhecido como invasão Nossa Senhora Aparecida, sem nenhuma infra-estrutura e com residências de barracos essas famílias alojaram-se em área particular, os proprietários estão pleiteando na justiça

uma vez que já possuem a reintegração de posse. Em situação parecida estão moradores da invasão dos fundos do Conjunto Vivi Xavier que vivem de forma improvisada, por meio de manifestações conseguiram retardar a reintegração de posse liberada no dia 2 de fevereiro de 2006, onde 89 famílias bloquearam o acesso ao local, justificando que já ergueram seus barracos e não irão sair por não terem aonde ir.

Outra invasão se localiza no Jardim Marieta com cerca de 50 famílias, estas receberam uma intimação para desocupar a área em 20 dias, a partir de 19 de maio de 2006, estas famílias estão no local desde maio de 2001 e construíram nele suas moradias – barracos de lona, papelão, tijolos, madeira e até casas em alvenaria em um terreno de 24 mil m², sendo 11 mil destes em fundo de vale. A prefeitura ofereceu, no início da ocupação, opções de moradias para essas pessoas na Zona Oeste, que não foi aceita por elas alegando a periculosidade do local e a dificuldade de acesso aos empregos e escola das crianças. Outro fundo de vale ocupado, localizado atrás do conjunto Aquiles Sthenguel, tem 53 famílias residentes das quais 27 ficaram sem moradias da COHAB Ld.

Entre os bairros em situação similares estão os Alphaville, rebatizado em 2002 de Jardins Belleville, no início de sua criação em 2004 pois o grupo Alphaville detém a patente sobre o nome em território nacional; o Jardim Felicidade, criado em 2005 que teve suas casas invadidas e enfrenta problemas de infra-estrutura. O jardim Catuaí, no qual moradores desde o ano de 2000 reivindicam o acesso aos equipamentos públicos básicos e se mobilizaram para não pagar IPTU, até que suas reivindicações sejam atendidas, como denuncia dona Ocleides Moresche: “A violência aqui é muita por causa do mato que fica em volta das casas. Tem adolescente que vem aqui pedir saquinho para cheirar cola e a gente tem que dar” (JORNAL DE LONDRINA, 2000).

Dificuldades como as citadas acima são comuns em diversos lugares da Zona Norte, onde grande parte de seus moradores enfrenta problemas com o saneamento básico, coleta de lixo, água e vias públicas adequadas ao transporte individual e coletivo. Esses, além de privarem o cidadão de seus direitos, contribuem para o agravamento da desigualdade social e cultural, as crianças se queixam de ir á escola em dias de chuva, uma vez que chegam sujas e são alvos de chacota; os trabalhadores enfrentam preconceitos devido ao seu lugar de residência, suas roupas e sofrem com longas jornadas para chegarem aos destinos; perigos

como o de travessia, epidemias, lixos advindos de outros locais são as principais causas de insatisfação.

Apesar de ser a região mais populosa de Londrina e de abrigar diversas faixas de renda salarial, a Zona Norte não é a região mais violenta da cidade, como veremos posteriormente.

5.3 REGIÃO SUL: AS MARGENS DO LAGO IGAPÓ E AS PIRAMBEIRAS

Tabela 5.3 – Região sul pelo agrupamento do IPPUL

REGIÃO SUL				
Ordem Numérica Regional	Bairros	Pop. Total (*)	Área Ha	Dens. Hab./Ha
21	Parque Guanabara	4.831	179,15	26,97
22	Jardim Bela Suíça	308	56,79	5,42
23	Jardim Tucanos	1.093	342,49	3,19
24	Jardim Inglaterra	6.731	192,53	34,96
25	Jardim Piza	8.356	647,66	12,90
26	Parque das Indústrias	18.235	392,19	46,49
27	União da Vitória	6.294	296,86	21,20
28	Saltinho	3.435	288,52	11,90
29	Cafezal	11.012	256,36	42,95
30	Vivendas do Arvoredo	521	551,77	0,94
TOTAL/MÉDIA		60.816	3.204,32	18,98
REGIÃO LESTE				

Fonte: IPPUL; Ano: 2001.

Denominamos a Zona Sul de Londrina, como a região dos contrastes. Ocupa, a exceção do centro da cidade, a menor extensão territorial como mostra a tabela acima, e a taxa de densidade habitacional por habitante está entre a mais baixa, porém devido ser esta região a região dos contrastes sabemos que em alguns bairros há concentração de adensamento populacional como o caso do União da Vitória, Cafezal e em outros de menor extensão territorial a taxa de habitantes é

menor como o Bela Suiça e Vivendas do Arvoredo e a qualidade da habitação nestes também são equidistantes.

Esta denominação deriva do fato de ser esta, como sugere o título; diferenciada tanto do ponto de vista topográfico – físico – como da ocupação do solo urbano – ações humanas. A ocupação e uso do solo urbano seguem ainda a lógica das classes sociais. Onde melhores terrenos, do ponto de vista topográfico e os locais que possuam melhor acesso aos equipamentos urbanos são destinados aos que podem pagar o valor determinado pelo mercado, os locais considerados inóspitos para a construção civil são destinados à camada da população de baixa renda; e que em muitos casos tiveram de invadir estas áreas, pois estão excluídas dos processos habitacionais urbanos.

Relações invisíveis fazem visíveis as marcas da exclusão. Neste recorte que se faz, trabalhar-se-á com estas marcas, acentuando as diferentes formas de ocupação urbana que ocorrem na Zona Sul, onde uma parte se dá com a ocupação de assentamentos, conjuntos habitacionais e favelas e uma outra localizada a sudoeste apresenta em sua paisagem o fato recente nesta região da cidade, imperando os condomínios exclusivos de luxo, com a instalação de grandes construtoras e equipamentos urbanos diferenciados em todo eixo que atende a esse público.

Mas quais contrastes são esses que falamos? Onde se inicia a Zona Sul e qual a predominância na paisagem que podemos ver? Quais são suas principais atividades? Ruas e segmentos? Aí vai um pouco de história...

A avenida Duque de Caxias é um importante segmento de comércio diferenciados, ela se inicia na transição da zona norte, passa pelo centro, ligando estes à Zona Sul. Ao final da “Duque” temos o Centro Cívico de Londrina e logo fundindo-se à avenida Inglaterra, em todo seu percurso do início da avenida até o seu término esta passa por variações topográficas. No sentido descendente encontra-se ao final o Córrego Cambezinho e à margem direita encontra-se o Lago Igapó I, II, III e IV, que são artificiais e irrigados pelo córrego que seguem no sentido oeste. O **Lago Igapó** criado em 1959, com o desígnio de embelezar a região também proporcionou a valorização da área onde foi implantado o late Clube de Londrina, e teve as chácaras no seu entorno valorizadas. Hoje a paisagem vista da barragem é composta por mansões da alta burguesia na margem direita, e a margem esquerda edifícios de alto padrão.

Ambientalmente a construção de uma barragem e a conseqüente formação de um lago no meio urbano não é adequada, pois aumenta a probabilidade de focos de doenças (transmitidas por mosquitos, caramujos, etc.) e o assoreamento dos lagos acarreta problemas devido às construções de seus arrabaldes, fato que torna necessária a drenagem periódica para retirada dos resíduos sólidos, aumentando o custo para o município. Custos estes, que a população não se queixa em pagar uma vez que o Lago Igapó, já faz parte do imaginário dos londrinenses e é utilizado como uma das principais áreas de lazer em Londrina.

Quando se finda a Duque de Caxias, inicia-se a Avenida Inglaterra percebendo-se nesta uma alteração de elevação topográfica no relevo, onde se produziu uma área verticalizada. A proposta inicial era de construir um bairro padrão classe média, só que um médio diferenciado com apartamentos entre 50 e 70 metros.

No Jardim Igapó, acima do lago, residem pessoas de várias faixas de renda. Moradores e comerciantes vêm sofrendo, desde 2003, com os crescentes assaltos, o que obrigou os comerciantes formarem uma comissão para cobrar ações efetivas do poder público. Apavorados com o aumento de assaltos praticados na região, são obrigados a tomarem medidas drásticas como demitir um dos funcionários para contratar vigias e afirmam: as “visitas” não se intimidam, chegam grupos de dois ou três sendo a maioria menor de idade. Até mesmo uma agência bancária teve que ser fechada.

Após estas paisagens ruma-se para a grande área do Cafezal, que é uma das bacias hidrográficas mais importantes da cidade de Londrina, a ocupação tem início nos anos de 1980 e são sete conjuntos que compõem esta grande área, com os conjuntos Cafezal I, II, III, IV, V, VI e VII, sendo os três últimos mais recentes.

Ao “extremo” sul, observa-se que as atividades comerciais são menos intensas, os padrões das casas, de modo geral, são inferiores se comparados aos da Zona Norte. A ocupação é mais recente nesta porção e a especulação imobiliária apresenta-se acelerada, o crescimento populacional é contínuo, tendo aumentado nos últimos anos.

Topograficamente esta é uma região íngreme, por isto as famílias de menor poder aquisitivo vão morar ao sul, os preços dos terrenos são mais acessíveis. O conjunto Jamille Dequechi é de difícil acesso, mesmo assim a

especulação imobiliária foi muito forte, onde a família Dequechi, com grandes influências na cidade sendo consideradas uma das mais tradicionais famílias, lucrou bastante com a venda do terreno. Daí a lógica de ser construído um conjunto habitacional em Pirambeiras.

Para além do Jamille Dequechi, surgiu o Jardim Nova Esperança, a pouco menos de 1 km do Jardim União da Vitória e lembra um distrito rural. Os terrenos de 280m² na parte mais alta do bairro custam para as famílias R\$ 165,00 por mês, os preços variam e existem prestações de R\$ 120,00. Falta telefone público, coleta de lixo, linha de ônibus, escola e unidade de saúde, contudo, não param de chegar novas famílias, que vão erguendo os barracos na esperança de poderem construir sua casa própria.

Um dos bairros que apresenta maior agressão ao ambiente natural é o Vale Verde, surgido de um loteamento há 23 anos que a prefeitura não fiscalizou e a instalação foi liberada e construída no fundo de vale. A população reclama por brotar água e as casas estão correndo risco de desabamento. Mina água nos quintais e no chão das residências, o que além de sérios problemas de saúde gerados para os moradores interfere no curso e qualidade das águas - são 14 minas de água no bairro e as ligações irregulares de esgoto no dreno têm a função de retirar água dos solos. O dreno passa em alguns quarteirões do bairro e desemboca no brejo, onde há outras minas d'água, seguindo para o Ribeirão Inhambu, afluente do Cambé. Em junho de 2000 o decreto de lei 184, desapropriava 23 lotes declarando-os de utilidade pública, registrando a desapropriação. Os moradores não foram comunicados e nem uma nova área foi oferecida.

O assentamento **Jardim União da Vitória** recebeu este nome devido ao sistema de mutirão para construção das "casinhas". Foi na passagem dos anos de 1980 para 1990 que rumores de um grupo de pessoas sem teto, aglomeraram-se e o prefeito Belinatti tentou resolver a situação a sua maneira, cobrando taxas simbólicas, mas que para estes desabrigados era considerável. Esta ocupação teve que ser feita rapidamente, quase instantaneamente para não perderem o direito ao lote, pôr isso as unidades habitacionais foram feitas com vários tipos de materiais, lonas, latas e etc.

Localiza-se à 9 km do centro da cidade, próximo à rodovia Londrina-Mauá (PR 445), em 46 alqueires de área. Topograficamente o terreno é de baixa

qualidade, prevalecendo as áreas muito íngrimes. É formada sobre um vale de características geomorfológicas acidentadas e um subsolo rochoso coberto por uma fina camada de solo superficial - popularmente conhecidas como ladeiras. O conjunto é todo construído sobre elas; a população se reúne em sistema de mutirão até os dias de hoje.

Até os dias atuais percebemos que as famílias residentes não têm condições financeiras de participar dos programas de habitação, e muitas residem em áreas de risco ambiental que devido à declividade a estrutura da moradia não se adequou. O vale atualmente é todo povoado e após muitas lutas a população conta com uma rede de serviços públicos completa: saneamento, asfalto, energia, linha de ônibus, posto de saúde, escolas e atualmente projetos sociais.

Ao participar de um projeto independente do GAL (Grupo de Ação Libertária), no ano de 2000 e 2001, onde trabalhávamos o “Sopão” como forma de aproximação, para posteriormente serem realizadas oficinas de arte, constatamos a intensa preocupação dos moradores em saber se o grupo era ligado a qualquer órgão governamental como a Universidade ou Prefeitura. Percebemos a insatisfação consciente dos moradores ou em serem “ratinhos de laboratório ou cabo eleitoral” (palavra do Presidente da Associação dos Moradores).

Apesar das dificuldades econômicas de grande parte de sua população, vimos ali uma prova do companheirismo dos moradores, que demonstraram interesse em que se ocupasse um terreno para a construção de uma sede das atividades oferecendo-se para o mutirão. O interesse em deixar a sede da Igreja Evangélica, emprestada para a realização e distribuição da sopa, era grande por não se possuir vínculo e por ter sido interdita pela Vigilância Sanitária, além do problema de segregar pessoas, uma vez que muitas se sentiam inibidas por outras da igreja que no decorrer do processo queriam afastar os “maus elementos” ou vincular o Sopão à evangelização. Um terreno que estava em tramite legal nos foi sugerido pelo presidente da associação e o apoio da população sempre foi presente para a construção da sede. Contudo, a falta de recursos e os entraves da burocracia governamental impediram a construção, assim, muitas ações da sociedade civil organizada não possuem continuidade o que dificulta realizações de programas de transformação da realidade local.

Apesar de não ser favela, muitos moradores se consideram como favelados, devido às condições de saneamento básico e de moradias precárias. E

apenas recentemente conseguiram livrar-se do estigma de lugar mais perigoso de Londrina. Sendo a violência dentro do bairro relativamente baixa. O que não exclui casos de assassinatos e agressões.

Podemos ver que as regras do bairro são comuns em favelas organizadas politicamente como a proibição de roubo dentro dos limites do bairro. Uma criança contou que viu os “caras” que roubaram moradores, ou agrediram, e extorquiram sua família para o consumo de drogas serem apagados por “autoridades”. Não podemos afirmar que não há “bocas” no local, mas estas não são comuns ou comentadas no bairro.

Percebemos que as crianças ficam parte do dia sem assistência da família, pois na maioria dos casos os pais trabalham e não têm tempo para supervisionarem os filhos. A falta de atividades culturais e lazer são reclamações das próprias crianças, a maioria raramente sai do bairro; muitas nunca conheceram o centro da cidade. O que comprova a falta de recursos financeiros de seus pais e remete a um panorama da situação socioeconômica dessas famílias.

Rumando a sudoeste tem-se a Penitenciária Estadual de Londrina (PEL), inaugurada em 1994 e localizada no ainda pouco povoado Jardim Acapulco, que vem atraindo moradores por ser considerado um dos bairros mais seguros da cidade. No início a comunidade se mobilizou contra a obra, por temer o aumento da criminalidade, hoje, alguns afirmam dormirem de porta aberta e frisam que o negócio é estar próximo da segurança.

Outra área da Zona Sul merecedora de atenção situa-se atrás do Shopping Catuaí, área periférica que vem sendo destinada à construção de condomínios horizontais exclusivos de alto padrão.

Trataremos da análise superficial dos impactos ambientais, ocasionados pela construção do empreendimento que neste caso refere-se aos condomínios exclusivos construídos pela TEIXEIRA HOLZMAN Empreendimentos Imobiliários.

Centramos nos condomínios Royal Forest Residence Resort, Royal Tennis Residence Resort e Royal Park Residence e Resort, abrangendo mais de 1000m² de extensão, pois o Alphaville Empreendimentos localizado nas proximidades não estava completo na data da pesquisa e traz um padrão de fora da cidade, já os Royals são iniciativas e conceito da construtora local.

Sendo esta tendência crescente nas grandes e médias cidades

brasileiras, abrangendo uma vasta área da cidade de Londrina, destinada às “classes media-alta” e “alta” com padrões diferenciados de construção e tipos de condomínios. Estas construções recebem o licenciamento ambiental do ponto de vista jurídico. Dentre as várias possibilidades de produção e reproduções do espaço urbano têm inicialmente a expansão físico-territorial por intermédio do acréscimo de terras de uso rural ao uso urbano, via loteamentos, conjuntos habitacionais, assentamentos, etc.

Entre as estratégias utilizadas para a reprodução do capital, destacam-se os condomínios exclusivos modificando a paisagem cênica da cidade, por meio da implantação de um novo padrão de moradia, reservado para aqueles que buscam a segurança privada. O slogan que atrai as pessoas para habitarem estes espaços é justamente a questão da segurança – o fugir da violência urbana que vem aumentando ao lado dos dados de aumento da pobreza.

A busca da qualidade de vida também se torna crescente, uma vez que estes empreendimentos são elaborados a partir de uma pesquisa de opinião com os moradores da cidade, e por isso o lago presente em todos os condomínios, para atender as necessidades do comprador. Isso mostra que o lago faz parte do imaginário londrinense. Os estudos trazem um conceito de residência-resort onde o condômino tem acesso a uma vasta área de lazer (infra-estrutura de clube) sem sair de sua casa.

Outro chamariz neste quesito é a proximidade com a natureza, já que nestas áreas uma parte da vegetação nativa é preservada, existindo também os espaços de convivência onde as crianças podem brincar. Segundo os construtores “buscou-se resgatar o convívio das crianças através das brincadeiras de rua (bola queimada, pega-pega, etc), do ‘campinho do lado de casa’ onde se costumava jogar bola por apenas poucas crianças ou mesmo gol a gol”. A infra-estrutura para lazer e residência não se iguala no quesito ambiental, entendido como preservação de um ecossistema e de sua biodiversidade.

Os condomínios estão instalados em uma bacia de manancial, responsável por 40% da captação de água sendo os outros 60% do rio Tibagi. Em cada condomínio de acordo com os nomes, há uma atração diferenciada no Royal Golf - um campo de golf para que os condôminos possam praticar este esporte com toda segurança e comodidade -, entretanto foi sacrificada uma área de várzea que necessitou ser aterrada, “ambientalmente legalizada” para o deleite de uma minoria.

Já no Royal Forest há os “cluster” (a cada 35 lotes em media, localiza-se uma área verde com aproximadamente 1.500 m) que serve para a convivência em uma área natural. E o Royal Tennis fazendo jus ao nome conta com quadras de tennis empregando tecnologia de ponta, bem como 50% das áreas destinadas ao lazer, reunindo diferentes modalidades esportivas.

A modificação da paisagem cênica acompanha a evolução da paisagem, eram partes da margem de transição da área urbana para o rural, e atualmente vem concentrando serviços até então inexistentes e hoje necessários para suprir a demanda populacional, podendo ter idéia do impacto causado pelo empreendimento.

A fronteira entre urbano-rural é cada vez mais maleável, valendo o uso da expressão “rurbano” para estas áreas, onde a confluência torna-se inevitável, pois temos em um mesmo espaço a realização de atividades diametralmente opostas. Toda atividade humana produz impacto seja negativo, positivo ou irreversível. Os problemas ambientais de uma região passam a ser considerados dependendo do tipo de atividade realizada e dos beneficiados por tal ação.

Na construção civil de grandes áreas, o impacto associa-se às fases de implantação (canteiro de mão-de-obra, terra planagem etc), nas construções individuais e manutenção das instalações que podem acarretar o assoreamento de rios próximos, a contaminação das águas superficiais e do lençol freático, aumento de temperatura, contaminação do solo e perda de biodiversidade.

A construtora em questão se coloca sempre como preocupada em proteger o meio ambiente e uma de suas atividades que reúne os moradores é o plantio de árvores - espécies nativas, onde os filhos dos futuros moradores plantam seus exemplares de árvore com direito a certificado -, tem sido uma forma de envolver as crianças no projeto de paisagismo do empreendimento segundo Marcos Holzman “a idéia é promover a consciência ecológica, integrando a criança ao meio ambiente. E uma forma de envolver o cidadão do futuro, chamando a atenção para um tema fundamental”.

Acreditamos que seja urgente a preocupação com nosso ambiente e as empresas que oferecem a atenção devida ao tema são vistas com bons olhos no mercado, obtendo maior credibilidade da sociedade. Jogadas de marketing à parte, afirma a construtora ter o interesse em preservar o ambiente de acordo com a legislação ambiental, sendo suas ações sempre supervisionadas pelos órgãos

públicos responsáveis.

Enquanto a legislação de Uso do Solo preconiza uma reserva de área verde relativa a 12 % do total da área o Royal tem 55%. Entendendo área verde como mata nativa, exótica e jardins, ou seja, áreas não impermeabilizadas. A distribuição é de mais ou menos 250m² de área verde por habitante, enquanto a ONU recomenda 20m². Os reflorestamentos das Áreas de Preservação Permanentes serão realizados com a participação da UEL, Departamento de Biologia Vegetal - nos moldes COPATI. Sem dúvida para estes moradores o ambiente em que se inserem é de uma agradável paisagem, infelizmente para que alguns poucos sejam privilegiados no sistema capitalista a grande maioria passa necessidades básicas.

No quesito segurança esta é, portanto uma medida paliativa de controle da violência, já que neste “mundo paralelo” as pessoas estão seguras, mas ao redor deste estão expostas às mesmas condições dos demais e colaboram para que haja uma massa de excluídos dos bens de consumos produzidos e dos naturais. Criam-se assim os “novos burgos”, dominados agora por outros senhores feudais presos. A questão é: até quando a plebe se satisfará com os restos da burguesia? Ou até quando estas “ilhas” permanecerão seguras para seus moradores? Será que esta nova forma de exclusão social não se constituirá ainda mais perigosa para seus moradores?

Por se tratar de uma forma nova de apropriação espacial, os estudos agora é que vêm sendo aprofundados. E podemos ver a preocupação dos moradores com traslado até o centro da cidade. Os condomínios contam com o Royal-bus que segundo o folder do empreendimento “substituirá o trabalho das mães no leva-e-traz das aulas”.

Segundo a Teixeira e Holzman eles “negociam um sonho. Por isso vendemos uma filosofia e não um produto, daí a importância em cultivar uma relação de confiança”, com o cliente. Sonho transformado em mercadoria torna-se um artigo de fetichização.

Por ter-se transformado de uma região eminentemente rural, em valorizada área urbana, estão surgindo novos seguimentos de apoio. A região já conta com uma escola de padrão internacional e bilíngüe, o Saint James International School, e futuramente contará com um centro de compras bem próximo, para os moradores não correrem o risco da locomoção até a cidade, bem

como lojas de conveniência dentro dos próprios condomínios, para maior comodidade.

O esgoto não é coletado pela SANEPAR (empresa pública), mas por um procedimento de separação dos resíduos sólidos e líquidos, onde os sólidos ficam em um reservatório até se dissolverem e são enviados para um tanque de decantação, e somente depois de filtrados são lançados no lago. O lago ecológico não serve apenas para embelezar e aclimatizar, mas para evitar problemas de enchente, bem como coletar as águas da chuva que naturalmente retardará as cheias. A implantação e monitoramento serão feitos por um especialista em engenharia ambiental e sanitária periodicamente. Todos estes cuidados são tomados pela construtora ter uma equipe qualificada, bem como órgãos públicos e privados que cuidam das questões ambientais fiscalizem medidas básicas para que os responsáveis não infrinjam as leis.

Por meio deste processo, o empreendedor afirma garantir a qualidade da água que chega ao Ribeirão Cafezal, sendo esta tratada antes. O Ribeirão Cafezal é um dos mantenedores da rede de captação e distribuição de água do município e por isso um importante fluxo de água, o qual é protegida pela legislação ambiental de controle e monitoramento dos cursos d'água (Proteção aos Mananciais). Evitar a poluição deste manancial é de suma importância para a sociedade londrinense, pois todo uso do solo se refletirá na qualidade da água. Esta iniciativa da construtora ganhou elogios do Ministério Público e órgãos ambientais que consideram a estratégia como exemplo para a construção civil de loteamentos fechados.

A vegetação de mata ciliar foi protegida acima da exigência da lei ambiental, já que a cobertura vegetal deve ser de 20 metros sendo as primeiras construções realizadas após 100 m, camuflando-se aqui a verdadeira preocupação que é a de risco de perda excessiva do solo, prejudicando os futuros moradores e o sucesso do empreendimento.

5.4 REGIÃO LESTE: O MARCO ZERO

Tabela 5.4 – Região leste pelo agrupamento do IPPUL

REGIÃO LESTE				
Ordem Numérica Regional	Bairros	Pop. Total (*)	Area Ha	Dens. Hab./Ha
31	Gleba Lindóia	10.400	682,91	15,23
32	Cidade Industrial 2	73	577,82	0,13
33	Lon Rita	2.321	189,6	12,24
34	Conjunto Habitacional Antares	4.879	245,45	19,88
35	Conjunto Habitacional Ernani Moura Lima	7.090	158,05	44,86
36	H.U.	2.242	109,04	20,56
37	Aeroporto	4.334	278,83	15,54
38	Jardim Califórnia	8.707	613,01	14,20
39	Jardim Brasília	5.351	140,40	38,11
40	Vila da Fraternidade	4.746	105,39	45,03
41	Jardim Interlagos	12.173	232,23	52,42
42	Jardim Ideal	8.209	229,74	35,73
43	Parque das Indústrias Leves	2.046	198,93	10,28
TOTAL/MÉDIA		72.571	3.761,40	19,29

Fonte: IPPUL; Ano: 2001.

A região Leste é composta por 12 bairros segundo a classificação do IPPUL (ver tabela acima), diferenciados pela composição de sua população nível econômico e social. Possui bairros onde o adensamento populacional é alto como a Vila da Fraternidade, Ernani Moura Lima e Interlagos e outros como o Parque das Indústrias Leves e Cidade Industrial 2 onde as áreas residenciais não ocupam a preponderância na paisagem.

É na Zona Leste que está situado o Marco Zero, edificada em 21 de agosto de 1929, após serem abertos os clarões para o plantio de café entre as avenidas Celso Garcia Cid, Anderson Clayton e Santos Dumont situa-se na área de preservação de mata nativa da Gessi-Lever. A expansão territorial da região inicia-se em 1950 e acentua-se no período de 1970. Próximo ao córrego Água das Pedras se localizavam as favelas mais antigas da cidade, Grilo e Pindorama. No Ribeirão

Quati, situado na área Norte da avenida Brasília e adjacências, estão localizados vários núcleos de barracos desde a sua cabeceira até o seu subafluente córrego Bom Retiro, distribuídos em 12 pontos habitacionais. Ao longo de sua extensão territorial a paisagem distingue-se e os bairros, ocupações, vilas e jardins expõem diferenciais nos padrões de habitação e organização.

Atualmente as regiões Leste e Norte detêm mais de 80% da produção de lotes demarcados por novas ou tradicionais loteadoras no mercado imobiliário londrinense. A extensão delimitada pelas avenidas São João e Roberto Kock, no sentido do extremo leste, registra o maior número de novos empreendimentos residenciais, com padrão médio e popular, concentrando em sua maioria uma média entre 300 e 400 terrenos, com metragens individuais que dificilmente superam 300 metros quadrados.

A alta concentração de comércio, infra-estrutura e serviços já instalados nas antigas glebas Lindóia e Simon Frazer, também proporcionam o fortalecimento dos empreendimentos residenciais fechados de médio porte. Lotes menores em área total e individual, do que os localizados na zona Sul, não deixam de manter as características de lazer, conforto e “segurança”. Acompanhando a tendência da horizontalização, a zona leste da cidade, mesmo entre bairros mais antigos como o Santa Clara e Santa Terezinha, ou novos Santa Alice e Jardim da Luz, encontram-se dois condomínios fechados: o Golden Park e o Havana Residencial.

Um dos bairros mais antigos da cidade, fundado em 1930, é a Vila Siam, reconhecido e comentado pelos moradores dessa região, mas curiosamente não existe oficialmente, nem é encontrada nos mapas. O nome Vila Siam passou a designar de forma genérica esta porção da zona leste, onde na década de 1930 instalaram-se empresas do comércio madeireiro empregando cerca de 100 operários, e é ocupada de maneira ordenada na década de 1940, tendo como nomes oficiais Vila Lolata e Jardim Gayon. Possui rede de serviços completa, cortada de ponta a ponta pela avenida São João, uma das principais vias de acesso ao centro da cidade. A Vila conta com a primeira creche da cidade inaugurada em 1961, a Santa Rita, e a única Igreja Islâmica da cidade a Mesquita Mulçumana Rei Façal, inaugurada em 1975, e poucas casas de madeira foram preservadas, a expansão de prédios e de construções modernas não guardam história, atualmente apresenta baixa taxa de criminalidade.

O bairro conhecido como Aeroporto, assim denominado por abrigar o Aeroporto Internacional de Londrina desde 1949. O bairro foi dividido e uma parte passou a ser conhecida como Cervejaria devido à construção da fábrica de cervejaria que surgiu em 1952 e passou a funcionar em 1956, empregando muitos operários e movimentou Londrina por 40 anos, sendo uma indústria importante na atividade econômica local. Os moradores ainda recordam emocionados os surgimentos do bairro e demonstram o amor pela indústria que os empregou e fizeram-na crescer. Nas adjacências do bairro estão o Califórnia, Hospital Universitário e o Ernani Moura Lima, a expansão territorial rumo pela Avenida São João aonde as antigas áreas agrícolas vão sendo urbanizadas, implantando-se nesta principalmente o comércio, onde já se pode ver grande variedade de estabelecimentos.

Assentamentos/favelas e invasões também engrossam o crescimento populacional da Zona Leste. O assentamento Novo Amparo ocupado em 1998, somente a partir de 2004 teve obras de urbanização e construção de casas, a queixa geral dos moradores em estado de resignação era que tirando a sujeira, as drogas e o abandono, não tinham muito do que reclamar. Havia 180 famílias em situação precária, sem infra-estrutura, hoje conta com rede de saneamento, asfalto, linha de ônibus, rede telefônica, a organização da comunidade é exemplar em sistema de cooperativa, pois fundaram com a ajuda de empresários da cidade uma fábrica de produtos de limpeza, para geração de emprego e renda das famílias desempregadas. Há intensa ocupação nos arredores como o Novo Amparo II, ainda sem infra-estrutura, onde os moradores buscam uma vida melhor no local e foram atraídos pelas iniciativas dos vizinhos.

A conhecida favela da região, Jardim Marabá, possui mais de 4.500 famílias em estado de favelamento e há oito meses entrou em fase de urbanização - a situação dos moradores é calamitosa e estão revoltados uma vez que a Sanepar e a Cohab iniciaram as obras, mas encontraram problemas de afloramento rochoso e de água saindo solo. O índice de criminalidade no local é alto, muitas mortes por arma de fogo, pois a presença do tráfico é marcante, dominado por um adolescente de 16 anos, conhecido como "Besteirinha" (dado de dezembro de 2006).

Problemas na falta de estrutura tornam os locais insalubres para os moradores, estes se encontram em vários bairros como o Vale Verde, que está em situação de risco ambiental, autorizado pela Prefeitura na década de 1970, todavia,

é irregular, os habitantes deparam-se com infiltrações, esgoto a céu aberto e riscos de surtos de doenças, como a leptospirose. No bairro San Rafael, invadido em 1998, os problemas de infra-estrutura são os menores, uma vez que a maior preocupação é garantir a posse dos terrenos já que está em área verde de preservação.

A Vila Fraternidade surgiu nos anos de 1960, nesta época os moradores de Londrina acreditavam que não precisavam do poder público para resolver seus problemas de déficit habitacional. O antigo Grilo da Caixa Econômica passou por diversas dificuldades quando os barracos se espalhavam na área do Córrego Água das Pedras, ali viviam 50 famílias e teve uma ação efetiva dos comunitários junto de associações da Igreja Presbiteriana para construção da Associação dos Moradores e das casas. Apesar de todas as transformações nos equipamentos urbanos, o ex-grilo não se livrou do estigma e segundo nos disse uma das primeiras moradoras: “o lugar não é mais tão violento como era no início de sua formação, onde as pessoas eram mais ignorantes vindas de áreas rurais e resolviam seus problemas de maneira violenta, havia muitos homicídios e latrocínios”. Depois teve um tempo que era tranquilo para os moradores, mas segundo ela, que não quis ser identificada, “se pudesse mudaria de lá”, pois o tráfico tem dominado a vila causando muitas mortes, ela e sua família já assistiram a execuções de jovens.

Já no Jardim Castelo e na Vila Yara, próximos à avenida Dez de Dezembro, a maior queixa vem do aumento da criminalidade, há problemas de falta de esgoto e coleta de lixo, o que é preocupante. No entanto, segundo os moradores, o que vem assustando a comunidade é o aumento de ocorrências policiais, assaltos, furtos e assassinatos - ninguém quer ser identificado -, porém nas residências já se pode ver o aumento de equipamentos de segurança, como cercas elétricas e guardas noturnos que rondam o local, aumentando a segurança privada. Segundo a Polícia Militar, não há denúncias de formação de quadrilhas, apenas de uso de drogas em locais públicos, nos quais as praças são utilizadas para tal fim.

Mas, segundo os moradores há uma rivalidade de gangues de adolescentes que estariam cometendo assaltos para comprarem armas e se confrontarem. E afirmam serem o tráfico e os crimes relacionados. Os moradores andam alarmados desde 2004: realizam passeatas e reuniões que chegam a envolver 800 pessoas, principalmente envergadas por igrejas evangélicas.

A Zona Leste de Londrina conta com um Comitê de Segurança, o CONSEG, onde moradores e comerciantes da região, além de 80 entidades de

Londrina, participam desta ação. Propõem para 2007 um movimento de paralisação intitulado “Dia da Insegurança”. Concomitante ao aumento populacional e o crescente comércio está o aumento da violência na região, considerada zona perigosa em alguns pontos de seu território, onde os locais estão sob o domínio do tráfico e possuem suas próprias leis, horários e atividades.

5.5 REGIÃO OESTE: DA UEL AO PANTANAL

Tabela 5.5 – Região oeste pelo agrupamento do IPPUL

REGIÃO OESTE				
Ordem Numérica Regional	Bairros	População Total (*)	Área Ha	Dens. Hab./Ha
44	Cilo 3	839	536,25	1,56
45	Jardim Leonor	23.682	365,81	64,74
46	Jardim Champagnat	6.254	177,56	35,22
47	Jardim Presidente	6.471	145,58	44,45
48	Gleba Palhano	1.960	424,75	4,61
49	Jardim Esperança	205	551,35	0,37
50	Universidade	2.666	750,31	3,55
51	Jardim Olímpico	5.226	160,67	32,53
52	Jardim Sabará	1.989	119,67	16,62
53	Jardim Jamaica	9.079	188,66	48,12
54	Jardim Bandeirantes	9.608	228,50	42,05
55	Cilo 2	1.813	202,59	8,95
TOTAL/MÉDIA		69.792	3.851,70	18,12

Fonte: IPPUL; Ano: 2001.

A Zona Oeste de Londrina, como as demais regiões da cidade também apresentam disparidades na ocupação e uso do solo urbano. A formação dos bairros não segue a lógica cronológica seguida da ocupação territorial, no mesmo bairro ou em seus limites de expansão casas de alto à baixo padrão compõem a paisagem. Lugares com ar bucólico abrigam altos índices de violência e

os contrastes não se limitam por aí. Considerada na atualidade a zona territorial mais violenta de Londrina, também é a de menor índice populacional. Na tentativa de compreender seus contrastes, sua formação heterogênea é neste desvendada.

Na proximidade da avenida popularmente denominada de Leste-Oeste localiza-se o Jardim do Sol surgido em 1964. Teve seu início com 50 famílias em casas de madeira afastadas por um cafezal da área central, as ruas receberam nomes de galáxias, estrelas e constelações. Atualmente o bairro conta com infraestrutura completa e a poucos minutos do centro com vias de acesso e transporte coletivo rápido. Muitos moradores não saem do bairro por nada, alguns ainda fazem parte da primeira leva de moradores. Prolongando-se à oeste está o Jardim Santa Rita I, II, III, IV e V o que comprova a crescente demanda habitacional da cidade e sua expansão para territórios antes “inadequados” para a instalação de moradias. O Santa Rita é um bairro de habitações populares e os mais antigos contam com infraestrutura urbana completa.

Situada na BR 369, a favela que já foi conhecida como Favela da Caixa em 1970, Grilo em 1980 e atualmente “Bratac” devido à proximidade da Fábrica Têxtil de Fios de Seda, espera ser conhecida como Nossa Senhora da Paz, onde moradores trabalham unidos para limpeza, plantio de árvores em sistema de mutirões na conservação de ruas e terrenos baldios. Além da fama de violenta, viveu no ano de 2003, um dos períodos mais críticos para a população, que resultou no aumento do índice de homicídios e até mesmo de “novos” registros violentos: casas incendiadas pelo tráfico e o fechamento da escola municipal. Revoltados com a situação e o clima de insegurança nos quais são obrigados a conviver, os moradores atrelaram força e união para fortalecer a comunidade junto aos projetos sociais e assistenciais implantados no local, em 1998, amenizando a situação. A escola voltou a funcionar e os moradores afirmam sofrerem muito com o preconceito, já que para arrumar emprego muitas vezes não podem dizer o local que residem, “tem muita gente boa morando aqui” afirma uma moradora e mesmo a polícia no intuito de combater o tráfico acaba generalizando os moradores. Em uma reportagem da Folha de Londrina, em 20 de setembro de 1998, uma das moradoras referindo-se aos problemas enfrentados afirma “Nossa Senhora da Paz o que? Aqui é nossa Senhora da Bagunça...”.

A situação atual não é de calma, os moradores vivem em constante alerta devido aos tiroteios frequentes, uma vez que moradores, residentes

ao fundo do Jardim Santiago na rua conhecida como Pantanal ou favela do Pantanal, estão vivendo sob o fogo cruzado das gangues dissidentes do tráfico e mais de 60 famílias já pediram a remoção de suas casas para outro bairro junto a um vereador, por não agüentarem mais dormir e acordar sob o som dos tiroteios.

Muitas pessoas foram baleadas e mortas, as crianças da Rua Pantanal, que estudavam em uma escola no Nossa Senhora da Paz, perderam dois anos de escola por não poderem freqüentar. Os moradores também contam que se houver o encontro no Terminal Central Urbano, eles são xingados e humilhados, sendo até mesmo apedrejados. O motivo da “guerra” se dá entre as gangues rivais que disputam o rentável ponto de tráfico de drogas. Operações realizadas pelas polícias, como revistas em todas as casas do bairro, prenderam no dia 5 de junho de 2006 possíveis responsáveis pelo comércio ilegal, onde mesmo dentro das cadeias, em dezembro, ordenaram um acordo de paz que não se sabe se vai durar. O vereador Sydnei de Souza (PTB) acompanhou o acordo de “cessar fogo” e em entrevistas declarou que esta é uma realidade “a paz teve que passar pelos presos”, o que comprova a falência do Estado. Até quando vai reinar a Paz? Esta é uma pergunta sem resposta.

A expansão à oeste originou um dos primeiros núcleos de crescimento urbano da região conhecida como atrás dos irmãos Maristas, onde construíram o seminário em 1949, quando a área ainda era agrícola e só havia cafezais. O loteamento surgiu por volta do ano de 1959 com o Jardim Bancários, construído para atender a demanda dos funcionários dos bancos. A partir do surgimento deste empreendimento a Avenida Maringá se expandiu especializando-se no comércio da região. Após essa ocupação, houve um crescimento lento na região, onde em meados de 1970, com a criação do conjunto da Cohab o Jardim Presidente para funcionários da prefeitura e professores, deu início à ocupação de uma das áreas hoje conhecidas como “nobres” do entorno central de Londrina.

A intensa urbanização desta região que até 1982 não possuía linha de ônibus que transpusesse a Avenida Maringá, por conter vazios urbanos, à exceção do jardim Presidente, hoje conta com residências de alto padrão que ocupam a paisagem, bem como comércio diversificado da avenida Maringá, restaurantes e pontos de encontro noturno. Abaixo do Jardim Presidente ruma-se ao Jardim Hedy e Alvorada, bairros que acompanharam em quase toda sua extensão o padrão de urbanização do Bancários. Há locais com habitações mais simples, mas

de forma geral, encontram-se casas de médio a alto padrão, bem como residências verticais.

Um fundo de vale divide esta região situando-se à sudoeste com os bairros conhecidos como mais “pobres”, ao lado de seus vizinhos abastados que devido à intensa ocupação e valorização imobiliária da região preencheu os vazios urbanos da localidade, com casas de alto padrão de um lado e casas menos sofisticadas do outro. Paisagens contrastantes e desiguais demarcam a localidade.

Nos anos de 2005 e 2006, muitas pessoas da “margem rica” deixaram suas casas para se mudarem para áreas mais “seguras”, pois a constante onda de assaltos à mão armada com invasão de domicílios e seqüestros relâmpagos tornou a região “deserta”. Ao andar pela região principalmente a limítrofe do vale, pode-se observar muitas placas de vende-se e aluga-se nas casas, os moradores dizem que a exceção no local é não ter tido a casa arrombada, ou ser rendido dentro da própria casa, o que já virou comum no bairro. O Jardim Tóquio, “do lado de lá” como ficou conhecido na região, criado em março de 1968, tem sua origem provinda da Gleba Londrina de propriedade do japonês Massao Inoue, o qual recebeu homenagem sendo os nomes das ruas todos nipônicos.

O bairro é arborizado e bem planejado, as quadras são grandes e interconectadas por vielas. Para os moradores o bairro é tranqüilo, tem posto de saúde, igrejas, bombeiro e muita amizade, há poucas ocorrências de assaltos e arrombamentos de residência no local, mas as vielas são territórios do comércio ilegal e os moradores se queixam da ausência de ronda policial. Existem muitos bares e vendas em toda extensão. Há locais e horários nas ruas onde os viciados próximos às “bocas” se agrupam para usar drogas.

As históricas “bocas” do Tóquio são famosas na cidade pela segurança e agilidade oferecida aos usuários, todavia o convívio no bairro é pacífico e pode-se ver os moradores sentados em frente as suas casas conversando e confraternizando-se nos famosos banquinhos fixados nas calçadas.

O Jardim Bandeirantes, fundado em 1963 por moradores provindos de outros bairros e até de cidades vizinhas, foi construído em uma área de 25 alqueires, ocupados anteriormente por lavouras de café e pastagem, cresceu rapidamente e hoje tem mais de 5.000 residências, além de indústrias e empresas comerciais. A “boate” da Marisa, há mais de 35 anos no local, sempre recebeu as meninas de programa e virou referência no município, atraindo freqüentadores de

várias cidades, dividindo as opiniões dos moradores, sendo a Dona Marisa madrinha de muita gente pobre e respondendo processos pelo funcionamento de sua “casa”.

Atualmente o bairro possui estrutura tanto pública como privada completa – agência bancária, supermercados, locadoras, lanchonetes, restaurantes, sedes de diversas religiões – o bairro é referência para outros sete das redondezas, beneficiando quase 50 mil pessoas. A reclamação dos moradores é quanto à área de saúde, devido à falta de atendimento e de um hospital na região. Em um “canto” do Bandeirantes esquecido está a Vila Hípica, loteado no terreno do antigo Jockey Club de Londrina, que teve seu auge em 1950 com o Hipódromo Ouro Verde. Com o declínio deste e sua desativação, o bairro ficou abandonado e possui a mesma infraestrutura de 50 anos atrás sem esgoto, asfalto e com terrenos baldios, além da área de 10 alqueires que ficou abandonada servindo de ponto para a “marginalidade”, em 2004 instalou-se a Pontifícia Universidade Católica, valorizando a região.

Outro núcleo de expansão territorial localiza-se nas proximidades da UEL, criada na década de 1970 na região conhecida como “bambual”. Nas mediações da universidade temos a Cidade Universitária (CU), de iniciativa privada e que ocupou toda a região sudeste desta, na outra extremidade encontramos o Parque Universidade, o João Turquino, Maracanã, Columbia e Avelino Vieira como são denominados pela população.

O Parque Universidade, que apesar do nome oponente não coincide à realidade do local, as primeiras famílias chegaram em 1992 quando o bairro não tinha nem demarcação de ruas ou infra-estrutura. Desde então, não parou de chegar novos moradores e até o ano de 2002 estes ainda não possuíam asfalto, telefone, posto de saúde ou escola. Os moradores dizem que ali é pior do que morar no sítio. Em 1999, revoltados com a situação, a comunidade convocou uma reunião com o promotor do Centro de Direitos Humanos de Londrina (CDH), pois as crianças estavam deixando de ir à aula por medo de ataques violentos contra o pudor e tentativas de estupro, por não contarem com escolas os estudantes tinham que fazer longas caminhadas em meio aos cafezais.

O problema de infra-estrutura é grande nesta porção da cidade, falta tudo, inclusive uma avenida que interligue esses bairros com pavimentação e boa iluminação à rodovia Celso Garcia Cid e à Avenida Arthur Thomas, pois muitos moradores têm que andar a pé longas distâncias já que quando chove o acesso fica prejudicado, sendo possível somente por Cambé, pois nem ônibus nem carro podem

entrar - uma ponte improvisada foi criada e não suporta o fluxo, já foram registradas quedas da mesma.

No Olímpico não há mercado, nem farmácia e até o policiamento é dificultado. A associação dos moradores entrou com pedido junto à prefeitura e está cobrando a obra de infra-estrutura do prefeito desde 2001. Já tiveram parte de suas exigências atendidas, em 2005. No entanto, falta ainda escola para atender a todos nas proximidades de suas casas. No conjunto Nova Olinda I e principalmente II a situação não é diferente e o protesto dos moradores tem sido constante, pois não possuem infra-estrutura alguma.

O Jardim Maracanã, que nasceu de uma invasão em 1996, ainda tem grupos de sem-teto invadindo as áreas públicas que não tiveram obras realizadas. O caso mais recente é de 2006, no qual 29 famílias invadiram um terreno que seria destinado a uma praça. Os moradores disseram que se indignaram ao ver o mato crescer e os perigos do abandono aumentar e decidiram então erguer seus barracos de lona e hoje a ocupação representa um risco para os demais moradores, já que correm o risco de perder benfeitorias na área. Mesmo assim, o Presidente da Associação dos Moradores aprova a invasão dizendo ser esta área mais útil se for para moradia.

Em 2004, a prefeitura iniciou a urbanização necessária no local, após anos de espera da população, foram investidos R\$ 9,6 bilhões, dentre eles R\$ 6,9bi obtidos a fundo perdido da União junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por intermédio do deputado José Janene (PP) e o restante do montante saiu dos cofres do município. Tiveram início as obras, a partir de julho do mesmo ano, com o asfaltamento nas ruas por onde passa o transporte coletivo. Foram construídas 287 habitações e uma Unidade Básica de Saúde, para alegria dos moradores.

Os moradores das pequenas chácaras na Gleba Cafezal, desde 1996, sofrem com a falta de água e 20 famílias não têm acesso à rede de água. As atividades corriqueiras, como lavar, tomar banho e outras, são complicadas, tendo que ser desenvolvidas alternativas como a utilização da água do Ribeirão Cafezal, no qual um dos moradores acaba ajudando os vizinhos com o poço aberto por ele, mesmo consciente que a água não é própria para o consumo. Armazenar a água da chuva foi outra alternativa e o maior desejo desta população é a perfuração de um poço artesiano comunitário, mas apesar das reivindicações, a Prefeitura não dispõe

de recursos e equipamentos para a abertura deste.

Já para os moradores do assentamento Campos Verdes a situação é ainda mais complicada. Na fronteira entre Londrina e Cambé, desde 2002, as 200 famílias recebem luz e água, mas não têm posse regularizada e segundo a COHAB-LD pertence a Cambé, mas para os moradores seria melhor se pudessem ser de Londrina uma vez que têm que caminhar cinco quilômetros para ser atendidos nas Unidades Básicas de Saúde, já que este tipo de atendimento é realizado segundo o local de moradia e no caso nos registros oficiais desta população é Cambé. Os moradores esperam que o Núcleo Regional de Ensino não adote o mesmo procedimento das USBs, pois já enfrentam dificuldades em matricular os filhos nas proximidades de sua moradia. Do ponto de vista social, seria ideal que os moradores fossem atendidos próximos aos seus locais de residência.

O principal problema para os moradores do extremo oeste está no estigma criado pela cidade de serem violentos. A discriminação contribui ainda mais para o agravamento do problema, pois gera desempregos, dificuldades de conseguir oportunidades e mais violência. A discriminação social vivida pelas famílias acontece devida à carência e aos altos índices de registros e ocorrências policiais destas áreas, principalmente do João Turquino, herança do surgimento do bairro quando sem-tetos vindos da área rural cometeram alguns latrocínios e assassinatos com requintes de crueldade. Após estes, o bairro estava bem “tranquilo”, os moradores assustam-se com a fama do bairro, pois afirmam serem pobres sim, mas a violência ocorre em qualquer lugar e não é exclusividade do local.

O maior problema está na manipulação e divulgação das notícias que se espalham e chegam à população, tendo uma representação negativa em relação aos comunitários destes locais e esta é causada por uma minoria de vagabundos e bandidos que precisam ser presos na opinião da Associação do bairro.

Em 2002, um clima de guerra se instalou no jardim Maracanã onde foram flagrados garotos cuidando das ruas de terra do bairro. Os adolescentes são olheiros de uma quadrilha que controla o local e atemorizam centenas de famílias na base da extorsão e ameaças, nas duas principais vias de acesso ao bairro há grupo de “soldados” para comunicar a chegada de policiais e da imprensa aos colegas, bem como expulsar os invasores. Tanto no Maracanã, como nos bairros vizinhos os conjuntos Campos verdes, Olímpico e João Turquino, a ação da quadrilha vem

causando danos e mortes nas mais de 2 mil famílias que ocupam a região.

No ano de 2003, centenas delas abandonaram o local, algumas por medo, mas outras por terem sido expulsas pelos chefes. 300 famílias das 800 que viviam no João Turquino foram embora, no Campos Verde encostado a Cambé, em 2002, quase acabou pois das 300 famílias apenas 20 permaneceram no local e só ficaram aquelas que não tinham condições econômicas, nem mesmo casa de parentes para se mudar, pois para permanecer no local as famílias eram obrigadas a fazerem tudo que mandavam os líderes das quadrilhas. Cena comum no bairro são meninos com pistolas na mão e nas bermudas, ou exibindo os pentes para marcarem território.

O João Turquino está dividido entre duas quadrilhas, uma que assalta a população e a que protege. Com a prisão de um dos líderes por tráfico de drogas, em abril de 2003, as famílias começaram a voltar, porém ainda vivem em clima de tensão. O traficante “Ema” que está preso, pode ter sido o mandante de extermínio e incêndios dos barracos e das casas. O silêncio é a regra e dificulta a prisão de integrantes que fugiram do local e os moradores esperam viver “tranqüilos”. Na mesma época tiveram indícios do surgimento de mais uma quadrilha no Maracanã, mas a polícia alegou não ter informações sobre a existência desse grupo. A população afirma que tem briga de gangues e uma boca de fumo forte, contudo quadrilha envolvida com o tráfico não.

As políticas de habitação brasileiras, desde sua criação acabam por privilegiar os construtores e agências financiadoras, devido às altas taxas de juros, à supervalorização do imóvel para a venda, onde se utilizam materiais de construção ruins. Contudo, com as atuais leis de ocupação e uso do solo urbano, os Planos Diretores, Estatuto da Cidade, orçamentos participativos, as iniciativas governamentais têm destinado fundos e pesquisas para habitações de baixa renda, como o caso do Programa HABITAR Brasil/BID – DI, que ganhou prêmio em Londrina, ao trabalhar com os déficits quantitativos e qualitativos da habitação popular.

Dentro do sistema capitalista e com as desigualdades sociais cada vez mais crescentes, as favelas têm sido a alternativa que milhões de brasileiros encontram para residir, geralmente estas se constituem em lugares não apropriados para moradia, são ocupações de áreas públicas ou privadas.

Costuma-se atribuir o problema de moradia aos países denominados

de subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, no entanto, o problema de moradia é global. Nos países “desenvolvidos” as ocupações são uma ação comum, portanto, as ocupações não sofrem tanto com a represália policial como no caso do Brasil, uma vez que, são realizadas por grupos que não se enquadram no sistema de consumo, mas são auxiliados pelo Estado para sua subsistência. E são denominadas de “squats”. Desta forma, a democratização do espaço urbano efetiva-se, para evitar a acumulação e especulação imobiliária dos vazios urbanos ou de estruturas “abandonadas”.

As favelas, como são denominadas na língua portuguesa, não aparecem desordenadamente, mas, contam com ações organizadas, existem os superiores dentro da favela, aqueles que organizam e cobram pelo lote.

Na cidade de Londrina não vemos uma organização como favelas do Rio de Janeiro e São Paulo, onde até mesmo a entrada de pessoas é restrita. Ao visitar uma favela no Rio o Complexo do Alemão, em meados de 2000, percebemos a boa organização e rápida comunicação entre os que gerenciam a favela. O mesmo não ocorria, em 2000, no São Jorge, Marisa, João Turquino, além do inevitável estranhamento - armas como AR-15, nas esquinas. Foi a partir de 2003, e vêm sendo crescentes nos últimos anos, horários em que a entrada e saída de pessoas são controladas, meninos armados com pistolas e aumento de homicídios, fatos que estão intimamente relacionados pela disputa de territórios do tráfico de drogas.

Similaridades e disparidades, formações territoriais diferentes, migração, imigração, falta de infra-estrutura, completa infra-estrutura. Faltas versus excessos, tudo isso compõe os espaços das cidades. Novas construções, velhas estruturas formam os territórios e alternativas vão surgindo. Todos constroem os sistemas, há aqueles que não se preocupam em transformá-lo. Têm acessos irrestritos aos benefícios, os marginalizados e os excluídos, criativos, acomodados, idealistas, realistas, pessimistas e lutadores buscam vias de acesso. Criam, recriam e compõem novas teias, tecendo a malha urbana com os fios das possibilidades.

5.6 ADOLESCÊNCIA E VIOLÊNCIA URBANA EM ANÁLISE

Durante toda a pesquisa, as diferentes fases que se interpuseram permitiram chegar a resultados que vêm demonstrar a situação atual das instituições envolvidas com a ressocialização daqueles adolescentes que cometem atos infracionais. Os problemas que se encontraram no CIAAD, ao trabalhar as variáveis diretas dos adolescentes em conflito com a lei, no IML com relação aos Boletins de Óbitos, não são exclusividades destes departamentos. Constatamos que os problemas relacionados à coleta de dados e do tratamento estatístico do mesmo são comuns em todos os resultados ligados às áreas criminais, o que dificulta a investigação, sanções e apreensões dos verdadeiros responsáveis, retardando assim o aparato legal disponível para os executores das leis. Constituindo-se em dos mais graves problemas da justiça no Brasil.

Vêm sendo constatado, por diferentes pesquisadores do tema e profissionais da área de segurança, **a não homogeneidade** da coleta dos dados - padrões em relação a óbitos, infrações e dos reais motivos que levam às prisões. Esta falta de homogeneização prejudica a efetivação das leis e distorcem as estatísticas (vale lembrar a necessidade do cuidado ao se utilizar números estáticos, por serem estes passíveis de manipulação dos que a utilizam).

Em novembro de 2006, uma pesquisa estatística federal, baseada nas informações coletadas nos órgãos de segurança pública e da saúde, suscitou divergências sobre a colocação do estado do Paraná no ranking da violência no país. Promovendo inclusive a solicitação de revisão do resultado. Nesta, o Paraná aparecia em 3º lugar nas estatísticas nacionais em número dos homicídios. O chefe de Segurança Pública do Estado rechaçou tal colocação com o argumento de que os números nacionais eram divergentes dos coletados pelas polícias e órgãos de saúde.

Os problemas apontados por ZALUAR (1994) em relação aos dados sobre violência são os mesmos que encontramos no decorrer da pesquisa. Onde o primeiro problema já se dá na fase de registro dos atos criminais – com o encarregado dos registros que se vale de suas categorias de senso comum para registrar o que presencia. Aqui se põe a questão do olhar do observador, pois aquele que realiza o registro usa de categorias preestabelecidas e as interpreta. Por esta

razão, se faz necessário o treinamento adequado à realidade, daquele que registra a informação.

Esta é a base sobre a qual se monta todo o aparato de dados estatísticos oficiais, o que é ainda mais problemático para os dados referentes à violência e à criminalidade, visto que envolvem interdições, graves penalidades e, portanto, segredos, perigos e às vezes até o risco de vida para quem se dispõe a falar sobre o ocorrido. A posição institucional de quem registra o dado, o fato de pertencer aos quadros da polícia ou aos quadros do sistema de saúde, implica igualmente uma rationale para o registro bastante diferenciada (ZALUAR, 1994, p. 132).

Outro problema se relaciona às fontes para estudo da violência no Brasil, principalmente referentes a homicídio constituindo-se em um problema de saúde pública. Os dados oficiais se baseiam em duas fontes de informação: as estatísticas policiais e as da saúde. Contudo ainda há o problema da falta de registro de grande parte dos homicídios, o que contribui para uma divergência entre a realidade dos dados e o número real de mortos.

O problema se avolumaria por causa da existência de uma avantajada cifra negra da criminalidade, os crimes que não são registrados oficialmente, seja por ineficiência da polícia ou descrença nela, seja pelo foco concentrado apenas nos crimes mais cometidos por pessoas vindas dos estratos mais pobres da população (ZALUAR, 1994, p. 251).

Este fato colabora para confirmar a hipótese de pesquisa e da necessidade de implementação de um sistema único da criminalidade no país. A proposta se baseia em um Sistema de Informações Geográficas, em um banco de dados único, onde os dados podem ser trabalhados de maneira integrada para a efetivação de políticas públicas que contemplem as necessidades de desenvolvimento e funcionamento dos aparelhos do Estado e que considerem não apenas o aspecto quantitativo do problema, mas também, o qualitativo, ao concentrar esforços para impedir a dominação da violência nas cidades brasileiras.

Verificou-se também a falta de investimento nos recursos humanos que irão transformar as ações violentas em dados e depois em informação. Muitas vezes, o que ocorre é o desconhecimento da realidade com que se trabalha, comprometendo assim a fidelidade dos dados em relação à realidade. Pode-se

perceber a necessidade de uma mesma linguagem, uma vez que os órgãos que trabalham com a questão sejam os policiais, profissionais de saúde ou sociais do Estado e até mesmo ações da sociedade civil estão em uma “Torre de Babel” – ao falar das mesmas coisas sem, contudo, se entenderem por falarem linguagens incompreensíveis entre si.

É necessário o investimento maciço em treinamento de policiais, agentes, educadores, médicos, assistentes sociais, psicólogos, escrivões e advogados para que, com a integração dos dados, as informações advindas destes cooperem para a transformação da realidade social em que se vive, bem como a integração destas soluções em um conjunto de ações que interfiram efetivamente na realidade.

É preciso assegurar um treinamento intenso e consistente para que os representantes de diferentes áreas de conhecimento tenham uma postura adequada, inserindo-os na comunidade de maneira a alcançar os objetivos pretendidos. Aliado a isso, a intervenção tem a responsabilidade de evitar pré-conceitos ou juízos de valor por parte de uma equipe interdisciplinar, de modo a assegurar ao mesmo tempo o envolvimento e o distanciamento necessário. Uma postura ética deve integrar o processo de capacitação dos profissionais, articulando conteúdo, direcionalidade e finalidade da intervenção (BARROS, 2001, p. 6).

Esse diálogo de perspectivas fica fora da falsa alternativa entre vozes eternamente em discordância e confronto, como na cacofonia, ou entre vozes fundindo-se pela unanimidade superficial, pela mera imitação, pela identidade forçada ou mesmo pela união de perspectivas. Entre as duas, estão várias possibilidades. A alternativa para o desacordo perene não é a incorporação forçada de uma voz pela outra, nessa unificação meramente positiva ou violenta que Habermas (1988) caracteriza como a falsa identidade em que um se submete ao outro e o outro se impõe como poder absoluto. Dois falantes nunca se entendem completamente nem nunca concordam inteiramente, e é a continuidade desse hiato que permite a permanência do diálogo em que ambos se modificam no processo de entendimento (Bakhtin, 1981b). Dele pode resultar a concordância voluntária, e não forçada, com uma verdade unificada que inclua as verdades parciais de cada ponto de vista, mas que é maior do que cada uma delas tomadas separadamente (ZALUAR, 2004, p.22). E são estas perspectivas que deve haver no diálogo entre

aquele que comete a infração e o que irá registra-lá, faz-se necessário nessa perspectiva um distanciamento do objeto para que este possa ser compreendido em sua totalidade.

Enquanto a rede das políticas públicas continuar a ser fragmentada e não obtiver um olhar sistêmico para a questão, propiciará apenas a constatação da realidade sem transformá-la de fato. E chama-se a atenção dos leitores para este fato, uma vez que se interessa pela efetivação de apontamentos e de sua divulgação como forma de contribuição para a sociedade.

A pesquisa focou este problema na particularidade dos adolescentes em conflito com a lei, ao trabalhar com os dados do CIAAD de Londrina entre 2000 a 2004 e também por trabalhar os óbitos registrados no IML de adolescentes com passagem pelo CIAAD, no período de julho de 2000 à fevereiro de 2003, dados estes cedidos pelo grupo ***Produção de Conhecimentos sobre a questão da criança e do adolescente***, coordenado pelas professoras Vera Suguihiro (Assistente Social) e Mari Nilza Ferrari Barros (Psicóloga Social), o qual dispôs da sistematização das variáveis registradas manualmente.

As etapas que envolveram a presente pesquisa em relação aos dados se concentram em:

- a) levantamento;
- b) coleta;
- c) digitalização;
- d) organização;
- e) eleição das variáveis a serem analisadas;
- f) sistematização e tabulação;
- g) transformação dos dados em informações gráficas e espaciais.

Trabalhamos 17 variáveis e assegurando o total sigilo com relação aos nomes dos adolescentes, ao transformar seus nomes completos disponíveis nos dados manuais em um Código, sendo este utilizado para o mesmo em suas diferentes passagens. Garantindo, assim, a preservação de sua identidade na manipulação do banco de dados.

5.7 CARACTERIZAÇÃO DO ADOLESCENTE INFRATOR EM LONDRINA

Os dados apresentados e em análise na pesquisa são do período de 2000 a 2004, à exceção dos dados de óbito que se concentram em julho de 2000 a fevereiro de 2003. Os dados mais recentes não foram possíveis uma vez que a burocracia em conseguí-los retardaria o processo de coleta, o que não permitiria organizar e analisar estes no tempo disposto. A fase de digitalização se constituiu na parte mais demorada do processo de tratamento dos dados, acompanhada pela organização e sistematização homogênea dos mesmos.

Na classificação dos dados não há atualizações no próprio órgão, nem uma homogeneização no ato da triagem do adolescente para depois poder ser quantificado qual o maior problema entre estes, para se identificar, por exemplo, a causa de abandono da escola, a relação destes com as redes de tráfico, situação familiar e social. As referências no ato da interdição são referências próprias que não são condizentes com a realidade atual e que dificultam o agrupamento destas em categorias de análise.

Em diversas variáveis constatamos também o vácuo de informações no ato da triagem do adolescente que adotou o critério de classificar estas lacunas como “Não Consta”. Este fato chamou a atenção, pois como pode ser detido um adolescente se quando chega no tipo de ato infracional cometido este não foi apontado. Frisamos que o trabalho do grupo ***Produção de Conhecimentos sobre a questão da criança e do adolescente*** e o diálogo firmado foi fundamental para se chegar a estes resultados e análises, já que a triagem de documentos esparsos foi organizada por este, em uma planilha anual e que a falha pode então ser atribuída à fragilidade dos órgãos do Estado em trabalhar a questão.

5.7.1 Localidade Municipal dos Atos Infracionais

No período estudado, foi registrada a passagem de 1.175 adolescentes, dos quais a maioria residia em Londrina e praticaram as infrações na mesma, como nos mostra abaixo o gráfico 1. Adolescentes que moram em Londrina

e que praticam o ato infracional em Londrina totalizaram 910; que moram em Londrina e que praticam o ato infracional em outra localidade, foram registrados 33.

Adolescentes que moram em outras localidades e que cometem o ato infracional em Londrina foram 76, e não constam essas informações foi encontrado para 51 adolescentes. Escolhemos trabalhar nas variáveis seguintes com os adolescentes de Londrina que praticaram o ato infracional em Londrina que compõem o maior expoente e para podermos ter uma comparação entre os gráficos e os mapas para o município.

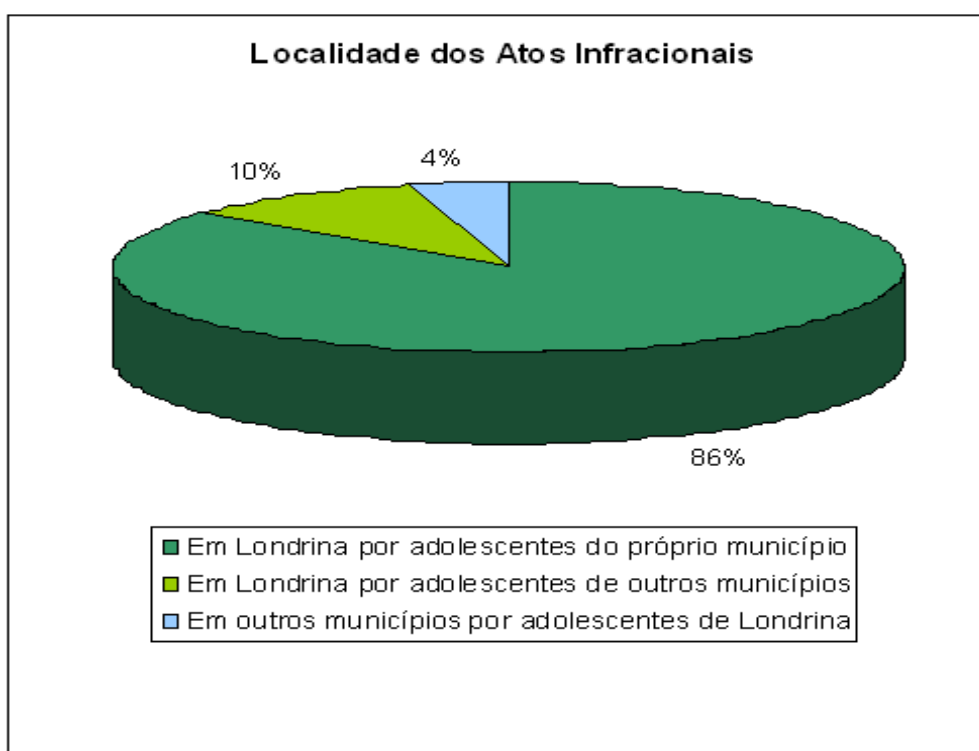


Gráfico 1 – Localidade dos Atos Infracionais

Fonte: CIAADI

Percebemos na análise dos dados que há adolescentes de outros municípios que cometiam o ato infracional na cidade de Londrina e também a presença de adolescentes de Londrina que se retiravam do município para cometerem infrações em outros. Mas como exposto no gráfico a maioria dos atos infracionais são cometidos em Londrina por adolescentes do próprio município. Em algumas cidades circunvizinhas a Londrina não há unidades de ressocialização para adolescentes, por isso estes são trazidos para Londrina.

5.7.2 Idade

Retratamos também a diferença entre as classes sociais no tratamento destas questões, uma vez que quando estes adolescentes usuários de substâncias psico ativas tem o amparo familiar estes são tratados como dependentes químicos e as sanções e privação da liberdade se dão em clínicas médicas, ou seja o problema é tratado como deveria ser, um caso de saúde pública, e muitas os adolescentes nem chegam a passar por unidades como o CIAAD.

Estes adolescentes têm praticado atos infracionais em maior número na faixa dos 15 ao 17 anos, tendo neste período a faixa etária do 17 anos em maior número.

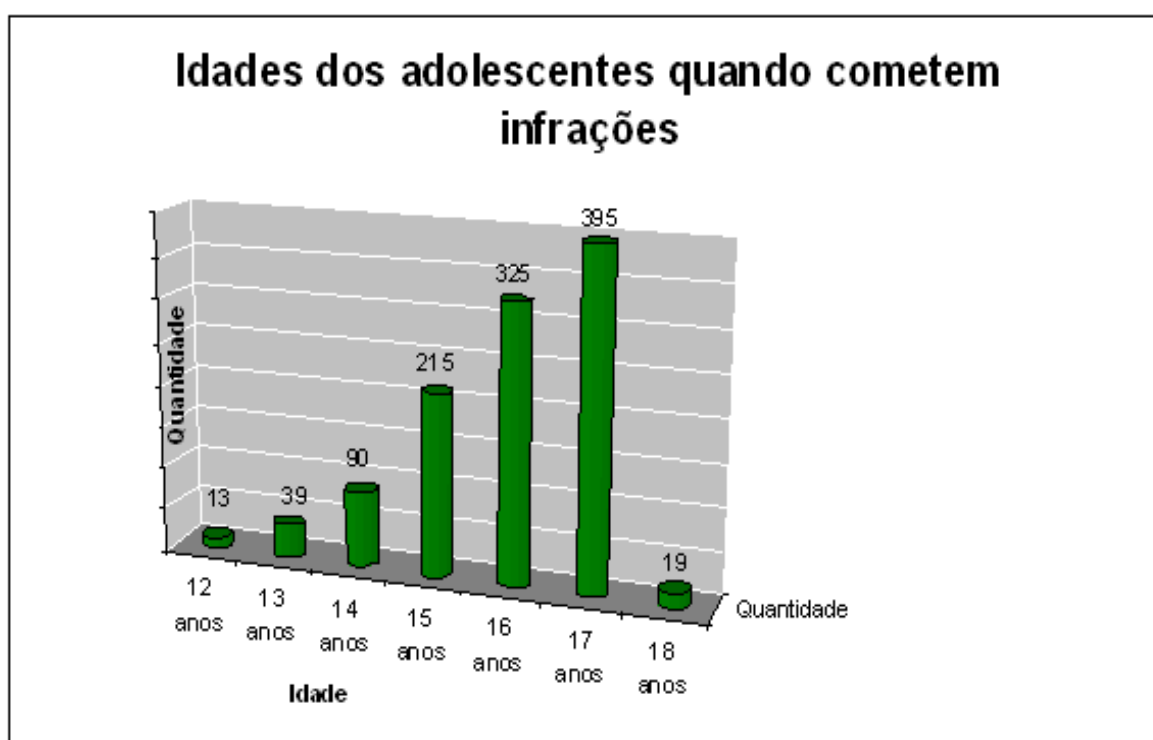


Gráfico 2 – Idades dos Adolescentes quando Cometem Infrações

Fonte: CIAADI

Nesta comparação da faixa etária na qual o adolescente vem a cometer infrações, pode-se verificar duas questões: a primeira acontece por que nesta fase o “ controle” dos responsáveis por este já apresenta limites por parte do

adolescente, que agora está em processo de alicerçamento de sua identidade. Assim sendo, ainda que os responsáveis tentem imputar limites e controlá-los, isto se torna mais fácil em adolescentes com menos idade. Nesta faixa etária, o reconhecimento de grupo e a afirmação de sua identidade são marcantes. O desejo de ser aceito por aqueles que detêm o “poder” em seu convívio e a sagacidade dos mesmos ao “oferecer-lhe” a oportunidade de serem respeitados e de adquirirem *conceito* (linguagem utilizada para aquele integrante do crime que pratica com responsabilidade suas tarefas), bem como a questão de sua menoridade penal os torna alvos interessantes.

5.7.3 Gênero

Ao relacionar a questão dos gêneros, obtivemos o resultado que comprava a teoria de que o ethos guerreiro da masculinidade é vivenciada por estes adolescentes, em sua ânsia pelo “ conceito” . Ao contrapormos nossos resultados a outras pesquisas de mesmo teor pode-se constatar este fato. Não se exclui a participação feminina, no entanto esta é em menor número. Mas, sabe-se da crescente participação de mulheres nas atividades ilícitas, ao longo da rede por despertarem menores suspeitas.

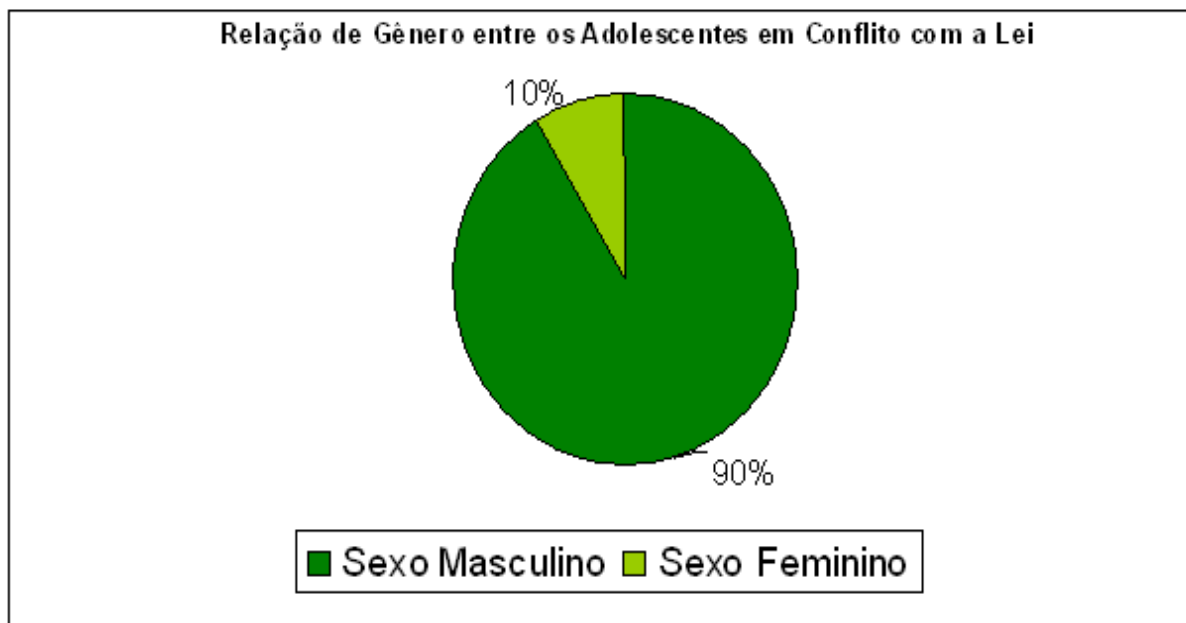


Gráfico 3 – Relação de Gêneros entre os Adolescentes em Conflito com a Lei

Fonte: CIAADI

5.7.4 Substâncias psico ativas

Observamos também a relação de serem estes adolescentes usuários de substâncias psico ativas, o que traz mais uma vez a interconectividade destes com o tráfico de drogas. Ressalta-se também que não é o fato de consumirem tais substâncias um fator de determinação para a prática de atos violentos, mas sim a questão da necessidade de afirmação identitária no grupo e a sensação de bem estar aliadas à ilusão de poder, criadas por estes em seu imaginário e que acreditam ser suprida e reafirmada com o uso de entorpecentes. O que confirma a relação e a não distinção entre a realidade e a fantasia trazida pelo estado de consciência alterado.

Observou-se também que o tipo de substância psico ativa (maconha, crack, cocaína, álcool) relaciona-se diretamente com a renda, ou seja, quanto menor o poder aquisitivo menor será o consumo de drogas como cocaína e ecstasy e maior será o consumo de maconha e crack – drogas mais baratas.

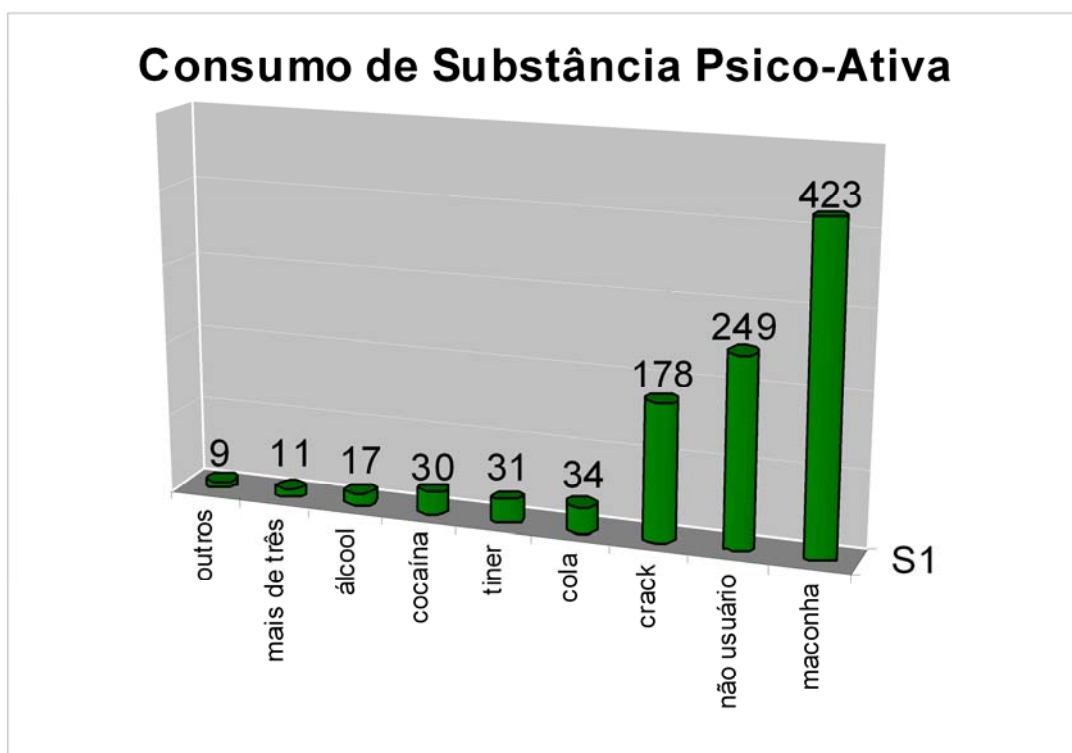


Gráfico 4 – Consumo de Substância Psico-Ativa

Fonte: CIAADI

O fato de quase 1/3 ter se declarado “não usuário” suscita dúvidas na fidelização da afirmação, visto não serem realizados exames toxicológicos nos adolescentes. Mas também quebra o paradigma de que as drogas levam à prática de atos violentos, excluindo assim todo o contexto social do consumo, venda e formação identitária.

No agrupamento destes dados, verificou-se graves problemas como: não constar o dado, o desconhecimento da terminologia científica das substâncias ou homogeneidade da popular nos registros, em alguns casos havia crack e zuca – entorpecentes produzidos com a mesma substância e que se diferenciam pelo modo de usar. Portanto, a necessidade de se estabelecer uma categoria para homogeneizar as variáveis que podem ser tanto a substância psico ativa e posteriormente o uso, traria maior exatidão uma vez que outras substâncias como a cocaína, por exemplo, pode ser administrada por via nasal ou intravenosa. A questão é qual o tipo de informação se quer obter? E definir a triagem.

O álcool foi introduzido por ser a venda proibida para menores de 18

anos. Denominamos *outras substâncias* como remédios e cigarros em um só agrupamento. Ressalta-se que muitas vezes se perguntado se usava alguma substância ou alguma droga muitos não se reportaram a cigarros e remédios, e ainda neste mesmo grupo reagrupou-se um tipo de registro que preocupou por conter a designação *todas as substâncias*, fato impossível pois teriam que reunir todos os psicotrópicos, alucinógenos, estimuladores, relaxantes, álcool e outros, o que fadidamente levaria a óbito qualquer ser humano.

5.7.5 Ato infracional

Ao analisarmos a variável ato infracional, constatou-se que as maiores abrangências se dão no roubo, furto e tráfico de drogas. Furto e Roubo se constituem em crimes contra o patrimônio. As distinções entre os crimes de furto e roubo são as seguintes: no furto, aquele que subtrai para si ou para outrem patrimônio alheio o faz sem causar danos além do material ao dono do patrimônio - quando a ação violenta se produz para a coisa em si. Já no caso de roubo, aquele que comete a ação subtrai para si o objeto via o uso da violência, grave ameaça e/ou reduz a impossibilidade de resistência da vítima. O agente que inflige a violência atinge a integridade física ou psíquica da vítima e a ação violenta é produzida contra a pessoa.

O elevado número de furtos e roubos e de tentativas destes se relacionados com as questões de moradia e renda nos trazem uma interpretação relacionada à justificativa destes adolescentes, uma vez que estes se baseiam nela ao declarar seus desejos e anseios aos bens de consumo.

O acesso negado aos bens de consumo na sociedade do “Ter” gera uma revolta, uma vez que muitos declaram estarem praticando este ato por saberem que não poderiam adquirir a realização de desejos de consumo trabalhando. Muitos adolescentes disseram nas entrevistas que “não quero ser como meus pais que trabalham para ganhar um salário, ou não conseguem trabalho por serem pobres e ainda quando conseguem ganham um salário mínimo de merda que não possibilita uma vida digna. Ter que escolher se vão pagar as contas, se vão comer e ainda serem discriminados por isso”. Ao lhes questionar se não têm medo desta vida, pois

a qualquer momento podem ser pegos em flagrante ou assassinado, replicaram: “ é melhor arriscar do que viver sem esperança” , “sou pobre não vou poder melhorar de vida, a senhora como professora tem uma vida boa? Em nosso país não adianta estudar ou trabalhar honestamente o negócio é ser bandido pois são eles que *têm* tudo”.

E este é o padrão da sociedade de consumo da qual estes adolescentes são vitimizados uma vez que querem um celular com câmera, tênis Nike shock, roupas de marca, aparelhos eletrônicos, automóveis para afirmarem sua identidade enquanto ser.

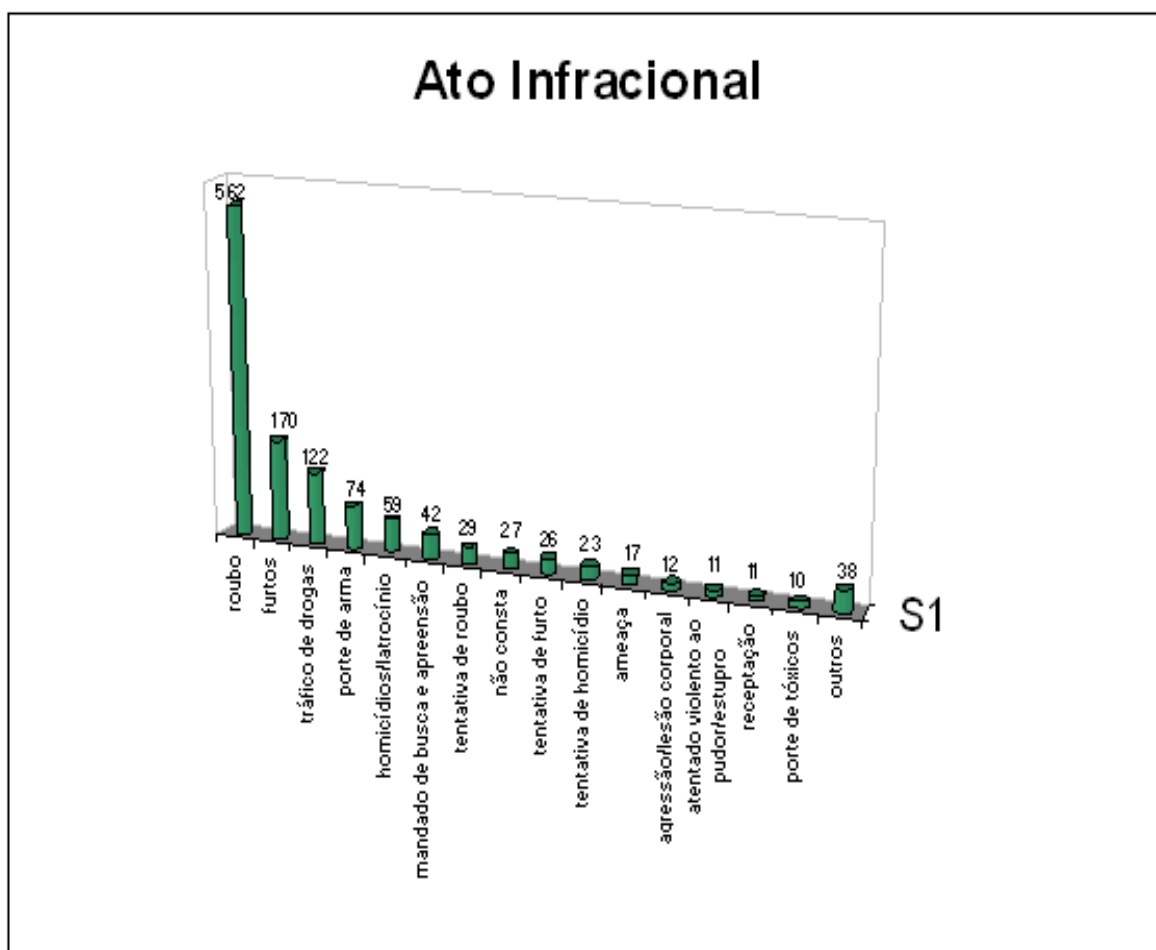


Gráfico 5 – Ato Infracional

Fonte: CIAADI

A detenção do adolescente por tráfico de drogas vem crescendo nos últimos anos e a participação destes têm sido efetivada e vem assumindo o

comando das “bocas” (pontos de tráfico).

Na classificação destas variáveis encontramos dois problemas gravíssimos. O primeiro se constitui em relacionar o tipo de ato infracional à ação e aplicação da legislação, sendo a sexta variável *mandado de busca e apreensão* a ação judicial pela qual o adolescente foi detido e não um tipo de infração – que com certeza estava relatada no mandado. O segundo é o aparecimento do termo *não consta*, o que vem a calhar com a afirmação de muitos criminosos “A cadeia está cheia de inocentes!”. Neste caso em particular esta seria uma afirmação verídica visto o adolescente ter tido sua liberdade restringida sem motivo, pois se ele não cometeu nenhuma infração porque deveria estar na unidade?

5.7.6 Número de passagem e reincidências

Se relacionarmos as justificativas dos adolescentes entrevistados sobre o porquê se enveredaram pela “vida do crime” com as reincidências dos mesmos, encontraremos relação direta com o que falam e o que vivenciam. Analisamos as passagens pela Delegacia do Adolescente (D.A) e pelo internamento provisório, contrapondo esta em um mesmo gráfico.

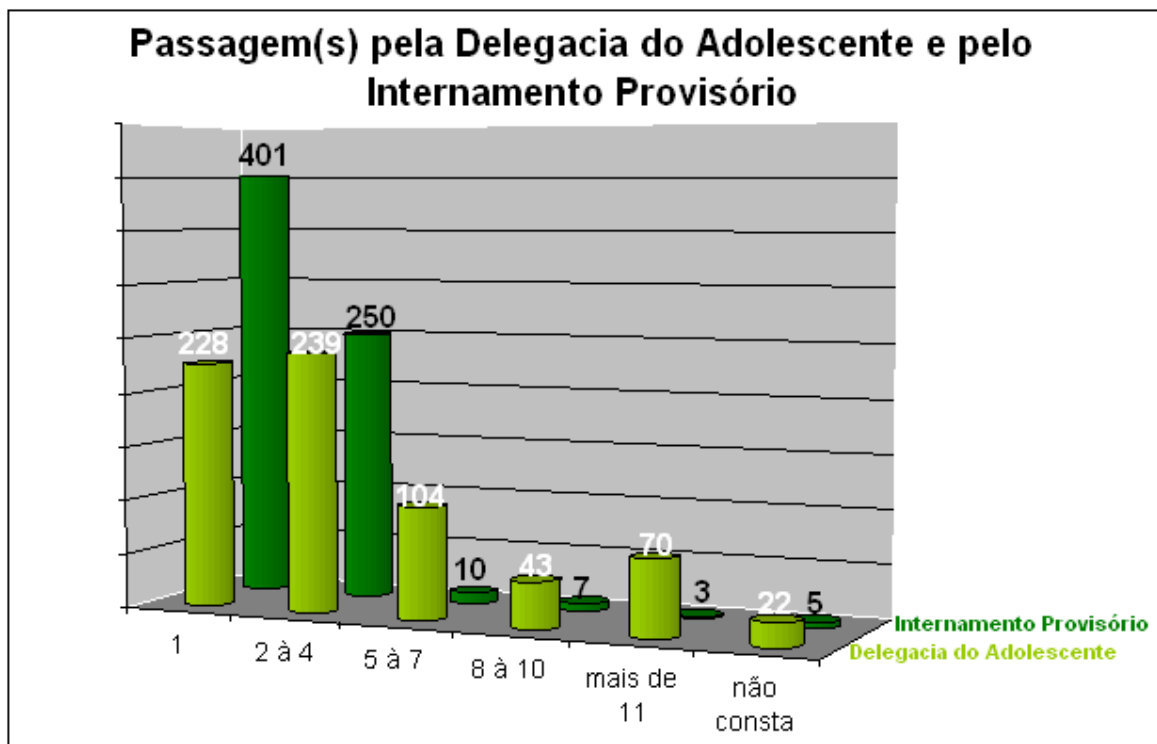


Gráfico 6 – Passagem(s) pela Delegacia do Adolescente e pelo Internamento Provisório

Fonte: CIAADI

Neste, podemos verificar a concentração de uma única passagem pelo internamento provisório – CIAAD, como o maior índice neste e o menor na Delegacia do Adolescente (DA). Porém o maior número de passagens principalmente na faixa de cinco ou mais passagens se concentra na Delegacia do Adolescente, sendo nesta o maior número de passagens dos adolescentes. As reincidências dos adolescentes são um fator preocupante na análise do contexto social destes, pois, mesmo após a passagem pelo internamento provisório estes ao voltarem ao seu ciclo social acabam cometendo as mesmas infrações. Este fato nos mostra como mesmo disse o delegado da D.A. que o fator de internamento isolado de mudanças no seu convívio social, não surtiu o efeito desejado com o internamento provisório que seria o da ressocialização.

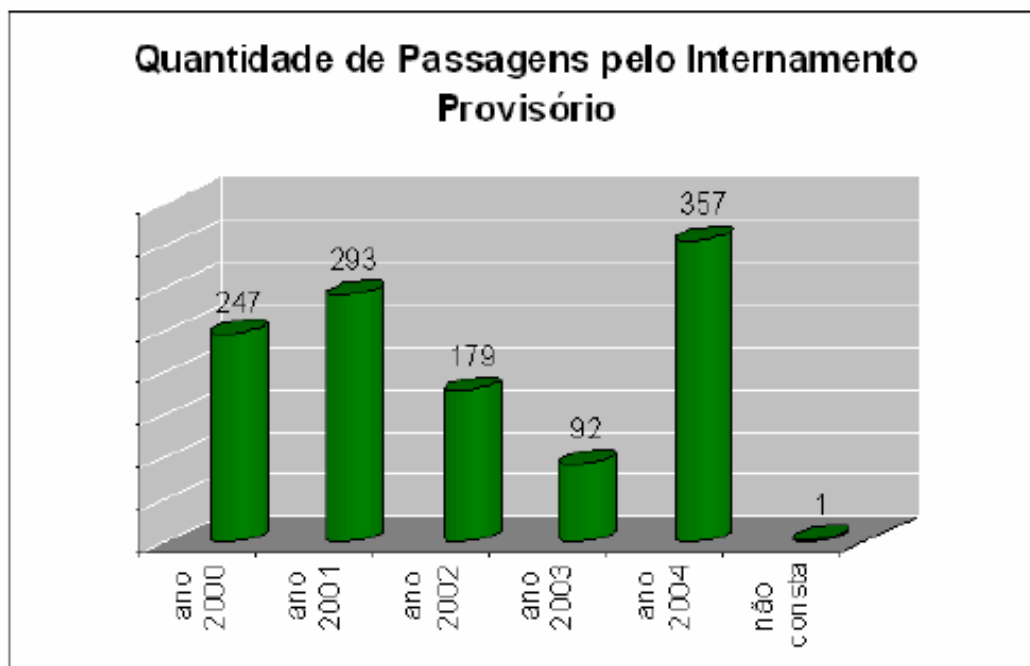


Gráfico 7 – Quantidade de Passagens pelo Internamento Provisório

Fonte: CIAADI

O gráfico acima mostra a distribuição por ano das passagens pelo internamento provisório e pode-se verificar neste uma queda de passagens em 2002 e em 2003, e os picos de internamentos em 2001 e principalmente 2004. Mais uma vez, assim como apontado no início do capítulo sobre a história de Londrina, percebe-se que em 2003 temos alguma atividade ilícita crescente. Não se pode afirmar, mas as especulações a respeito do tema apontam a possível presença de ligações diretas com redes criminosas nacionais e internacionais e a instalação de bases destas na cidade. O aumento do número de adolescentes envolvidos com a criminalidade a partir de 2004 permite esta reflexão.

Nas dependências do CIAAD, o adolescente recebe apoio psicológico, alimentação balanceada e participa de atividades desportivas, artísticas e educacionais que o permitirão desenvolver outras habilidades bem como trabalharem em equipe, assimilação de limites e aprendem a cumprir regras. Contudo, ao sair do internamento ou da liberdade assistida passarão por privações e ainda têm que lidar com o estigma de “infrator”, o que em muitas vezes acaba sendo incorporado pelo indivíduo e manifesto em sua convivência com os demais.

Mais uma vez, ressalta-se que medidas drásticas contra o

adolescente não serão de benefício para ele nem mesmo para a sociedade em geral, o não cumprimento do contrato social leva a uma punição, no entanto, mais e mais adolescentes são envolvidos na rede criminosa, será este um problema deles em si? Ou de nossa estrutura social doente que propicia um ambiente para a expansão de ações violentas?

Alguns adolescentes disseram que gostavam de ficar internados na semi-liberdade, pois ali encontram o apoio que precisam e podem estudar, tomar banho, comer na hora certa e têm a amizade daqueles que trabalham com eles e segurança. Para aqueles que têm acesso ao saneamento básico, educação escolar, alimentação, saúde e condições psicossociais de desenvolvimento de suas potencialidades, este desabafo pode soar como uma desculpa para cometerem os atos infracionais. Mas lembrem-se e se fosse você a vivenciar em seu cotidiano uma realidade excludente?

Observamos que de nada adianta reduzir a menoridade penal, pois se assim continuar, dentro em breve estarão matando, já no ventre, crianças com tendências ao crime, e não se espante ao ler esta afirmação, pois, desenvolver-se-ia um sistema de reconhecimento genético para o crime no estilo Admirável Mundo Novo, de Huxkley. Mas sim, tem-se que impedir de nascer o bandido como afirma MV Bill, ao fazer distinção entre o momento que a criança ou o adolescente passa a ser um criminoso. Ninguém nasce bandido, o bandido se forma no decorrer da formação identitária do adolescente e se o modelo de sucesso econômico e de valores for um bandido como referência, ter-se-ia mais um para endossar a rede criminosa.

5.7.7 Causa Mortis

Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, na faixa de 15 a 19 anos, a taxa de mortes violentas provocadas por arma de fogo – que inclui homicídios, suicídios e acidentes – subiu de 59 por 100 mil em 1980 para 184 por 100 mil em 1995; na faixa de 20 a 24 anos, aumentou de 111 para 276 por mil, taxa maior que a dos negros americanos da mesma idade assassinados (Szwarcwald e Leal, 1997). Também no Brasil são as armas de fogo que fazem o maior estrago. Segundo o Sistema de Informações de Mortalidade

(Ministério da Saúde), entre 1980 e 1995 a taxa de homicídios por armas de fogo no país subiu de 10 (por 100 mil habitantes) para 38,18 entre os homens de 15 a 19 anos, e de 21,66 para 63,68 entre os de 20 a 24 anos. Trata-se, basicamente, de um fenômeno masculino, apesar do aumento igualmente significativo no número de mulheres vítimas desse tipo de homicídio entre os anos de 1980 e 1995, a mortalidade masculina tornou-se 16 vezes superior à mortalidade feminina no grupo etário dos 20 aos 24 anos (ZALUAR, 1994, p. 139).

Recente pesquisa divulgada pela Organização dos Estados Iberoamericanos apontou um estudo sobre os homicídios ocorridos no Brasil em relação à população total. Londrina ocupou o 292^a lugar com a taxa de média de 39,5 óbitos por 100.000 habitantes. Com relação à população e homicídios jovens (15 a 24 anos), entre 1994 e 2004, a colocação do estado foi respectivamente, 18^a e a 7^a colocação. A taxa de 2004 foi de 59,9 jovens e a de adultos 20,6 por 100.000 habitantes, e a taxa de vitimização dos jovens 190,9 - a segunda maior do país. Neste mesmo ano a cidade de Londrina ocupa a 113^a colocação em óbitos juvenis, com taxa de 102,7 para cada 100.000 habitantes. Segundo a pesquisa entre 1994 e 2004, os homicídios da população jovem saltaram de 11.330 para 18.589, com aumento decenal de 64,2%; crescimento superior ao da população total 48,44%. A maioria dos jovens que vieram a óbitos é negra.

A taxa de homicídios juvenis é bem mais elevada que as da população em geral. No Brasil os índices de homicídios de jovens são 100 vezes superiores aos de países como a Áustria, Japão, Egito ou Luxemburgo.

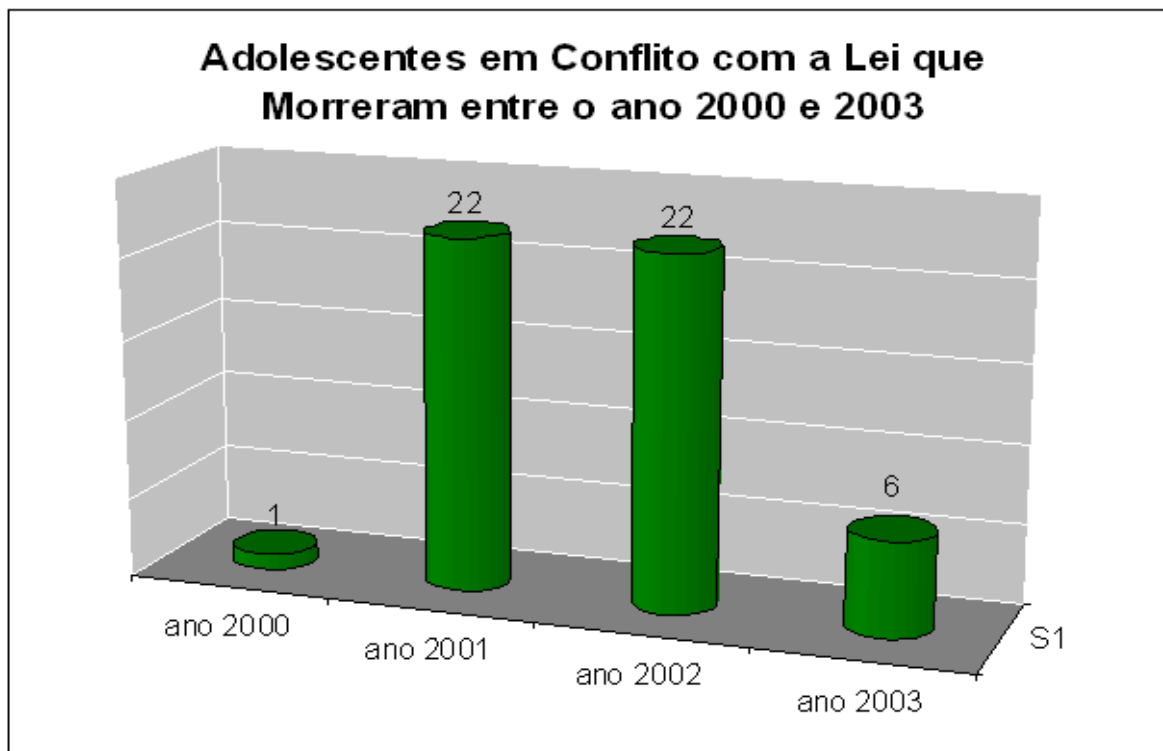


Gráfico 8 – Adolescentes em Conflito com a Lei que Morreram entre o ano 2000 e 2003

Fonte: IML CIAADI; Ano: 2000-203.

Os dados da promotoria relativos a óbitos, não trazem os números totais de adolescentes mortos no período de julho de 2000 a fevereiro de 2003 em Londrina, mas sim de adolescentes que passaram pelo internamento provisório do CIAAD no período. Apontamos para o fato que entre os 51 adolescentes que vieram a óbito, nenhum foi por causas naturais.

O maior número de mortes se deu por projétil de arma de fogo, o que nos indica um possível envolvimento destes com as redes criminosas, principalmente o tráfico de drogas. Nos atestados de óbitos encontramos a descrição de como foram brutalmente assassinados e nos relatórios do IASP destes adolescentes que vieram a óbitos os quais lemos detalhadamente, podemos observar conflitos pessoais e familiares graves. E, apesar destes relatórios terem indicado o acompanhamento do adolescente por psicólogos, assistentes sociais e projetos sociais nos quais estes poderiam trabalhar, tais medidas não foram tomadas pelo Estado.

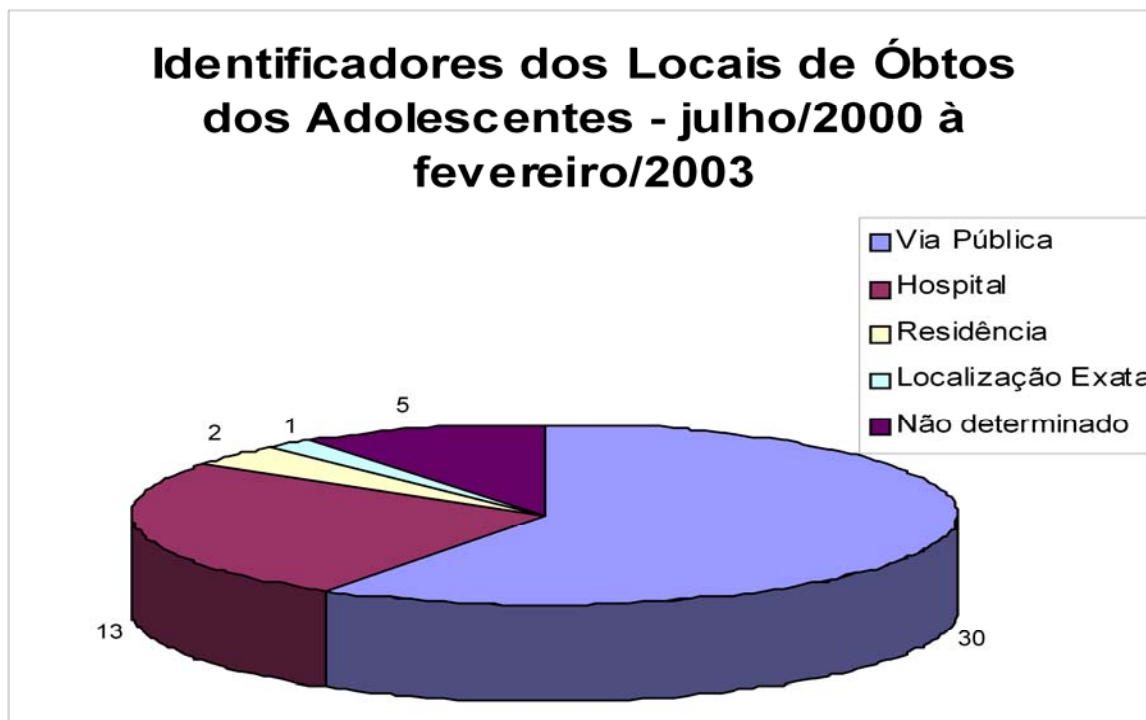


Gráfico 9 – Identificadores dos Locais de Óbitos dos Adolescentes Julho/2000 à Fevereiro/2003

Fonte: IML

Outro dado impressionante é que 66% das declarações de óbito não especificam o local onde a pessoa foi morta. Segundo 23% dos BOs, a morte teria ocorrido em via pública, mas 79% das vítimas ou morrem em via pública, ou chegam ao hospital sem vida, ou morrem na emergência antes de serem internada. Isso significa dizer que as pessoas estão morrendo como moscas e que não há registro minimamente adequado para possibilitar descobrir os autores e condená-los, de modo que todos percebam que esse é um crime muito grave e que o Estado, tanto quanto a sociedade, reage quando isso acontece (ZALUAR, 1994, pp. 350-351).

A citação acima reafirma as conclusões sobre este problema, uma vez que chamou à atenção o fato de conter via pública como local da morte, isto não diz nada, uma vez que há uma infinidade de ruas, avenidas e espaços públicos na cidade. No hospital, segunda localidade de mortes também não foi especificada com clareza. Outro termo encontrado, na residência, também é dúbio pois não consta a especificação exata se houve a violação em sua casa, ou se este se dirigiu para ela após sofrer o atentado contra a vida. A presença de localidade não determinada foi a

que mais nos atormentou, uma vez que anula todas as possibilidades de investigação sobre o ocorrido. Em apenas um atestado dos 51, podemos encontrar a especificação exata (endereço, rua e bairro) do local de óbito e moradia.

As taxas de homicídio têm percentuais extremamente desiguais: quando correlacionados com gênero, as vítimas são homens; quando correlacionados com a idade, são jovens; e quando correlacionados com renda, são pobres [e a maioria são negros] (ZALUAR, 1994, p. 349).

A proposta inicial com essa variável era a de trabalhar o local de moradia e o local de óbito e apontar em um mapa de fluxogramas se estas têm relação entre si. Ou seja, se o óbito do adolescente acontece próximo a sua residência ou se este ocorre longe de seu bairro. No entanto, a classificação morte em via pública impediu de trabalhar essas relações e de cruzá-las em um documento cartográfico.

5.7.8 Renda, situação familiar e escolaridade

As variáveis renda familiar, situação familiar e escolaridade apresentam relações entre si, ao apontar a condição social na qual estão inseridos estes adolescentes em conflito com a lei.

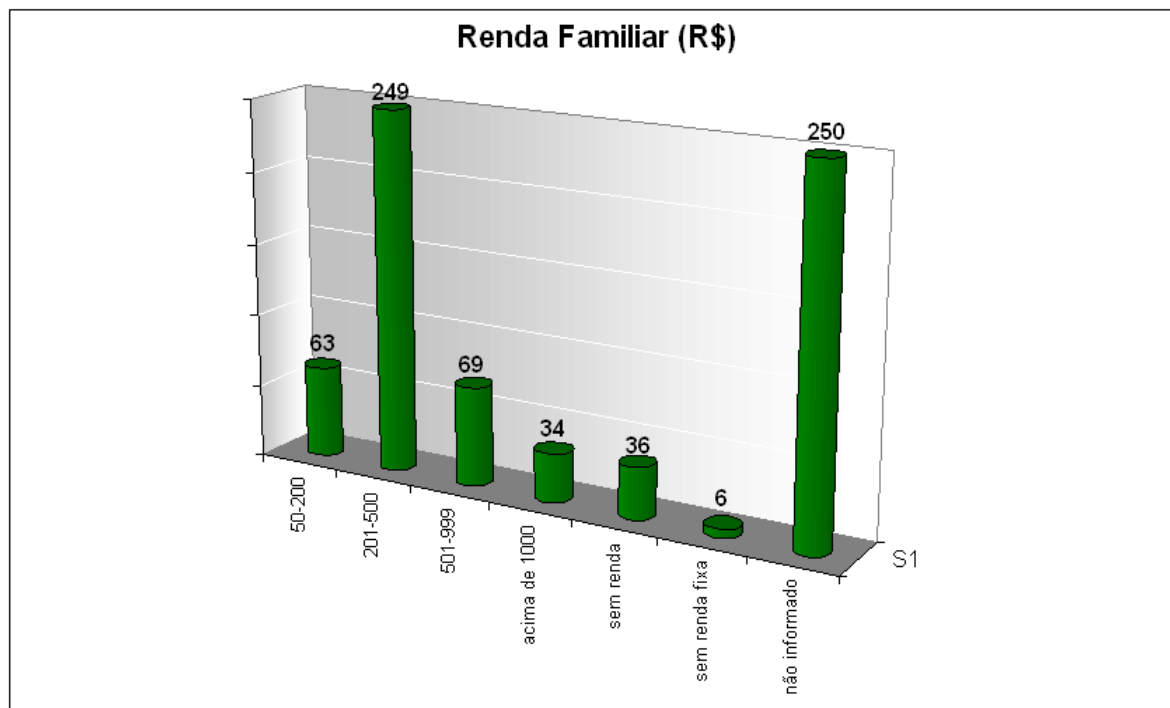


Gráfico 10 – Renda Familiar (R\$)

Fonte: CIAADI

No gráfico acima, agrupamos a renda em sete categorias (R\$), pois a vasta margem de variações destas tornaria impossível a discriminação de todas as rendas encontradas. Uma parte significativa dos adolescentes desconhece a renda da família, o que demonstra que o diálogo entre estas não se concretiza.

Percebemos também, que a maioria da renda dos adolescentes ou de suas famílias é inferior a dois salários mínimos, além de muitos não terem renda ou a mesma não ser fixa – recebem doações ou realizam “bicos”. Isso comprova que a desigualdade social está atrelada ao crescimento do envolvimento de adolescentes no mundo do crime, pois os mesmos buscam alternativas ilegais para aumentar seu poder aquisitivo.

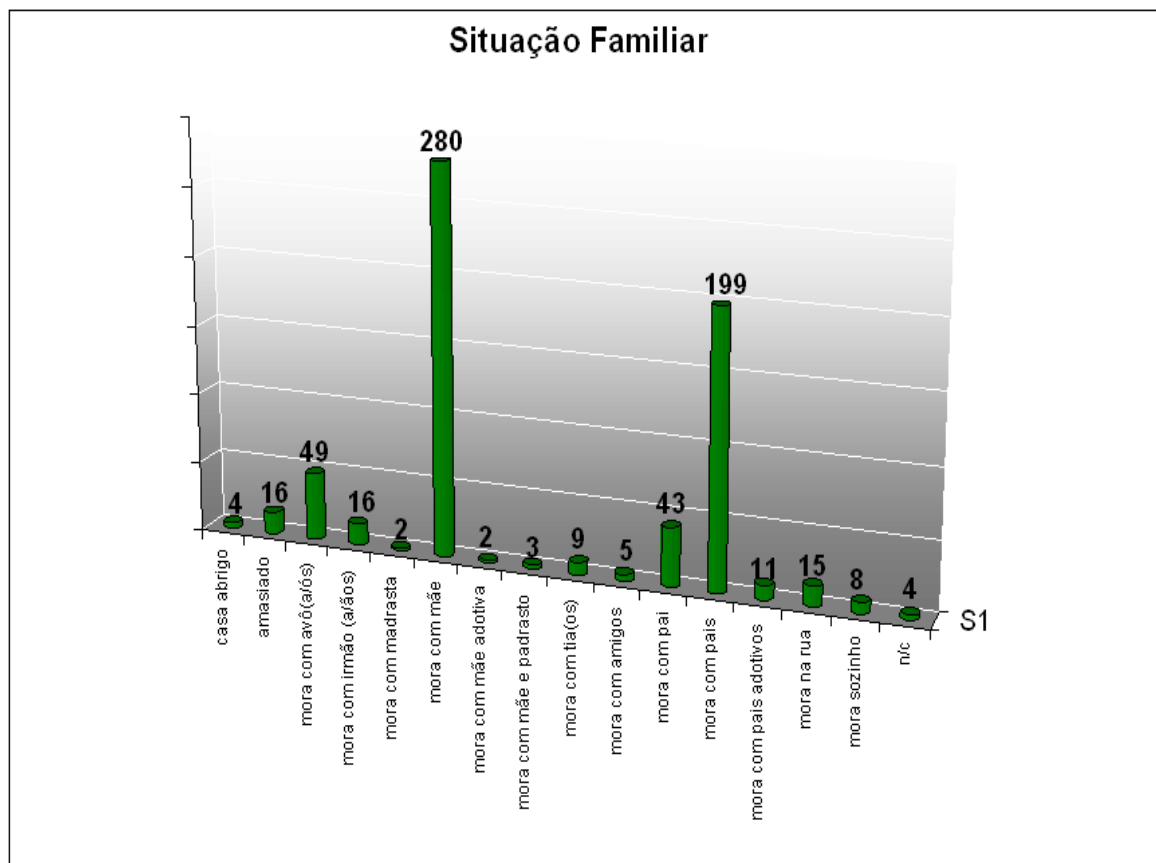


Gráfico 11 – Situação Familiar

Fonte: CIAADI

Muitas vezes, estes adolescentes não têm a companhia de responsáveis, em algumas situações este fugiu do convívio familiar e os responsáveis desconheciam seu paradeiro até o momento da internação, sendo esta a situação familiar que se encontrou nos relatórios prescritos por psicólogas e assistentes sociais do IASP. Em sua quase totalidade identificou ambientes familiares problemáticos e a falta de referências de afeto, personalidade e identidade para os adolescentes, fazendo com que seus conflitos pessoais fossem agravados.

Não se trata de fazer uma análise moralista e simplista, sabemos do grande número de pais divorciados, separados ou desconhecidos e isto, per si só, não vem a gerar um adolescente em conflito com a lei, no entanto a combinação de conflitos familiares – responsáveis agressores, ausentes, ou superprotetores, pobreza e violência doméstica são combinações poderosas. O gráfico 10, aponta, por exemplo, que a maioria dos adolescentes não tem a figura paterna como referência, por vários motivos como o pai ter abandonado a mãe quando está ficou

grávida, o divórcio ou a morte precoce do mesmo.

Na variável escolaridade, encontramos registros como: o adolescente está cursando o primário ou o colegial quando deveria estar de acordo com as terminologias adotadas pela Secretaria Estadual de Educação: Ciclo Básico, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Outro problema com a classificação destes é a maneira a ser coletada, a qual resulta em classificações contraditórias e mal construídas: a relação entre a série cursada e o número de adolescentes é conflitante, pois, ao classificar estes dados em ordem obteve-se um problema na relação dos dados derivados da coleta a respeito da escolaridade do adolescente.

Não se pode desta forma especificar exatamente quantos estão na 1ª série do Ensino Médio. Para sanar este problema, classificou-se os dados como se apresentam abaixo.

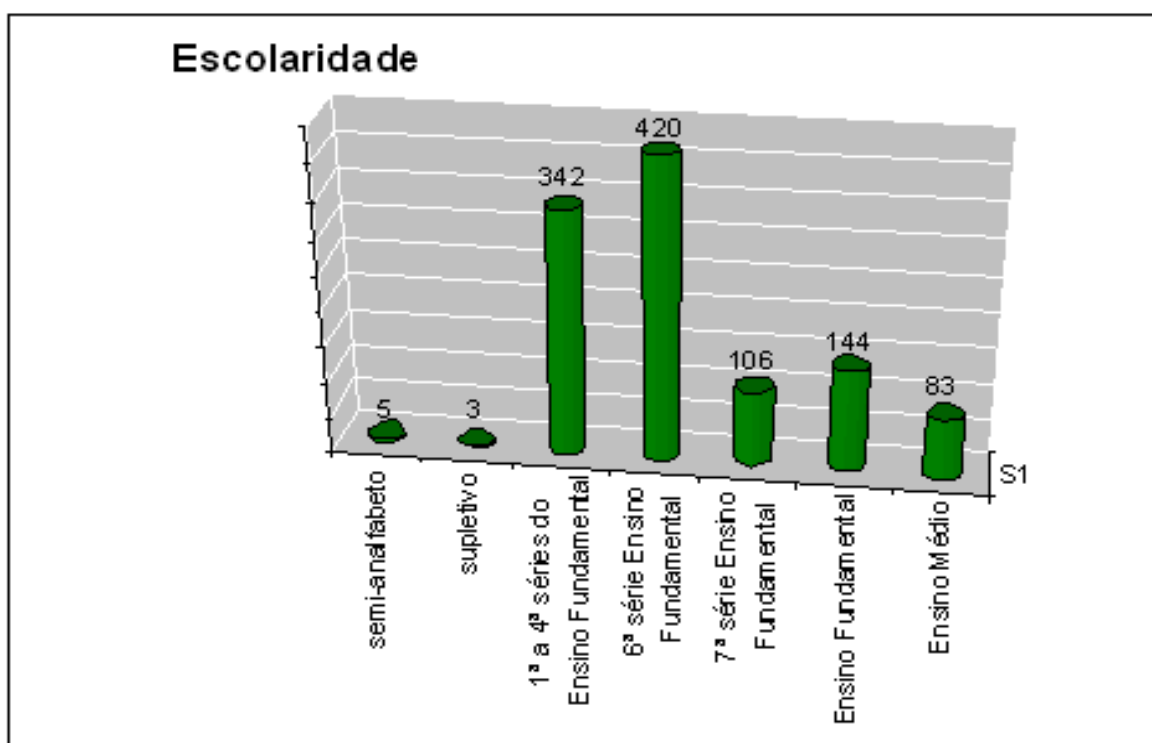


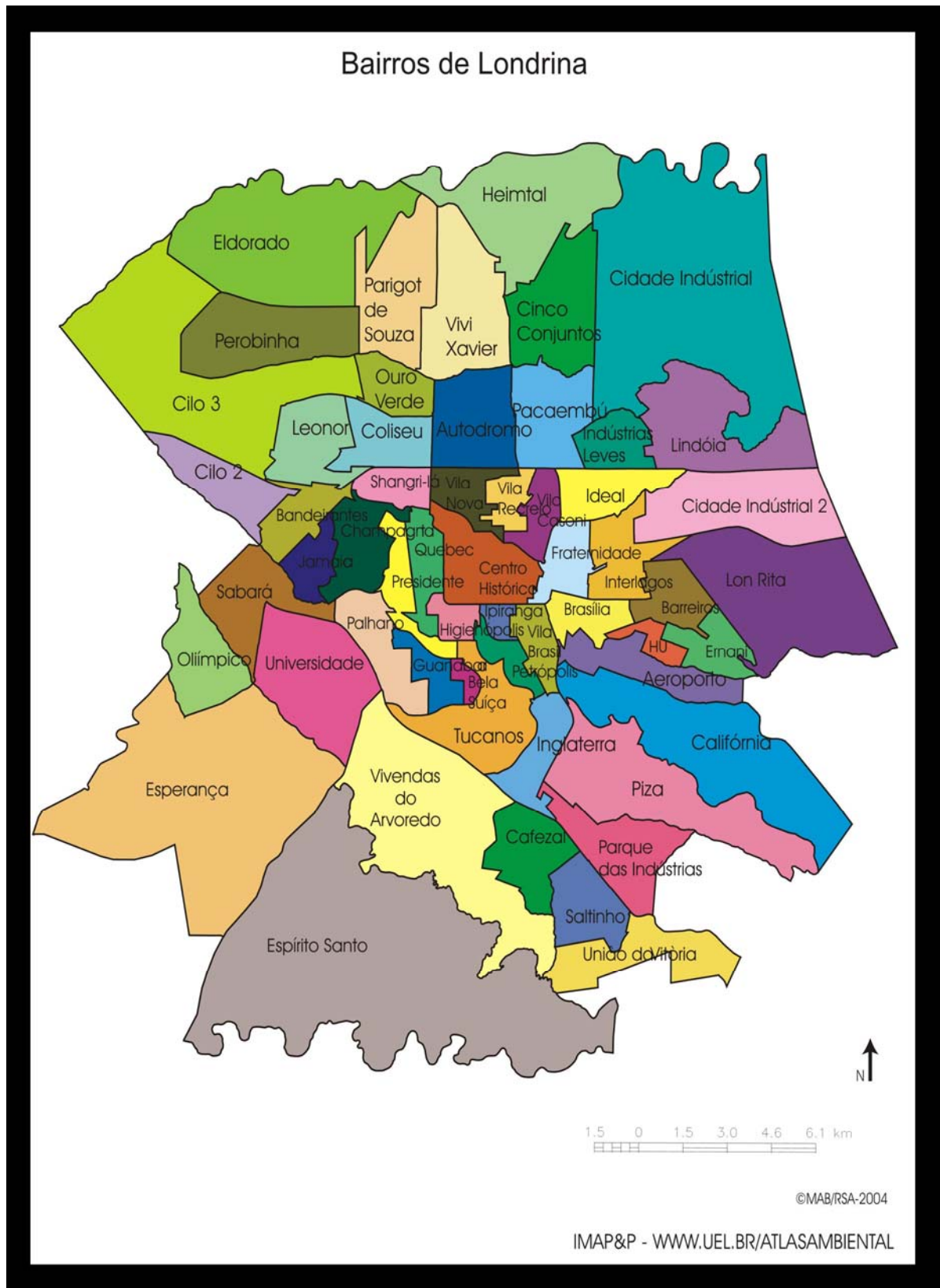
Gráfico 12 – Escolaridade

Fonte: CIAAD

Podemos constatar, por meio deste gráfico o atraso nos estudos destes adolescentes se comparada à média padrão de idade para a conclusão do Ensino Médio. Se relacionada a faixa etária destes adolescentes, vê-se que, apesar

da média de idade na prática de atos infracionais estar entre 15 e 17 anos, sua escolaridade se concentra na 6ª série do Ensino Fundamental. Apenas 144 concluíram o Ensino Fundamental e somente 83 deles estão cursando o Ensino Médio, quando este deveria ser a maioria se comparada à idade média escolar. Por que estes adolescentes não vão à escola? Será desinteresse pela educação escolar? Se sim qual o motivo? A relação da distância do local de moradia em relação à escola será um fator importante? Ou a questão da qualidade do ensino e de seu envolvimento com o contexto do adolescente?

Uma relação pertinente (e possível com os dados disponíveis) para mapear é a presença de escolas nos bairros de moradia dos adolescentes. Utilizou-se a base cartográfica elaborada pelo IMAP&P, junto à classificação dos bairros também elaborada pelo mesmo. Segue o mapa do IMAP&P que irá servir como referência para o leitor na visualização das relações por nós estabelecidas.

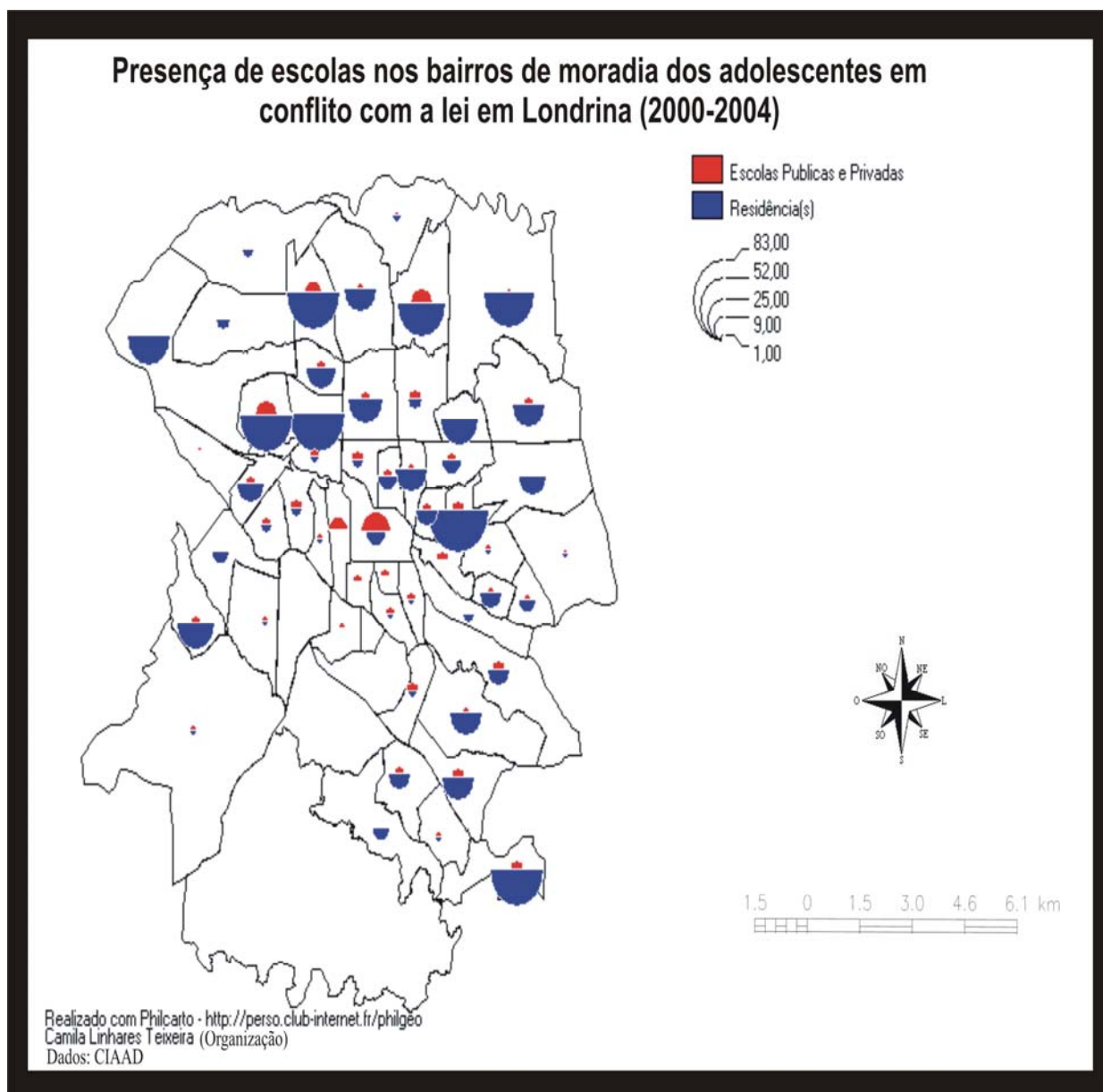


Mapa 3 – Bairros de Londrina IMAP&P

A relação local da moradia também exigiu uma cuidadosa manipulação, uma vez que a coleta é feita pelo nome que se fala ao escrivão e este pode ser o nome popularmente conhecido, contudo não consta na Secretaria de Planejamento sendo em alguns casos impossíveis identificar estes nomes. O que se pode fazer através de entrevistas minuciosas, tanto com moradores da localidade como com a ajuda de um funcionário do IPPUL, o qual através da malha urbana do município identificou os bairros que não haviam sido identificados na pesquisa, na base cartográfica, compatíveis com a proposta do IMAP&P na qual se trabalhou.

Alguns bairros, no entanto, não existem nessas propostas o que foi preciso contactar moradores destes para que se pudesse aproximar o local de moradia do adolescente. Outro problema é quando se referia a locais de moradia em invasões, uma vez que algumas destas não constam nos registros oficiais, apesar da malha urbana do município ser atualizada periodicamente. O ritmo da expansão urbana para o número de funcionários é insuficiente.

Constatamos, assim, que se existisse uma linguagem comum em relação aos bairros e a malha urbana da prefeitura, e com a produção acadêmica estabelecería o diálogo necessário para um Planejamento Urbano eficiente e sustentável. A malha urbana utilizada pelo IPPUL é uma, a que o IMAP&P usa é outra, e as divisões do IBGE realizadas por setores censitários são outras, faces da mesma realidade que se homogeneizada enriqueceria as pesquisas acadêmicas, ações do planejamento, etc. A premente necessidade deste só irá se concretizar quando se atingir uma abordagem transdisciplinar da questão. E estabelecermos o diálogo entre as instituições que pesquisam a realidade e as que atuam sobre ela.



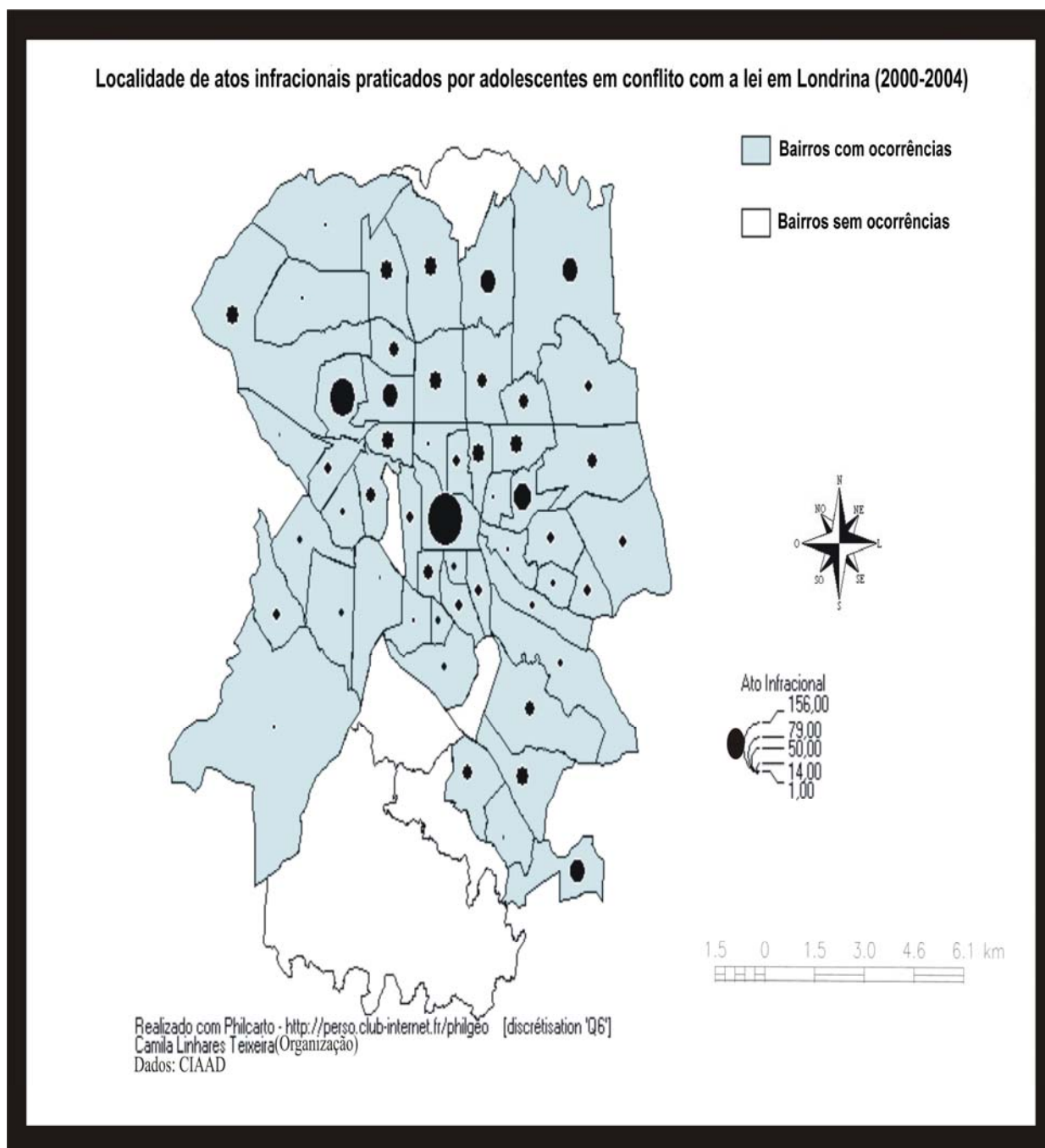
Mapa 4 – Presença de Escolas nos Bairros de Moradia dos Adolescentes em Conflito com a Lei em Londrina (2000- 2004)

Ao relacionarmos a quantidade de escolas por bairro e a localidade de moradia dos adolescentes em conflito com a lei do período estudado, obtivemos visualizações cartográficas que coincidem com a teoria organizada sobre a cidade de Londrina. O número total de escolas em Londrina é de 187. Na zona norte se concentra o maior número de adolescentes e como podemos observar no mapa, o número de escolas é incipiente. Já na área central tem-se a maior concentração de escolas em relação à quantidade de adolescentes, assim como nas regiões periféricas centrais. Com exceção da zona leste, onde o número de adolescente é

maior que o de escolas. Subdividimos os bairros em três categorias: bairros em que não há adolescentes em conflito com a lei no período (Quebec, Ipiranga, Higienópolis, Guanabara e Cilo 2); bairros que têm adolescentes mas não têm escolas (Aeroporto, Chácara São Miguel, Sabará, Eldorado, Cilo 3, Cidade Industrial 2, Perobiha e Coliseu) e; bairros que não têm nem adolescentes nem escola (Vivendas do Arvoredo, Palhano, Bela Suíça e Tucanos), estes bairros que estão em branco sendo considerados sem dados foram assim denominados pois eliminam o 0 absoluto. Assim sendo, nestes bairros as variáveis selecionadas não estão presentes.

A questão da educação escolar sempre está presente nas argumentações e propostas de políticas públicas, por ser esta um espaço onde o indivíduo estabelece vínculos sociais e apreende os símbolos socialmente construídos com os quais irá conviver. O problema da educação escolar no Brasil tem sido um agravante para a construção social equânime. São problemas de ordem estrutural e de recursos humanos para os quais o Estado tampa seus olhos e ouvidos. Além do número incipiente de escolas públicas, o que se pode constatar com a super população de salas de aula (40 a 50 alunos por turma), o que torna impossível uma educação emancipadora - a educação do e para o indivíduo. Tem-se a falta de estruturas físicas, falta de professores e o esgotamento individual dos que trabalham na educação pela sobrecarga de atividades (número de aulas) devido ao baixo salário.

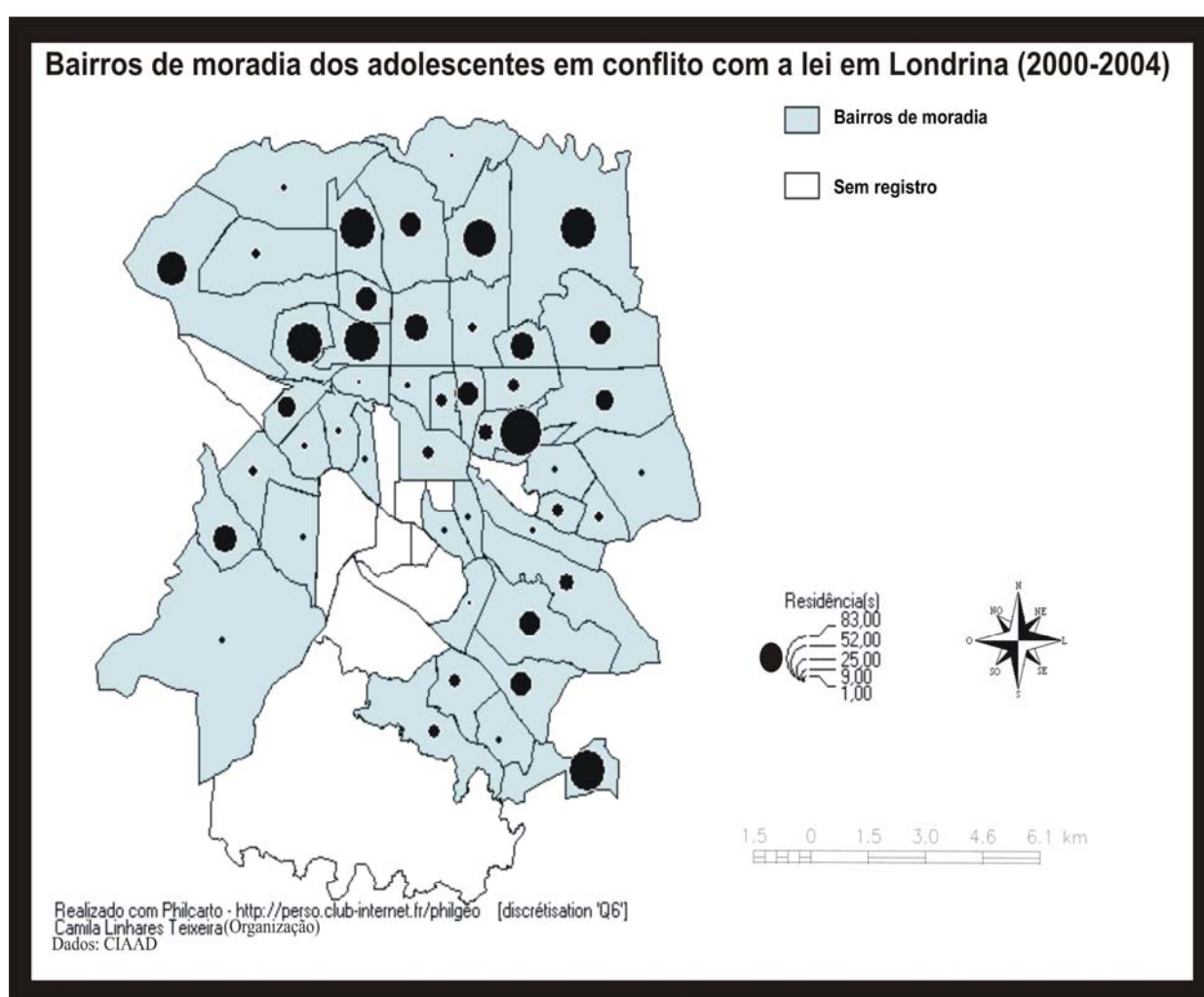
Assim, está posto o ciclo do absurdo: o professor deve oferecer uma educação emancipadora, mas na maioria dos casos não é emancipado. Ele não aprendeu durante sua formação escolar os meios para emancipar-se, mas sim o da reprodução. Esta atitude interessa aos poderes vigentes em primeiro aspecto, contudo depois isto se torna um problema para estes como a questão do aumento da violência entre os adolescentes.



Mapa 5 – Localidade de Atos Infracionais Praticados por Adolescentes em Conflito com a Lei em Londrina (2000 – 2004)

Os atos infracionais concentram-se em maior número no centro de Londrina e neste quesito temos a totalidade da variável no mapa na região central; em segundo lugar está o Leonor, seguidos pelos bairros Coliseu, União da Vitória, Cinco Conjuntos, Interlagos e Cidade Industrial. Os bairros que não apresentaram nenhum ato infracional registrado por adolescentes foram Heimtal, Presidente, Terra Bonita, Vivendas do Arvoredo, Inglaterra e Chácara São Miguel.

A partir desta distribuição dos atos infracionais, pode-se perceber que os fluxos de atos violentos concentram-se mais na Zona Norte e Zona Leste, contudo se analisarmos a quantidade de população a Zona Leste possui um maior índice de criminalidade em relação à zona Norte que concentra a população da cidade. Neste quesito a Zona Sul tem foco de criminalidade concentrada nos bairros mais pobres que, por conseguinte, são os mais populosos. Ressalta-se também que os atos infracionais mais graves como os de crimes contra a pessoa - latrocínios, homicídios – concentram-se nas periferias.



Mapa 6 – Bairros de Moradia dos Adolescentes em conflito com a Lei em Londrina

Os bairros que no período estudado não apresentam residências dos adolescentes registrados no CIAAD são: Cilo 2 (Zona Oeste), Quebec, Bela Suíça, Higienópolis, Palhano e Guanabara (área central); Terra Bonita, Vivendas do

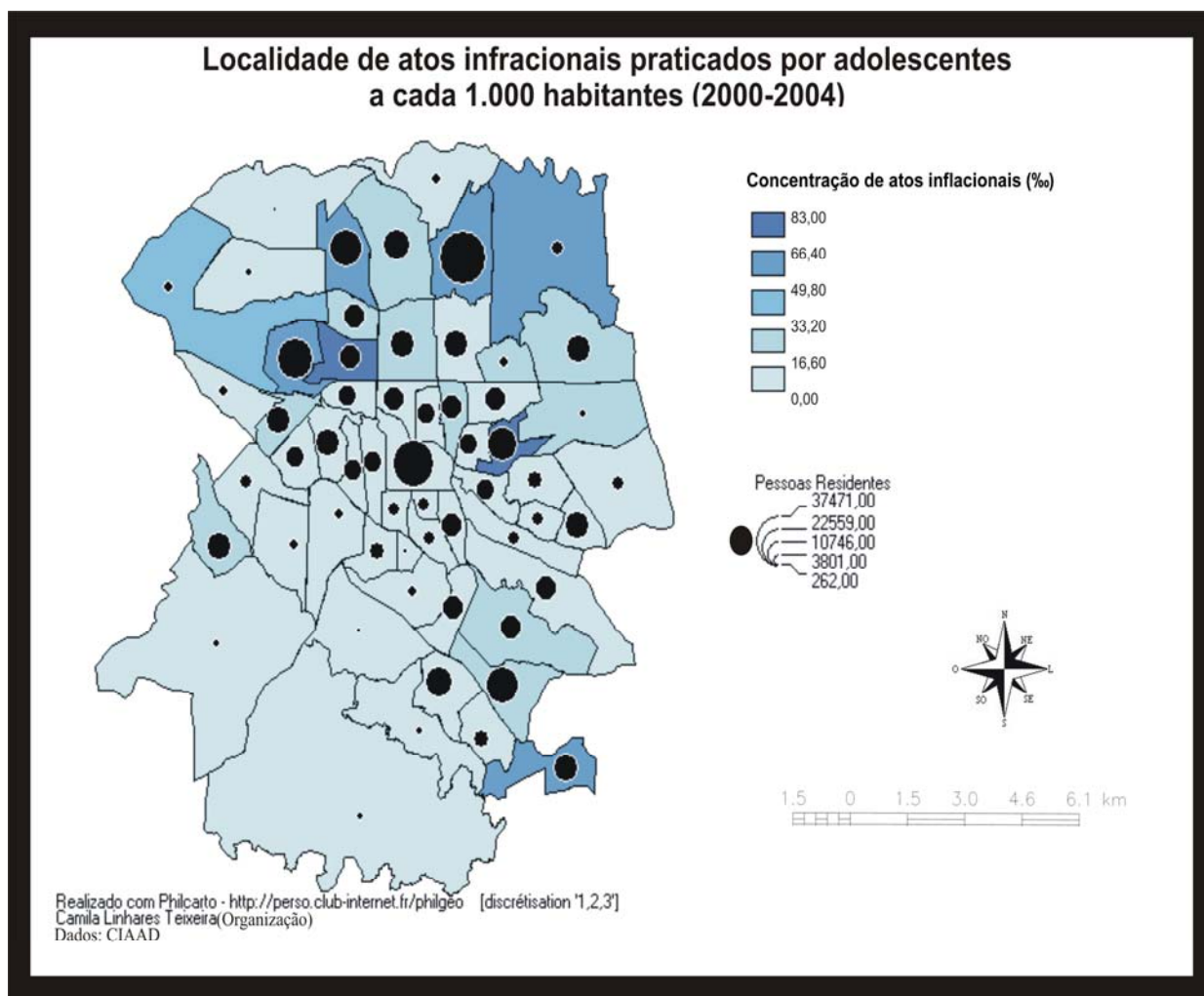
Arvoredo e Tucanos (Zona Sul). Os bairros computados com a legenda sem moradia significam a ausência desta variável no mapa e a cor foi escolhida com o intuito de fazer esta distinção para melhor análise no ato da observação do mapa, uma vez que indica no espaço colorido os bairros de moradia dos adolescentes. O maior número de residências nesta distribuição é de 83 residências como indica a maior circunferência e de 1 na menor.

Nos locais onde a circunferência é maior como o caso do Interlagos, na zona leste, União da Vitória zona sul, e nos bairros Cilo 3, Leonor, Olímpico e Coliseu zona oeste e Cidade Industrial e Parigot de Souza na zona norte são os bairros que encontramos maior número de adolescentes domiciliados, porém se comparado com o mapa de atos infracionais vemos que o maior número de infração são cometidos no centro da cidade, assumindo esse o ranking da concentração de furtos e roubos. Comprovando os rumores na cidade de na região central tem crescido o número de delitos.

Em segundo, nesta comparação, está o Jardim Leonor na zona leste, no entanto, este se diferencia do centro da cidade pois neste o número de residências dos adolescentes é ínfimo se comparado ao Leonor onde há alta concentração de moradia e de atos infracionais praticados, constituindo-se em uma exceção onde o local de moradia é o mesmo da prática de infrações.

Devido á falta exata de localização, não podemos afirmar se são adolescentes das redondezas que praticam infrações no bairro ou os próprios residentes. Na zona norte, no entanto, apesar da alta concentração de moradias não há um foco de alta concentração de atos infracionais permanecendo estes entre a faixa de 1 a 50 como nos mostra a circunferência.

Os moradores de rua não foram computados nesta variável por não possuírem residência fixa e por constarem nos dados brutos o local de moradia: morador de rua. No entanto, estes têm preferências pela área central e adjacências por estarem mais próximos dos acessos necessários a sua subsistência. Observamos neste também o número de adolescentes em conflito com a lei residentes na área central e em bairros considerados de “classe média”, fato importante em ser ressaltado e que demonstra relação direta do aumento de adolescentes com condições econômicas, no mínimo básicas a sua sobrevivência, praticantes de delitos.



Mapa 7 – Localidade de atos Infracionais Praticados por Adolescentes a cada 1.000 Habitantes (2000 – 2004)

Neste mapa a distribuição espacial da população dos bairros foi relacionada à quantidade de atos infracionais a cada 1000 habitantes utilizando-se os dados dos setores censitários do IBGE para população residente e agrupando-os à classificação de bairros realizada pelo IMAP&P.

A escolha da variável cor permite visualizar os locais em tons de azul dos mais claros para os mais fortes sendo estes respectivamente dos menos “violentos” para os mais, nesta aparecem a percentagem sendo respectivamente da cor mais clara a menor percentagem de atos infracionais, e a mais escura . O uso do símbolo círculo permite compreender a distribuição da população total de cada bairro de Londrina em relação atos infracionais praticados por adolescentes. E se comparados com os mapas anteriores, ressaltam e evidenciam locais com maiores e menores índices de violência.

As categorias de atos infracionais foram agrupadas em seis tonalidades que vão de 0 a 16,6‰ representado pelo tom mais claro, e 66,40 a 83,00 ‰ representada pelo mais escuro. Em relação as pessoas residentes 67,24% dos bairros estão associados na categoria azul clara que se concentra na faixa de 0 a 16,6% atos infracionais por 1000 habitantes. Existem ainda focos onde se concentram os atos infracionais entre 66,40 a 83,00% por 1000 habitantes.

Se tomarmos dois bairros vizinhos da região norte, o Vivi Xavier e a Cidade Industrial, vemos que eles pertencem a mesma categoria de análise da cor, ou seja, a representatividade de atos infracionais praticados no local esta na categoria mais alta no entanto se comparados a extensão territorial o bairro e o número de pessoas residentes o Vivi Xavier encontra-se em uma situação muito mais violenta do que a Cidade Industrial.

Outro caso a compararmos é o do centro da cidade pois este devido seu adensamento populacional (segundo o agrupamento realizado pelo IMAP&P e setores censitários do IBGE), a ocorrência dos atos infracionais apesar de se localizarem quando comparados á moradia dos adolescentes em conflito com a lei ser a maior da cidade, se comparada com sua população total ela se encontra entre a percentagem mais baixa.

Os resultados obtidos seriam melhores e mais precisos na distribuição espacial destes dados se fosse obtido o endereço exato destes adolescentes e entre outras variáveis, e se fosse trabalhado não apenas em um programa de visualização cartográfica e estatística, mas sim, na junção deste com um Sistema de Informações Geográficas que permitiria uma sobreposição de variáveis e sua distribuição espacial.

Apontando esta possibilidade e pensando sobre ela, cientes de que esta só poderá ser viabilizada se no ato da coleta do dado se obtiver a rigorosidade e homogeneização necessária para a geração de estatísticas e produtos cartográficos mais eficientes.

Os problemas por nós elencados neste capítulo, demonstra nos gráficos, nos mapas e nas impossibilidades de gerarmos outros produtos cartográficos fidedignos à realidade, os reais problemas referentes ao cadastramento dos adolescentes no ato de sua chegada à unidade do CIAAD Londrina. Criamos assim, uma interface de dados cadastrais, que objetiva propor uma alternativa para este problema do cadastramento do dado levando em

consideração neste primeiro momento a possibilidade de fazermos um banco de dados cadastral e das suas consequências para ação efetiva de políticas públicas para estes adolescentes.

Apresentamos a seguir, a lógica de criação desta interface e de seu funcionamento, onde acreditamos poder solucionar ainda que primariamente as arestas deixadas pela simples, porém complexa, digitação dos dados e o modelo por nós gerado em um protótipo.

Ao iniciar o programa aparecerá apenas uma janela para pesquisa do adolescente. Caso ele ainda não tenha sido cadastrado terá a opção de cadastro que será a tela atual para cadastrá-lo com suas respectivas informações. O primeiro problema encontrado no tratamento dos dados foi o fator de homogeneização na coleta dos mesmos, derivando deste pode-se selecionar alguns aspectos como: o fato de não se coletar a data do nascimento e sim a idade do respectivo adolescente no ato da infração. No sistema proposto a data de nascimento é coletada sendo a idade gerada automaticamente, pois, na integração dos dados nos diferentes anos e passagens esta traz um dado mais fidedigno, já que a data de nascimento não é mutável, mas sim a idade. Esta lógica se aplica para as demais variáveis e nas integrações de suas subdivisões. A exemplo, no ato da coleta do Nome completo já é gerado um código que irá ser sempre o mesmo.

Este código irá conferir sigilo ao adolescente e segurança na manipulação dos dados referentes ao CIAAD, sendo estes segundo o critério do IASP, mais facilmente devolvidos á sociedade civil.

Basicamente, pensamos o cadastro sendo efetuado na seguinte seqüência:

1. Busca no sistema pelo nome do jovem (ou R.G., mas esse é raro);
 2. se houver registro anterior, apresentação das infrações anteriores;
 3. apresentação dos dados imutáveis dos adolescentes;
 4. inclusão de novo registro de infração. Ou,
 1. se não houver registro anterior;
 2. preenchimento dos dados imutáveis do adolescente;
 3. inclusão do registro de infração;
- e assim sucessivamente.

Pensamos ainda nas melhorias futuras para o programa que não estão disponíveis agora no modelo de visualização da interface, estes consideram a relação de mais variáveis, sejam estas mutáveis ou imutáveis como cor da pele, reincidências, argumento de justificativa do adolescente, medidas sócio educativas, e escola em que estuda.

O sistema gerará vários relatórios para análise, por exemplo: pesquisar qual o maior número de reincidência e quem foi, qual o crime mais cometido, qual região que os adolescentes moram, qual região acontece mais crimes, acompanhamentos de medidas sócio educativas, etc. Alguns deles podem gerar gráficos e mapas sínteses da situação atual do adolescente, ou de grupos etários ou o que melhor atender as necessidades com a modelagem do banco de dados.

Propomos, ainda, a integração em rede dos dados para resultados mais fidedignos entre o CIAAD e a Delegacia do Adolescente, no qual o IASP ficará responsável em incluir os dados dos demais projetos que eles estiverem participando. Posteriormente a aplicação e testes do programa, poderão estar envolvidos com a secretaria de educação do Estado.

Estamos trabalhando na proposta da geração de relatórios diferenciados onde estes se dividiriam em três funções:

- 1) relatórios disponíveis para a sociedade em geral;
- 2) relatórios para os órgãos que irão trabalhar diretamente com estes adolescentes;
- 3) relatórios com informações completas apenas para os órgãos de responsabilidade Estadual como o IASP, visando resguardar a identidade destes adolescentes;
- 4) E restrições de uso para empresas e entidades privadas.

Modelo de Proposta de Interface

Cadastro dos Menores

Informações Pessoais

Código: Nome Completo:

RG: Data de Nascimento: Sexo: Idade:

Informações da Infração

Número de Registro da Infração: Data da Infração: Ato Infracional: Local da Infração:

Consumo Substância Psico-ativa: Tipo de Arma: Observações Complementares:

Dados Complementares

Quantidade de Passagens: Endereço: Bairro:

Telefone para Contato: Situação Familiar: Observações Complementares:

Nome do Responsável: Demais Moradores da Residência:

Renda Familiar: Observações Complementares: Escolaridade:

Consulta sobre o Menor

Palavra Chave:

Filtro de Busca:

AW Softwares

Assim com a criação desta interface de dados, que faz parte de um banco de dados cadastral pretendemos dar continuidade ao nosso trabalho em projetos de pesquisa científica e na possibilidade de apresentar esta como uma proposta para as unidades de ressocialização de adolescentes.

Muito nos incomoda a atual situação do descaso para com este

público e das necessidades reais da aplicação de medidas ressocializantes, mas que venham também acompanhadas de políticas públicas que levem em consideração as necessidades destes adolescentes.

Focamos, assim, nosso resultado de pesquisa em um produto informacional, com o qual acreditamos ser possível a construção de um modelo mais próximo da realidade para se trabalhar com estes adolescentes. Iniciando no ponto onde entendemos ser de maior importância, ou seja, o cuidado do Estado para com seus cidadãos a fim de construirmos um modelo social mais equânime e mais adequado ao desenvolvimento social, urbano, econômico e ambientalmente sustentado.

Cientes de que se alterarmos em algum ponto essa rede perversa que tem se apossado cada vez mais de nosso cotidiano poderemos provocar um outro processo, uma nova via, uma alternativa para o modelo social já desgastado ao qual estamos todos atrelados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

**Os homens criam as
ferramentas; as ferramentas
recriam o homem (Mac
Luhan)**

Lançamos um olhar em relação ao problema da violência urbana em Londrina, principalmente na questão do como e do porquê esta violência vitimiza com maior frequência os adolescentes. Não pretendemos de maneira alguma encerrar o assunto, uma vez que este é parte constitutiva de um processo dialógico entre a produção do conhecimento científico e a Sociedade.

Ressaltamos, neste, que nosso olhar pode captar um ângulo dos como e porquês estes adolescentes vêm se envolvendo com a vida criminosa, esforçamo-nos para não privilegiarmos apenas o que o olho pode captar de imediato – aquilo que já está como imagem e/ou estigma – para enriquecer a proposta do trabalho ao considerar os referentes simbólicos da violência em geral e da relação desta com os adolescentes em conflito com a lei.

Esta pesquisa não busca aliviar os sintomas da violência na cidade, não se propõe a combatê-la em suas manifestações várias, não encontrou uma resposta para todas as questões levantadas e em alguns momentos levanta novas perguntas devido à complexidade do assunto. Assim, de modo ainda que primário esta pesquisa passa a ser um raio X sobre a questão da violência urbana onde para compreender suas manifestações tivemos que tratar das variadas formas de violência desde a simbólica até as físicas e das diversidades de sua manifestação espacial na construção da cidade.

Enquanto hipótese confirmada, a pobreza deixa de ser a explicação para a criminalidade, pois a violência não se dá apenas no plano material, mas também no nível simbólico e neste nível esta se torna mais suscetível em sua reprodução. Em nosso país a discriminação é peça fundamental do cenário político-social; no sistema jurídico e policial se tem como criminoso apenas os bandidos vindo das classes pobres, muitos pesquisadores do tema acabam por reforçar este rótulo.

Os moradores de favelas e bairros pobres estão cada vez mais excluídos do Direito à Cidade, e buscam novas identidades para afirmarem-se como cidadãos. Destituídos de sua honra e credibilidade pela sociedade em geral, buscam a reafirmação e reconstrução de suas identidades fora ao reconhecer no outro a “oportunidade”.

Assim, o termo *vitimizado* parece ser o mais adequado para analisarmos a violência, não a considerando como um problema apenas de desajuste econômico ou mental do indivíduo, mas como um processo de transferência do violentador que antes foi violentado. Em nossa sociedade onde a violência é a resultante do sistema de segregação espacial e social, fruto da má distribuição de renda dissemina-se no imaginário coletivo a necessidade de ações repressivas como controladoras da violência, não faz parte como prioridade o investimento em educação, saúde, equidade social investimentos estes na Autonomia do sujeito.

Ao invés disso opta o Estado por trabalhar nos efeitos do problema e não na causa. Soluções imediatistas são louvadas pela mídia e a sociedade detentora do poder as quer, uma vez que pensam ser o problema de outro grupo e não delas próprio. Os discursos se reproduzem no que diz respeito a segurança pública primariamente ouvimos: precisamos de mais policiais, precisamos de medidas punitivas mais rígidas, necessitamos de mais presídios e de controle rigoroso dentro destes, maioria penal, são as discussões que se travam no âmbito das soluções rápidas.

Não faz parte da agenda as discussões das políticas sociais, as crises relacionadas ao trabalho e ao desemprego, e nesse sentido, a instabilidade dos trabalhadores quanto a sua renda salarial e a fragilidade da proteção social não são apreendidas como fontes geradoras de violência (SUGUIHIRO, BARROS, 2003, p. 1).

Neste quadro sócio estrutural, acrescenta-se um novo significado à violência e a repetição cíclica de suas ações são manifestas em todos os estratos, sejam estes de competência do Estado ou da sociedade no todo. Este novo quadro de violência, no qual estamos inseridos, faz emergir novos significados de insegurança, ceticismo, desesperança, medo e baixa auto-estima que levam as pessoas a uma apatia extrema em relação às ações da violência.

Assim, quando captamos a identidade social de um fenômeno e individual de um sujeito estamos percebendo uma das facetas desta multiplicidade de que é composta a identidade humana seja a construída no coletivo como a no social. Por isso identificar o fenômeno e propor soluções apenas pela realidade apreendida por uma visão específica daquele observador não revela a complexidade total do mesmo.

A apatia em relação á violência, a inflexibilidade do poder vigente ante este quadro demonstra a anti-disposição da sociedade em olhar esta realidade de forma sistêmica, em buscar não apenas o alívio dos sintomas, mas de adentrar na complexidade das relações que se interpõe e das diferentes visões para a cura de nosso organismo social.

A disposição para tal apreensão da realidade percebida requer maior trabalho para iniciá-lo, requer rever os modelos de análise dos sistemas simples fechados no qual estão dispostos nossas tradições e reproduções sociais e romper com o que for necessário para que se construa um novo alicerce social com a definição de instrumentos mais apropriados para a intervenção na realidade atual.

Respeitando a individualidade do outro e o outro neste contexto.

O humano precisa apreender a utilizar suas potencialidades enquanto indivíduo precisa aprender a pensar e isso não é de fato uma potencialidade de poucos, apesar de se constituir em privilégio de alguns. Educar o homem para a autonomia se constitui em interesse antagônico para o capital mas necessitamos de seres humanos e não de máquinas condicionadas a agir conforme a programação institucional.

A autonomia do indivíduo é necessária para construir suas potencialidades no Devir; criatividade, senso estético, plasticidade compõem instrumentos capazes de interferir diretamente na resolução dos problemas sociais.

Construir políticas públicas que realmente sejam efetivas requer uma transmutação de valores por parte do Estado que só ocorrerá se a exigirmos, apontando e expondo as insatisfações geradas pelas práticas arbitrárias de educação, administração, saúde e ressocialização para os adolescentes.

A sistematização dos dados referentes a atos ilícitos praticados por adolescentes precisa efetivar-se para que haja sem invenções ou inversões políticas públicas, ações e ementas que saibam onde agirem e que não poderão ser realizadas se não tivermos uma base de dados que apontem onde e como devem

ser aplicados os recursos da União.

Também lembramos à falta de interesse do Estado para com esta parcela da população e o interesse de subsidiar em maior número medidas paliativas de respostas midiática rápida para alastrar na população a sensação de que algo está sendo feito a respeito. É necessário quebrar os paradigmas, como bem pudemos constatar ao longo de nossa pesquisa de que os adolescentes pobres são violentos.

A equidade judicial no tratamento entre pobres e ricos se faz necessário para desenvolvermos um país para todos, onde o respeito às diferenças e a implantação de leis reconheçam a cidadania em sua totalidade que só poderá ser aplicada se valerem a Constituição Federal para todos; desta forma é necessário a discussão sobre a implantação de novas medidas de leis que considerem os adolescentes em conflito com a lei como responsáveis pela desordem social, uma vez que já temos o Estatuto da Criança e do Adolescente.

A redução da maioridade penal que vem sendo tão discutida e defendida por reacionários ou grupos de interesse privado não se constitui em uma medida social compatível à promoção da equidade e justiça social e só contribuirá para aumentar o abismo social no qual estamos inseridos.

Deve-se, outrossim, investir em políticas públicas de educação, cidadania que se constituem em medidas de prevenção no aliciamento de jovens pelas redes criminosas.

Assim buscamos durante todo o trabalho tornar inteligível nossa compreensão sobre como movimentos culturais e artísticos fazem a ponte entre a realidade dos adolescentes e a viabilização de sua transformação. É neste sentido que o contato, anteriormente já estabelecido com os adolescentes estreitou e permeou nossas considerações à respeito das teorias e práticas analisadas nesta pesquisa.

Após as várias leituras e as diversas questões suscitadas no decorrer do trabalho, gostaríamos de finalizar com a importância do eixo-teórico e suas diversidades que nos permitiram compreender a relação entre os grupos excluídos do direito à cidade com o aumento da violência entre a juventude.

Vemos a importância de compreender o processo de urbanização brasileiro no capítulo 2 e o processo de formação do sítio urbano de Londrina no capítulo 5 na representação da violência associada a questão urbana e suas

manifestações espaciais no território. Além da relação destes processos com a lógica das redes no capítulo 3, que têm transformado os territórios regionais conferindo-lhes similaridades na produção espacial e interligando as diferentes formas das redes da ilegalidade sobrepondo o interesse do capital as vidas destes adolescentes.

No capítulo 4, ao trabalharmos os diferentes conceitos de violência e a relação da formação identitária dos adolescentes na “ultra modernidade” com as frágeis instituições sociais. Pudemos compreender que o envolvimento destes adolescentes com a criminalidade nasce com a sua formação identitária, que neste período específico da vida, está muito mais ligada ao grupo. É nesse sentido que o ethos guerreiro masculino de civilidade, a privação dos produtos de consumo das tendências atuais da sociedade de consumo e a super valorização do Ter tornam estes alvos fáceis.

A pesquisa, no entanto, neste sentido faz apontamentos para a continuação da mesma e aprofundamento do tema por outras áreas do conhecimento e pelo estudo mais minucioso das relações digitais que, agora, interpõem as redes criminosas dando-lhes maior agilidade.

Focamos a necessidade de implantar um sistema de dados sobre a criminalidade na adolescência que aponta para a necessidade de construir políticas públicas que considerem o problema como um todo, onde ao revelá-lo para além de uma questão moral permita agir na transformação da realidade dos adolescentes.

Em nossa pesquisa, o curto recorte temporal nos mostra a necessidade de desenvolvimento de um Sistema de Informações Geográficas para analisar esta problemática e pontuá-la no território.

Desenvolvemos uma proposta de um programa de banco de dados cadastral para integrar as informações referentes aos adolescentes, apresentados neste pela interface no capítulo 5. Esta nos surgiu como necessidade devido aos problemas encontrados na coleta, sistematização e transformação destes dados em informação e conhecimento e que tiveram de ser apresentada em sua maioria, na forma de gráficos e mapas temáticos. Como intenção primeira, gostaríamos de transformar todos estes dados em produções cartográficas, mas ficamos impossibilitados, devido á falta de critérios de homogeneização em todas as fases que se refere aos dados.

Criamos, assim, uma interface modelo de um banco de dados

cadastral na qual pretendemos continuar trabalhando, onde poderemos de fato apresentar um Zoneamento dos atos ilícitos praticados por estes adolescentes. Já que no decorrer da pesquisa percebemos o problema estrutural que se encontram as unidades de ressocialização e de como esta impossibilita as políticas públicas de ações efetivas.

Mesmo ante estes problemas, pudemos encontrar uma relação direta entre a gravidade dos crimes e a vulnerabilidade social, bem como a exclusão social de algumas áreas periféricas e dos crimes de maior gravidade sendo praticados em lugares onde os aparelhos sociais são precários ou ausentes. Sendo que crimes “leves” como assaltos, furtos e tráfico são cometidos em maior número nas áreas centrais, mas crimes contra a pessoa (latrocínios, assassinatos) concentram-se mais distantes do centro nos bairros marginalizados e estigmatizados pela sociedade.

O que nos mostra uma relação de território bem demarcada pelos adolescentes, uma vez que se observarmos os mapas podemos perceber que os bairros de moradia dos adolescentes no período estudado se concentram nas regiões periféricas pobres da cidade. Mais uma vez alertamos para o fato de não estigmatizar os lugares e de relacionarmos a pobreza à violência, pois ainda que esta se mostre em maior número nos bairros de periferia frisamos que o aparato legislativo de nosso país não é igual para todos e que a maioria da população é pobre e contudo ante o grande número de habitantes nos bairros de periferia apenas uma pequena parcela esta envolvida com a criminalidade.

Outras constatações na observação dos dados em relação aos adolescentes em conflito com a lei são que a maioria estão atrasadas em relação as series escolares, a maioria dos crimes cometidos são roubos e furtos (ou seja, buscam satisfazer os desejos de consumo), a maioria envolvida com atos infracionais no período tinha entre 15 a 17 anos. A grande maioria (90%) dos adolescentes era do sexo masculino e um número significativo destes se declarou não usuário de substância psico-ativa. O número de reincidências é alto, no quesito renda familiar esta se concentra entre R\$ 201, 00 e R\$ 500,00 e uma mesma quantidade de adolescentes não informou.

A causa que mais nos chamou a atenção está relacionada com o boletim de óbitos destes adolescentes, uma vez que todas as causas mortis registradas não ocorreram de forma natural e a maioria sendo por espancamento

e\ou projétil de fogo. O que nos permite confirmar a hipótese do envolvimento destes adolescentes com a rede do tráfico de drogas, e de como esse exército de mão de obra barata é descartada facilmente pelos seus empregadores.

Assim de modo geral, detectamos o problema da violência em Londrina, bem como na relação deste com as estrutura de Poder criadas para manter a ordem. Ao percebermos o interesse da manutenção das redes de violência por ser esta uma indústria extremamente lucrável, pois se baseia na dominação simbólica dos indivíduos, compreendemos como a questão econômica move os interesses e faz sua fábrica de mortes prematuras nas cidades brasileiras.

Sabemos que a ressocialização de fato destes adolescentes só se fará possível se houver a transformação do sistema penal, judiciário, das entidades responsáveis e de toda a sociedade civil. Somente assim poderemos ter esperanças na construção de um novo sistema social que preze a identidade do sujeito pela sua construção autônoma e não automática: uma visão de identidade, singularidade, liberdade, respeito que se faz na construção social mas que não se restringe a ela porque o indivíduo está “livre” dentro de suas responsabilidades a escolher e a zelar pelo bem comum de direito á vida em toda sua plenitude.

Deste modo, levantamos com estas considerações finais muitas perguntas, sobre as quais necessitarão tempo de reflexão para serem sanadas e exigirão o diálogo de toda a sociedade, se quiserem ser respondidas a contento.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. A. Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro. **Espaço e Debates**. Volume. 14, nº 34, 1994.
- ARENDT, Hanna. **Da Violência**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.
- _____. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.
- ASSAD, Eduardo Delgado. **Sistema de informações geográficas. A aplicação na agricultura /** editado por Edson Eyji Sano - 2. ed., ver. e ampl. – Brasília: Embrapa – SPI – Embrapa-CPAC, 1998.
- BARROS, M. N. F. **Itinerários em Psicologia Social**. Londrina-PR: Ed. UEL, 2001.
- BARROS, Mari Nilza F.; TELLES, Tiago S.; SUGUIHIRO, Vera L. *Orçamento Público em provimento dos adolescentes em conflito com a lei*. In. **Revista de Políticas Públicas**. Universidade Federal do Maranhão/Unidade de Pós-graduação em Ciências Sociais, Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, v.10, n.1. São Luís:EDUFMA, 2006.
- BASTOS, N. S. M. **A moradia possível**: trajetória das políticas habitacionais no Brasil. *Revista Sociedade e Território*. Natal, v.15, n.2, p.81-106, jul./dez. 2001.
- BLAY, Eva A. **Eu não tenho onde morar**: vilas operárias na cidade de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1985.
- BOLAFFI, Gabriel. *Habitação e Urbanismo: o problema e o falso problema*. In: MARICATO, Erminia, (org.). **A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial**. São Paulo: Ed. Alfa- Omega, 1982.
- BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESPE, 1998.
- BOSHETTI, I.; TEIXEIRA, S. O.; DIAS, A. T. A execução orçamentária da política de assistência social e dos programas para crianças e adolescentes. In: **Serviço Social & Sociedade**, ANO XXVII, março 2006, pp. 71-97.

BRASIL, Presidência da República. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, Senado Federal, 1988.

BURROUGH, P. A. **Principles of geographical information systems for land resources assessment**. Oxford: Oxford University, 1986.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Gomes, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 6ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CHAUÍ, Marilena. **Uma ideologia perversa**. Folha de São Paulo, São Paulo, 14/03/1999. Caderno Mais, p. 5-3.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

DELLE DONNE, M. **Teorias sobre a cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica**. 3 ed. rer. E ampl. – São Paulo: Atlas, 1995.

_____. **Pesquisa : princípio científico e educativo**. São Paulo : Cortez, 2002 .

DIAS, Leila Christina. Redes eletrônicas e novas dinâmicas do território brasileiro. In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.; CORRÊA, R.L. (orgs.). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, pp. 115-143.

ENGEL, F. A. – **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global, 1985.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 5 ed. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 1987.

GOMES, Paulo César da Costa . **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GRINSPUN, Mirian P. S. **Educação Tecnológica: desafios e perspectivas**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GUEDES, Armando Marques. Globalização. In: Sítio do Instituto de Filosofia da Linguagem: http://www.ifl.pt/dfmp_files/globalizacao.pdf, visitado em 25/01/2006.

HARTSCHORNE, R. **The Nature of Geography**. Lancaster: Association of American Geographers, 1939.

HELLER, A. **Teoria de los Sentimientos**. 3 ed. Barcelona, Fontamara, 1985.

HILBERT, S. ;LAWSON, V. **Global Change and Urbanization in Latin America**. Department of Geography, University of Washington, 1997.

HOBBS, T. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. Trad. Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2001.

JOLY, Fernando. **A cartografia**. 6 ed. Campinas: Papirus, 1990. LEFEBVRE, H. **O direito a cidade**. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

LENIN, V. I. **El Estado y la Revolucion**: la doctrina marxista del estado y las tabeas del proletariado en la revolucion. Obras Escogida. Moscou: Editorial Progreso, 1918.

LEVY, Pierre. **A ideologia dinâmica rumo a uma imaginação artificial?** São Paulo: Edições Loyola, 1998.

LINARDI, Maria Cecília. **Pioneirismo e modernidade**: a urbanização de Londrina. Tese (Doutorado) – USP: São Paulo, 1995.

LOJIKINE, J. **A análise marxista do Estado**. São Paulo: Espaço & Debates, a.1, n.1, 1981.

LÖWEN SAHR, C. L. **Dimensões da análise da verticalização**: exemplos da cidade média de Ponta Grossa – PR. Revista de História Regional, Ponta Grossa, v.5, n.1, p. 9-36, 1998.

MacEACHEREN, A. M. **Visualizing uncertain information**. *Cartographic Perspectives*, n.13, p.10-19, 1992. Disponível em: http://www/geovista.psu.edu/members/maceachren/cp/amn_cp.html. Acesso em: 1.12.2005.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1982.
MARTINELLI, M. **Curso de cartografia temática**. São Paulo: Contexto, 1991.

MARX, K. Primeiro Manuscrito. Trabalho Alienado. In: Erich Fromm. **Concepção Marxista do Homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983, (p.89-102).

MELO, Aline Cristina de; SILVA, Flaviano Martins da; MENEGUETTE, Arlete Aparecida Correia. Implementação e disponibilização de um Atlas interativo para a zona azul de presidente prudente. **Revista Brasileira de Cartografia**. nº 55/02.

MENEGUETTE, A.A.C.; MELO, A.C. **Introdução à cartografia temática**. Disponível no sítio: <http://www.multimidia.prudente.unesp.br/philcarto/cartotem.pdf>, visitado em 20/01/2003.

MORA, José Ferrater. **Dicionário de filosofia** / José Ferrater Mora ; [tradução Roberto Leal Ferreira, Álvaro Cabral]. – 4ª ed. – São Paulo : Martins Fontes, 2001.

MORAES, A. C. R. **Geografia: Pequena História Crítica**. São Paulo, Hucitec, 1995.
NAÍM, Moisés. **Ilícito: o ataque da pirataria, da lavagem de dinheiro e do tráfico à economia global**. Tradução Sérgio Lopes. – Rio de Janeiro: Ed., 2006.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral: uma polêmica**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

NOVO, Evlyn M. L. de Moraes. **Sensoriamento Remoto: princípios e aplicações**. São José dos Campos: EDGARDBLÜCHER LTDA, 2ª ed, 2002.

O'NEILL, M. M. V. C. – **Condomínios exclusivos: um estudo de caso**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, 48(1): 63-81, jan/mar., 1986.

ODALIA, Nilo. **O que é violência**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PAUGAM, S. **L'exclusion- l'état dès savoirs**. Paris, Édition la Découverte, 1996.
PERUZZO, D. **Habitação controle e expolição**. São Paulo: Cortez, 1984.

RAMOS, Cristhiane da Silva. **Visualização cartográfica e cartografia multimídia**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

RATZEL, F. *El Territorio, la sociedad y el Estado*. In. MENDONZA, J. (Org.). **El pensamiento geográfico**. Madri: Alianza editorial, 1982.

SANTAELLA, Lucia. **O que é semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 2005 (Coleção Primeiros Passos).

SANTOS, B. S. **A Crítica da Razão Indolente: Contra o Desperdício da Experiência**. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Jair Ferreira dos. **O que é pós-moderno**. São Paulo: Brasiliense, 2000 (Coleção Primeiros Passos).

SANTOS, M. A. C. Crianças e criminalidade no início do século. IN: PRIORE, M. D. (org.). **Historia das crianças no Brasil**. São Paulo, Contexto, 1999, p. 210-230.

SANTOS, Milton. **Sociedade e espaço**: a formação social como teoria e como método. In. *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo, n 54, p. 35-59, jun. 1977.

Espaço e sociedade: ensaios. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **Por uma outra globalização**. 10 ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SCOLUM, T.A. **Thematic cartography and visualization**. Upper Saddle River: Prentice Hall, 1998.

SEM, A. **Sobre ética e economia**. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

SILVA, Ardemirio de Barros. **Sistemas de informações geo-referenciadas: conceitos e fundamentos**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

SILVA, Armando. **Imaginários urbanos**. – São Paulo : Perspectiva ; Bogotá, Col : Convenio Andres Bello, 2001. – (Estudos ; 173)

SILVA, Armando. **Imaginários Urbanos**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

SILVA, F. R. “Estado de natureza” de Thomas Hobbes, tal como expresso no cap.13, da Primeira Parte (Do Homem), da obra *Leviatã*, com a realidade das favelas e assentamentos atuais. 2006 (Texto Mimeografado).

SILVEIRA, Maria Laura; SANTOS, MILton. O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI. 7 ed. Riode Janeiro, Record, 2005.

SINGER, P. *O uso do solo urbano na economia capitalista*. In MARICATO, E. (org). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial**. São Paulo: Alfa Ômega, 1979.

SMALL, J; WITHERICK, M. **Dicionário de Geografia**. Lisboa: Publicações Dom Quixote. (Tradução de Ferreira, J. P.),1992.

SOGAME, M. **Rudimentos para o exame da urbanização em sua fase crítica: uma aproximação ao conceito de segregação sócio-espacial**. Vitória: Geografares , n. 2, jun. 2001.

SOUZA, A. M.G. **Limite do Habitar: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectiva no final do século XX**. Salvador, EDUFBA, 2000.

SPOSITO, Maria Encarnação B. **Capitalismo e urbanização**. 2ªed. São Paulo: Contexto, 1989.

SUGUIHIRO, V ; BARROS, M. N. **A importância da ação interdisciplinar para uma política de inclusão social**. Comunicação oral. Seminário Latino Americano Serviço Social. Porto Alegre, 2003.

TELLES, V. S. Sociedade Civil a Construção de Espaços Públicos. IN: DAGNINO, E. (org.). **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1994, p. 91-102.

TUAN, Yi-fu. **Topofolia**. São Paulo: DIFEL, 1980.

ULTRAMARI, Clóvis. **O fim das utopias urbanas**. São Paulo: Studio Nobel, 2005.
VICCARI JUNIOR, A. (coord.). Lei nº. 4.320 comentada: normas gerais de direito financeiro, orçamentos e balanças da União, dos Estados, dos Municípios e do distrito Federal. 3 ed. São Paulo, Atlas, 2003.

VOLPI, M (org.). **O adolescente e o ato infracional**. 3. ed. São Paulo, Cortez, 1999.

ZALUAR, Alba. **Condomínio do Diabo**. Rio de Janeiro: Revan- UFRJ, 1994.

ZALUAR, Alba. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ZEQUIM, Maria Angelina. **Território da ilegalidade e muros invisíveis em Londrina: análise geográfica dos homicídios resultantes da violência urbana – 2000 a 2002**. (dissertação de mestrado) Londrina: Universidade Estadual de Londrina.

Periódicos:

ARAÚJO, Fernando. **Alunos têm longa caminhada até a escola**. Jornal de Londrina, Londrina, 11 de outubro de 2001, p. 6^a

AUGUSTO, Luciano. **Acampados residem à reintegração de posse**. Folha de Londrina, Londrina, 2 de fevereiro de 2006, [s.p].

_____. **Número de bairros pode cair para 55**. Folha de Londrina, Londrina, 30 de julho de 2004, [s.p].

_____. **Vila se ‘arma’ contra criminalidade**. Folha de Londrina, Londrina, 12 de setembro de 2004, p. 11.

_____. **Área pública abandonada é invadida na Zona Oeste**. Folha de Londrina, Londrina, 4 de abril de 2006, p. 1.

_____. **Bairros querem apagar fama de violentos**. Folha de Londrina, Londrina, 3 de setembro de 2003, [s.p].

BARBA, Mauricio Della. **Tóquio fica do outro lado do Planeta**. Folha de Londrina, Londrina, 15 de outubro de 1999, p. 4.

BORGES, Fernanda. **Comunidades lutam por áreas de lazer**. Folha de Londrina, Londrina, 20 de junho de 2006, p. 3.

_____. **Londrina dividida pelos pontos cardeais.** Folha de Londrina, Londrina, 6 de outubro de 2006, [s.p].

BORGES, Guilherme. **Moradores não sabem de são de Londrina ou Cambé.** Folha de Londrina, Londrina, 25 de maio de 2006, p. 3.

BORTOLIN, Nelson. **Moradores invadem casas e Cohab paralisa construção.** Jornal de Londrina, Londrina, 21 de agosto de 2005, [s.p].

COSTA, Osmani. **Um lugar fora do mapa.** Folha de Londrina, Londrina, 30 de julho de 1999, p. 4.

_____. **Estigma da POBREZA.** Folha de Londrina, Londrina, 7 de julho de 2000, p. 4.

_____. **Estudantes visitam bairro e resgatam histórias.** Folha de Londrina, Londrina, 17 de novembro de 1998, p. 2.

_____. **Parque Universidade, carente em quase tudo.** Folha de Londrina, Londrina, 2 de julho de 1999, p. 4.

CUNTO, Adriana de. **Famílias do Novo Amparo organizam cooperativa.** Folha de Londrina, Londrina, 28 de dezembro de 1994, p. 3.

DIAS, Emerson. **Vila Nova guarda pioneiros e histórias.** Folha de Londrina, Londrina, 7 de julho de 2002, p. 10.

ESPÍNDOLA, Marcos. **Bairro muda de nome e revolta moradores.** Folha de Londrina, Londrina, 27 de julho de 2002, [s.p].

FARO, Fernando Rocha. **Casas de madeira dão ar de cidade pequena à Vila Nova.** Folha de Londrina, Londrina, 18 de julho de 2004, p. 14.

_____. **Sem asfalto e sem ônibus, o jeito é protestar.** Folha de Londrina, Londrina, 6 de junho de 2004, p. 11.

GALEMBECK, Glória. **Grupo reclama de programa do Cohab.** Jornal de Londrina, Londrina, 1 de maio de 2005, p. 6.

_____. **Bairro da Zona Sul sofre com minas d'água.** Jornal de Londrina, Londrina, [s.d], [s.p].

GARCIA, Janaína. **Maracanã e João Turquino ganham urbanização.** Folha de Londrina, Londrina, 20 de junho de 2004, p. 10.

GRACINO, Paulo. **Jardim Tropical: irregularidades frustraram sonhos de compradores.** Folha de Londrina, Londrina, [s.d], [s.p].

HORTA, Lúcio. **Nossa Senhora da Paz vive intranquilo.** Folha de Londrina, Londrina, 20 de setembro de 1998, p. 4.

_____. **Nome poético não afasta miséria real.** Folha de Londrina, Londrina, 20 de setembro de 1998, p. 3.

ITO, Adriano. **Juiz determina desocupação.** Folha de Londrina, Londrina, 19 de maio de 2006, p. 3.

LEIJOTO, Márcio. **'Fronteira oeste' vive em clima de guerra.** Jornal de Londrina, Londrina, 27 de abril de 2003, p. 4^a

LEMER, Francismar. **O lobisomem do Tóquio.** Jornal de Londrina, Londrina, 11 de março de 2001, p. 6C.

LEMES, Francismar. **Comunidade se une a dá a 'volta por cima'.** Folha de Londrina. Londrina, 11 de maio de 2005, [s.p].

MENDONÇA, Gisele. **Atraso na implantação de rede de esgoto irrita os moradores.** Jornal de Londrina, Londrina, 17 de novembro, [s.p]

_____. **Faltam asfalto, telefone, posto e escola.** Jornal de Londrina, Londrina, 19 de maio de 1999, p. 4^a

MENEGHEL, Stella. **Estudo do IPPUL muda a designação dos bairros.** Jornal de Londrina, Londrina, 11 de abril de 2000, p. 8^a

_____. **Promotoria vai pedir demolição de residências no Vale Verde.** Jornal de Londrina, Londrina, 18 de janeiro de 2007, p. 5.

MOURA, Lúcio Flávio. **Ex-favela, Vila da Fraternidade faz 40 anos.** Folha de Londrina, Londrina, 16 de julho de 2003, p. 2.

OGAMA, Walter. **ESPERANÇA, a marca de um bairro.** Folha de Londrina, Londrina, [s.d], [s.p].

PAPALI, Chiara. **Londrina ganha um novo bairro.** Folha de Londrina, Londrina, 24 de janeiro de 2004, [s.p]

PELEGRINO, Érika. **Novo Amparo vai ganhar casas e urbanização.** Jornal de Londrina, Londrina, 25 de janeiro de 2004, p. 4^a

_____. **Assaltos ameaçam rotina pacata do Jardim Castelo.** Folha de Londrina, Londrina, [s.d], [s.p].

RIGI, Camilla. **Moradores do San Rafael pedem regularização.** Folha de Londrina, Londrina, 19 de maio de 2004, p. 2.

SARIS, Simoni. **Moradores reclamam de travessia perigosa.** Jornal de Londrina, Londrina, 3 de maio de 2001, p. 8^a

_____. **Comerciantes pedem mais policiamento.** Jornal de Londrina, Londrina, 10 de junho de 2003, p. 5^a

_____. **Vale Verde aguarda solução.** Jornal de Londrina, Londrina, 31 de março de 2004, p. 3^a

_____. **Gleba Cafezal sofre sem rede de água.** Jornal de Londrina, Londrina, 8 de junho de 2001, p. 8^a

SAVICKI, Adriana. **Moradores do Acapulco aprovam vizinhança com a PEL.** Folha de Londrina, Londrina, 17 de setembro de 2003, p. 3.

SCHWART, Widson. **Bairro popular assumir linha moderna.** Jornal de Londrina, Londrina, 22 de novembro, [s.p].

_____. **Consolidação a oeste e mais exigências.** Jornal de Londrina, Londrina, 8 de dezembro de 1995, [s.p].

_____. **Urbanização chegou depois do Marista.** Jornal de Londrina, Londrina, 31 de dezembro de 1995, [s.p].

_____. **Cafezal deu lugar à ousadia moderna.** Jornal de Londrina, Londrina, 28 de outubro de 1995, [s.p].

_____. **A família Niedziejko continua acreditando.** Jornal de Londrina, Londrina, [s.d], [s.p].

_____. **“Território” assinala expansão a leste.** Jornal de Londrina, Londrina, 6 de janeiro de 1996, p. 8.

_____. **Bairros tiraram a cidade do quadrado.** Jornal de Londrina, Londrina, 27 de janeiro de 1996, p. 8.

_____. **Da Fazenda Quati ao Jardim Shangri-lá.** Jornal de Londrina, Londrina, 28 de fevereiro de 2004, p. 4B.

_____. **Ocupação acelerada nos dois extremos.** Jornal de Londrina, Londrina, 23 de dezembro de 1995, p. 8.

_____. **A cidade chega à margem do Igapó.** Jornal de Londrina, Londrina, 02 de novembro de 1995, p. 8.

_____. **Mudança de arquitetura no 2º tempo.** Jornal de Londrina, Londrina, 21 de outubro de 1995, [s.p].

_____. **O progresso rápido na 2ª Paróquia.** Jornal de Londrina, Londrina, 7 de outubro de 1995, p. 8.

_____. **Dia de comemorar 50 anos do Shangri-lá.** Jornal de Londrina, Londrina, 21 de fevereiro de 2004, p. 4B.

_____. **Os “vôos” mais altos na década de 50.** Jornal de Londrina, Londrina, 30 de abril de 2001, p. 8ª

_____. **Ex-grilo não livrou-se do “estígma”**. Jornal de Londrina, Londrina, 12 de janeiro de 1996, p. 8.

SÍLVIA, Ana. **Bandeirantes é referência para Zona Oeste**. Jornal de Londrina, Londrina, 28 de dezembro de 2000, p.10A

_____. **Moradores ameaçam não pagar imposto**. Jornal de Londrina, Londrina, 15 de dezembro de 2000, p. 8^a

_____. **Zona Oeste quer melhor acesso à região**. Jornal de Londrina, Londrina, 3 de janeiro de 2001, p. 10^a

Sítios Virtuais:

ONDA RPC: <http://canais.ondarpc.com.br/jl>

ANTALYA: <http://antalya.uab.es>

YAHOO GRUPOS: <http://br.groups.yahoo.com/group/geoterritorio/>

UNICEF: <http://www.unicef.org>

COSACNAIFY: <http://www.cosacnaify.com.br>

INSTITUTO DE CRIMINOLOGIA E POLÍTICA CRIMINAL: <http://www.cirino.com.br>

PUC DO RIO GRANDE DO SUL: <http://www.pucrs.br>

JUS NAVIGANDI: <http://jus2.uol.com.br>

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA: <http://www.mp.sc.gov.br>

REDE ANDI: <http://www.andi.org.br/>

FORÇA ÁREA BRASILEIRA: <http://www.fab.mil.br>

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ: <http://portaldeses.cict.fiocruz.br>

VIRGULA – HIP HOP BRASIL: <http://www.virgula.com.br/hiphop>

MV BILL: <http://mvbill.com.br>

CIRANDA: <http://www.ciranda.org.br>

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ: <http://www.mp.pr.gov.br>